

PLANO ESTRATÉGICO
E OPERACIONAL NA
**ÁREA DE INFLUÊNCIA
DO APROVEITAMENTO
HIDROAGRÍCOLA DO MIRA**

FASE 4
RELATÓRIO FINAL



**PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA**

RELATÓRIO FINAL
MARÇO DE 2025

ELABORADO POR
ECOSATIVA – CONSULTORIA AMBIENTAL, LDA.

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

PARCEIRO ESTRATÉGICO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

FINANCIAMENTO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2020
OPERAÇÃO 20.4 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA RRN
ÁREA 4 – OBSERVAÇÃO DA AGRICULTURA E DOS TERRITÓRIOS RURAIS

ÍNDICE

RELATÓRIO

1/	INTRODUÇÃO	1
	Contexto	2
	Objetivos	2
	Estrutura	3
	Equipa técnica	4
2/	METODOLOGIA	5
	Enquadramento	6
	Diagnóstico	6
	Princípios base	14
	Cenarização	15
	Modelo territorial	15
	Conceitos estratégicos	15
	Ações	16
3/	ENQUADRAMENTO	17
	Caracterização	18
	Análise de contexto	35
4/	DIAGNÓSTICO	39
	Resultados por ODS	40
	Resultados globais	57
	Comparação com o panorama nacional	58
5/	MODELO TERRITORIAL	61
6/	CONCEITOS ESTRATÉGICOS	67
	CE1 Aumento da eficiência hídrica	69
	CE2 Promoção de uma economia sustentável	70
	CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais	70
	CE4 Fomento de mosaicos de paisagem	72
	CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra	72
	CE6 Fomento da mobilidade geográfica	73
7/	PROGRAMA DE AÇÃO	75
	T1 Gestão da utilização do recurso água	76
	A1.1 MODELO PLURIANUAL DE DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA DO AHM	80
	A1.2 REDELIMITAÇÃO DA ÁREA DO AHM	83
	T2 Introdução de requisitos e condicionalidades à atividade agrícola	86
	A2.1 REQUISITOS OBRIGATÓRIOS	87
	A2.2 CONDICIONALIDADES NO FINANCIAMENTO E APOIOS	90
	T3 Compatibilização da atividade agrícola com o meio envolvente	93

A3.1	LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	94
A3.2	SAÚDE PÚBLICA	97
A3.3	PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA DO AHM	100
A3.4	FUNDO DE RESPONSABILIDADE	103
T4	Minimização do impacte ambiental da atividade agrícola	106
A4.1	MAPEAMENTO DE CORREDORES ECOLÓGICOS.....	111
A4.2	MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA	114
T5	Redução de disparidades sociodemográficas	117
A5.1	MINIMIZAÇÃO DA PRESSÃO DEMOGRÁFICA.....	124
A5.2	REFORÇO DA CAPACIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	127
A5.3	MOBILIDADE SUSTENTÁVEL.....	130
A5.4	OTIMIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	133
A5.5	PROMOÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FERROVIA	135
T6	Ações complementares	137
A6.1	GABINETE DO AGRICULTOR.....	139
A6.2	MARKETING TERRITORIAL.....	141
A6.3	PROMOÇÃO DO MOSAICO AGRÍCOLA.....	143
A6.4	DEFINIÇÃO DE CORREDORES RODOVIÁRIOS PARA VIATURAS E MAQUINARIA AGRÍCOLA	146
A6.5	ESTRUTURA DE MISSÃO	148
8/	OPERACIONALIZAÇÃO	151
	Planeamento	152
	Avaliação e monitorização.....	156
	Investimento e financiamento	157
9/	NOTAS FINAIS	167
10/	BIBLIOGRAFIA	169

ANEXOS

1/	PEÇAS DESENHADAS
2/	BATERIA DE INDICADORES
2.1/	Fichas dos indicadores
2.2/	Tabela de dados
2.3/	Comparação com o panorama nacional
2.4/	Fontes de informação
3/	PRINCÍPIOS BASE
3.1/	Atores territoriais

FIGURAS

Figura 1 – Exemplos do cálculo do diagnóstico para diferentes indicadores.....	13
Figura 2 – Projeção da temperatura máxima anual (°C), até ao final do século, para o Alentejo litoral (IPMA, 2015).....	21
Figura 3 – Projeção da temperatura média anual (°C) até ao final do século (IPMA, 2015).....	21
Figura 4 – Projeção da temperatura mínima anual (°C) até ao final do século (IPMA, 2015).....	22
Figura 5 – Projeção do número de dias em onda de calor até ao final do século (IPMA, 2015).....	22
Figura 6 – Projeção do número de dias de chuva até ao final do século (IPMA, 2015).....	23
Figura 7 – Desempenho do ODS 1 e respetivos indicadores	40
Figura 8 – Desempenho do ODS 2 e respetivos indicadores	41
Figura 9 – Desempenho do ODS 3 e respetivos indicadores	43
Figura 10 – Desempenho do ODS 4 e respetivos indicadores	44
Figura 11 – Desempenho do ODS 5 e respetivos indicadores	45
Figura 12 – Desempenho do ODS 6 e respetivos indicadores	46
Figura 13 – Desempenho do ODS 7 e respetivos indicadores	47
Figura 14 – Desempenho do ODS 8 e respetivos indicadores	48
Figura 15 – Desempenho do ODS 9 e respetivos indicadores	49
Figura 16 – Desempenho do ODS 10 e respetivos indicadores	50
Figura 17 – Desempenho do ODS 11 e respetivos indicadores	51
Figura 18 – Desempenho do ODS 12 e respetivos indicadores	52
Figura 19 – Desempenho do ODS 13 e respetivos indicadores	53
Figura 20 – Desempenho do ODS 14 e respetivos indicadores	54
Figura 21 – Desempenho do ODS 15 e respetivos indicadores	55
Figura 22 – Desempenho do ODS 16 e respetivos indicadores	56
Figura 23 – Desempenho do ODS 17 e respetivos indicadores	57
Figura 24 – Resultados globais para os 17 ODS.....	58
Figura 25 – Comparação do desempenho bruto comum entre a AIAHM e Portugal.....	59
Figura 26 – Impacte expectável do programa de ação sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável	63
Figura 27 – Resumo do impacte expectável do programa de ação sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável	65
Figura 28 – Cronograma de implementação das ações a curto (0 a 3 anos), médio (3 a 6 anos) e longo prazo (6 a 9 anos), respetiva priorização de implementação e dependências	155

TABELAS

Tabela 1 – Escala geográfica dos valores.....	10
Tabela 2 – Data dos valores	10
Tabela 3 – Indicadores com dados	11
Tabela 4 – Uso do solo na área do AHM e na respetiva área envolvente de 500 metros	19
Tabela 5 – Ocupação cultural no AHM em 2022 (ABM, 2023a)	28
Tabela 6 – Áreas classificadas e outras áreas importantes no AHM	31
Tabela 7 – Categorias e subcategorias da reserva ecológica nacional no AHM	33
Tabela 9 – Conceitos estratégicos e relação destes com as ações, organizadas por tema.....	68
Tabela 10 – Dependências e sinergias entre ações.....	153
Tabela 11 – Síntese do investimento.....	160
Tabela 12 – Eixos de financiamento e apoios existentes	162

SIGLAS E ACRÓNIMOS

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

ABM	Associação de Beneficiários do Mira
ACT	Autoridade para as Condições no Trabalho
ADL	Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
ADMIRA	Associação para o Desenvolvimento da Região do Mira
AE	Agrupamento de escolas
AHM	Aproveitamento hidroagrícola do Mira
AHSA	Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur
AlAHM	Área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira
AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
APepac	Associação para a Produção do Medronho
Arbutus	Autoridade de Gestão do PEPAC
ARH Alentejo	Administração de Região Hidrográfica Alentejo
ARS	Administração Regional da Saúde
CCDRA	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CCDRAL	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CMA	Câmara Municipal de Aljezur
CMO	Câmara Municipal de Odemira
CPCJA	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aljezur
CPCJO	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira
DGADR	Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
EPO	Escola Profissional de Odemira
ERT Alentejo	Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo
ERT Algarve	Entidade Regional de Turismo do Algarve
GAIA	Grupo de Ação e Intervenção Ambiental – Núcleo Alentejo
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IP	Infraestruturas de Portugal
ISS	Instituto da Segurança Social
Lusomorango	Organização de Produtores de Pequenos Frutos, S.A.
NERAL	Núcleo Empresarial da Região do Alentejo Litoral
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
PDMO	Plano diretor municipal de Odemira
PEOAlAHM	Plano estratégico e operacional na área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira
PNSACV	Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
TAIPA	Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira

1/ INTRODUÇÃO

CONTEXTO

O aproveitamento hidroagrícola do Mira (AHM) beneficia um território rural de baixa densidade populacional, abrangendo os concelhos de Odemira e Aljezur. A presença do AHM cria dinâmicas significativas, influenciando de modo decisivo os aspetos sociais, económicos e ambientais que têm lugar neste território.

De forma a assegurar o desenvolvimento sustentável do território, o progresso dos alicerces sociais, económicos e ambientais deve passar pela adoção de estratégias que promovam a saúde e a educação, reduzam a desigualdade social e estimulem o crescimento económico, suportadas no equilíbrio ecológico e no combate às alterações climáticas, de acordo com a Agenda 2030 (UE, 2020), adotada por todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas. Para tal, a Agenda 2030 estabelece 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que constituem uma “visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta” (ONU, 2024a).

A atividade desenvolvida no AHM tem suscitado questões importantes para a sustentabilidade na sua área de influência (AIAHM), em especial, no que respeita: à capacidade de acolhimento dos trabalhadores rurais; às respostas sociais adequadas para a melhoria das condições de vida da população residente; à melhoria do aproveitamento económico das atividades existentes; à redução dos impactes das atividades humanas no ambiente, e à preservação da biodiversidade. Os municípios de Odemira e de Aljezur consideram essencial munirem-se de instrumentos e de conhecimentos que lhes permitam planejar e atuar de forma concertada e assertiva, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável da AIAHM, contribuindo para a produção e partilha de informação entre os agentes de desenvolvimento local. Desta forma, o planeamento deste território é contextualizado no âmbito de um plano estratégico e operacional que incide sobre a área de influência desta infraestrutura: o plano estratégico e operacional na área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira (PEOAIAHM).

O município de Odemira, promotor da presente candidatura, e o município de Aljezur, parceiro estratégico, são autarquias locais, definidas como pessoas coletivas territoriais, dotadas de órgãos representativos (a câmara e a assembleia municipais), que visam a prossecução de interesses próprios das populações. Este projeto resulta de uma candidatura, na forma de parceria, entre os municípios de Odemira e de Aljezur ao programa de desenvolvimento rural 2020, operação 20.4 - assistência técnica RRN, área 4 - observação da agricultura e dos territórios rurais.

OBJETIVOS

O PEOAIAHM foi desenvolvido tendo em conta o contexto local e em concordância com os objetivos inscritos no plano de ação da rede rural nacional, os quais visam a promoção de territórios rurais inteligentes, nomeadamente¹:

- Contribuição para a boa aplicação, acompanhamento e avaliação das medidas de política de desenvolvimento rural;
- Promoção da participação e o trabalho conjunto entre os agentes do desenvolvimento rural;
- Transferência de boas práticas e de novos conhecimentos para qualificar a intervenção dos agentes de desenvolvimento rural.

Desta forma, o PEOAIAHM apresenta os objetivos geral e específicos a seguir enunciados.

¹ Portaria n.º 157/2016, de 7 de junho.

OBJETIVO GERAL

Define-se como objetivo geral do PEOAIAHM:

- Promoção da compatibilização das atividades existentes e potenciais do território com vista a uma melhor gestão das dinâmicas desenvolvidas no perímetro de rega do Mira, particularmente no que se refere à sua capacidade de acolhimento de trabalhadores rurais, que potencie um maior aproveitamento económico das atividades presentes, que ofereça respostas sociais adequadas e contribua para a redução dos impactes das atividades humanas no meio ambiente, concorrendo para a preservação da biodiversidade numa perspectiva de solidariedade e de compromisso com as gerações atuais e vindouras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos do PEOAIAHM consideram-se:

- Dinamização do trabalho em rede, do conhecimento, da partilha e divulgação de informação;
- Contribuição para a eficiência e para a inovação na ótica dos territórios inteligentes, fomentando a sustentabilidade territorial e ambiental, e entre setores de atividade;
- Identificação de oportunidades de investimento;
- Avaliação e promoção da integração e acolhimento condigno e de qualidade dos trabalhadores rurais.

ESTRUTURA

O PEOAIAHM é composto pelas seguintes fases:

- **FASE 1 – PROPOSTA METODOLÓGICA**
Definição da metodologia a aplicar para a realização do diagnóstico de situação do espaço rural e para a elaboração do plano de trabalhos.
- **FASE 2 – DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO**
Enquadramento da AIAHM e concretização do diagnóstico que define os princípios base do plano estratégico e operacional; apresentação do ponto de situação e recolha de contributos dos diferentes atores com papel preponderante no território, com fim à definição dos princípios base e respetiva cenarização.
- **FASE 3 – PROGRAMA DE AÇÃO**
Descrição das ações a desenvolver, mapeamento de atores-chave e esquematização da execução prevista, com apresentação de uma estrutura preliminar de investimento.
- **FASE 4 – RELATÓRIO FINAL**
Apresentação da globalidade do plano estratégico e da estimativa orçamental para a respetiva execução.

A fase 1 foi elaborada em fevereiro de 2023; a fase 2 decorreu entre março de 2023 e maio de 2024; sucedeu-se a fase 3, entre maio e julho de 2024, e a fase 4, entre julho de 2024 e março de 2025.

O presente relatório corresponde à fase 4 – relatório final.

**PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL**

EQUIPA TÉCNICA

A responsabilidade pela elaboração do PEOAIAHM é da empresa ECOSATIVA – Consultoria Ambiental, Lda. A equipa técnica, de carácter multidisciplinar, é especializada em ciências da sustentabilidade e ordenamento do território.

TERESA SARAIVA

Bióloga, mestre em ecologia aplicada, doutoranda em ciências da sustentabilidade

JOANA VERÍSSIMO

Ecóloga, pós-graduada e mestranda em ordenamento do território e sistemas de informação geográfica; formada em gestão sustentável

ANA NOVAIS

Bióloga, pós-graduada em sistemas de informação geográfica, mestre em ecologia e ambiente

LUÍS MARQUES

Biólogo, mestre em ecologia, ambiente e território; mestre em agronomia

RICARDO PRÓSPERO

Arquiteto paisagista, mestre em planeamento e ordenamento do território

2/ METODOLOGIA

A estrutura do PEOAIAHM integrou as diversas dimensões presentes no território-alvo, juntando ao conhecimento técnico especializado diversas contribuições dos decisores públicos, agentes económicos e da sociedade civil, para o desenvolvimento de estratégias integradas que visem o conhecimento, operacionalização, monitorização e afirmação das atividades presentes na AIAHM.

Foram consideradas as relações diretas e indiretas da atividade no AHM com as restantes áreas de atividade presentes no território, com vista à sua compatibilização, qualificação e valorização, tendo em conta a sua dinamização sustentável em harmonia com a promoção e conservação da natureza, salvaguarda da biodiversidade e preservação do património natural e paisagístico. Pretendeu-se, portanto, a elaboração de um plano estratégico verdadeiramente agregador, inclusivo, consistente e territorialmente sustentável, assim como atenuar fronteiras conceptuais que estão bem vincadas na região e que apresentam visões contraditórias sobre as potencialidades do território e as suas dinâmicas económicas e novas oportunidades, como a ascensão e predomínio de uma monoatividade intensiva sobre as restantes atividades instaladas, as dinâmicas demográficas e as respostas públicas, a pressão sobre o solo e os recursos naturais ou o próprio equilíbrio e sustentabilidade dos ecossistemas naturais e singulares presentes na AIAHM. Assim, o PEOAIAHM considerou as seguintes realidades do território, cruzando toda a informação pertinente, de modo a constituir-se como uma ferramenta de efetiva utilidade no apoio à definição de políticas de desenvolvimento rural mais eficientes e justas: território e recursos, sociedade e infraestruturas, outras atividades além da agricultura, como o turismo e serviços.

Pretendeu-se desenvolver um documento orientador, com base num processo participativo suficientemente em aberto e em contínua evolução, que aponte linhas estratégicas e operacionais para o desenvolvimento do território influenciado pela presença do AHM mas também do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e que, em complemento, seja capaz de enquadrar um conjunto mais vasto de intervenções programadas ou previstas através de ações integradas que concorram para um objetivo comum capaz de dinamizar e valorizar de forma distintiva e sustentável este território tão diverso quanto singular, incluindo nesse processo as suas comunidades locais.

O PEOAIAHM partiu de um enquadramento, o qual inclui a caracterização e a análise de contexto territoriais, assim como da realização de um diagnóstico territorial, que permitiu avaliar e compreender as diversas dimensões presentes na AIAHM. Posteriormente, foram definidos os princípios base do plano. Estes princípios, após um processo de cenarização, foram traduzidos num modelo de desenvolvimento territorial, o qual se materializa em conceitos estratégicos que, por sua vez, se materializam em ações. A definição dos princípios base, do modelo territorial, dos conceitos estratégicos e das ações contou com a participação e concertação por parte de um leque de 43 atores territoriais pertencentes a 11 setores diferentes. A lista de atores intervenientes é apresentada no anexo 3.

ENQUADRAMENTO

O enquadramento pretende caracterizar o território da AIAHM e as respetivas dinâmicas, consubstanciando-se numa análise de contexto, de forma a enquadrar os resultados do diagnóstico e a definição dos princípios base. Foi desenvolvido recorrendo a informações bibliográficas, estatísticas, cartográficas e legislativas disponíveis; incidindo em várias dimensões do território: biofísica, social, económica, ambiental, e planeamento e gestão territorial.

DIAGNÓSTICO

Bateria de indicadores

Considerando os objetivos deste PEO, alicerçados na Agenda 2030 adotada por todos os Estados-membros da ONU, bem como a escala geográfica da AIAHM, foram consideradas três baterias de referência, desenvolvidas sob a égide da ONU e da Comissão Europeia:

- **SDSN EUROPE**
Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals (SDSN Europe, 2024)
- **SDSN USA**
2019 US Cities Sustainable Development Report (SDSN USA, 2019)
- **MIOLA & SCHILTZ**
Measuring sustainable development goals performance: How to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? (Miola, A., & Schiltz, F., 2019)

Assim, foram consideradas três fontes distintas, cuja seleção se deveu à abrangência, detalhe e complementaridade das respetivas baterias de indicadores, tendo o cuidado de adequar as origens dos dados à escala de análise e objeto cujo desempenho de sustentabilidade se pretende medir: a área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira.

No processo de seleção, foram excluídos alguns indicadores, nomeadamente, os que estivessem repetidos, fora do âmbito do trabalho (p.e., acesso a parques urbanos, (SDSN USA, 2019) ou apresentassem uma clara impossibilidade de obtenção de valores (p.e., acidentes de trabalho mortais associados a importações (SDSN Europe, 2024). Considerando a diversidade territorial abrangida pelas baterias de referência, procedeu-se à adaptação de alguns indicadores – em conformidade com as fontes oficiais nacionais – para o contexto local, assumido o significado estatístico semelhante. Esta adaptação decorre da aplicação na realidade nacional e encontra-se, em todos os casos, devidamente assinalada na ficha dos indicadores em que tal sucede.

A bateria final inclui 144 indicadores aplicáveis à AIAHM, num total de 163 possíveis.

De seguida é apresentada a lista dos 144 indicadores contemplados no âmbito de cada um dos 17 ODS e que, no seu conjunto, formam a bateria utilizada para o cálculo do diagnóstico de sustentabilidade da AIAHM.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

ODS 1	ERRADICAR A POBREZA	ODS 5	IGUALDADE DE GÊNERO
1.01	Risco de pobreza	5.01	Mulheres especialistas em TIC
1.02	Intensidade da pobreza	5.02	Mulheres em cargos governamentais
1.03	Privação material e social	5.03	Violência no namoro
1.04	Desemprego familiar	5.04	Mulheres em quadros superiores
1.05	Pobreza infantil	5.05	Disparidade no emprego entre géneros
		5.06	Disparidade salarial entre géneros
ODS 2	CONTRIBUTO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR²	5.07	Empresas pertencentes a mulheres
2.01	Insegurança alimentar	5.08	Mulheres inativas
2.02	Culturas cerealíferas	5.09	Mulheres em assentos parlamentares
2.03	Nível trófico humano		
2.04	Produtividade agrícola	ODS 6	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
2.05	Obesidade	6.01	Fosfato nos rios
2.06	Agricultura biológica	6.02	Captação de água doce
2.07	I&D na agricultura	6.03	Tratamento de águas residuais
		6.04	Água potável
ODS 3	SAÚDE DE QUALIDADE	6.05	Serviços de saneamento seguros
3.01	Esperança de vida	6.06	Consumo doméstico de água
3.02	Mortalidade evitável	6.07	Escassez de água
3.03	Perceção da saúde	6.08	Cuidados de higiene
3.04	Tuberculose		
3.05	Suicídio	ODS 7	ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS
3.06	Disparidade na saúde	7.01	Emissões da produção elétrica
3.07	Mortalidade abaixo dos 5 anos	7.02	Consumo de energia
3.08	Mortalidade devido a poluição atmosférica	7.03	Consumo de energia final das famílias
3.09	Insatisfação com cuidados médicos	7.04	Consumo de energia primária
3.10	Mortalidade rodoviária	7.05	Pobreza energética
3.11	Consumo de álcool	7.06	Energias renováveis
3.12	Cobertura vacinal		
3.13	Tabagismo	ODS 8	TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO
3.14	Cobertura de seguro de saúde	8.01	Direitos laborais
3.15	Marcação online de consultas	8.02	Mortalidade laboral
3.16	Sobrecarga das despesas em saúde	8.03	Escravidão
3.17	Bem-estar subjetivo	8.04	Desocupação jovem
3.18	Mortalidade por doenças não transmissíveis	8.05	Desemprego
3.19	Baixa saúde mental	8.06	Salários
3.20	Mortalidade por drogas	8.07	Rendimentos
3.21	Mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite	8.08	Investimento
ODS 4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	ODS 9	INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS
4.01	Avaliação do 3.º ciclo	9.01	Literacia digital
4.02	Aprendizagem ao longo da vida	9.02	I&D
4.03	Formação superior	9.03	Investigadores
4.04	Emprego de recém-formados	9.04	Pedidos de patente
4.05	Abandono escolar	9.05	Infraestruturas de comércio e transportes
4.06	Insucesso em ciências	9.06	Banda larga
4.07	Variação no desempenho em ciências	9.07	Inovação tecnológica
4.08	Sucesso no ensino secundário	9.08	Transportes coletivos
4.09	Disparidade escolar	9.09	Produção científica
4.10	Ensino pré-escolar	9.10	Disparidade no acesso à internet
		9.11	Mercadorias transportadas por ferrovia

ODS 10 REDUZIR AS DESIGUALDADES

- 10.01 Segregação residencial
- 10.02 Pedidos de asilo
- 10.03 Mobilidade social
- 10.04 Desigualdade
- 10.05 Disparidade de rendimentos

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

- 11.01 Reciclagem
- 11.02 Concentração de partículas atmosféricas
- 11.03 Mobilidade sustentável
- 11.04 Sobrecarga com habitação
- 11.05 Condições insalubres
- 11.06 Sobrelocação

ODS 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

- 12.01 Emissões de dióxido de enxofre
- 12.02 Emissões de azoto
- 12.03 Nível de ozono diário
- 12.04 Resíduos perigosos
- 12.05 Resíduos urbanos
- 12.06 Emissões automóveis
- 12.07 Poluição atmosférica
- 12.08 Consumo interno de materiais
- 12.09 Economia circular
- 12.10 Rendimento de serviços ambientais

ODS 13 AÇÃO CLIMÁTICA

- 13.01 CO₂ de combustíveis fósseis
- 13.02 Gases com efeito de estufa
- 13.03 Emissões líquidas de gases com efeito de estufa
- 13.04 Gases com efeito de estufa de consumo de energia
- 13.05 Temperatura à superfície
- 13.06 Perdas económicas relacionados com o clima
- 13.07 Contribuição para compromissos da ONU
- 13.08 Pacto de autarcas para o clima e energia

ODS 14 PROTEGER A VIDA MARINHA

- 14.01 Praias com água excelente
- 14.02 Áreas marinhas protegidas
- 14.03 Pesca por arrasto
- 14.04 Acidez média do oceano
- 14.05 Pesca sustentável

ODS 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE

- 15.01 Qualidade dos rios
- 15.02 Qualidade dos aquíferos
- 15.03 Sítios importantes para a biodiversidade
- 15.04 Erosão dos solos
- 15.05 Áreas protegidas terrestres
- 15.06 Espécies ameaçadas
- 15.07 Solos degradados
- 15.08 Florestas
- 15.09 Impermeabilização dos solos
- 15.10 Índice de borboletas dos prados
- 15.11 Índice de aves comuns

ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

- 16.01 Perceção da independência do sistema de justiça
- 16.02 Confiança na União Europeia
- 16.03 Homicídio
- 16.04 Prisão preventiva
- 16.05 Armas apreendidas
- 16.06 Encarceramento
- 16.07 Criminalidade
- 16.08 Índice de liberdade de imprensa
- 16.09 Ausência de corrupção
- 16.10 Acesso ao sistema judicial
- 16.11 Pontualidade dos processos administrativos

ODS 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

- 17.01 Paraísos fiscais
- 17.02 Ajuda pública ao desenvolvimento

No anexo 2.1 são apresentadas as descrições detalhadas de cada ODS, assim como as fichas técnicas dos respetivos indicadores.

A bateria de indicadores estabelecida permite aferir a progressão face às metas definidas no âmbito do desenvolvimento sustentável e avaliar tendências de evolução.

² O nome original do ODS 2, definido à escala mundial, é erradicar a fome. Contudo, no âmbito do PEOAIAHM, optou-se por adaptar o nome à realidade nacional: contributo para a segurança alimentar.

A recolha de dados foi direcionada a fontes de informação oficiais, assegurando o espírito e a comparabilidade dos indicadores. Foi, sempre que possível, privilegiado o maior nível de desagregação possível (escala local), tendo sido consultadas fontes locais (p.e. Associação de Beneficiários do Mira e Câmara Municipal de Odemira), regionais (p.e. Administração de Região Hidrográfica do Alentejo) e nacionais (p.e. Instituto Nacional de Estatística).

Valores e limiares de referência

Para cada indicador foi levantado o valor correspondente com o maior grau de desagregação e com a data mais atualizada possível. Para tal, foi efetuada a consulta de informação estatística em páginas ou documentos de entidades oficiais, assim como a solicitação direta de informação a 70 entidades; estas encontram-se discriminadas no anexo 2.1 e são resumidas no anexo 2.4.

Na tabela 1 são apresentados os diferentes níveis de desagregação estatística considerados, correspondentes a várias escalas geográficas, assim como o respetivo n.º de indicadores e as respetivas percentagens.

Dos 144 indicadores considerados, não foi possível obter informação referente aos valores de 28 indicadores destes, 5 foram calculados por indicadores *proxy* e 23 foram excluídos por falta de informação. Estes encontram-se devidamente identificados no anexo 2.1.

Tabela 1 – Escala geográfica dos valores

ESCALA	INDICADORES	
	N.º	%
Nacional: Portugal	23	16,0
Regional: Alentejo	10	6,9
Sub-regional: Alentejo litoral	5	3,5
Municipal: Odemira ³	81	56,3
Local: AHM	2	1,4
Sem dados	23	16,0
Total	144	100,0

No que respeita às datas dos valores, registou-se a informação resumida na tabela 2.

Tabela 2 – Data dos valores

DATA	INDICADORES	
	N.º	%
2024	3	2,1
2023	53	36,8
2022	15	10,4
2021	27	18,8

³ Tendo em conta o desenvolvimento significativo do AHM em Odemira (correspondendo a 89 %) e reduzido em Aljezur (correspondendo a 11 %), aliado à diferença na dimensão da população sob influência do AHM entre os dois concelhos – 13 232 residentes em Odemira e 2 220 residentes em Aljezur –, os efeitos são marcados no primeiro, afigurando-se modestos no segundo. Considerando que uma das características fundamentais dos indicadores é ser sensível às alterações do ambiente que se pretende medir, optou-se por privilegiar aqui os dados referentes ao concelho de Odemira, em detrimento dos de Aljezur, em virtude do objetivo de refletir as dinâmicas que têm lugar na AIAHM.

DATA	INDICADORES	
	N.º	%
2020	3	2,1
2019	12	8,3
2018	5	3,5
2017	1	0,7
2016	1	0,7
1996	1	0,7
Sem dados	23	16,0
Total	144	100,0

70,2 % dos valores são recentes, com menos de 5 anos, enquanto 13,0 % apresentam mais de 5 anos. Tal como referido anteriormente, dos 144 indicadores considerados, não foi possível obter informação referente aos valores de 28 indicadores; destes, 5 foram calculados por indicadores *proxy* e 23 foram excluídos por falta de informação.

Assim, num total de 144 indicadores que formam a bateria para avaliação do desempenho da AIAHAM, foram considerados 121. O número de indicadores com dados, e as respetivas percentagens, por ODS, são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Indicadores com dados

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	INDICADORES		
	Na bateria (n.º)	Com dados (n.º)	Com dados (%)
ODS 1 Erradicar a pobreza	5	3	60%
ODS 2 Contributo para a segurança alimentar	8	7	88%
ODS 3 Saúde de qualidade	21	11	52%
ODS 4 Educação de qualidade	10	9	80%
ODS 5 Igualdade de género	9	9	100%
ODS 6 Água potável e saneamento	8	8	100%
ODS 7 Energias renováveis e acessíveis	6	6	100%
ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico	8	8	100%
ODS Indústria, inovação e infraestruturas	11	9	73%
ODS 10 Reduzir as desigualdades	5	3	60%
ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis	6	6	100%
ODS 12 Produção e consumo sustentáveis	10	9	80%
ODS 13 Ação climática	8	7	88%
ODS 14 Proteger a vida marinha	5	5	100%
ODS 15 Proteger a vida terrestre	11	9	73%
ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes	11	11	91%
ODS 17 Parcerias para a implementação dos objetivos	2	1	50%
Total	144	121	82%

Tendo em conta a sua relevância para o cálculo do diagnóstico de sustentabilidade, foram incluídos no cálculo do diagnóstico os indicadores com valores agregados à escala nacional, assim como os mais desatualizados. Contudo, no âmbito da futura produção de

informação estatística, e de modo a robustecer a monitorização do desempenho de sustentabilidade do AIAHM, considera-se importante:

- Obter informação para os 23 indicadores para os quais, atualmente, não foi possível levantar os respetivos valores;
- Obter informação mais detalhada para os 23 indicadores cuja desagregação corresponde à escala nacional;
- Obter valores o mais atualizados possível, de preferência com menos de 5 anos.

Para cada indicador foram levantados os limiares de referência, os quais balizam o intervalo de valores considerados aceitáveis face aos objetivos de cada indicador. Não correspondem necessariamente aos valores máximos e mínimos aceitáveis, uma vez que alguns indicadores são de cariz decrescente e, nestes casos pretendem-se atingir valores mínimos; tal é, por exemplo, o caso dos indicadores referentes à mortalidade laboral ou à concentração de partículas atmosféricas. Assim, nos indicadores com tendência desejável crescente, os limiares mínimos e máximos aceitáveis correspondem aos valores de referência A e B, respetivamente. Pelo contrário, naqueles com tendência desejável decrescente, os valores mínimos e máximos aceitáveis correspondem aos valores de referência B e A, respetivamente.

Na ausência de fontes bibliográficas para determinados limiares, estes foram obtidos seguindo a metodologia de referência, definida pela SDSN Europe (2024):

- O limiar de referência A foi definido a partir do percentil 2,5 da distribuição do conjunto dos estados-membros da União Europeia (UE), adequando a comparação proporcional (em percentagem ou por habitante).
- O limiar de referência B foi determinado através de uma das seguintes fórmulas, de aplicação sequencial:
 1. Obtenção dos valores quantitativos absolutos de cada ODS e respetivas metas;
 2. Se o n.º 1 não for possível, aplicação do princípio de “não deixar ninguém para trás”, de forma a estabelecer o limite superior para o acesso universal ou privação zero;
 3. Se o n.º 2 não for possível, obtenção de metas baseadas na ciência a ser alcançadas até 2030 ou mais tarde;
 4. Se o n.º 3 não for possível, cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da UE, adequando a comparação proporcional (em percentagem ou por habitante).

A informação detalhada sobre os limiares de referência e respetivas fontes e fórmula de cálculo é apresentada na ficha de cada indicador, anexo 2.1 e, de forma resumida, nos anexos 2.2 a 2.4.

Avaliação do desempenho

O cálculo da avaliação do desempenho foi realizado com base na metodologia apresentada pela SDSN Europe, o qual apresenta a “oitava edição da avaliação anual do progresso de todos os Estados-membros da ONU em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável” (SDSN Europe, 2024). Esta metodologia é, seguidamente, resumida.

Com base no valor levantado para cada indicador, e considerando os respetivos limiares de referência, foi efetuado o cálculo de desempenho para cada indicador. Tal foi realizado normalizando os dados numa escala de 0 a 100, sendo que os limiares de referência A e B correspondem a 0 e 100, respetivamente. O valor é também normalizado⁴ para esta escala, resultando no desempenho bruto.

⁴ Com base na formula $x' = (x - \min(x) \div \max(x) - \min(x)) \times 100$.

Uma vez que os indicadores apresentam escalas e unidades bastante diferenciadas, o processo de normalização é essencial para permitir a comparação dos valores de desempenho.

O desempenho global corresponde ao desempenho bruto, mas cinge-se à escala entre 0 e 100. Assim, todos os valores entre 0 e 100 são idênticos no desempenho bruto e no desempenho global; os desempenhos brutos inferiores a 0 correspondem a um desempenho global de 0 e os desempenhos brutos superiores a 100 correspondem a um desempenho global de 100.

Note-se que o desempenho bruto, apesar de ser a base do cálculo do desempenho global, não é apresentado na metodologia apresentada pela SDSN Europe (2024). Contudo, optou-se por apresentá-lo no âmbito do PEOAIAHM, uma vez que permite aferir o quão aquém ou além um indicador está dos limiares de referência, podendo ser útil na definição dos princípios base e no desenho das ações a implementar.

Assim, o desempenho bruto de cada indicador traduz a distância face aos limiares de referência, enquanto o desempenho global avalia a performance do indicador face aos objetivos considerados desejáveis.

Na figura 1 é apresentado um esquema ilustrativo do cálculo do diagnóstico para diferentes indicadores.

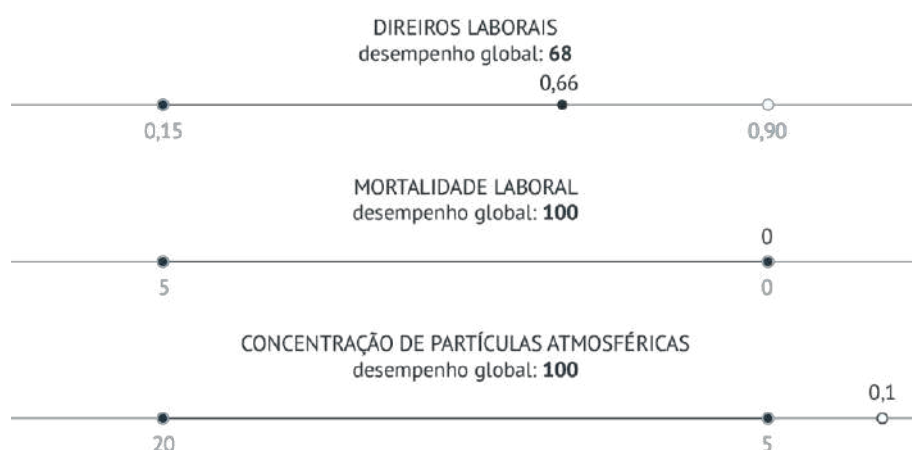


Figura 1 – Exemplos do cálculo do diagnóstico para diferentes indicadores

Como exemplo, no caso do indicador 8.01 direitos laborais, referente ao ODS 8 trabalho digno e crescimento económico, os limiares de referência A e B são 0,15 e 0,90, respetivamente, e o valor obtido é de 0,66. Tal significa que, após a devida normalização, o desempenho bruto e o desempenho global resultantes são de 68.

Já no caso do indicador 8.02 mortalidade laboral também referente ao ODS 8 trabalho digno e crescimento económico, os limiares de referência A e B são 5 e 0, respetivamente (note-se que é um indicador que se pretende que decresça), e o valor obtido é de 0. Tal significa que, após a devida normalização, o desempenho global resultante é de 100.

Já no caso do indicador 11.02 concentração de partículas atmosféricas, referente ao ODS 11 cidades e comunidades sustentáveis, os limiares de referência A e B são 20,0 e 5,0, respetivamente (note-se que é um indicador que se pretende que decresça), e o valor obtido é de 0,1. Tal significa que, após a devida normalização, o desempenho bruto é de 133 e o desempenho global é de 100. Ou seja, neste caso desempenho global é total (100), sendo até, na sua forma bruta, 33 % superior ao do limiar de performance.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

Tal como referido anteriormente, no anexo 1 são apresentadas as descrições detalhadas de cada ODS, assim como as fichas técnicas dos respetivos indicadores. As fichas técnicas incluem a seguinte informação:

CÓDIGO	código numérico do indicador
NOME	nome sucinto do indicador
DESCRIÇÃO	descrição completa do indicador
UNIDADE	unidade do indicador
TENDÊNCIA PRETENDIDA	tendência crescente ou decrescente do indicador
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	valor limiar de referência A
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	valor limiar de referência B
VALOR	valor obtido para o indicador, com o maior grau de desagregação e o mais atualizado possível
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	nível de desagregação estatística do valor
CÁLCULO DO VALOR	fórmula de cálculo aplicada nos casos em que o valor não foi obtido de forma direta
DESEMPENHO BRUTO	desempenho bruto
DESEMPENHO GLOBAL	desempenho global
GRÁFICO	representação gráfica dos resultados
FONTES	indicação das fontes do indicador, dos valores de referência e do valor
NOTAS	observações relevantes

O desempenho de cada ODS foi calculado através da média aritmética do desempenho global dos indicadores que o compõem. O desempenho global da AIAHM foi calculado com através da média aritmética dos 17 ODS.

Em resumo, foi levantado um conjunto de 163 indicadores possíveis, considerando 3 baterias de referência, desenvolvidas sob a égide da ONU e da Comissão Europeia. Destes 163, 19 foram excluídos devido a repetição ou âmbito desapropriado ao caso em análise, resultando numa bateria de 144 indicadores para a AIAHM. Destes 144, não foi possível obter valores no caso de 28 indicadores; contudo, 5 destes foram calculados por *proxy*. Assim, 121 indicadores contribuíram para o cálculo do diagnóstico de sustentabilidade da AIAHM. Os restantes 23 mantêm-se na bateria, para o caso de, futuramente, ser possível integrá-los na monitorização.

PRINCÍPIOS BASE

Em conjunto com os municípios de Odemira e de Aljezur, foi realizado o levantamento dos atores territoriais locais com relevância para o PEOAIAHM. Foram identificados 43 atores territoriais pertencentes a 11 setores de atividade diferentes; todos foram convocados a participar na elaboração do presente PEO, dos quais 37 aceitaram. A lista de atores intervenientes, bem como as respetivas participações são apresentadas no anexo 3.

Foi agendada uma ronda inicial de reuniões, entre 6 de fevereiro e 6 de maio, as quais ocorreram de modo dedicado a cada entidade. Nestas, foi apresentado o diagnóstico territorial da AIAHM e promovida uma discussão preliminar sobre os princípios base, conceitos estratégicos e ações potenciais para a melhoria do desempenho de sustentabilidade do território. Foi ainda solicitada a participação da entidade no que respeita à identificação de diferentes interesses e objetivos presentes no território, projetos, medidas e ações em curso ou planeadas. Foram também identificados outros projetos, medidas, ações e usos do solo que pudessem ser oportunidades e/ou sinergias, face aos interesses e objetivos estabelecidos, ou ser considerados conflituantes. No seguimento de cada reunião, foram também solicitados contributos escritos às entidades, com caráter oficial.

Foi agendada uma segunda ronda de reuniões, entre 13 de maio e 2 de julho, as quais decorreram de forma multipartida com os vários atores, agrupados de forma temática. Tiveram como objetivo discutir e afinar os contributos da primeira fase, a operacionalização das ações potenciais identificadas anteriormente, assim como o mapeamento e identificação das áreas mais indicadas à sua aplicação, consubstanciando-se como princípios base, conceitos estratégicos e ações com vista à melhoria do desempenho de sustentabilidade do território.

CENARIZAÇÃO

As ações foram agrupadas em dois cenários:

Cenário 1: Implementação das ações previstas no programa de ação, com exceção da Licenciamento da atividade agrícola, no contexto legal atual (inexistência de uma entidade licenciadora e obrigatoriedade de licenciamento da atividade agrícola)

Cenário 2: Instituição de uma entidade licenciadora e obrigatoriedade de licenciamento da atividade agrícola

Das 20 ações previstas no presente programa de ação, 19 apresentam o potencial de operacionalização pela CMO (cenário 1), enquanto 1, a ação A3.1, implica a alteração do contexto legislativo e depende de operacionalização por entidade terceira (cenário 2).

Foi realizada uma estimativa dos impactos de cada ação sobre os indicadores que compõem a bateria para avaliação do diagnóstico territorial. Na ausência de valores específicos para cálculo da variação de desempenho dos indicadores, por carência de informação relativa ao número de unidades potencialmente impactadas por cada ação, foi estimado o potencial de melhoria do desempenho, atribuído num mínimo de 0 e um máximo de 5 % (impacte máximo), para cada um dos indicadores. A estimativa teve por base o processo participativo de discussão das ações, com enfoque sobre a informação veiculada pelas entidades potencialmente operadoras das mesmas. O impacto final de cada cenário sobre cada ODS resulta do somatório da variação de desempenho decorrente da implementação conjunta das ações que compõe o cenário em apreço.

Com base nestes valores, foi calculado o potencial de desenvolvimento para cada cenário. Os valores obtidos foram comparados entre ambos os cenários e com o diagnóstico da AIAHM.

Os cenários pretendem-se como ferramentas de apoio à decisão, visando a compreensão do impacto das ações/conjuntos de ações sobre o desempenho de sustentabilidade do território, nas suas diferentes vertentes – social, ambiental e económica.

MODELO TERRITORIAL

A definição do modelo territorial, teve por base a caracterização e a análise de contexto territoriais da AIAHM, o respetivo diagnóstico territorial, bem como a definição de princípios base do plano, que envolveu a participação, concertação e aprovação por parte dos vários atores territoriais envolvidos.

Considerando os objetivos estabelecidos no PEOAIAHM, foi assumido um modelo territorial de desenvolvimento sustentável, assente na valorização de 3 vertentes fundamentais do território: social, ambiental e económica. Este é abordado no capítulo 5/ do presente documento.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS

Os conceitos estratégicos materializam o modelo territorial estabelecido. Os conceitos estratégicos estabelecidos emergiram endogenamente do processo participativo desenvolvido na fase 2, de diagnóstico prospetivo, constituindo-se como os denominadores comuns às entidades envolvidas.

Também estes foram propostos, concertados e aprovados com os vários atores territoriais envolvidos. Os 8 conceitos estratégicos estabelecidos são apresentados no capítulo 6/ do presente documento.

AÇÕES

As ações, por sua vez, materializam de forma concreta os conceitos estratégicos. Também estas foram propostas e concertadas com os vários atores territoriais envolvidos, no âmbito do processo participativo desenvolvido na fase de Diagnóstico Prospetivo. Para cada ação foram definidos: os conceitos estratégicos integrados, a sua justificação, a sua forma de conceção, os atores-chave, o domínio de incidência, as oportunidades de contexto, os obstáculos à implementação, a calendarização e priorização, as sinergias e dependências, investimento e eventuais observações.

Foram estabelecidas 20 ações que se encontram organizadas em 6 temas. Estas são apresentadas no capítulo 7/ do presente documento.

3/ ENQUADRAMENTO

O AHM, construído em 1973, tem como objetivo principal o abastecimento de água por gravidade. Além da irrigação, procura garantir também o abastecimento urbano e da indústria, a regularização dos caudais de ponta de cheia e a produção de energia elétrica. É gerido pela Associação de Beneficiários do Mira (ABM) e recorre ao sistema de adução proveniente da albufeira de Santa Clara, na bacia hidrográfica do rio Mira. Ocupa uma área total de 13 977 ha (DGADR, 2024), sendo constituído por uma rede primária de adução com 96 km de extensão que se desenvolve, em parte, de modo paralelo ao rio Mira. A rede secundária apresenta 502 km de extensão (DGADR, s/d).

Localiza-se na zona sul de Portugal continental, ao longo da faixa litoral das regiões do Alentejo e do Algarve (anexo 1, desenho 1). Abrange os distritos de Beja e Faro, especificamente, os concelhos de Odemira e de Aljezur.

CARACTERIZAÇÃO

BIOFÍSICA

Altimetria e hidrografia

O AHM ocupa uma área predominantemente plana, desenvolvendo-se entre os maciços rochosos das serras do Cercal e Monchique e o oceano Atlântico. No AHM a altitude varia entre 0 e 128 metros (anexo 1, desenho 2). O sistema de rega tira partido da morfologia natural do terreno.

O rio Mira é o principal recurso hídrico do AHM. Nasce na serra do Caldeirão e desenvolve-se ao longo de cerca de 130 km até desaguar no Atlântico, em Vila Nova de Milfontes. Constitui a principal fonte sedimentar de natureza pontual da unidade fisiográfica da costa alentejana e da costa vicentina. Tem, assim, um importante contributo para a alimentação das planícies aluvionares e, na orla costeira, dos areais a sotamar, não obstante a retenção de sedimentos causada pela barragem de Santa Clara (Duarte Santos *et al.*, 2017).

As linhas de água de menor dimensão que afluem ao longo da costa contribuem também para o balanço sedimentar, reforçando os areais das praias locais (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004). A sul da ribeira de Seixe, o AHM está implantado na bacia hidrográfica das ribeiras do Algarve, apesar de não ser servido pelo regime de escoamento respetivo.

A albufeira de Santa Clara é o principal reservatório de água na AIAHM garantindo o abastecimento do aproveitamento hidroagrícola do Mira. Tem uma área de 1 986 ha e uma capacidade total de 485 hm³. De referir também a reserva estratégica de água constituída pela albufeira de Corte Brique, na ribeira de Corte Brique, que ocupa uma área de 18 ha e apresenta uma capacidade total de 1,63 hm³. Esta albufeira tem também como principal destino a irrigação agrícola, abastecendo o aproveitamento hidroagrícola de Corte Brique.

Paisagem

As unidades de paisagem identificadas e definidas são resultantes da interligação dos vários elementos que constituem as suas componentes básicas, e que se podem reunir em grandes grupos (Fadigas, 2007):

- Elementos abióticos, ou seja, elementos descritores do aspeto exterior da crusta terrestre: relevo e formas do terreno (planícies, colinas, vales), sua natureza (afloramentos rochosos, litologia, pedologia), corpos de água (mares, rios, lagoas, albufeiras);
- Elementos bióticos, fauna (por vezes modeladora da paisagem), vegetação (sua composição, fisionomia, densidade, etc.);

- Elementos antrópicos, estruturas artificiais introduzidas pela atividade humana, criadas por diferentes tipos de uso do solo, como são as áreas agrícolas, ou construídas por este, como edifícios, pontes (de carácter pontual), estradas, caminhos de ferro e canais (estruturas lineares) ou centros urbanos e complexos industriais (estruturas poligonais).

Segundo a tipologia de Cancela d'Abreu *et al.* (2004), o AHM localiza-se na confluência de dois grupos de paisagem, o grupo T – Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino e o grupo U – Serras do Algarve e do Litoral Alentejano. O AHM integra as seguintes unidades de paisagem (anexo 1, desenho 3):

- T – COSTA ALENTEJANA E SUDOESTE VICENTINO (86 %)
 - 117 – Litoral Alentejano e Vicentino
 - 118 – Vale do Mira
- U – SERRAS DO ALGARVE E DO LITORAL ALENTEJANO (14 %)
 - 121 – Colinas de Odemira
 - 122 – Serra do Caldeirão

O AHM está inserido numa paisagem variada, de elevado valor cénico e patrimonial, de carácter marcadamente rural. A singularidade paisagística é acentuada pela elevada concentração de valores naturais e diversidade de habitats, tendo especial importância a função ecológica e o contraste cénico conferidos pelo rio Mira.

Esta paisagem caracteriza-se por uma grande variação das ocupações do solo. Enquanto na zona sul predominam áreas extensas de eucaliptal, a norte predominam os sistemas agrícolas mais intensivos (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004). A intensificação da atividade agrícola, potenciada pela existência do AHM, levou a grandes transformações da paisagem ao longo dos anos.

Uso e ocupação do solo

A carta de uso e ocupação do solo (DGT, 2022) na área do AHM é apresentada no desenho 4 do anexo 1 e a sua análise apresentada na tabela 4. Para efeitos de análise, é também incluída a área na envolvente de 500 m ao AHM, com o propósito de incluir os espaços adossados e de transição.

Tabela 4 – Uso do solo na área do AHM e na respetiva área envolvente de 500 metros

USO DO SOLO	AHM		ENVOLVENTE (500 M)	
	HA	%	HA	%
1. Territórios artificializados	215	1,5	451	2,7
2. Agricultura	10 777	77,1	4 290	25,5
3. Pastagens	1 759	12,6	2 286	13,6
4. Superfícies agroflorestais	24	0,2	644	3,8
5. Florestas	948	6,8	6 536	38,8
6. Matos	209	1,5	1 282	7,6
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	0	0,0	301	1,8
8. Zonas húmidas	20	0,1	125	0,7
9. Massas de água superficiais	25	0,2	917	5,5
Total	13 977	100	16 832	100

Verifica-se, assim, que na área do AHM, a agricultura é a classe de uso predominante, ocupando 77,1 % da área total. Dentro do uso agrícola, destacam-se ocupações como culturas temporárias de sequeiro e regadio (61,8 pp), agricultura protegida e viveiros (10,5 pp) e pomares (2,8 pp). As restantes ocupações agrícolas apresentam áreas pouco relevantes. Além do uso agrícola, também as pastagens ocupam uma área significativa no AHM (12,6 %), sendo que 11,8 pp correspondem a pastagens melhoradas. No que toca ao uso florestal (6,8 %), as principais ocupações são florestas de pinheiro-bravo (2,6 pp) e florestas de eucalipto (2,6 pp). As restantes ocupações florestais não são significativas. Os restantes usos do solo são pouco expressivos.

Na envolvente de 500 m, verifica-se a predominância do uso florestal (38,8 %). Dentro deste, destacam-se ocupações como florestas de sobreiro (18,1 pp), florestas de eucalipto (10,2 pp) e florestas de pinheiro-bravo (6,6 pp). Também a agricultura (25,5 %) e as pastagens (13,6 %) são usos expressivos na envolvente do AHM. Similarmente ao que acontece na área do AHM, a ocupação agrícola predominante corresponde a culturas temporárias de sequeiro e regadio (20,8 pp), e a nível de pastagens predominam as pastagens melhoradas (13,1 pp). Também na área envolvente os restantes usos do solo são pouco expressivos.

De ressaltar que esta informação é referente a 2018, tendo havido alterações significativas a nível do uso e ocupação do solo desde essa data.

Clima

De acordo com a classificação de Köppen, o AHM está sujeito a um clima mediterrâneo, do tipo *Csb* – temperado com verão seco e suave (IPMA, s/d).

De modo a projetar tendências climáticas futuras, a formulação de cenários *representative concentration pathways* (RCP) assenta na porção dos patamares de concentração de GEE que se prevê desenvolverem até 2100, para os quais os modelos de avaliação integrada produzem cenários de emissões correspondentes. Assim, o RCP4.5 é um patamar de estabilização intermédio, enquanto o RCP8.5 é um patamar elevado, constituindo o cenário mais gravoso (IPCC, 2022).

As projeções para a sub-região do Alentejo litoral, onde se insere o AHM, indicam um aumento das temperaturas média, máxima, mínima, e do número de dias em onda de calor, com maior evidência no cenário RCP 8.5. Em sentido inverso, projeta-se uma redução do número de dias de chuva nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5, sendo mais evidente no segundo (IPMA, 2015). Todos estes parâmetros são melhor detalhados de seguida.

A temperatura máxima anual média, no período 1971-2000, é de 20,7 °C (figura 2). No RCP 4.5, são projetados aumentos dos valores médios, em relação ao período histórico de 1971-2000, de 1,5 °C no período 2041-2070, e de 1,8 °C no período 2071-2100. No RCP 8.5, para a mesma variável, são projetados aumentos dos valores médios de 2,1 °C no período 2041-2070, e de 3,6 °C no período 2071-2100.

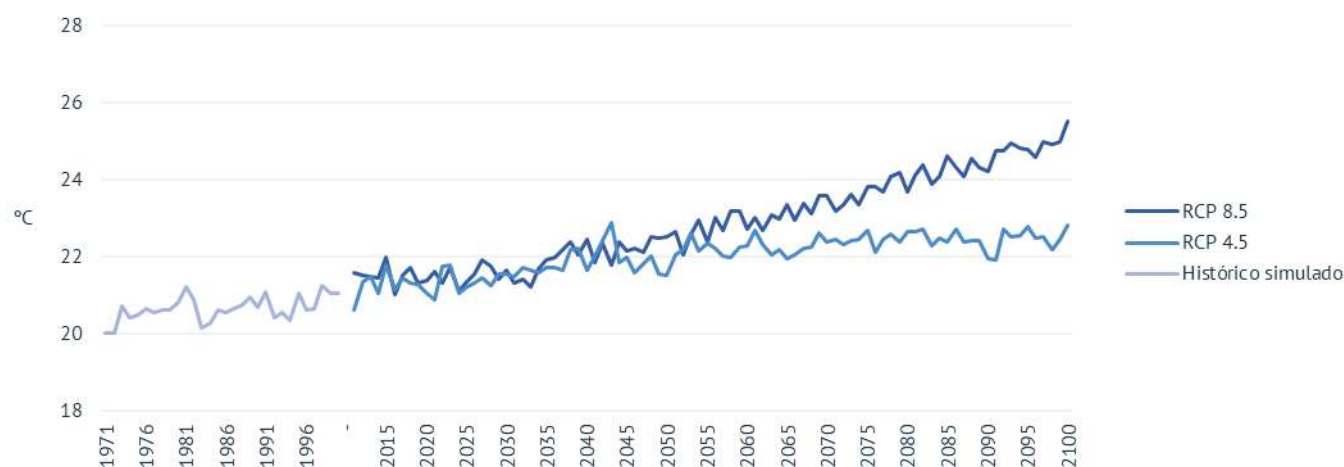


Figura 2 – Projeção da temperatura máxima anual (°C), até ao final do século, para o Alentejo litoral (IPMA, 2015).

A temperatura média anual no período 1971-2000, é de 15,6 °C (figura 3). No RCP 4.5, são projetados aumentos dos valores médios, em relação ao período histórico de 1971-2000, de 1,4 °C no período 2041-2070, e de 1,7 °C no período 2071-2100. No RCP 8.5, para a mesma variável, são projetados aumentos dos valores médios de 2 °C no período 2041-2070, e de 3,4 °C no período 2071-2100.

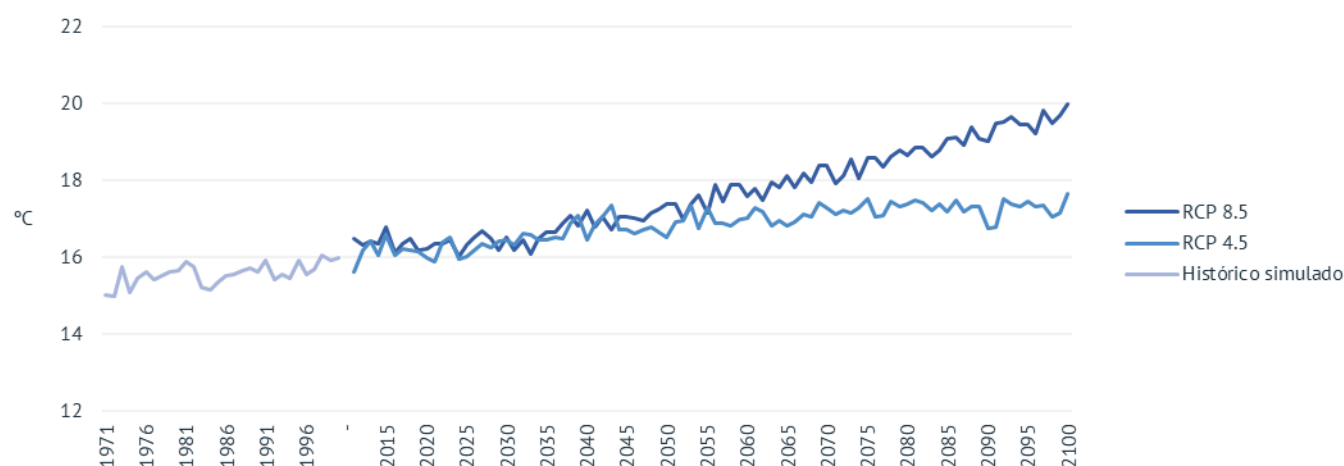


Figura 3 – Projeção da temperatura média anual (°C) até ao final do século (IPMA, 2015).

A temperatura mínima anual, no período 1971-2000, é de 8,8 °C (figura 4). No RCP 4.5, são projetados aumentos dos valores médios, em relação ao período histórico, de 1,4 °C no período 2041-2070, e de 1,7 °C no período 2071-2100. No RCP 8.5, são projetados aumentos dos valores médios de 2 °C no período 2041-2070, e de 3,5 °C no período 2071-2100.

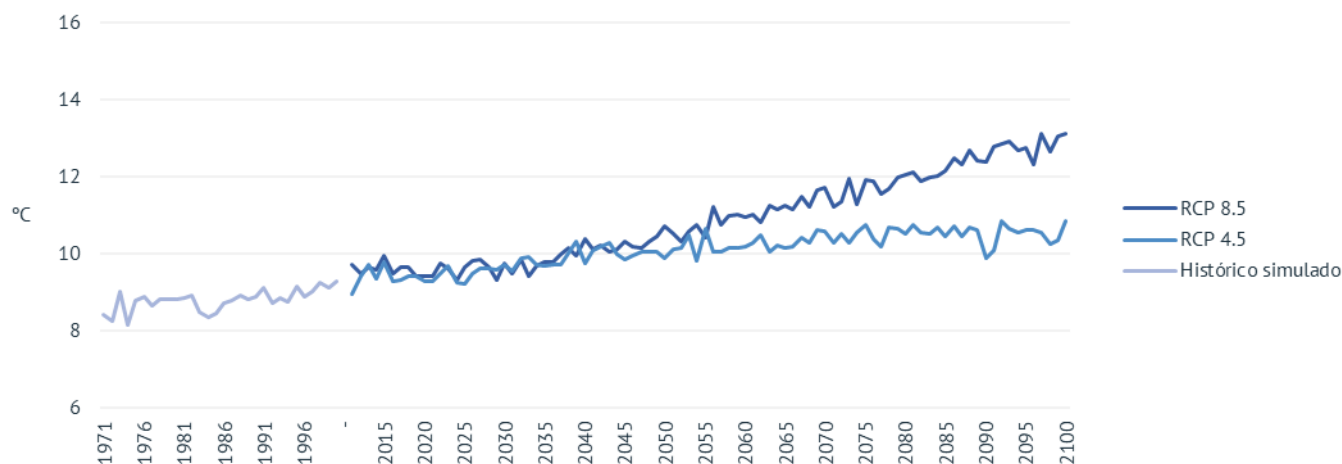


Figura 4 – Projeção da temperatura mínima anual (°C) até ao final do século (IPMA, 2015).

Segundo a Organização Meteorológica Mundial, considera-se que ocorre uma onda de calor quando se verifica, durante pelo menos 6 dias consecutivos, que o valor da temperatura máxima diária é superior em 5 °C ao valor médio diário no período de referência (IPMA, 2015).

Em relação ao período histórico de 1971-2000, regista-se um valor médio anual de 5,6 dias em onda de calor, verificando-se uma tendência crescente desta variável (figura 5). No RCP 4.5, são projetados aumentos dos valores médios, em relação ao período 1971-2000, de 6,2 dias em onda de calor no período 2041-2070, e de 7,6 dias em onda de calor, no período 2071-2100 (figura). No RCP 8.5, são projetados aumentos dos valores médios, em relação ao período histórico, de 8,7 dias em onda de calor no período 2041-2070, e de 15,9 dias em onda de calor no período 2071-2100.

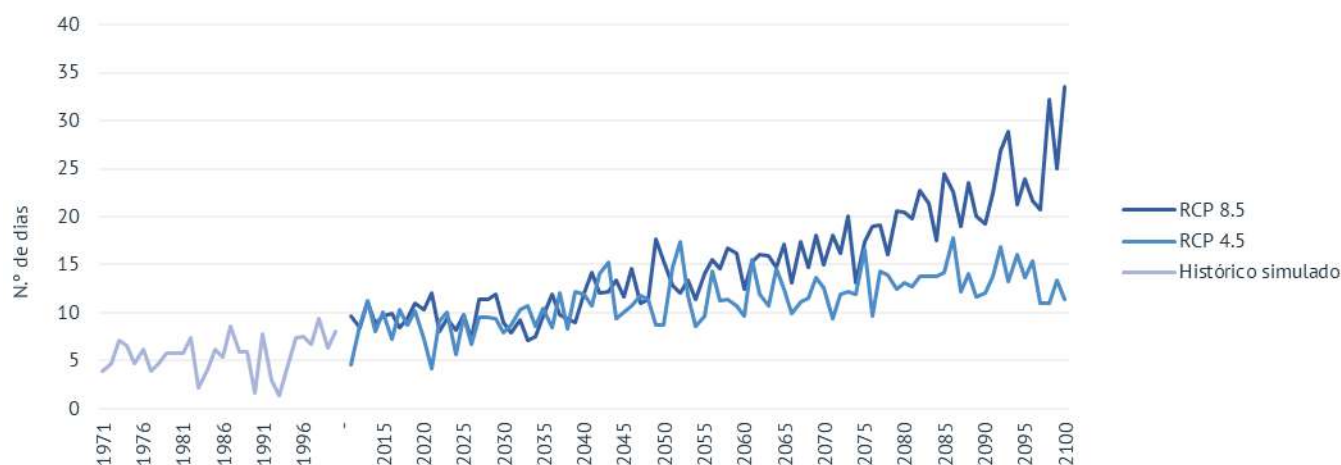


Figura 5 – Projeção do número de dias em onda de calor até ao final do século (IPMA, 2015).

Segundo a Organização Meteorológica Mundial, os dias de chuva apresentam precipitação igual ou superior a 1 mm num período de 24 horas (IPMA, 2015).

Em relação ao período histórico 1971-2000, regista-se um valor médio anual de 85,8 dias de chuva, verificando-se uma tendência decrescente desta variável (figura 6). No RCP 4.5, são projetados decréscimos dos valores médios, em relação ao período histórico, de 9,3 dias de chuva no período 2041-2070, e de 10,5 dias de chuva no período 2071-2100. No RCP 8.5, são projetados decréscimos dos valores médios, em relação ao período histórico, de 12,1 dias de chuva no período 2041-2070, e de 19,8 dias de chuva no período 2071-2100.

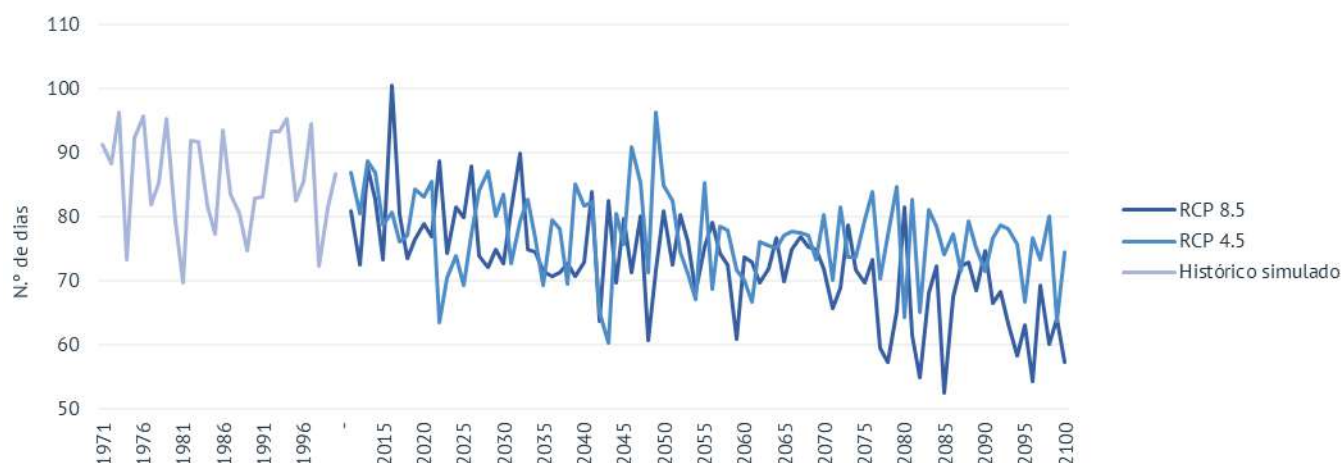


Figura 6 – Projeção do número de dias de chuva até ao final do século (IPMA, 2015).

SOCIAL

As dinâmicas singulares que têm lugar neste território refletem de forma clara a influência do AHM. Por outro lado, as particularidades da ocupação humana, bem como os conjuntos edificados, constituem fatores condicionadores da atividade agrícola. Esta característica é potenciada pela relação histórica das comunidades locais com o património natural existente.

Aglomerados populacionais

O território assume características marcadamente rurais, não existindo qualquer aglomerado com categoria de cidade na AIAHM. Tendo em conta a proximidade geográfica, os aglomerados populacionais sob influência direta do AHM incluem Almogrove, Azenha do Mar, Boavista dos Pinheiros, Brejão, Cavaleiro, Fataca, Longueira, Malavado, Odeceixe, Rogil e Zambujeira do Mar. Contudo, existem aglomerados, como é o caso de Vila Nova de Milfontes, Odemira e São Teotónio, que apesar de não estarem localizados no AHM, são influenciados pelas dinâmicas associadas.

No que respeita ao alojamento dos trabalhadores agrícolas, dada a dimensão e dispersão do AHM, assim como dos respetivos acessos, é comum o alojamento em instalações de alojamento temporário amovíveis (IATA). Atualmente, encontram-se 39 IATA instaladas, das quais 17 se encontram autorizadas em conferência procedimental deliberativa (CMO, 2023a). As IATA atualmente autorizadas têm capacidade para alojar 3 030 trabalhadores temporários. As IATA encontram-se dispersas pela área do AHM, embora com maior concentração nas zonas norte e centro (anexo 1, desenho 5), especialmente nas freguesias de Longueira/Almogrove e São Teotónio. Em Longueira/Almogrove, existem 10 IATA autorizadas, com uma capacidade de alojamento total de 1 984 trabalhadores, ocupando uma área de 20,0 ha. Na freguesia de São Teotónio, foram instaladas 6 IATA, com uma capacidade total para 1 102 trabalhadores e ocupando uma área de 3,8 ha. Em São Salvador e Santa Maria existe 1 IATA autorizada, com uma capacidade de 96 trabalhadores, ocupando uma área de 0,3 ha.

Relativamente ao parque habitacional, a generalidade apresenta-se em bom estado de conservação, com 84 % da população alojada em habitações sem necessidades evidentes de reparação (INE, 2022a). A taxa de sobrelotação das habitações é de 11 % (INE, 2022a). Contudo, este valor é de 2011, não havendo informação estatística atualizada à escala da AIAHM.

As características marcadamente rurais do território traduzem-se na diminuta presença de alguns poluentes atmosféricos, como a concentração de partículas em suspensão de dimensão inferior a 2,5 μm (PM 2,5) que apresenta um valor médio de 0,1 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (APA, 2021a).

Infraestruturas e equipamentos

SAÚDE

O acesso a saúde de qualidade reflete-se na oferta de equipamentos e de pessoal médico. Não existindo unidades hospitalares na AIAHM, regista-se uma unidade de cuidados continuados no concelho de Odemira (SNS, s/d a) e uma no concelho de Aljezur (SNS, s/d b; anexo 1, desenho 6.1).

No que respeita ao acesso a cuidados hospitalares, a população no concelho de Odemira é servida pela unidade local de saúde do litoral alentejano, no concelho de Santiago do Cacém, a cerca de 70 km da sede de concelho. A população de Aljezur é servida pela unidade hospitalar de Portimão, a cerca de 45 km da sede de concelho. Existem ainda unidades hospitalares privadas nos concelhos de Sines e de Lagos.

Em relação a pessoal médico, constata-se um reforço de efetivos entre 2012 e 2022, com um aumento de 50 % no concelho de Odemira e de 75 % no concelho de Aljezur. Assim, registam-se 1,2 médicos por 1 000 habitantes em Odemira e 2,8 médicos por 1 000 habitantes em Aljezur (INE, 2023a). Verifica-se também a presença de 0,4 farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes no concelho de Odemira e de 0,5 farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes no concelho de Aljezur (INE, 2023b).

No contexto da sub-região do Alentejo litoral e da região do Algarve, regista-se uma esperança de vida à nascença de 80 anos (INE, 2023c), sendo a taxa de mortalidade de crianças abaixo dos cinco anos de 4,1 óbitos por 1 000 nados-vivos em Odemira, e de 0,0 óbitos por 1 000 nados-vivos em Aljezur.

A taxa de mortalidade por doenças não transmissíveis⁵ na população entre 35 e 74 anos de idade é de 226,8 óbitos por 100 mil habitantes em Odemira, e de 314,3 óbitos por 100 mil habitantes em Aljezur. Também a taxa de mortalidade devido a intoxicação por drogas afigura-se positiva, correspondendo a 0 óbitos por 100 mil habitantes em ambos os concelhos, assim como a taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, de 14 óbitos por 100 mil habitantes em Odemira, e de 17 óbitos por 100 mil habitantes em Aljezur (INE, 2023d). A taxa de mortalidade por tuberculose, vírus da imunodeficiência humana (VIH) e hepatite é de 6,8 óbitos por 100 mil habitantes em Odemira. No ano em análise, 2021, não se registaram óbitos em Aljezur com esta causa. As taxas de suicídio nos concelhos de Odemira e Aljezur afiguram-se elevadas, com 27,1 óbitos por 100 mil habitantes em Odemira, e 49,6 óbitos por 100 mil habitantes em Aljezur (INE, 2023d).

⁵ Doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias.

EDUCAÇÃO

A oferta educativa na AIAHM tem vindo a diminuir, verificando-se uma redução a nível de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico no concelho de Odemira, entre os anos letivos de 2011/2012 e de 2021/2022. O concelho de Odemira dispõe de educação pré-escolar, básica, secundária e de ensino profissional (INE, 2023e). Já o concelho de Aljezur dispõe de três estabelecimentos de ensino básico. Registando-se a ausência de oferta de ensino secundário, a população escolar é servida pelas escolas secundárias no concelho de Lagos, a cerca de 32 km da sede de concelho (CMA, 2024; anexo 1, desenho 6.2). Verifica-se a ausência de ensino artístico ou superior na AIAHM (INE, 2023e).

Na AIAHM, verifica-se uma elevada participação no ensino pré-escolar, com 109 % das crianças inscritas na educação pré-escolar em Odemira, e 104 % em Aljezur (INE, 2022b). Tendo em conta o universo estatístico correspondente à população residente com idade compreendida entre 3 e 5 anos, os valores superiores a 100 % resultam da existência de crianças de outras faixas etárias a frequentar este nível de ensino (p.e. crianças com 6 anos de idade).

No que respeita ao ensino básico, a taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados no 9.º ano do ensino básico geral e artístico é de 3 %, no concelho de Odemira, e de 0 %, no concelho de Aljezur (DGEEC, 2023). Em relação ao ensino secundário, a proporção da população que completou este nível de ensino registou um aumento de 16 pp, em Odemira, e de 13 pp, em Aljezur, entre 2011 e 2021. Assim, 38 % da população de Odemira e 43 % da população de Aljezur tem ensino secundário completo (INE, 2022a).

No que respeita aos percursos diretos de sucesso, o qual traduz a proporção de alunos da escola que concluíram os cursos científico-humanísticos dentro do tempo normal (3 anos após o seu ingresso), 71 % dos alunos dos agrupamentos de escolas de Odemira concluíram os cursos científico-humanísticos neste prazo (DGEEC, 2023). Já no que respeita à equidade no sistema de ensino, referente à proporção de alunos com apoio de ação social escolar (ASE) que obtém avaliação positiva nos exames nacionais do 12.º ano após um percurso sem retenções nos 10.º e 11.º anos, o valor para o concelho de Odemira é de 2 pp acima da média nacional comparável (DGEEC, 2023).

PAZ E JUSTIÇA

Na AIAHM, regista-se a presença do juízo de competência genérica de Odemira, localizado na sede de concelho, afeto ao tribunal judicial da comarca de Beja. Destaca-se ainda a existência do estabelecimento prisional de Odemira com uma lotação de 56 lugares (DGRSP, s/d). No que respeita ao concelho de Aljezur, este encontra-se sob jurisdição do tribunal judicial da comarca de Faro, estando ainda sob jurisdição do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lagos (DIAP; Ministério da Justiça, s/d). No entanto, não existe em Aljezur nenhuma infraestrutura judicial sendo a mais próxima o juízo de proximidade Monchique (anexo 1, desenho 6.3). Também não existem em Aljezur estabelecimentos prisionais.

Este território apresenta baixos níveis de criminalidade, com um reporte de crimes na área de residência de 1 % (GNR, 2023) e de criminalidade violenta, sendo o número de óbitos por homicídio de 0 óbitos por 100 mil habitantes (INE, 2023d). Também as taxas de prisão preventiva, de 11% (Comarca de Beja, 2023; DGRSP, 2023), e de encarceramento, de 25 reclusos por 100 mil habitantes (DGRSP, 2023), se afiguram positivas.

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O acesso a água potável abrange 73 % dos alojamentos familiares em Odemira (INE, 2022c) estando aquém da desejável cobertura universal (SDSN Europe, 2024). No concelho de Aljezur, é garantido o acesso a 91 % dos alojamentos familiares.

O sistema de drenagem de águas residuais serve 65 % dos alojamentos familiares em Odemira e 50 % dos alojamentos familiares em Aljezur (INE, 2022c). Assim, 35 % dos alojamentos familiares em Odemira e metade dos alojamentos familiares em Aljezur ainda recorrem a fossas sépticas, com efeitos ambientais potencialmente negativos. O sistema de tratamento de água residuais serve 65 % dos alojamentos familiares em Odemira e 47 % dos alojamentos familiares em Aljezur (INE, 2022c).

ENERGIA

No concelho de Odemira, o consumo doméstico de eletricidade por habitante é de 104 kgep/capita (INE, 2023f). Este valor é superior em Aljezur, com um consumo de 202 kgep/capita. De referir que 37 % da população do concelho de Odemira e 31 % da do concelho de Aljezur não utiliza qualquer tipo de aquecimento no alojamento (INE, 2022a).

Nos dois concelhos, a ausência de instalações de produção de eletricidade a partir de combustíveis fósseis possibilita que o conjunto das emissões de dióxido de carbono (CO₂) de combustíveis fósseis para produção de eletricidade seja nulo (APA, 2021a).

ACESSIBILIDADES

Em termos de acessibilidade, o AHM encontra-se servido por algumas infraestruturas rodoviárias de hierarquia nacional, regional, municipal e local, não contando com ligações próximas a qualquer troço de autoestrada, itinerário principal, ou itinerário complementar. Deste modo, o escoamento da produção das explorações agrícolas do AHM é garantido através de rodovias de carácter nacional no eixo norte-sul. A rede de rodovias secundárias, de ligação aos aglomerados populacionais, permite a circulação interna no AHM predominantemente no eixo este-oeste.

Relativamente à ferrovia, esta atravessa a faixa interior do concelho de Odemira, servida pela estação de Santa Clara-Sabóia, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, e pela estação de Amoreiras, na freguesia de São Martinho das Amoreiras (anexo 1, desenho 6.4).

A baixa densidade populacional na AIAHM traduz-se na menor acessibilidade a redes de transporte coletivo. Assim, 20 % da população residente em Odemira recorre a transportes coletivos como principal meio de transporte para o local de trabalho ou de estudo. Em Aljezur, este valor é de 13 % (INE, 2022a). De referir aqui que, deste valor, o recurso a transporte coletivo da empresa ou da escola corresponde a 12 pp em Odemira, e a 5 pp em Aljezur, enquanto o recurso a autocarro corresponde a 8 pp nos dois concelhos. Não obstante a presença das estações ferroviárias de Santa Clara-Sabóia e de Amoreiras, o recurso à ferrovia para movimentos pendulares revela-se residual.

No que respeita à proporção de mercadorias transportadas por ferrovia, a atividade de embarque/desembarque de mercadorias ferroviárias é, de momento, inexistente. Contudo, a estação de Santa Clara-Sabóia desempenhou, até recentemente, um papel no embarque de rolaria para a indústria da celulose.

Dinâmicas demográficas

O concelho de Odemira possui uma população residente de 29 538 habitantes e uma densidade populacional de 17 habitantes/km², enquanto o concelho de Aljezur apresenta uma população residente de 6 045 habitantes e uma densidade populacional de 19 habitantes/km² (INE, 2022a).

Odemira é o único concelho da região do Alentejo a apresentar uma variação positiva da população residente, entre 2011 e 2021, com uma taxa de crescimento de 13 %. Este aumento é influenciado de modo marcado pela imigração, tendo em conta que a taxa de crescimento natural anual é negativa. À semelhança de Odemira, a variação populacional de Aljezur é positiva, de 3 %, também sob

efeito das tendências migratórias. No entanto, constata-se que este crescimento acompanha a tendência da região do Algarve, que registou um aumento de 4 % entre 2011 e 2021.

De acordo com os últimos censos (INE, 2022a), entre 2011 e 2021, a variação da população residente alcançou 72 % na freguesia de Longueira/Almogrove, com um aumento em 119 % da população masculina e de 25 % da população feminina. Este crescimento foi igualmente notório nas freguesias afetadas pelo AHM, como São Teotónio, Boavista dos Pinheiros, São Salvador e Santa Maria, cujas populações registaram um crescimento de 35 %, 21 % e 8 %, respetivamente. Apesar de não estar localizada no AHM, também a freguesia de Vila Nova de Milfontes registou um aumento da densidade populacional de 13 %. De igual forma, as freguesias de Odeceixe e Rogil registaram aumentos de 10 % e 3 %, respetivamente. Em Odeceixe, a variação da população masculina cresceu mais do dobro da feminina.

A população residente de nacionalidade estrangeira corresponde a 28 % da população de Odemira e a 26 % da de Aljezur. Nas freguesias de Boavista dos Pinheiros, Longueira/Almogrove e São Salvador e Santa Maria, houve um crescimento da população estrangeira de 560 % ou superior, entre 2011 e 2021. Nas freguesias de São Teotónio, Odeceixe e Rogil, esta variação é de 220 %, 193 % e 45 %, respetivamente. A população originária do continente asiático é dominante, representando 80 % ou mais da população residente estrangeira nas freguesias de Longueira/Almogrove, São Salvador e Santa Maria e São Teotónio, 67 % da de Boavista dos Pinheiros, e 38 % e 30 % das freguesias de Odeceixe e Rogil. De referir ainda a freguesia de Vila Nova de Milfontes, com uma proporção da população estrangeira de 18 %, o que representa um aumento superior a 240 %. Quase 70 % da população estrangeira é de origem asiática (INE, 2022a).

A taxa de risco de pobreza após transferências sociais é de 15 % e 22 % para o Alentejo e Algarve, respetivamente. Já a taxa de privação material e social severa é de 3 % para o Alentejo e 5 % para o Algarve (INE, 2023g). Já o coeficiente de Gini⁶ é de 36 % em Odemira e de 41 % em Aljezur (INE, 2023h).

No que respeita a questões de igualdade de género, a nível da representação política exercida por mulheres na AIAHM, verifica-se que nenhum dos 2 presidentes da câmara é do género feminino, e que 3 dos 17 presidentes de junta são do género feminino (CMO, 2023b; CMA, s/d). A disparidade no emprego entre géneros, que mede a diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos, é de 11 pp em Odemira e de 5 pp em Aljezur (INE, 2022a). Em sentido inverso, a disparidade salarial entre homens e mulheres é de 1,8 % no concelho de Odemira e de 4 % no de Aljezur (INE, 2023i).

ECONÓMICA

A análise da economia local revela uma natural importância do setor agrícola no concelho de Odemira, o que reflete os resultados do investimento em modos de produção intensivos que tiveram aqui lugar. Esta dimensão incide, não só nos efeitos financeiros, mas também na criação de um volume considerável de postos de trabalho. Em Aljezur, devido à menor influência do AHM, a agricultura é pouco relevante na economia do concelho.

Por sua vez, o turismo, onde se agrega o alojamento e a restauração, apresenta tendências contrárias, com maior vigor no concelho de Aljezur e uma tendência decrescente em Odemira.

⁶ Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

A instalação de centrais de produção de eletricidade através de fontes renováveis traduz-se num potencial acrescido de valorização do território, destas destaca-se a produção hidroelétrica aproveitando a barragem de Santa-Clara, infraestrutura que compõe o AHM.

Atividades económicas

A AIAHM tem sido sujeita a dinâmicas vincadas de alteração da paisagem e de ocupação do solo, derivadas dos processos de intensificação agrícola. Estas têm-se pautado pelo aumento da importância económica da agricultura. Em 2022, o setor da agricultura e pecuária representava 49 % do valor acrescentado bruto (VAB) do concelho de Odemira e 5 % do concelho de Aljezur (INE, 2023j). Este resultado demonstra tendências claramente positivas, particularmente em Odemira, onde se assistiu a um crescimento de 17 pp entre 2008 e 2022. Em Aljezur, este crescimento foi mais modesto, de 2 pp, não sendo notória a influência do AHM.

As condições edafoclimáticas, como a reduzida ocorrência de geadas, e a disponibilidade de solos de textura predominantemente ligeira com aptidão para o regadio são favoráveis à atividade agrícola.

No que respeita à ocupação cultural, os dados referentes a 2022 são apresentados na tabela 5 e encontram-se representados no desenho 7.1 do anexo 1.

Tabela 5 – Ocupação cultural no AHM em 2022 (ABM, 2023a)

OCUPAÇÃO CULTURAL	HA	%
Hortícola	1 545	28,0
Pequenos frutos	1 371	24,8
Forrageira	1268	22,9
Floricultura	793	14,3
Frutícola	342	6,2
Arvense	197	3,6
Outros	12	0,2

No AHM, as principais culturas passam essencialmente por hortícolas (28 %), pequenos frutos (25 %), forrageira (23 %), e floricultura (14 %). A aptidão desta região para este tipo de culturas tem-se traduzido numa grande proliferação de estruturas de proteção e proporcionando, com a precocidade da colheita, vantagens competitivas⁷. Atualmente, a área cultivada no AHM totaliza 5 529 ha, dos quais 1 520 ha correspondem as culturas protegidas⁸ (ABM, 2023a). A área em modo de produção biológico corresponde a 0 % do AHM, tendo decrescido entre 2009 e 2019 (INE, 2021a).

Em Odemira, a capacidade produtora total no concelho garantiu um saldo da balança comercial internacional superior a 174 milhões de euros. O pessoal ao serviço nas empresas representa 43 % do da sub-região do Alentejo litoral. De notar, no entanto, que o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, de 975 €, corresponde a 76 % do ganho médio mensal para o conjunto do país (INE, 2023k).

⁷ Resolução do conselho de ministros n.º 30/2013, de 9 de maio. Diário da República, 1.ª série, n.º 89.

⁸ Abrigos, estufas/estufins, túneis elevados e redes de ensombramento.

As empresas que operam neste concelho são responsáveis por um VAB de 254 milhões de euros, representando 25 % do VAB do conjunto das empresas no Alentejo litoral. A taxa de variação do VAB no concelho, entre 2020 e 2021, correspondeu a 12 % (INE, 2023l).

O AHM ocupa quase integralmente solos afetos à reserva agrícola nacional (RAN; anexo 1, desenho 7.2), tendo, em 2022, sido regados 5 529 ha, num volume total de consumo de água de 14,3 hm, correspondente a 78 % da água disponibilizada no perímetro de rega. Isto traduz-se numa dotação por área regada de 2 586 m³/ha (ABM, 2023b).

As principais culturas agrícolas regadas, na campanha 2022, correspondem a framboesas (19 %), forragens (9 %), pastagens naturais (9 %), floricultura (6 %) e batata-doce (5 %). De referir que os pequenos frutos constituem 25 % da área regada do AHM. A área de cultivo ocupada com cereais corresponde a 3 % da área regada (ABM, 2023b).

Em relação à mão de obra, em 2018 estimava-se a existência de 6 000 a 8 000 trabalhadores agrícolas no AHM (CCDRA, 2018).

Em Odemira, os setores da indústria, e do comércio e serviços correspondem a 7 % e 26 % do VAB, respetivamente. Na indústria, destaca-se o setor da construção, com uma importância de 7 % do VAB. Por sua vez, a silvicultura representa 4 % do VAB do concelho de Odemira, e de 0 % do de Aljezur (INE, 2023j). No concelho de Aljezur, o setor da construção corresponde a 15 % do VAB e, o setor do comércio e serviços, a 39 %.

No concelho de Odemira o turismo (alojamento e restauração) corresponde a 12 % do VAB do concelho, sendo esta importância em Aljezur de 36 % do VAB concelhio, tendo os setores do alojamento e da restauração a mesma importância económica (18 %; anexo 1, desenho 7.3). Contudo, o setor revela evoluções díspares entre 2008 e 2022, com uma diminuição de 4 pp no primeiro e um crescimento de 14 pp no segundo. As empresas que operam em Aljezur são responsáveis por um VAB de 34 milhões de euros, representando 1 % do VAB do conjunto das empresas na região do Algarve. A taxa de variação do VAB no concelho, entre 2020 e 2021, correspondeu a um acréscimo de 24 % (INE, 2023m).

A capacidade produtora atingiu um saldo da balança comercial de quase 2 milhões de euros, no contexto do mercado internacional, com significativa influência da oferta turística. O pessoal ao serviço nas empresas representa 1 % do da região do Algarve. O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem é de 971 €, o que corresponde a 75 % do ganho médio mensal para o conjunto do país.

De realçar que as povoações costeiras locais de pequena dimensão, tradicionalmente associadas à atividade piscatória, têm assistido, nas últimas décadas, a um paulatino interesse no potencial turístico.

Em relação ao setor energético, a produção de energia na AIAHM assenta no potencial solar, hídrico e eólico do território (REN, 2023). A produção solar no concelho de Odemira é garantida por uma central fotovoltaica com uma potência instalada de 7 MW, e no concelho de Aljezur por uma central fotovoltaica com uma potência instalada de 3 MW. O potencial hidroelétrico é explorado através da central hidroelétrica da Bugalheira, gerida pela ABM, com uma potência instalada de 1 MW. Existem dois parques eólicos no concelho de Aljezur, com uma potência instalada total de 34 MW.

Produção e consumo

As características marcadamente rurais da AIAHM refletem padrões de produção com menor nível de sofisticação tecnológica e incorporação de conhecimento. Assim, para o concelho de Odemira é possível verificar que a importância das atividades de I&D corresponde a 0,8 % do valor acrescentado bruto (VAB) das empresas (DGEEC, 2021; INE, 2023j), enquanto a proporção de pessoal a tempo integral nas instituições e empresas em atividades de I&D é de 0,1 % (INE, 2023n).

Da mesma forma, em relação ao concelho de Odemira, não se registou qualquer pedido de patente ao Instituto Europeu de Patentes (IEP; INPI, 2023).

A reduzida intensidade de produção industrial possibilita um contexto de emissões de poluentes atmosféricos pouco significativo. Deste modo, as emissões médias de dióxido de carbono (CO₂) por quilómetro de automóveis novos de passageiros correspondem a 34 kg/km. Também as emissões de dióxido de enxofre (SO₂) correspondem a 0,3 kg/capita em Odemira, e a 0,5 kg/capita em Aljezur (APA, 2021a). Estas tendências são semelhantes no que respeita à emissão de gases com efeito de estufa pela atividade produtiva, correspondentes a 0,3 ton/ano no conjunto da AIAHM. A população é responsável pela emissão de 2,4 ton/capita em Odemira, e de 0,6 ton/capita em Aljezur. As emissões de dióxido de carbono (CO₂) de combustíveis fósseis e produção de cimento são igualmente favoráveis, correspondendo a 1 tCO₂/capita em Odemira, e a 0,4 tCO₂/capita em Aljezur. As emissões de poluentes, como o nitrogénio reativo, são de 28 kg/capita no concelho de Odemira, e de 13 kg/capita em Aljezur. As emissões de ozono diário⁹ correspondem a 0,07 ppm (APA, 2022a) e a taxa de variação anual de emissão atmosférica de produtos químicos tóxicos a partir de resíduos gerados na produção corresponde a -7 % (APA, 2021a).

Ao nível da gestão de resíduos, a produção de resíduos urbanos corresponde a 527 kg/capita e a produção de resíduos perigosos é de 9,1 kg/capita (APA, 2021c). No que se refere à reciclagem, a taxa de utilização de material circular é de 3 ton/ano.

Trabalho digno e crescimento económico

A atividade desenvolvida no AHM tem influenciado as dinâmicas de trabalho no território. A variação da taxa de desemprego apresentou um decréscimo, entre 2011 e 2021, de 9 pp em Odemira, e de 4 pp em Aljezur. Deste modo, a taxa de desemprego corresponde a 5 % em Odemira, e a 8 % em Aljezur (INE, 2022a).

A taxa de mortalidade laboral é de 0 óbitos/100 mil empregados (GEP, 2021; INE, 2022a), e as condenações pelo crime de escravidão de 0 condenações/100 mil habitantes (Comarca de Beja, 2023).

O rendimento disponível bruto por habitante corresponde a 8 547 €/habitante no concelho de Odemira e de 7 660 €/habitante no concelho de Aljezur (INE, 2021b).

AMBIENTAL

A importância do património natural existente na AIAHM traduz-se num território de elevado interesse para a conservação de habitats e da biodiversidade à escala nacional.

⁹ Medidas através do valor correspondente ao 4.º nível máximo de ozono diário, numa média de 8 horas no ano.

Áreas classificadas

O sistema nacional de áreas classificadas é constituído pela rede nacional de áreas protegidas (RNAP), pelas áreas integradas na rede Natura 2000 e por outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado¹⁰. O AHM sobrepõe-se aos dois primeiros tipos.

A qualidade paisagística e cénica, assim como a elevada concentração de valores naturais, motivou a criação da área de paisagem protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, em 1988, abrangendo a área costeira do AHM (ICNF, s/d). Esta área posteriormente evolui para o parque natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), em 1995. O PNSACV tem como objetivos a compatibilização dos valores naturais, o desenvolvimento sustentado, e a qualidade de vida das populações¹¹. 86,2 % da área do AHM sobrepõe-se ao PNSACV (tabela 6; anexo 1, desenho 8). Grande parte desta área apresenta uma classe de proteção complementar II (81,1 %). Além desta, encontram-se ainda sobrepostas ao AHM, áreas com proteção parcial I, proteção parcial II e proteção complementar I, bem como área não sujeita a proteção.

A rede Natura 2000, em território nacional, resulta da transposição das diretivas comunitárias para a conservação da natureza no ordenamento jurídico interno. É constituída pelas zonas especiais de conservação (ZEC), da diretiva habitats, e pelas zonas de proteção especial (ZPE), da diretiva aves. A sobreposição entre o AHM e a rede Natura 2000 é apresentada na tabela 6 e no desenho 8 do anexo 1. O AHM coincide com duas zonas especiais de conservação, a ZEC Costa Sudoeste e a ZEC Monchique. Destaca-se a primeira que abrange 94,3 % da área do AHM. Relativamente às zonas de proteção especial, o AHM abrange também duas, a ZPE Costa Sudoeste e a ZPE Monchique. Também aqui se destaca a primeira que abrange 79,4 % da área do AHM.

Além das áreas classificadas, assinala-se também a presença de outras áreas importantes para a preservação dos valores naturais. É o caso das *important bird areas* (IBA) que correspondem a locais prioritários para a conservação de aves com estatuto de conservação desfavorável, tendo sido identificadas e classificadas como internacionalmente relevantes. O AHM sobrepõe-se a duas *important bird areas*, a IBA Costa Sudoeste, que ocupa 79,5 %, e a IBA Serra de Monchique, que ocupa 0,4 % da área do AHM (tabela 6; anexo 1, desenho 9).

Tabela 6 – Áreas classificadas e outras áreas importantes no AHM

ÁREAS CLASSIFICADAS E OUTRAS ÁREAS IMPORTANTES	HA	%
PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA	12 049	86,2
Proteção total	0	0,0
Proteção parcial I	158	1,1
Proteção parcial II	381	2,7
Proteção complementar I	82	0,6
Proteção complementar II	11 331	81,1
Área não sujeita a proteção	97	0,7
REDE NATURA 2000	13 216	94,6
Zona especial de conservação Costa Suoeste	13 178	94,3

¹⁰ Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, estabelecido pelo decreto-lei n.º 142/2008, de 24 de julho, e posteriores alterações. Diário da República, 1.ª série, n.º 142.

¹¹ Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro. Diário da República, 1.ª série, n.º 25.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

ÁREAS CLASSIFICADAS E OUTRAS ÁREAS IMPORTANTES	HA	%
Zona especial de conservação Monchique	38	0,3
Zona de proteção especial Costa Sudoeste	11 102	79,4
Zona de proteção especial Monchique	38	0,3
<i>IMPORTANT BIRD AREAS</i>	11 167	79,9
Costa Sudoeste	11 113	79,5
Serra de Monchique	54	0,4

É de salientar que o AHM se sobrepõe de forma significativa às áreas classificadas existentes no território. A presença destas figuras de proteção é assim fundamental para a preservação dos valores existentes no AHM, muitas vezes incompatíveis com a atividade agrícola intensiva.

Valores naturais

Como referido anteriormente, a criação do PNSACV teve em conta a presença de um elevado número de habitats com interesse para a conservação, conferindo à AIAHM dinâmicas ecológicas notáveis. Foram identificados no AHM 35 habitats classificados, 8 dos quais prioritários (Ecosativa, 2016). Os habitats prioritários presentes neste território incluem habitats associados a dunas marítimas e costeiras (2130*, 2150*, 2250* e 2270*), charcos temporários mediterrânicos (3170*), charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* (4020*), formações de *Cistus palhinhae* em charnecas marítimas (5140*) e subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* (6220*).

Existem ainda no AHM diversas espécies de flora protegidas, com estatuto de ameaça, e endémicas. Assinaladas neste território estão 15 espécies protegidas, das quais 3 são consideradas prioritárias – *Jonopsidium acaule*, *Linaria ficalhoana* e *Thymus camphoratus* (Ecosativa, 2016). Relativamente à flora com estatuto de ameaça, são 8 as espécies identificadas no AHM, das quais 5 se encontram em perigo e 3 se encontram vulneráveis (Ecosativa, 2016). Existem ainda neste território 19 espécies endémicas de Portugal continental e 7 espécies endémicas da península Ibérica. Destaca-se a presença, na área envolvente ao AHM, de *Plantago almogravensis*, espécie endémica do concelho de Odemira.

Ocorrem também neste território diferentes espécies de fauna protegidas, com estatuto de ameaça e endémicas. Destaca-se a presença do rato-de-cabrera (*Microtus cabreræ*), espécie protegida, com estatuto de ameaça vulnerável e endémica da península Ibérica. Ocorrem também no AHM diferentes espécies de aves estepárias, como o sisão (*Tetrax tetrax*) e o alcaravão (*Burhinus oedicnemus*), ambas protegidas e com estatuto de ameaça vulnerável.

As áreas com valores naturais importantes identificadas no AHM totalizam 1762 ha, dos quais 1 283 ha se encontram em áreas de proteção complementar II dentro do AHM. Segundo o regulamento do POPNSACV, estas áreas “correspondem a espaços que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de incidências relativamente a áreas de proteção total, de proteção parcial ou de proteção complementar do tipo I, mas que incluem elementos naturais e paisagísticos menos relevantes, com um elevado potencial de valorização mediante o desenvolvimento de ações de gestão adequadas”¹².

Os valores naturais identificados nestas áreas de proteção complementar II correspondem a habitats e espécies adaptados às perturbações habituais das práticas agrícolas ou de pastoreio tradicionais. É o caso de habitats de matos nas zonas marginais (2260,

¹² Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro. Diário da República, 1.ª série, n.º 25.

4030 e 5330), habitats de zonas húmidas em áreas raramente intervencionadas (6410, 6420) e charcos temporários (3110, 3170*). Além dos habitats, há também várias espécies com estatuto de proteção ou ameaça associadas estas práticas (p.e. *Hyacinthoides vicentina*, *Juncus emmanuelis* e *Microtus cabreræ*). Alguns dos valores identificados no AHM dependem mesmo das práticas agrícolas tradicionais, pelo que é importante mantê-las.

Contudo, a expansão da agricultura intensiva nesta zona poderá levar a um aumento dos conflitos entre este uso do solo e os valores naturais existentes. Estes conflitos incluem a eutrofização dos charcos temporários, a destruição direta de habitats naturais, a uniformização da paisagem com plantação de sebes monoespecíficas de espécies exóticas, a erosão do solo nas valas e linhas de água, etc.

Reserva ecológica nacional

A reserva ecológica nacional (REN) constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a proteção dos ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos, indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas. A REN tem como objetivo a proteção de áreas essenciais para assegurar a estabilidade ecológica do meio, a utilização racional dos recursos naturais e o correto ordenamento do território, através da sua sujeição a um regime de restrição de utilidade pública.

A carta da REN para o AHM é apresentada no desenho 10 do anexo 1.

A área do AHM abrangida pelas diferentes categorias e subcategorias da REN é apresentada na tabela 7. Note-se que, devido à sobreposição das várias subcategorias, a soma dos seus pontos percentuais é superior ao valor percentual das categorias.

Tabela 7 – Categorias e subcategorias da reserva ecológica nacional no AHM

CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DA REN	HA	%
SUSTENTABILIDADE DO CICLO DA ÁGUA	69,4	0,5
Cursos de água e respetivos leitos e margens	6,3	0,0
Lagoas e lagos, e respetivos leitos, margens e faixas de proteção	63,1	0,5
PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS	4 306,2	30,8
Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	105,1	0,8
Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	4 001,7	28,6
Zonas ameaçadas pelas cheias	492,2	3,5
PROTEÇÃO DO LITORAL	259,8	1,8
Arribas e respetivas faixas de proteção	0,1	0,0
Dunas costeiras e dunas fósseis	145,2	1,0
Sapais	114,6	0,8

A categoria da REN que apresenta maior sobreposição com o AHM é a prevenção de riscos naturais (30,8 %). Dentro desta categoria, ocorrem no AHM áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, e zonas ameaçadas pelas cheias.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

No que toca à proteção do litoral, que ocorre em 1,9 % da área total do AHM. Estão presentes três subcategorias distintas, arribas e faixas de proteção, dunas costeiras e dunas fósseis, e sapais. Estas categorias encontram-se, naturalmente, associadas às zonas costeiras.

A sustentabilidade do ciclo da água ocupa apenas 0,5 % da área total do AHM. Dentro desta categoria, estão presentes as subcategorias cursos de água e respetivos leitos e margens; e lagoas e lagos, e respetivos leitos, margens e faixas de proteção.

PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

No que respeita ao ordenamento do território, os instrumentos de gestão territorial (IGT) em vigor na AIAHM, de acordo com informação disponibilizada no sistema nacional de informação territorial (SNIT; DGT, 2024), são os seguintes:

- **IGT DE ÂMBITO NACIONAL**

- Programa nacional da política de ordenamento do território
- Programa da orla costeira Espichel-Odeceixe
- Plano de ordenamento da orla costeira Sines-Burgau
- Plano de ordenamento da albufeira de Santa Clara
- Plano de ordenamento do parque natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- Plano setorial da rede Natura 2000
- Programa regional de ordenamento florestal do Alentejo
- Programa regional de ordenamento florestal do Algarve
- Plano nacional da água
- Plano de gestão da região hidrográfica do Sado e Mira
- Plano de gestão da região hidrográfica das ribeiras do Algarve
- Plano de gestão de riscos de inundações da região hidrográfica do Sado e Mira
- Plano de gestão de riscos de inundações da região hidrográfica das ribeiras do Algarve
- Plano para a aquicultura em águas de transição para Portugal continental
- Plano rodoviário nacional
- Plano ferroviário nacional¹³

- **IGT DE ÂMBITO REGIONAL**

- Plano regional de ordenamento do território do Alentejo
- Plano regional de ordenamento do território para o Algarve

- **IGT DE ÂMBITO MUNICIPAL EM ODEMIRA**

- Plano diretor municipal de Odemira
- Plano de pormenor da área urbana de génese ilegal do Brejinho em Zambujeira do Mar
- Plano de pormenor da Quinta do Gato
- Plano de pormenor da urbanização de Castelão
- Plano de pormenor da zona de expansão ZE1 de Almogrove
- Plano de pormenor da zona desportiva/escolar de Odemira (suspensão)
- Plano de pormenor da zona nordeste de São Luís
- Plano de pormenor das zonas de expansão ZE 2 e ZE 3 de Vila Nova de Milfontes
- Plano de pormenor de Bicos
- Plano de pormenor de recuperação da zona de construção clandestina dos Alagoachos
- Plano de pormenor do cruzamento do Almogrove
- Plano de urbanização da área de fracionamento ilegal da propriedade rústica de Vila Nova de Milfontes
- Plano de urbanização da Zambujeira do Mar
- Plano de urbanização de Vila Nova de Milfontes
- Plano de urbanização do Almogrove

¹³ Publicado em 2022. Embora não conste no SNIT, constitui um IGT estruturante do sistema urbano da região do Alentejo, prevendo-se a influência marcada nas dinâmicas de mobilidade da AIAHM.

Plano de intervenção em espaço rural da Entrada da Barca
Plano de intervenção em espaço rural da Herdade do Zorreiro – Malavado

- **IGT DE ÂMBITO MUNICIPAL EM ALJEZUR**

Plano diretor municipal do concelho de Aljezur
Plano de pormenor da área de intervenção específica da Paisagem Oceano
Plano de pormenor da área de intervenção específica de equipamentos e uso turístico a norte de Aljezur (zona desportiva)
Plano de pormenor do Espartal
Plano de pormenor do núcleo de desenvolvimento turístico da área de aptidão turística de Cabeços de Bordeira

No global são 40 instrumentos de gestão territorial, dos quais 16 são de âmbito nacional, 2 de âmbito regional, e 22 de âmbito municipal.

Note-se que, os instrumentos de âmbito nacional ou regional, incluindo instrumentos de política setorial ou de natureza especial, apesar de alguns destes originalmente terem sido publicados como planos, de acordo com o atual regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, são considerados programas (n.º 2 do artigo 2.º do decreto-lei n.º 80/2015). Tratando-se de programas territoriais, estes vinculam apenas as entidades públicas (n.º 1 do artigo 3.º do decreto-lei n.º 80/2015), as quais se deverão encarregar de verter as normas, orientações e diretrizes para planos territoriais de cariz intermunicipal ou municipal. Apenas os planos territoriais “vinculam as entidades públicas e, direta e imediatamente, os particulares” (n.º 2 do artigo 3.º do decreto-lei n.º 80/2015).

Desta forma, destaca-se a importância do plano diretor municipal, em especial o de Odemira – concelho no qual se insere a maioria do AHM, como “o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal” (artigo 95.º do decreto-lei 80/2015).

O plano diretor municipal de Odemira encontra-se atualmente em revisão, a qual “acontece na sequência da alteração legislativo-jurídica do ordenamento do território¹⁴ e da necessidade de reinterpretar as conjunturas territoriais do modelo de organização, sendo isso evidenciado no relatório sobre o estado do ordenamento do território de 2022 e nos relatórios de caracterização, diagnóstico e estratégia que acompanham o PDMO” (CMO, 2024a). A nova versão irá integrar as políticas e objetivos estabelecidos em vários programas e planos territoriais.

A proposta de revisão do plano diretor municipal aborda várias matérias relacionadas com o presente plano estratégico e operacional e com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Estas foram consideradas no âmbito do programa de ação, sendo a relação entre o PDM e cada tema e respetivas ações desenvolvidas no capítulo 7/.

Além dos instrumentos de gestão territorial, note-se a presença de vários planos que, não sendo de cariz regulamentar, apresentam dados, conclusões e orientações sobre diversas temáticas abordadas no presente plano estratégico e operacional. Também estes, tal como as matérias específicas do PDM, são desenvolvidas no âmbito de cada tema e respetivas ações do programa de ação, apresentado no capítulo 7/.

ANÁLISE DE CONTEXTO

BIOFÍSICO

A área do AHM tem sido alvo de grandes transformações a nível do uso e ocupação do solo nos últimos anos. A substituição dos usos tradicionais por agricultura intensiva tem levado a uma crescente descaracterização da paisagem, e consequentemente, a uma

¹⁴ Designadamente, a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

diminuição da qualidade visual da mesma. Estas alterações têm impacte a nível social, resultando na diminuição da qualidade de vida, e ainda a nível económico, levando a uma diminuição do potencial turístico da região. A progressiva homogeneização do uso do solo tem também impacte a nível ambiental, resultando na perda do mosaico e de importantes espécies e habitats no AHM e na sua envolvente.

Tendo em conta a atual escassez hídrica e os cenários climáticos futuros, que apontam para um aumento na temperatura e para uma diminuição na precipitação, é previsível que ocorra uma crescente desertificação do território. Esta desertificação tem repercussões sob diversos aspetos dos parâmetros biofísico, social, económico e ambiental. A nível biofísico e ambiental, esta desertificação, aliada à expansão da agricultura intensiva, acelera a perda de valores naturais e a descaracterização da paisagem. A redução da precipitação prevista, e consequente diminuição da disponibilidade hídrica, leva à diminuição da capacidade de produção agrícola. A nível social, estas alterações resultam numa diminuição da qualidade de vida, afetando parâmetros como a saúde e a segurança alimentar.

SOCIAL

As dinâmicas sociais neste território caracterizam-se pelo elevado crescimento populacional, fruto da crescente deslocação de trabalhadores (em particular da população migrante) que resulta do aumento da produção agrícola na área do AHM.

A crescente pressão demográfica tem resultado em fenómenos de sobrelotação, sobretudo na faixa litoral do território, bem como numa dificuldade acrescida no acesso a bens e serviços. Além disso, o foco populacional no litoral leva a uma maior disponibilidade de serviços nesta região do concelho em detrimento de outras menos povoadas. A ausência de serviços, aliada à reduzida acessibilidade às freguesias do interior, resulta num isolamento físico marcado, o que tem vindo a contribuir para o progressivo abandono das freguesias do interior do concelho.

O atual perfil de imigração, com maior destaque para os imigrantes asiáticos do género masculino, tem induzido dificuldades nos processos de integração e colocado desafios adicionais a questões de igualdade de género. Este aspeto é reforçado pelas características demográficas da comunidade imigrante e por contextos culturais distintos. De salientar também que a elevada rotatividade da população imigrante cria dificuldades adicionais nos processos de integração social e de escolarização das crianças e jovens em idade escolar.

Além de afetar o setor social, este crescimento populacional afeta também o setor económico. Se, por um lado, o setor agrícola sai beneficiado, uma vez que garante a mão de obra necessária ao funcionamento das explorações, existem outros setores económicos, particularmente o do turismo, que saem prejudicados devido ao aumento da competição pelo parque habitacional atualmente disponível e à crescente descaracterização cultural do território.

ECONÓMICO

A nível económico, o crescimento da agricultura reflete a expansão marcada desta atividade e a perda relativa da importância económica do setor do turismo. Este crescimento do setor agrícola tem repercussões sob diversos aspetos dos parâmetros biofísico, social, económico e ambiental.

A expansão da agricultura intensiva no concelho tem levado à diminuição da qualidade visual da paisagem, bem como à perda dos valores naturais existentes no AHM. A nível social, a necessidade de mão de obra do setor agrícola tem levado a fenómenos de crescente imigração uma vez que não existe capacidade de resposta no mercado de trabalho interno. A acrescida pressão demográfica tem levado à sobrelotação dos alojamentos, sobretudo na faixa litoral. Esta sobrelotação está maioritariamente associada aos trabalhadores migrantes que vivem em condições indignas. Todas estas dinâmicas se têm traduzido no surgimento de conflitos entre os setores da agricultura e do turismo.

AMBIENTAL

A área onde se insere o AHM apresenta uma elevada qualidade cénica, assim como a elevada concentração de valores naturais. Estas características motivaram a sua integração tanto no parque natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, como na Rede Natura 2000. Existem no AHM inúmeros habitats e espécies com interesse para a conservação, conferindo à AIAHM dinâmicas ecológicas notáveis

Contudo, nos últimos anos o desenvolvimento da atividade agrícola não tem correspondido às exigências ambientais no que respeita à compatibilização dos usos com a conservação da biodiversidade. Assim o aumento da agricultura intensiva na região tem resultado no aumento de conflitos entre este uso do solo e os valores naturais existentes, levando por vezes à destruição dos mesmos.

Além dos impactes diretos da atividade agrícola, a destruição destes valores naturais, e consequente redução da qualidade cénica da paisagem, contribuem para a diminuição do potencial turístico da região.

4/ DIAGNÓSTICO

O diagnóstico prospetivo visa aferir o estado atual de desenvolvimento sustentável na AIAHM e compreender o seu potencial de desenvolvimento. Os resultados do diagnóstico constituíram a base de discussão com as entidades envolvidas no PEOAIAHM, permitindo aferir os princípios base a assumir e das ações a tomar, com vista à melhoria da sustentabilidade da AIAHM.

Esta avaliação transmite o estado de progresso da área de implantação e influência do AHM em relação às metas definidas para cada ODS e ao desempenho oficial nacional. Realça ainda os aspetos que carecem de maior atenção na elaboração da estratégia de sustentabilidade para o território.

RESULTADOS POR ODS

ODS 1 Erradicar a pobreza

O objetivo de desenvolvimento sustentável 1 visa “erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares. Reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza. Implementar sistemas e medidas de proteção social nacionalmente apropriados para todos. Garantir que todos têm direitos iguais aos recursos económicos e acesso a serviços básicos” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 5 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Dos 5 indicadores referentes a este ODS, apenas foi possível obter valores para 3 destes. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 1, bem como para os respetivos indicadores, é apresentado na figura 7.



Figura 7 – Desempenho do ODS 1 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 1 apresenta um desempenho global de 76. Destacam-se os indicadores intensidade da pobreza (1.02) e privação material e social (1.03) com desempenhos elevados. Por outro lado, o indicador risco de pobreza (1.01) apresenta um desempenho de apenas 42.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 1 apresenta um desempenho de 76 face 100, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 2 Contributo para a segurança alimentar

O objetivo de desenvolvimento sustentável 215 visa “erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “erradicar a fome em todo o mundo. Garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Acabar com todas as formas de desnutrição. Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos. Implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção e que ajudem a manter os ecossistemas” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 7 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Dos 7 indicadores referentes a este ODS, foi possível obter valores para 6 destes. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 2, bem como para os respetivos indicadores, é apresentado na figura 8.

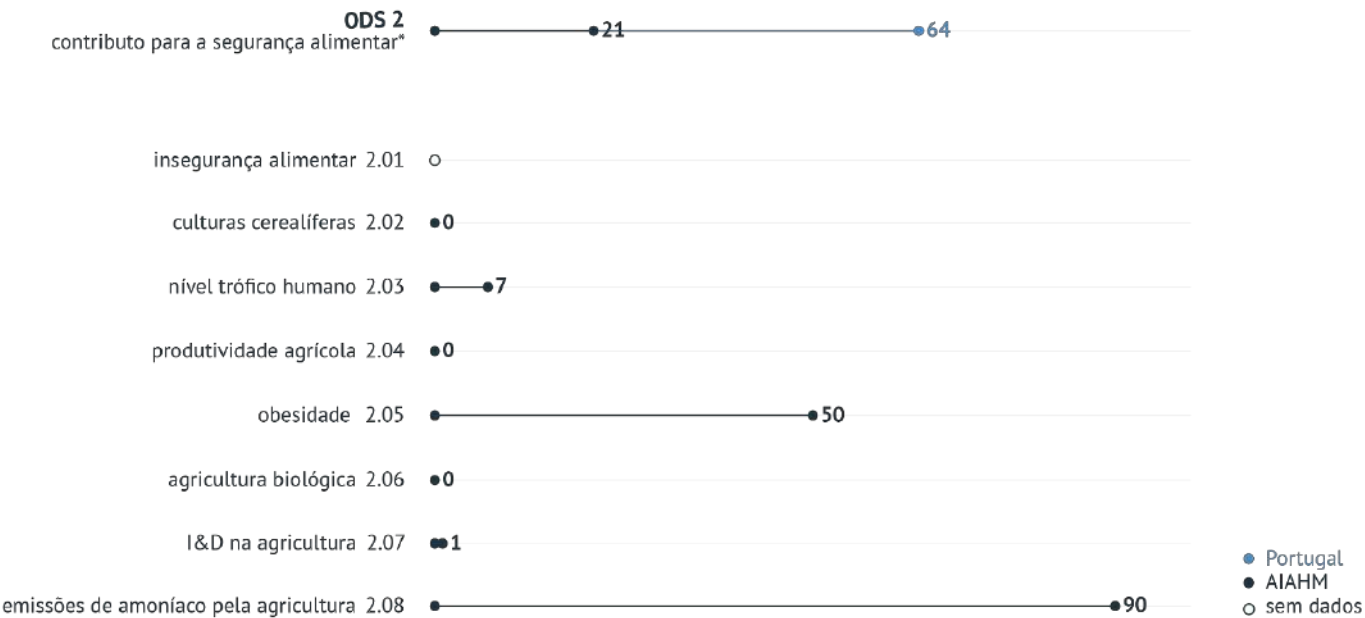


Figura 8 – Desempenho do ODS 2 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 2 apresenta um desempenho global de 21. Destaca-se o indicador emissões de amoníaco pela agricultura (2.08) com um desempenho de 90. Por outro lado, os indicadores culturas cerealíferas (2.02), produtividade agrícola (2.04), agricultura biológica (2.06) e I&D na agricultura (2.07) apresentam desempenhos baixos, variando entre 0 e 1. Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 2 apresenta um desempenho de 21 face 64, valor reportado oficialmente a nível nacional.

¹⁵ O ODS 2, definido à escala mundial, apresenta como nome original *erradicar a fome*. Contudo, no âmbito do PEOAIAHM, o nome deste ODS foi adaptado o nome à realidade nacional: *contributo para a segurança alimentar*.

ODS 3 Saúde de qualidade

O objetivo de desenvolvimento sustentável 3 visa “assegurar o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos e em todas as idades” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “garantir saúde e bem-estar para todos. Reduzir a taxa de mortalidade global. Acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos. Erradicar as epidemias de HIV, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas. Promover a saúde mental e o bem-estar. Alcançar a cobertura universal de saúde” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 21 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Dos 21 indicadores referentes a este ODS, apenas foi possível obter valores para 10 destes. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 3, bem como para os respetivos indicadores, é apresentado na figura 9.

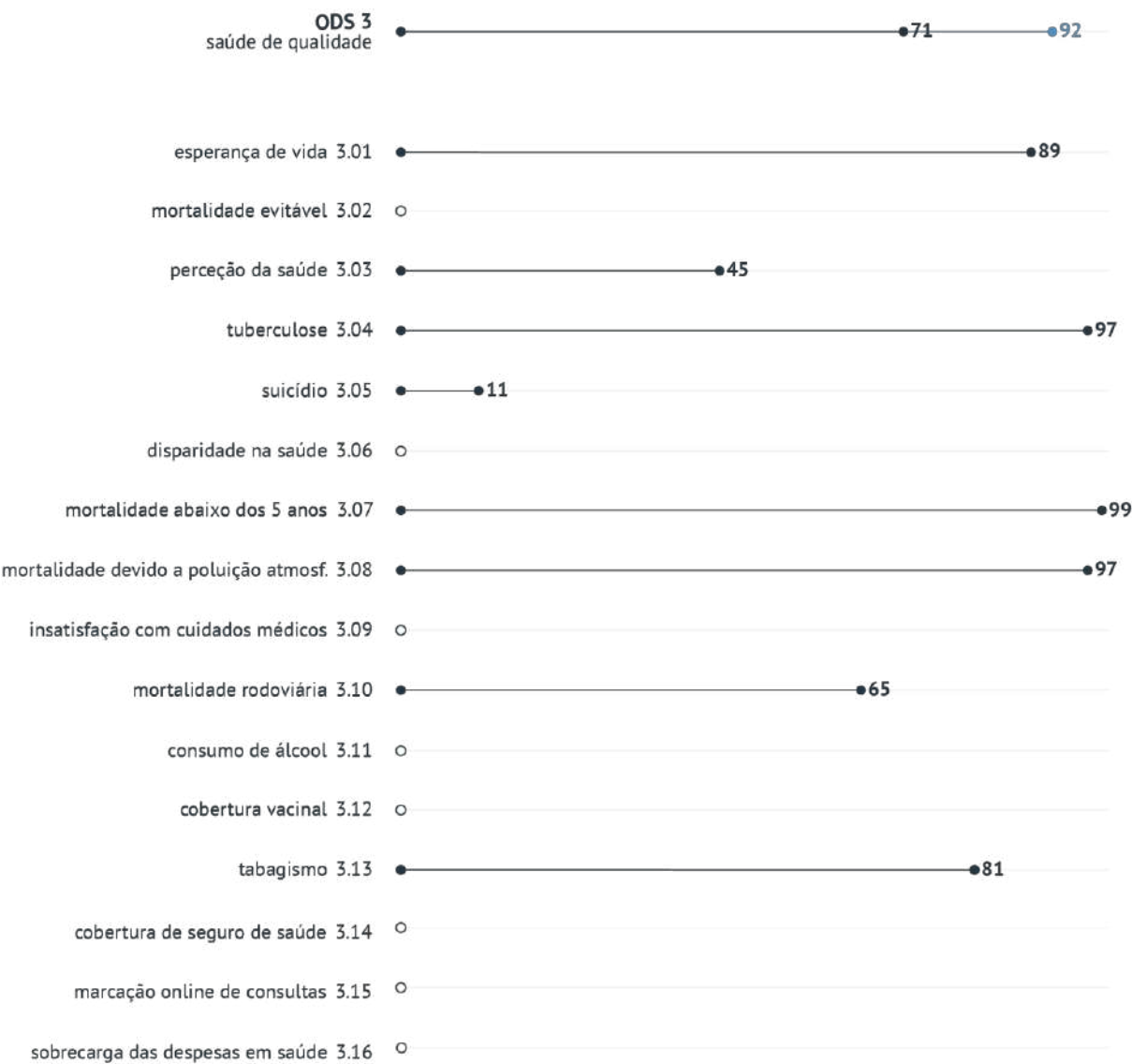




Figura 9 – Desempenho do ODS 3 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 3 apresenta um desempenho global de 71. Destacam-se os indicadores esperança de vida (3.01), tuberculose (3.04), mortalidade abaixo dos 5 anos (3.07), mortalidade devido a poluição atmosférica (3.08), mortalidade por doenças não transmissíveis (3.18) e mortalidade por drogas (3.19) com desempenhos elevados, variando entre 89 e 100. Por outro lado, os indicadores suicídio (3.05) e mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite (3.21) apresentam desempenhos baixos.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 3 apresenta um desempenho de 71 face 92, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 4 Educação de qualidade

O objetivo de desenvolvimento sustentável 4 visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Promover a aprendizagem ao longo da vida. Eliminar as disparidades de género na educação. Garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade na primeira infância. Garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação para os mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 10 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Dos 10 indicadores referentes a este ODS, foi possível obter valores para 8 destes. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 4, bem como para os respetivos indicadores, é apresentado na figura 10.

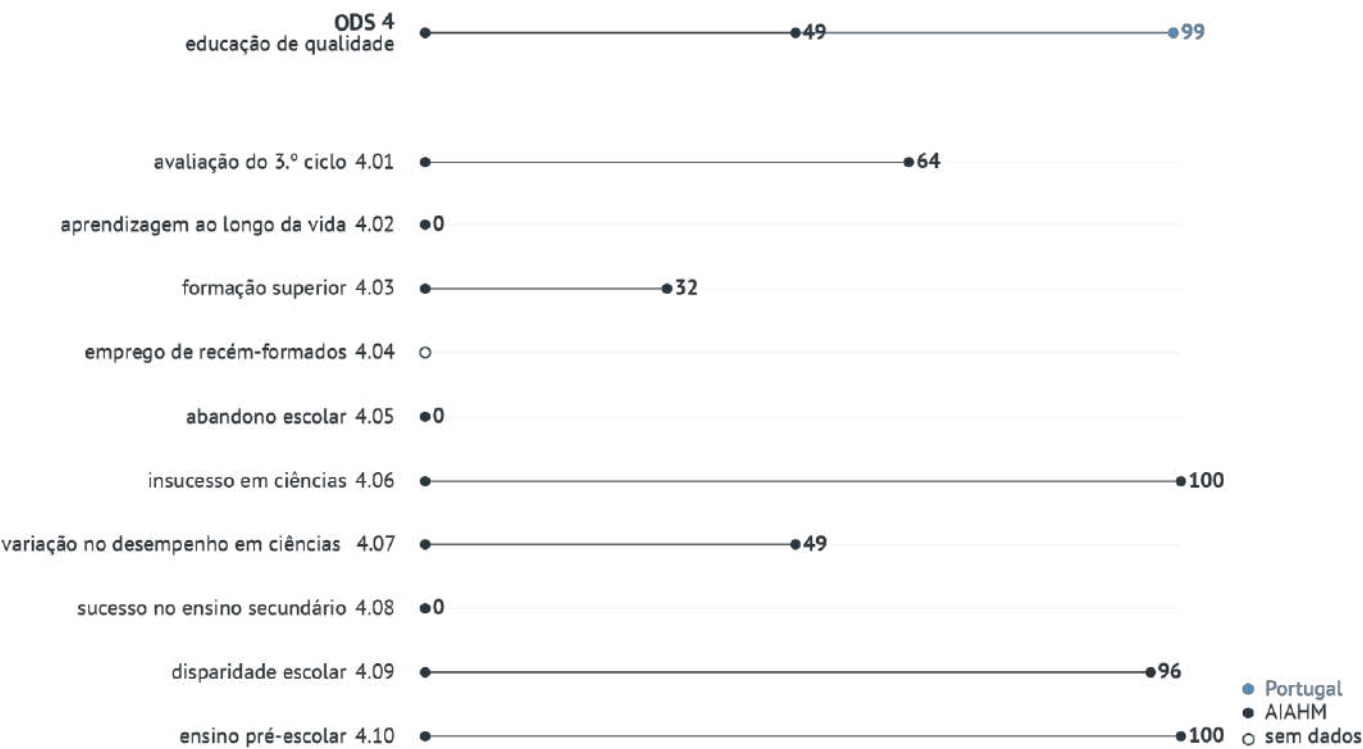


Figura 10 – Desempenho do ODS 4 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 4 apresenta um desempenho global de 49. Destacam-se os indicadores insucesso em ciências (4.06) e ensino pré-escolar (4.10) com desempenho de 100. Por outro lado, os indicadores aprendizagem ao longo da vida (4.02), abandono escolar (4.05) e sucesso no ensino secundário (4.08) apresentam desempenho de 0.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 4 apresenta um desempenho de 49 face 99, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 5 Igualdade de género

O objetivo de desenvolvimento sustentável 5 visa “atingir a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo tráfico, exploração sexual e outros tipos. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 9 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para todos os indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 5, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 11.

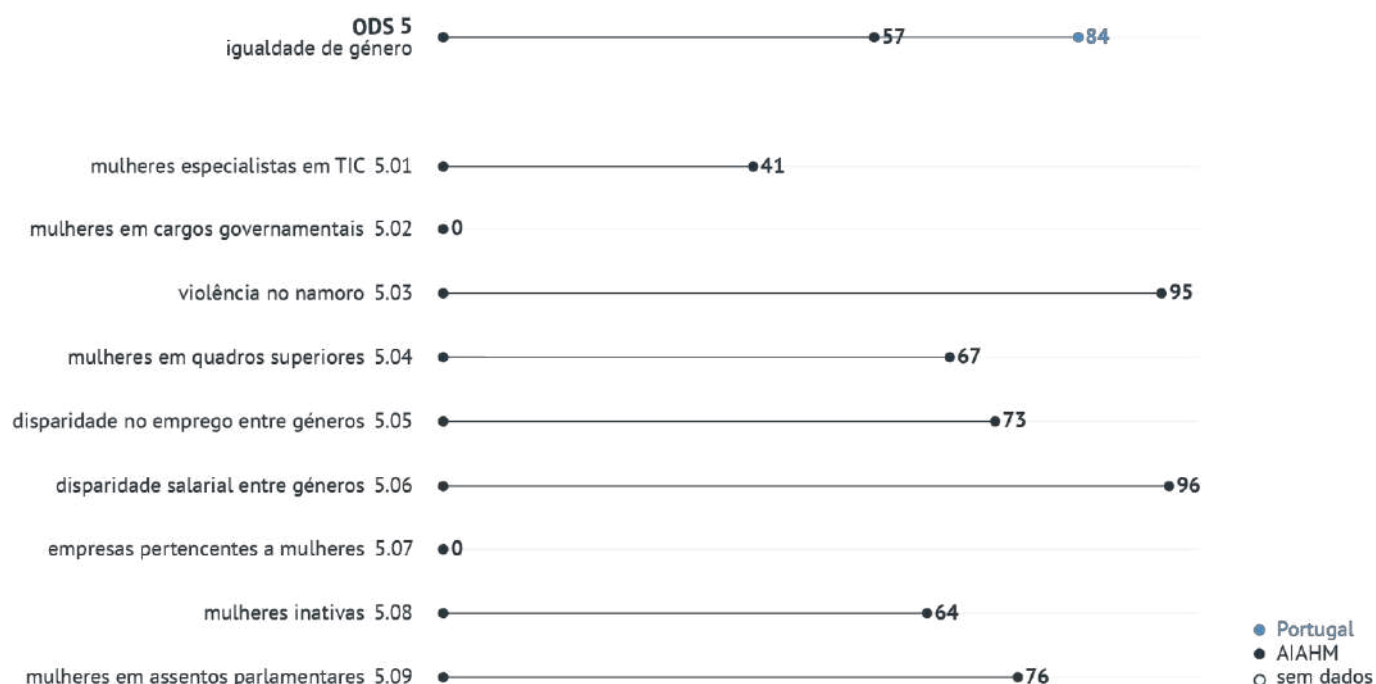


Figura 11 – Desempenho do ODS 5 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 5 apresenta um desempenho global de 57. Destacam-se os indicadores violência no namoro (5.03) e disparidade salarial entre géneros (5.06) com desempenhos elevados. Por outro lado, os indicadores mulheres em cargos governamentais (5.02) e empresas pertencentes a mulheres (5.07) apresentam desempenho de 0.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 5 apresenta um desempenho de 57 face 84, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 6 Água potável e saneamento

O objetivo de desenvolvimento sustentável 6 visa “assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e de saneamento para todos” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “alcançar o acesso universal à água potável segura e acessível para todos. Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados para todos. Melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando o despejo de produtos químicos e materiais perigosos” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 8 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para todos os indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 6, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 12.

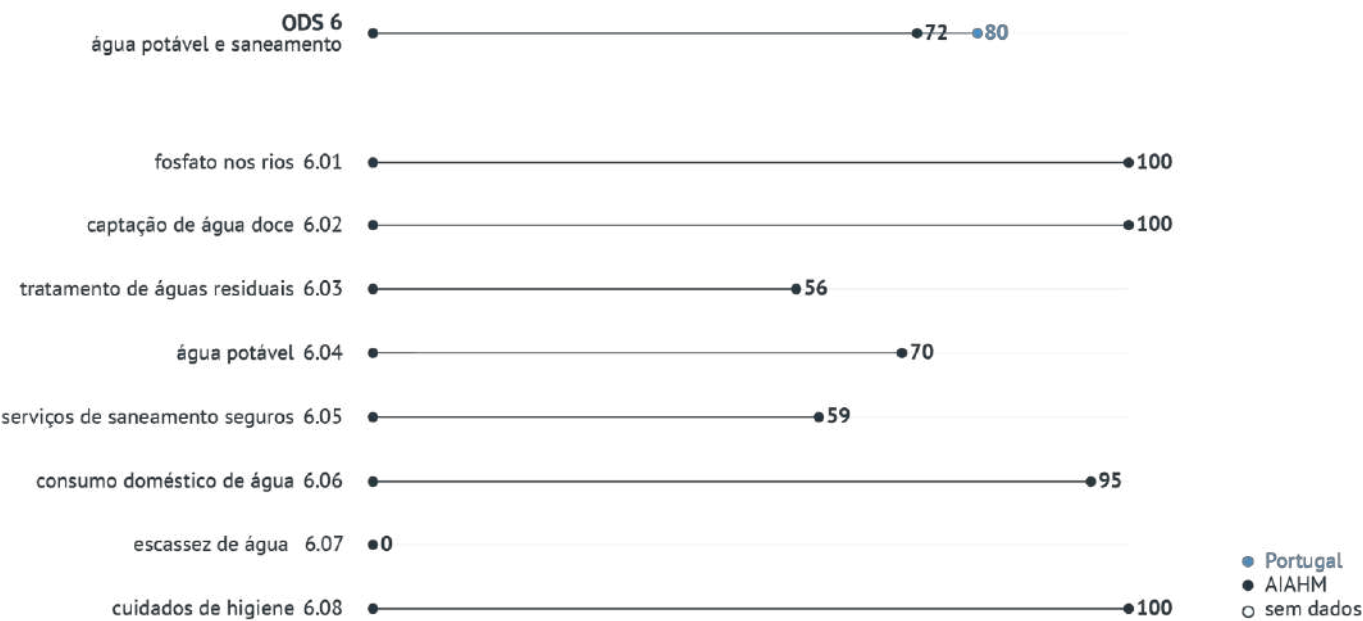


Figura 12 – Desempenho do ODS 6 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 6 apresenta um desempenho global de 72. Destacam-se os indicadores fosfato nos rios (6.01), captação de água doce (6.02), consumo doméstico de água (6.06) e cuidados de higiene (6.08) com desempenhos elevados, variando entre 95 e 100. Por outro lado, o indicador escassez de água (6.07) apresenta um desempenho de 0.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 6 apresenta um desempenho de 72 face 80, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 7 Energias renováveis e acessíveis

O objetivo de desenvolvimento sustentável 7 visa “assegurar o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “garantir o acesso universal a energia renovável e acessível para todos. Aumentar a participação das energias renováveis no *mix* global de energia. Reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologia de energia limpa. Expandir a infraestrutura e atualizar a tecnologia para fornecer serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 6 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para todos os indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 7, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 13.

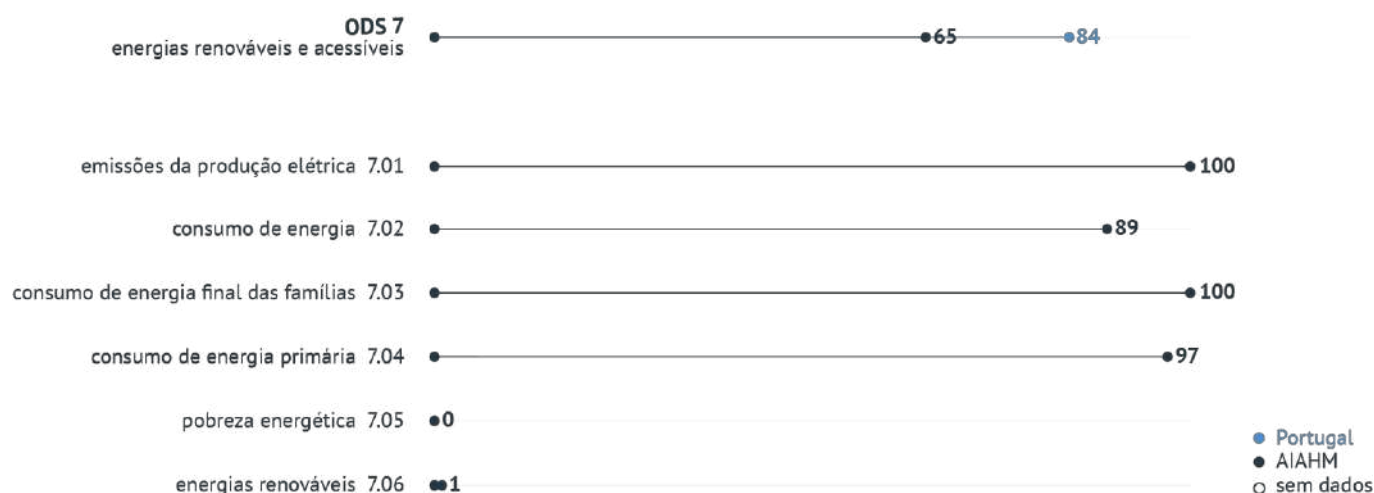


Figura 13 – Desempenho do ODS 7 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 7 apresenta um desempenho global de 65. Destacam-se os indicadores emissões da produção elétrica (7.01), consumo de energia (7.02), consumo de energia final das famílias (7.03), e consumo de energia primária (7.04) com desempenhos elevados. Por outro lado, os indicadores pobreza energética (7.05) e energias renováveis (7.06) apresentam desempenhos baixos, variando entre 0 e 1.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 7 apresenta um desempenho de 65 face 84, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico

O objetivo de desenvolvimento sustentável 8 visa “promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “garantir o desenvolvimento económico inclusivo e sustentável em todo o mundo. Alcançar níveis mais altos de produtividade económica por meio da diversificação, atualização tecnológica e inovação. Alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, inclusive para jovens e pessoas com deficiência. Alcançar salário igual para trabalho de igual valor” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 8 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para todos os indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 8, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 14.

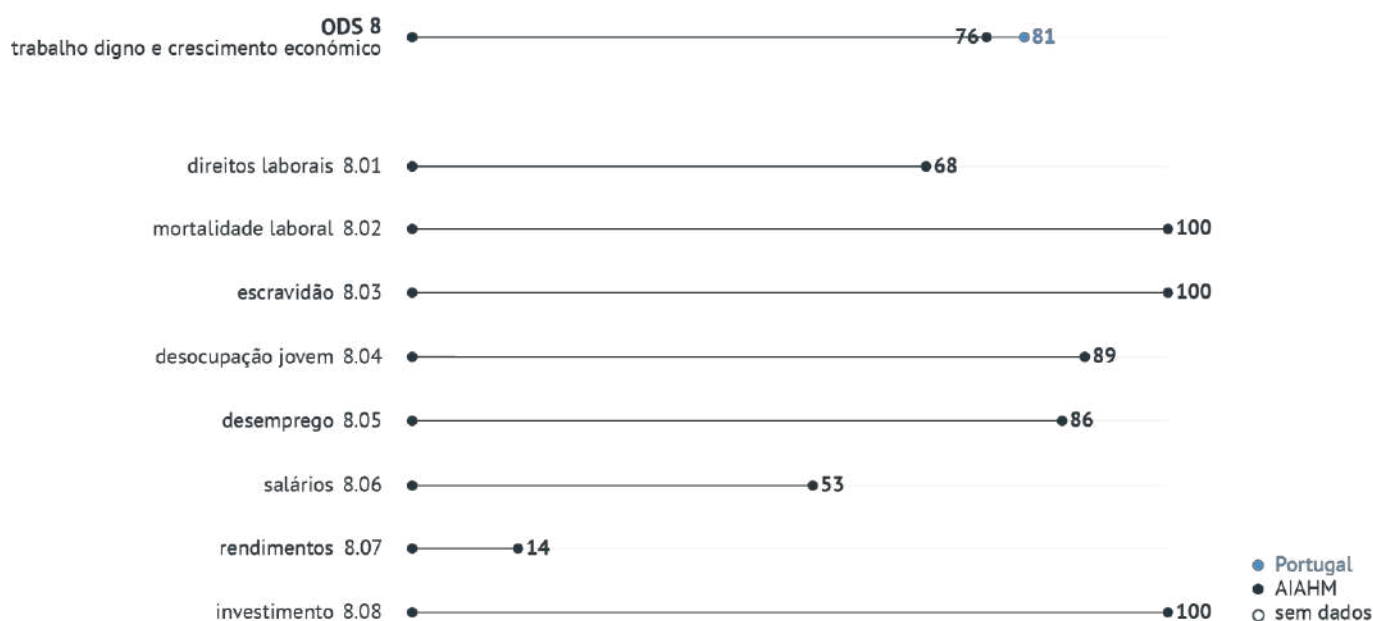


Figura 14 – Desempenho do ODS 8 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 8 apresenta um desempenho global de 76. Destacam-se os indicadores mortalidade laboral (8.02), escravidão (8.03), desocupação jovem (8.04), desemprego (8.05) e investimento (8.08) com desempenhos elevados. Por outro lado, o indicador rendimentos (8.07) apresenta um desempenho de apenas 14.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 8 apresenta um desempenho de 76 face 81, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 9 Indústria, inovação e infraestruturas

O objetivo de desenvolvimento sustentável 9 visa “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “garantir a inovação e infraestruturas sustentáveis da indústria. Desenvolver infraestrutura confiável, sustentável e resiliente que apoie o desenvolvimento económico e o bem-estar humano. Promover a industrialização inclusiva e sustentável. Atualizar as infraestruturas e modernizar as indústrias para torná-las sustentáveis. Apoiar uma maior adoção de tecnologias renováveis” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 11 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para 8 dos 11 indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 9, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 15.

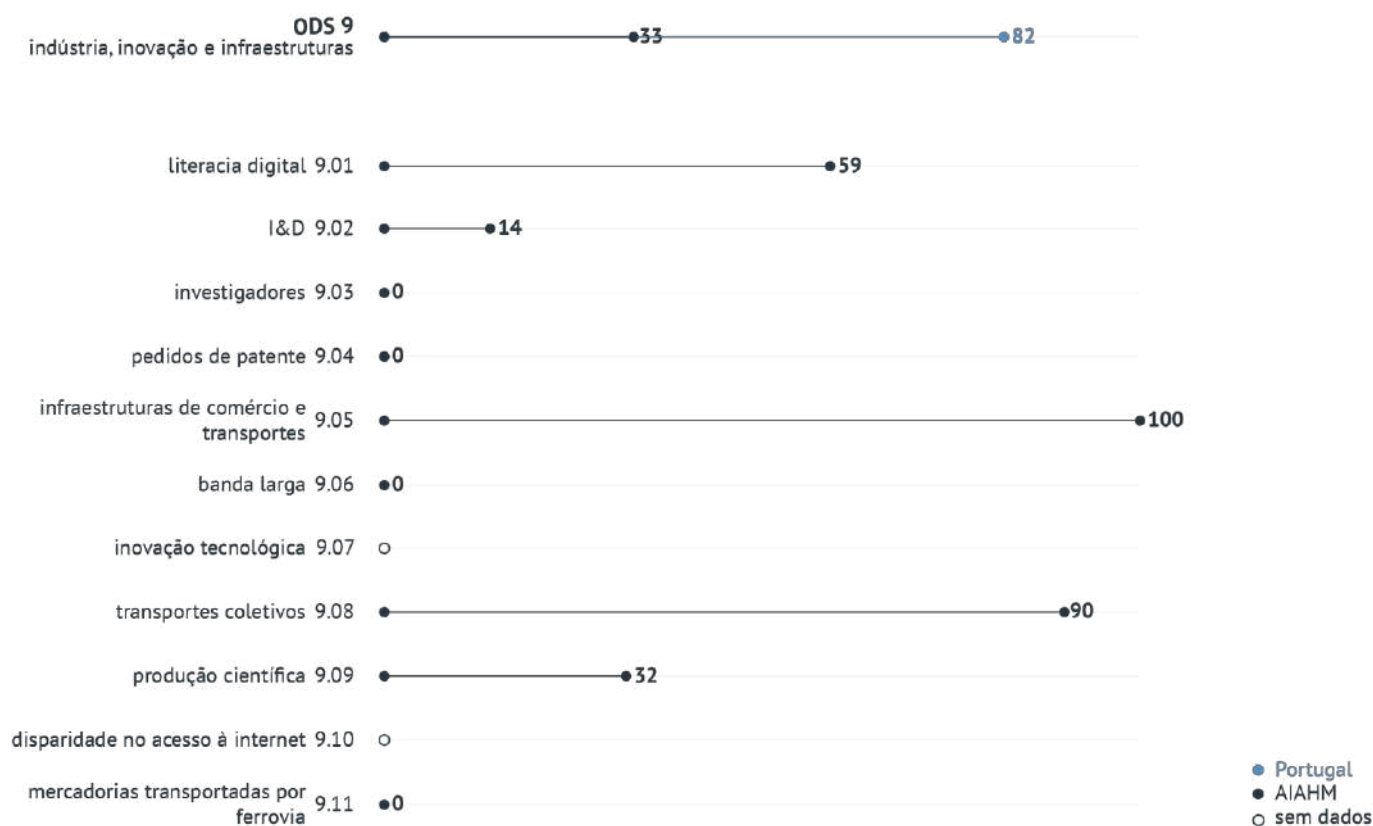


Figura 15 – Desempenho do ODS 9 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 9 apresenta um desempenho global de 33. Destaca-se o indicador infraestruturas de comércio e transportes (9.05) com um desempenho de 100. Por outro lado, os indicadores investigadores (9.03), pedidos de patente (9.04), banda larga (9.06) e mercadorias transportadas por ferrovia (9.11) apresentam desempenhos nulos.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 9 apresenta um desempenho de 33 face 82, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 10 Reduzir as desigualdades

O objetivo de desenvolvimento sustentável 10 visa “reduzir as desigualdades nos países e entre países” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição económica ou outra. Garantir a igualdade de oportunidades. Reduzir as desigualdades de resultado, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 5 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Dos 5 indicadores referentes a este ODS, apenas foi possível obter valores para 3 destes. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 10, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 16.

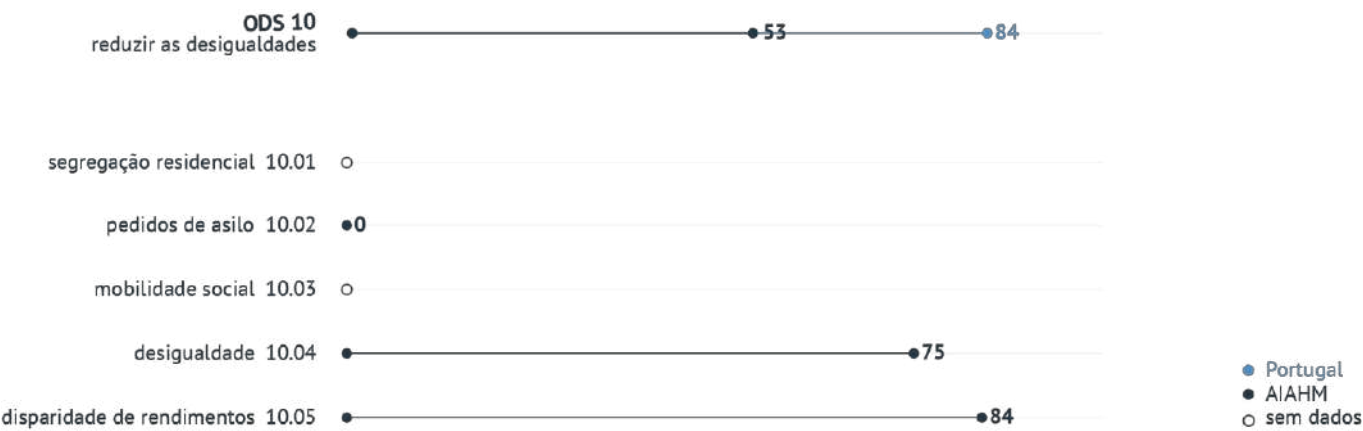


Figura 16 – Desempenho do ODS 10 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 10 apresenta um desempenho global de 53. Destacam-se os indicadores desigualdade (10.04) e disparidade de rendimentos (10.05) com desempenhos elevados. Por outro lado, o indicador pedidos de asilo (10.02) apresenta um desempenho de 0.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 10 apresenta um desempenho de 53 face 84, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 11 Reduzir as desigualdades

O objetivo de desenvolvimento sustentável 11 visa “tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “construir cidades e sociedades sustentáveis em todo o mundo. Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, segura e acessível. Aumentar a capacidade de planeamento e gestão integrados e sustentáveis de aglomerados humanos. Reduzir o impacto ambiental adverso das cidades, prestando atenção especial à qualidade do ar e à gestão de resíduos” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 6 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para todos os indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 11, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 17.

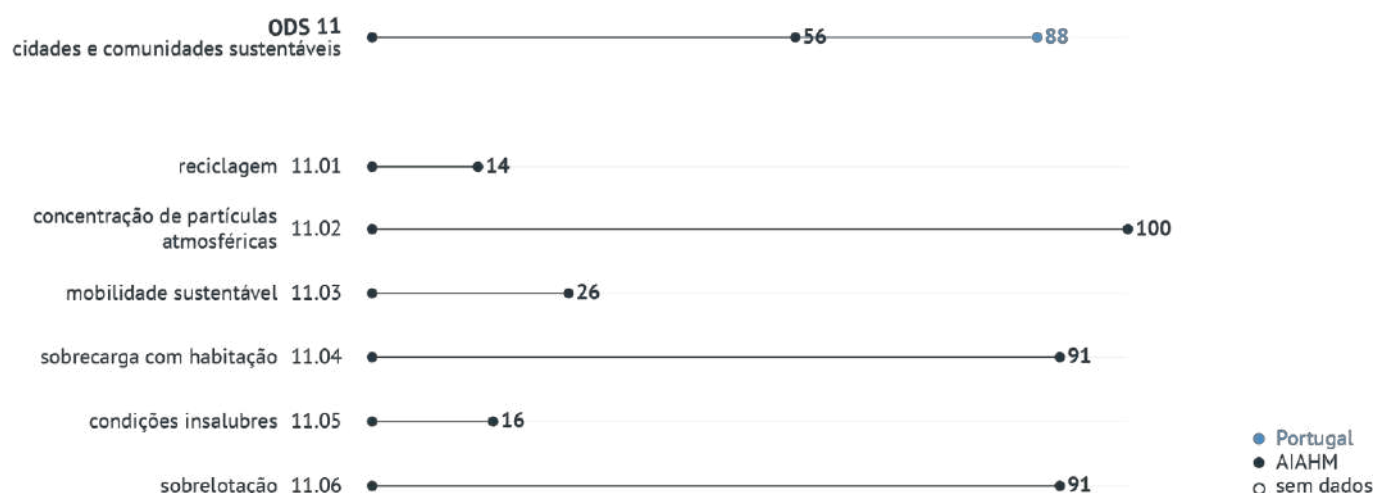


Figura 17 – Desempenho do ODS 11 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 11 apresenta um desempenho global de 56. Destacam-se os indicadores concentração de partículas atmosféricas (11.02), sobrecarga com habitação (11.04) e sobrelotação (11.06) com desempenhos elevados. Por outro lado, os indicadores reciclagem (11.01) e condições insalubres (11.05) apresentam desempenhos baixos.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 11 apresenta um desempenho de 56 face 88, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 12 Produção e consumo sustentáveis

O objetivo de desenvolvimento sustentável 12 visa “assegurar padrões de consumo e de produção sustentáveis” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “reduzir o desperdício global de alimentos na produção e consumidor. Alcançar a gestão ambientalmente saudável de produtos químicos ao longo de seu ciclo de vida. Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 10 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para 8 dos 10 indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 12, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 18.

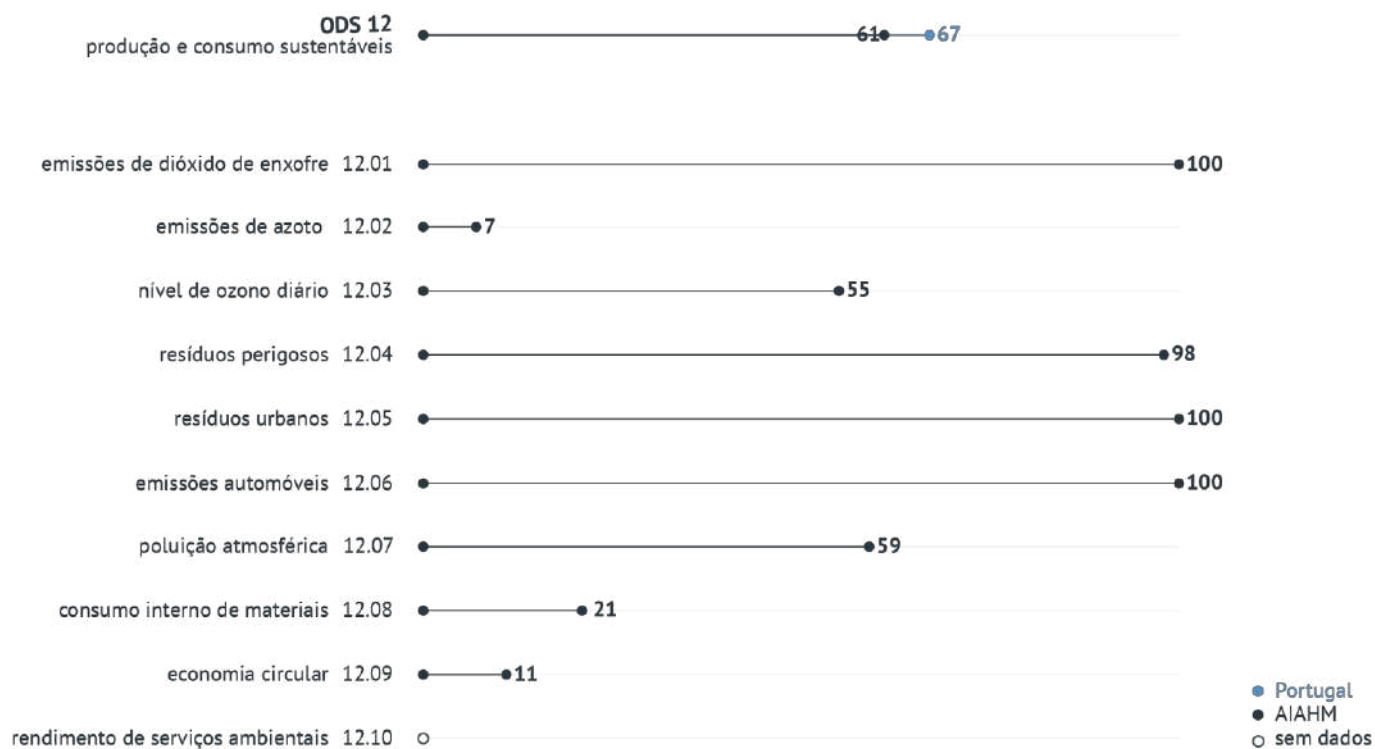


Figura 18 – Desempenho do ODS 12 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 12 apresenta um desempenho global de 61.

Destacam-se os indicadores emissões de dióxido de enxofre (12.01), resíduos perigosos (12.04), resíduos urbanos (12.05) e emissões automóveis (12.06) com desempenhos elevados. Por outro lado, os indicadores emissões de azoto (12.02) e economia circular (12.09) apresentam desempenhos baixos.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 12 apresenta um desempenho de 61 face 67, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 13 Ação climática

O objetivo de desenvolvimento sustentável 13 visa “adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos. Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos perigos e desastres naturais relacionados ao clima. Integrar soluções e medidas de mudança climática nas políticas, estratégias e planeamento nacionais. Melhorar a educação sobre mitigação das mudanças climáticas, redução de impacto e alerta precoce” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 8 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para 7 dos 8 indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 13, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 19.

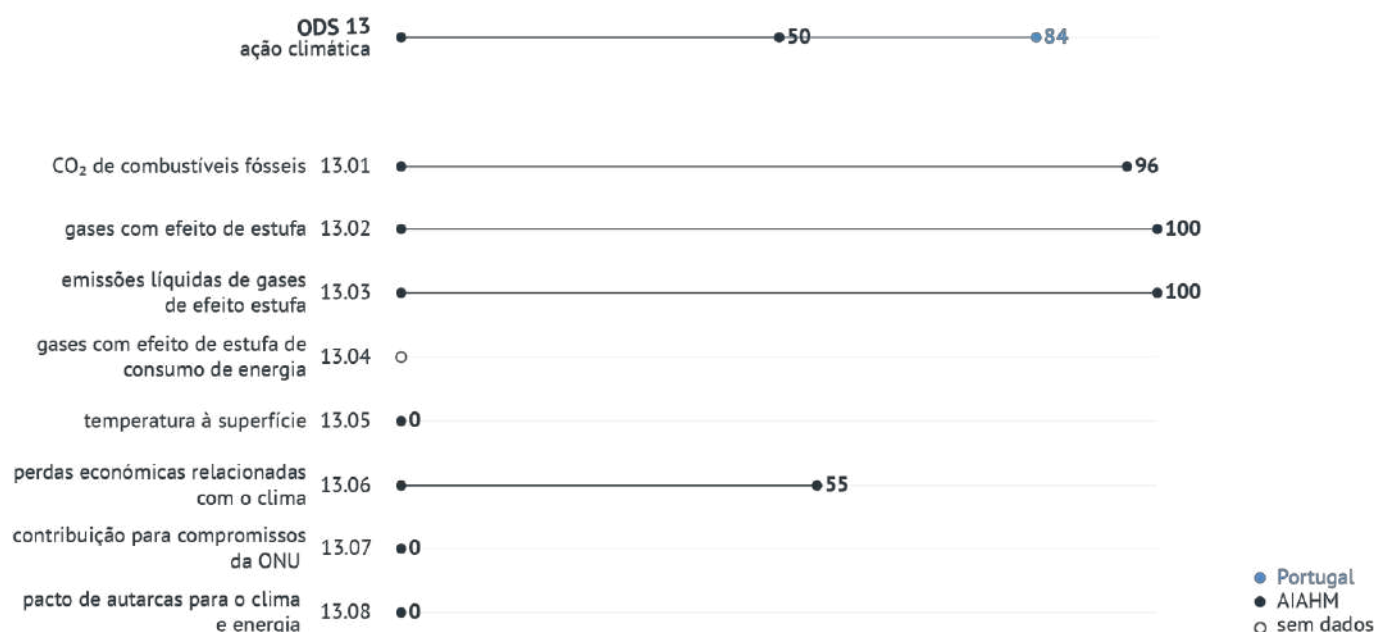


Figura 19 – Desempenho do ODS 13 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 13 apresenta um desempenho global de 50. Destacam-se os indicadores CO₂ de combustíveis fósseis (13.01), gases com efeito de estufa (13.02) e emissões líquidas de gases de efeito de estufa (13.03) com desempenhos elevados, variando entre 96 e 100. Por outro lado, os indicadores temperatura à superfície (13.05), contribuição para compromissos da ONU (13.07) e pacto de autarcas para o clima e energia (13.08) apresentam desempenho de 0.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 13 apresenta um desempenho de 50 face 84, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 14 Proteger a vida marinha

O objetivo de desenvolvimento sustentável 14 visa “conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos. Prevenir e diminuir a poluição marinha de todos os tipos, em particular de atividades terrestres. Gerir e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos. Acabar com a sobrepesca, práticas de pesca ilegais, não declaradas e destrutivas” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 5 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para todos os indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 14, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 20.

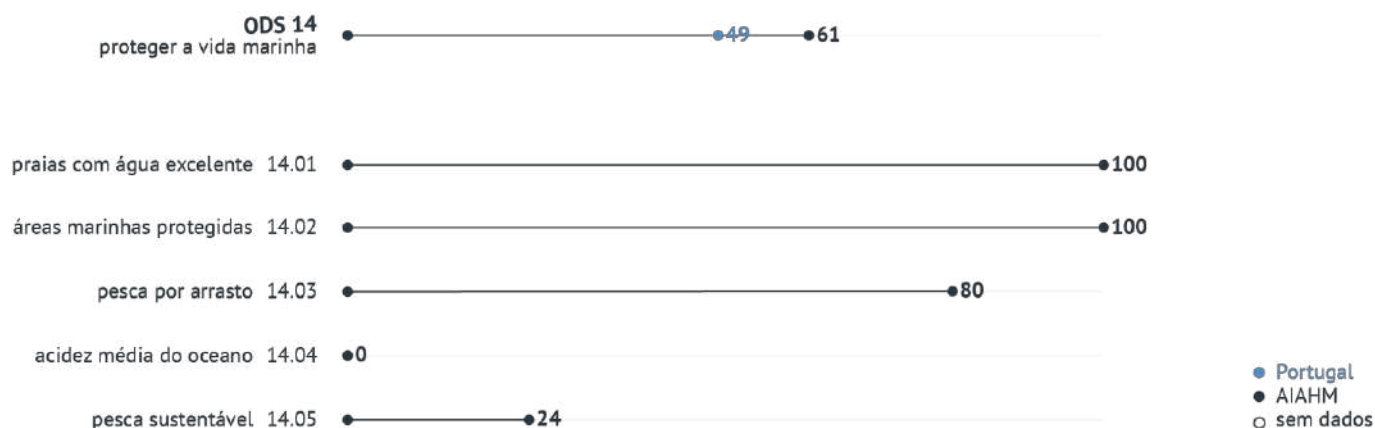


Figura 20 – Desempenho do ODS 14 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 14 apresenta um desempenho global de 49. Destacam-se os indicadores praias com água excelente (14.01) e áreas marinhas protegidas (14.02) com desempenho de 100. Por outro lado, o indicador acidez média do oceano apresenta um desempenho de 0.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 14 apresenta um desempenho de 49 face 61, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 15 Proteger a vida terrestre

O objetivo de desenvolvimento sustentável 15 visa “proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “prevenir ameaças à biodiversidade. Garantir a conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas terrestres e de água doce, incluindo florestas, pântanos, montanhas e terras secas. Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas. Deter o desmatamento. Combater a desertificação e restaurar terras e solos degradados” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 11 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para 8 dos 11 indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 15, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 21.

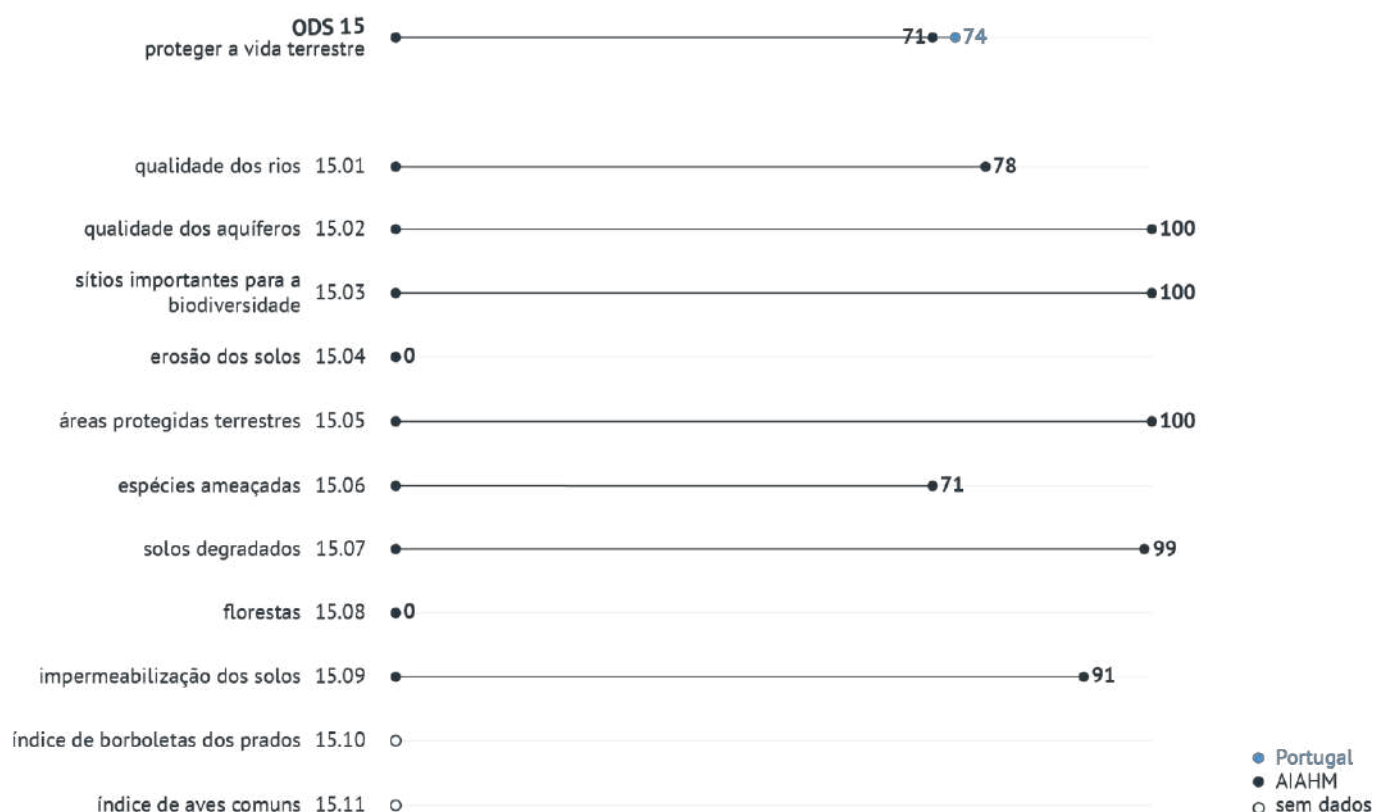


Figura 21 – Desempenho do ODS 15 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 15 apresenta um desempenho global de 71. Destacam-se os indicadores qualidade dos aquíferos (15.02), sítios importantes para a biodiversidade (15.03), áreas protegidas terrestres (15.05) e impermeabilização dos solos (15.09) com desempenhos elevados. Por outro lado, os indicadores erosão dos solos (15.04) e florestas (15.08) apresentam desempenhos baixos.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 15 apresenta um desempenho de 71 face 74, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes

O objetivo de desenvolvimento sustentável 16 visa “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas. Reduzir significativamente todas as formas de violência. Erradicar o abuso, a exploração e o tráfico e todas as formas de violência e tortura de crianças. Promover o estado de direito nos níveis nacional e internacional. Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 11 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para 10 dos 11 indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 16, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 22.

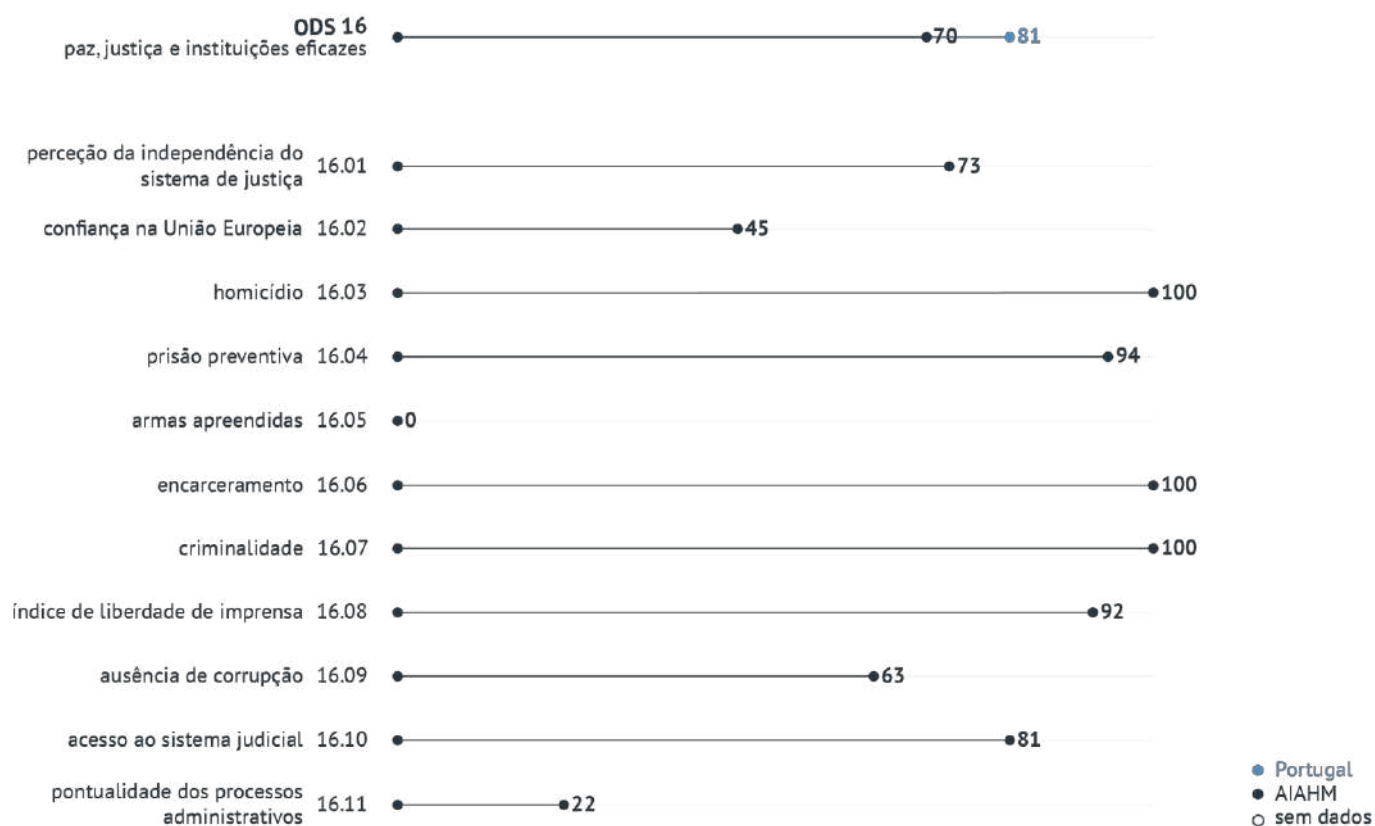


Figura 22 – Desempenho do ODS 16 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 16 apresenta um desempenho global de 70. Destacam-se os indicadores homicídio (16.03), prisão preventiva (16.04), encarceramento (16.06), criminalidade (16.07) e índice de liberdade de imprensa (16.08) com desempenhos elevados. Por outro lado, o indicador pontualidade dos processos administrativos (16.11) apresenta um desempenho de apenas 22 e o indicador armas apreendidas (16.05) é nulo.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 16 apresenta um desempenho de 70 face 81, valor reportado oficialmente a nível nacional.

ODS 17 Parcerias para a implementação dos objetivos

O objetivo de desenvolvimento sustentável 17 visa “reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2024b). Pretende, assim, “Revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Apoiar a criação de fortes parcerias ODS para atingir as metas ambiciosas da Agenda 2030. Reunir os governos nacionais, a comunidade internacional, a sociedade civil, o setor privado e outros atores” (BCSD, 2024).

Este ODS é composto por 2 indicadores, cuja informação detalhada é apresentada no anexo 2.1. No anexo 2.2 é possível consultar a tabela de dados que sintetiza a informação global e permite uma melhor análise dos metadados da bateria de indicadores, em especial ao nível da escala e do resultado bruto. Foi possível obter valores para apenas 1 dos 2 indicadores referentes a este ODS. Os dados são atuais, referentes a 2023, e de âmbito regional ou nacional (anexos 2.1 e 2.2).

O resultado global para o ODS 17, bem como para os respetivos indicadores é apresentado na figura 23.

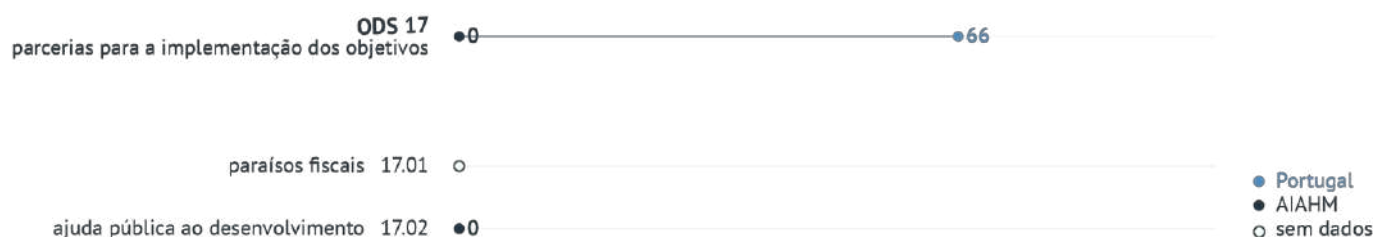


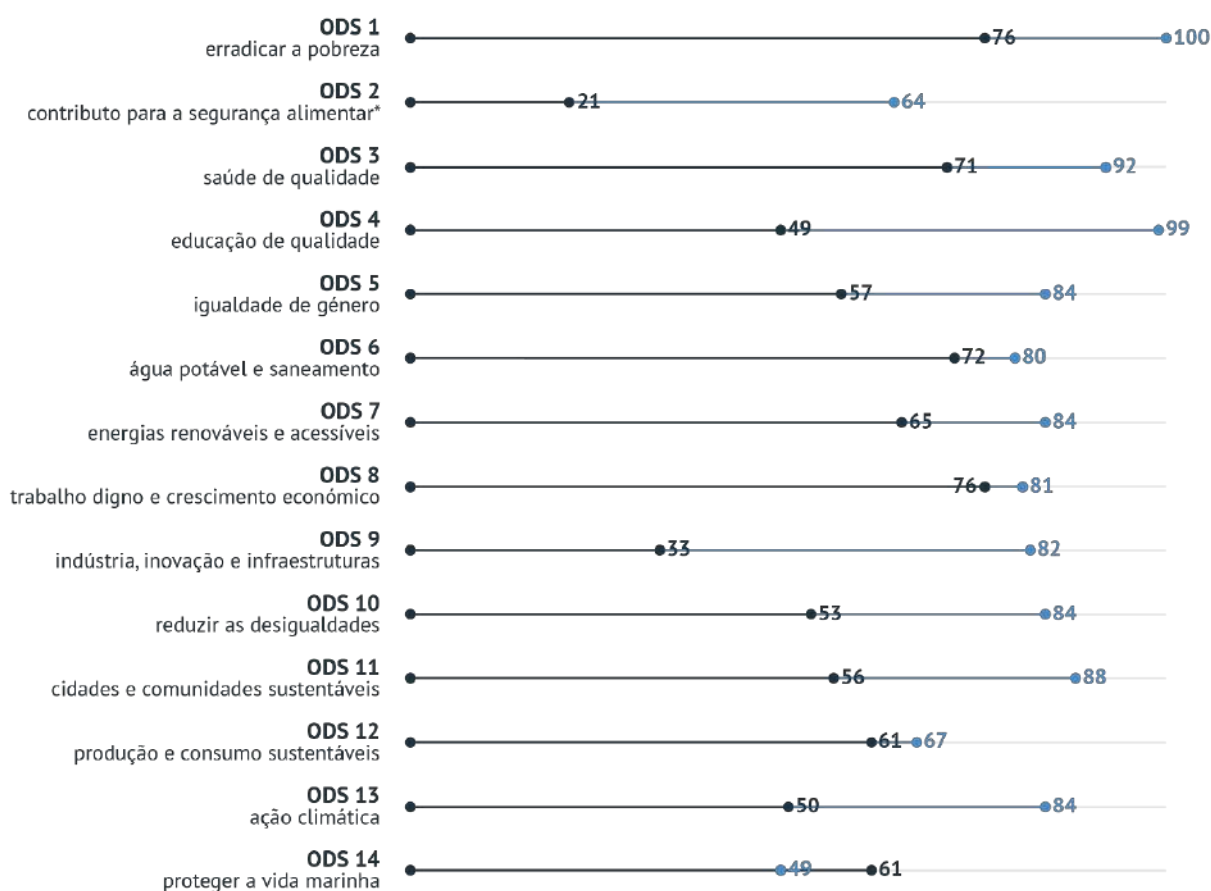
Figura 23 – Desempenho do ODS 17 e respetivos indicadores

Na AIAHM, o ODS 17 apresenta um desempenho global de 0. Destaca-se negativamente o indicador ajuda pública ao desenvolvimento (17.02), o único disponível para este ODS, que apresenta um desempenho de 0.

Comparativamente ao desempenho de Portugal, o ODS 17 apresenta um desempenho de 0 face 66, valor reportado oficialmente a nível nacional.

RESULTADOS GLOBAIS

Os resultados do desempenho para cada um dos ODS, bem como o desempenho global de sustentabilidade, derivado da média aritmética dos 17 ODS, são apresentados na figura 24.



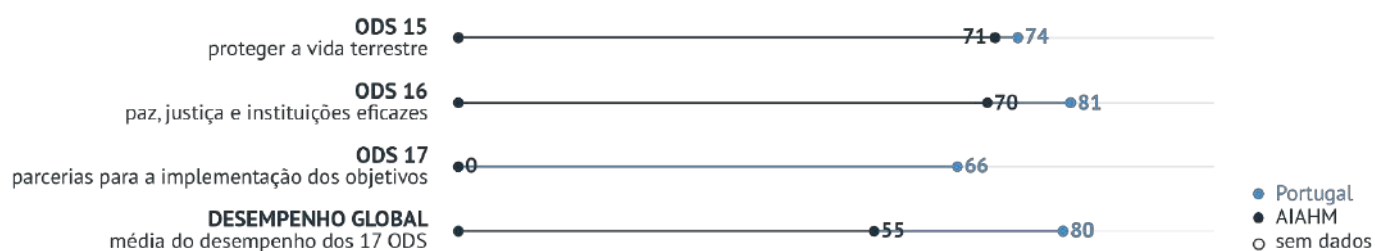


Figura 24 – Resultados globais para os 17 ODS

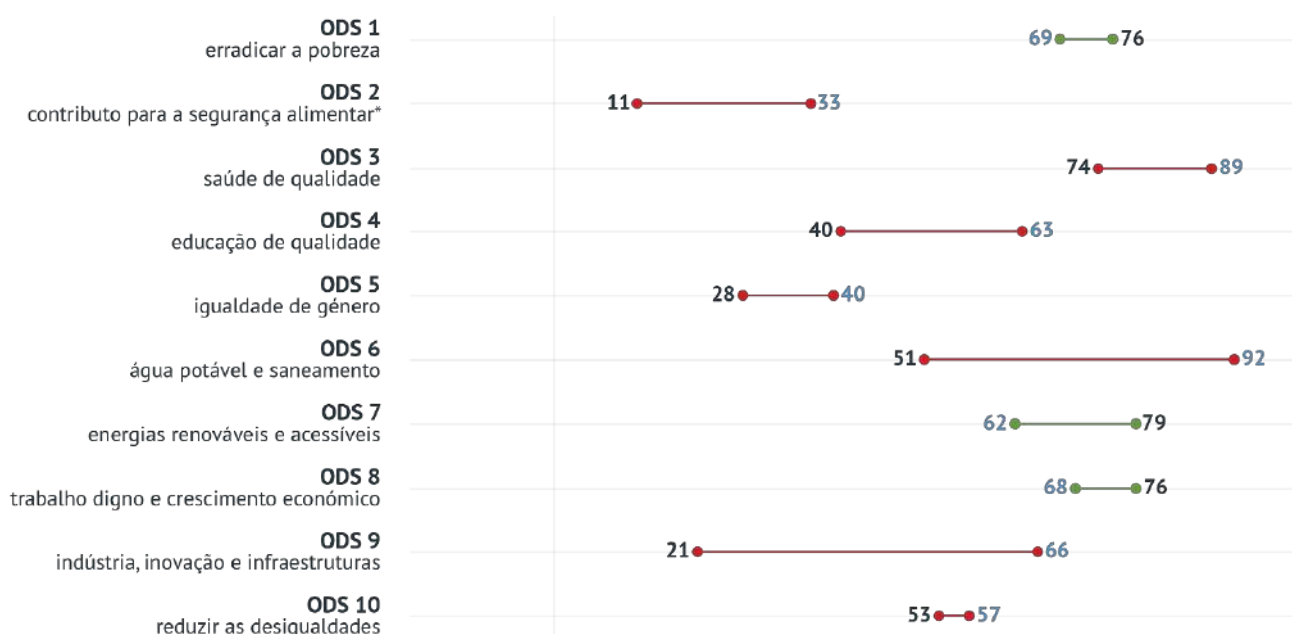
Na AIAHM, os ODS que apresentam resultados superiores são o 1, 8 e 6, com desempenhos que variam entre 72 e 76. Salienta-se ainda o ODS 14, o único para o qual o desempenho na AIAHM é superior ao reportado a nível nacional, com 13 pp de diferença. Por outro lado, os ODS 17, 2 e 9 são os que apresentam resultados inferiores na AIAHM, variando entre 0 e 33; estes ODS são também os que apresentam maior discrepância face aos valores nacionais (66, 43, e 49 pp, respetivamente).

No que respeita ao desempenho global, a média dos valores dos 17 ODS na AIAHM é de 55 face 80, valor reportado a nível nacional.

COMPARAÇÃO COM O PANORAMA NACIONAL

Note-se que todas as comparações referidas até ao momento consideram: a) o desempenho de cada ODS para a AIAHM, calculados com base em 121 indicadores, para os quais foi possível obter valores, num total de 144 indicadores que formam a bateria; e b) o desempenho reportado oficialmente para cada um dos ODS a nível nacional. Contudo, nem sempre os desempenhos globais reportados englobam a totalidade dos indicadores incluídos na bateria de avaliação do desempenho da AIAHM. Contudo, nem sempre existe concordância entre os indicadores incluídos na bateria de avaliação do desempenho da AIAHM e os utilizados no reporte nacional.

Assim, de forma a poder comparar fidedignamente ambos os panoramas, foram selecionados apenas os indicadores comuns entre a AIAHM e o reporte português. Os resultados dos desempenhos brutos são apresentados na figura 25.



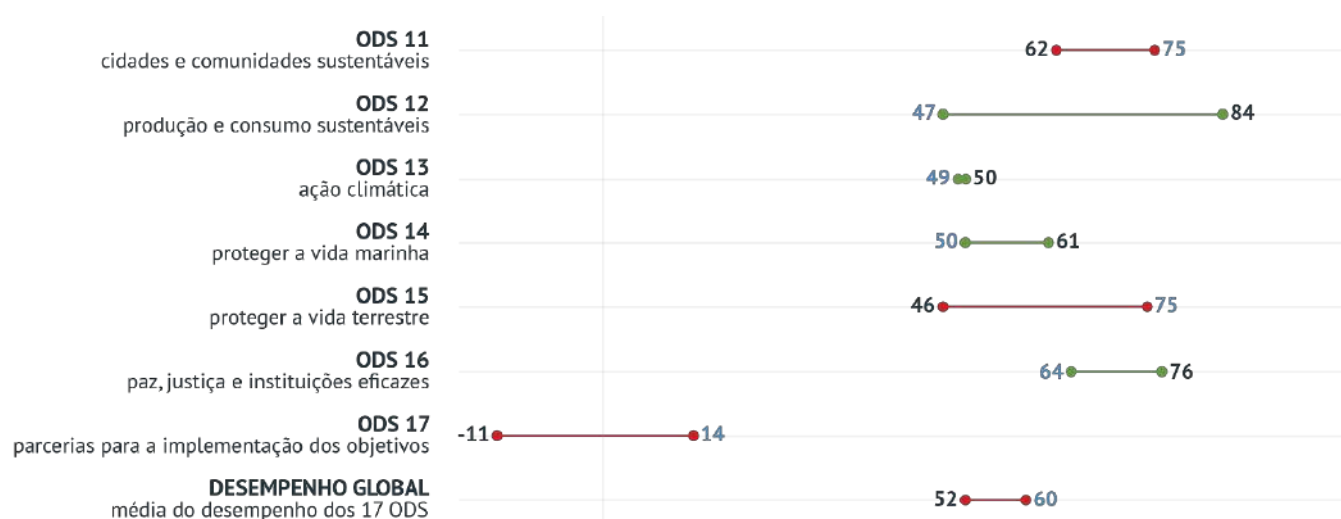


Figura 25 – Comparação do desempenho bruto comum entre a AIAHM e Portugal

A azul-escuro são apresentados os valores para a AIAHM e a azul-claro os valores para Portugal. As linhas a verde indicam valores superiores na AIAHM face a Portugal, enquanto as linhas vermelhas indicam valores inferiores na AIAHM face a Portugal.

O desempenho de sustentabilidade na AIAHM é superior face ao panorama nacional em 7 dos ODS, destacando-se os ODS 12, 7 e 16 com 37, 16 e 12 pp de diferença, respetivamente. Nos restantes 10 ODS, desempenho de sustentabilidade na AIAHM é inferior face a Portugal, destacando-se os ODS 9, 6 e 15 com 45, 41 e 29 pp de diferença, respetivamente. Note-se ainda o ODS 17, cujo desempenho de sustentabilidade é negativo, ficando aquém do limiar de referência mínimo.

Considerando apenas os indicadores comuns entre a AIAHM e Portugal, o desempenho global bruto na AIAHM é de 52, enquanto no panorama nacional é de 60, diferindo em 8 pp.

5/ MODELO TERRITORIAL

Considerando o contexto bem como os objetivos geral e específicos estabelecidos (capítulo 1/), pretende-se que a elaboração e implementação do PEOAIAHM promova a compatibilização das atividades existentes e potenciais do território, com vista a uma melhor gestão das dinâmicas presentes no aproveitamento hidroagrícola do Mira, promovendo um território sustentável nas suas várias vertentes.

A definição do modelo territorial, tal como referido na metodologia (capítulo 2/), teve por base a caracterização e a análise de contexto territoriais da AIAHM, o respetivo diagnóstico territorial, bem como a definição de princípios base do plano, que envolveu a participação, concertação e aprovação por parte de um leque de 43 atores territoriais pertencentes a 11 setores diferentes (anexo 3).

Assim, foi assumido um modelo territorial de desenvolvimento sustentável, assente na valorização de 3 vertentes fundamentais do território: social, ambiental e económica:

- **Sustentabilidade social**
Promoção da sustentabilidade social através de respostas sociais adequadas que visem a melhoria da qualidade de vida da população residente, assim como da avaliação e promoção da integração e o acolhimento condigno e de qualidade dos trabalhadores rurais.
- **Sustentabilidade ambiental**
Promoção da sustentabilidade ambiental através da redução dos impactes negativos das atividades humanas no ambiente, e da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas.
- **Sustentabilidade económica**
Promoção da sustentabilidade económica através da melhoria do aproveitamento económico das atividades presentes.

O modelo territorial é concretizado em conceitos estratégicos, por sua vez materializados em ações, sendo estes apresentados nos capítulos 6/ e 7/ do presente documento.

O contributo das ações preconizadas para a materialização do modelo territorial, isto é, para o desenvolvimento sustentável do território da AIAHM, foi determinado por avaliação do impacte expectável das ações sobre cada um dos objetivos de desenvolvimento sustentável (figura 26).

Da figura, torna-se evidente a transversalidade do impacte das ações, incidindo, em praticamente todos os casos, sobre as três principais vertentes do desenvolvimento – social, ambiental e económica, impacte este de magnitude diferenciada, mas no seu conjunto assumindo uma complementaridade funcional.



Figura 26 – Impacte expectável do programa de ação sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Na figura 27 é apresentado o resumo do impacte expectável do programa de ação sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. Este foi calculado de acordo com os métodos explicados no capítulo 2/.

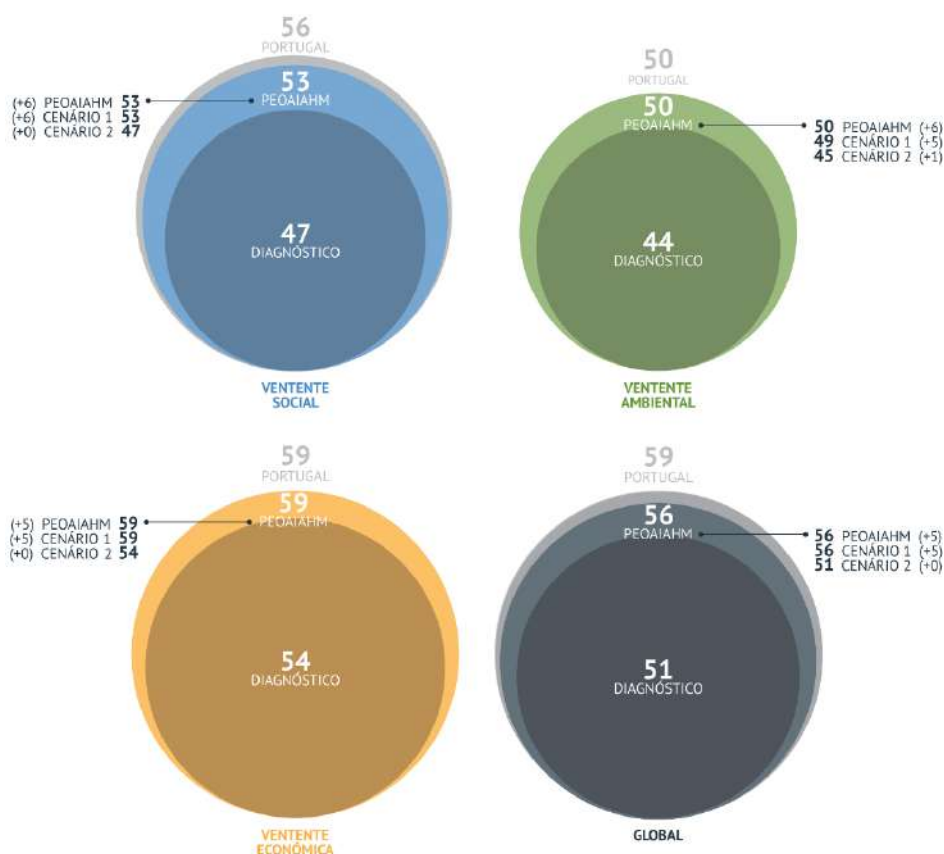


Figura 27 – Resumo do impacte expectável do programa de ação sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável

A aplicação do programa de ação do PEOAIAHM aproxima a AIAHM do desempenho de Portugal.

Ao nível da vertente social, a AIAHM apresenta um desempenho de 47 (diagnóstico), o qual, após a aplicação do programa de ação do PEOAIAHM se prevê possa atingir um valor de 53, reduzindo a diferença de 9 para 3 face ao panorama nacional. No que respeita à vertente ambiental, a AIAHM apresenta um desempenho de 44 (diagnóstico), o qual, após a aplicação do programa de ação do PEOAIAHM se prevê que passe a 50, reduzindo a diferença em 6 e igualando o desempenho de Portugal. Já relativamente à vertente económica, a AIAHM apresenta um desempenho de 54 (diagnóstico), o qual, após a aplicação do programa de ação do PEOAIAHM se prevê que passe a 59, reduzindo a diferença em 5 e igualando o desempenho de Portugal.

No global, a AIAHM apresenta um desempenho de 51 (diagnóstico), o qual, após a aplicação do programa de ação do PEOAIAHM se prevê que passe a 56, reduzindo a diferença de 8 para 3 face ao panorama nacional.

Estima-se que o maior contributo resulte da aplicação das ações que integram o cenário 1, sendo que o contributo do cenário 2 apenas se verifica notório no âmbito da vertente ambiental e, ainda assim, com menor eficácia que o cenário 1. De salientar que, apesar do potencial abrangente duma ação como a considerada neste cenário – licenciamento da atividade agrícola –, do processo de participação e concertação levado a cabo no contexto da construção do presente programa de ação, resultou que o âmbito do

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

licenciamento não se altera em substância, compondo-se no essencial de uma consolidação das listas de elementos instrutórios das diferentes entidades já existentes. Assim, o potencial de alteração significativa sobre o valor de desempenho dos indicadores dos ODS verificou-se muito limitado, decorrendo, essencialmente, da facilitação e promoção do cumprimento (*compliance*).

6/ CONCEITOS ESTRATÉGICOS

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

Os conceitos estratégicos materializam o modelo territorial estabelecido, o qual visa o desenvolvimento sustentável, assente na valorização de 3 vertentes fundamentais do território: social, ambiental e económica (capítulo 5/).

Durante as várias reuniões que ocorreram, foram discutidos eventuais conceitos e soluções que pudessem concretizar o modelo territorial desejado, resultando em 6 conceitos estratégicos aprovados e concertados com os vários atores territoriais envolvidos. Todos estes conceitos são complementares entre si e serão, por sua vez, materializados em ações concretas. Na tabela 8 são apresentados os 6 conceitos estratégicos e a respetiva relação com as ações que integram o presente programa de ação.

Tabela 8 – Conceitos estratégicos e relação destes com as ações, organizadas por tema

Conceitos estratégicos:

CE1 Aumento da eficiência hídrica

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

CE6 Fomento da mobilidade geográfica

AÇÕES	CONCEITOS ESTRATÉGICOS					
	CE1	CE2	CE3	CE4	CE5	CE6
T1 GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA						
A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM	•			•		
A1.2 Redelimitação da área do AHM			•	•		
T2 INTRODUÇÃO DE REQUISITOS E CONDICIONALIDADES À ATIVIDADE AGRÍCOLA						
A2.1 Requisitos obrigatórios	•	•	•			
A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios	•	•	•			
T3 COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE						
A3.1 Licenciamento da atividade agrícola	•	•	•	•		
A3.2 Saúde pública		•	•			
A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM	•	•	•	•	•	
A3.4 Fundo de responsabilidade	•	•	•		•	
T4 MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE AMBIENTAL DA ATIVIDADE AGRÍCOLA						
A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos		•	•	•		
A4.2 Medidas de integração paisagística		•	•	•		
T5 REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS						
A5.1 Minimização da pressão demográfica					•	
A5.2 Reforço da capacidade dos serviços públicos					•	
A5.3 Mobilidade sustentável					•	•
A5.4 Otimização de infraestruturas rodoviárias					•	•
A5.5 Promoção do transporte de passageiros por ferrovia						•
T6 AÇÕES COMPLEMENTARES						
A6.1 Gabinete do agricultor		•	•			
A6.2 Marketing territorial		•		•		
A6.3 Promoção do mosaico agrícola		•	•	•	•	

AÇÕES	CONCEITOS ESTRATÉGICOS					
	CE1	CE2	CE3	CE4	CE5	CE6
A6.4 Definição de corredores rodoviários para viaturas e maquinaria agrícola			•			•
A6.5 Estrutura de missão	•	•	•	•	•	•
TOTAL	7	12	13	9	8	5

CE1 AUMENTO DA EFICIÊNCIA HÍDRICA

O aumento da eficiência hídrica é um conceito estratégico fundamental na área do aproveitamento hidroagrícola do Mira, dada a importância do valor do recurso água, transversal às vertentes social, ambiental e económica. Tal torna-se ainda mais relevante numa área vasta em que a atividade agrícola se desenvolve essencialmente por regadio, inserida numa região em que a escassez hídrica é cada vez mais acentuada.

Este conceito estratégico será materializado através da implementação de 7 ações integradas em 4 temas (tabela 8):

- Gestão da utilização do recurso água (T1) – implementação de um modelo plurianual para o AHM (A1.1) que defina e adote medidas de gestão e distribuição sustentável da água, a curto, médio e longo prazo.
- Introdução de requisitos e condicionalidades à atividade agrícola (T2) – inclusão de requisitos obrigatórios para acesso à água gerida pela ABM, atestados por verificação de cumprimento dos mesmos no momento de cada inscrição anual (A2.1), assim como de condicionalidades no financiamento e apoios (A2.2) que permitirão, na ausência de um processo formal de licenciamento da atividade agrícola, criar mecanismos de verificação do cumprimento de referenciais legais e regulamentares no contexto social e ambiental. Além de fomentar a conformidade da atividade agrícola com tais requisitos, tal aumentará a previsibilidade dos processos para os atores económicos e para as entidades administrativas envolvidas. Note-se que a ação A2.1 poderá tornar-se redundante caso a obrigatoriedade de licenciamento da atividade agrícola venha a ser implementada.
- Compatibilização da atividade agrícola com o meio envolvente (T3) – licenciamento da atividade agrícola (A3.1), constituindo-se como o momento formal privilegiado de fornecimento de informação e pronúncia pelas entidades relevantes para a gestão do território; criação do programa de sustentabilidade da agricultura do AHM (A3.3); e criação de um fundo de responsabilidade e equilíbrio social e ambiental (A3.4).
- Ações complementares (T6): estrutura de missão (A6.5), a qual visa operacionalizar e monitorizar o presente programa de ação.

Dada a importância do recurso água, o aumento da eficiência hídrica constitui-se como um conceito estratégico fundamental e transversal, encontrando-se relacionado com 4 outros conceitos estratégicos¹⁶, e assumindo-se como essencial à materialização do modelo territorial preconizado.

¹⁶ Excetua-se para esta contabilização a ação A7.4, que visa a implementação global do programa de ação.

CE2 PROMOÇÃO DE UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Pretende-se que a atividade agrícola, principal atividade económica praticada na área do aproveitamento hidroagrícola do Mira, adote o conceito de melhoria contínua da sua sustentabilidade, quer do ponto de vista económico, quer dos pontos de vista social e ambiental.

Para tal, propõe-se a sua materialização através de 12 ações integradas em 4 temas (tabela 8):

- Introdução de requisitos e condicionalidades à atividade agrícola (T2) – inclusão de requisitos obrigatórios para acesso à água gerida pela ABM, atestados por verificação de cumprimento dos mesmos no momento de cada inscrição anual (A2.1), assim como de condicionalidades no financiamento e apoios (A2.2) que permitirão, na ausência de um processo formal de licenciamento da atividade agrícola, criar mecanismos de verificação do cumprimento de referenciais legais e regulamentares relacionados com aspetos sociais e ambientais. Além de garantir a conformidade da atividade agrícola com tais requisitos, tal aumentará a previsibilidade dos processos para os atores económicos e para das entidades administrativas envolvidas. Note-se que a ação A2.1 poderá tornar-se redundante caso a obrigatoriedade de licenciamento da atividade agrícola venha a ser implementada.
- Compatibilização da atividade agrícola com o meio envolvente (T3) – licenciamento da atividade agrícola (A3.1), constituindo-se como o momento formal privilegiado de fornecimento de informação e pronúncia pelas entidades relevantes para a gestão do território; da adequação das práticas agrícolas à prevenção de riscos sobre a saúde pública (A3.2); criação do programa de sustentabilidade da agricultura do AHM (A3.3); e criação de um fundo de responsabilidade e equilíbrio social e ambiental (A3.4).
- Minimização do impacte ambiental da atividade agrícola (T4) – implementação de medidas que minimizem o impacte da atividade agrícola sob o meio envolvente, incluindo a biodiversidade e outros fatores socioeconómicos; tal será atingido através da promoção do mapeamento de corredores ecológicos (A4.1); e de medidas de integração paisagística (A4.2).
- Ações complementares (T6) – criação do gabinete do agricultor (A6.1), um órgão oficial que concentra e fornece aos agentes económicos do setor agrícola informação relativa às obrigações e procedimentos obrigatórios (ou recomendados) para dinamização da sua atividade no território; marketing territorial (A6.2); promoção do mosaico agrícola através da diversificação de culturas e variedades agrícolas no AHM (A6.3); e estrutura de missão (A6.5), a qual visa operacionalizar e monitorizar o presente programa de ação.

Assim, este conceito estratégico assume-se como fundamental, impactando não só a vertente económica diretamente relacionada com a agricultura praticada no AHM, como outras atividades económicas presentes no território, especialmente o turismo, e também as vertentes social e ambiental. Engloba 12 das 20 ações, integradas em 4 temas, e é transversal a 4 outros conceitos estratégicos¹⁷, assumindo-se como essencial à materialização do modelo territorial preconizado.

CE3 ASSEGURAR A CONFORMIDADE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM REQUISITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Este conceito estratégico pretende, tal como o nome indica, dar resposta à necessidade de assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais. Trata-se de um conceito fundamental na área do aproveitamento hidroagrícola do Mira, visando diretamente as atividades agrícolas aqui praticadas e cuja conformidade com os fatores sociais e ambientais se pretende

¹⁷ Excetua-se para esta contabilização a ação A6.5, que visa a implementação global do programa de ação.

atingir a partir da implementação de 13 das 20 medidas que integram o presente programa de ação, organizados em 5 temas (tabela 8):

- Gestão da utilização do recurso água (T1) – redelimitação da área do AHM (A1.2) nas áreas onde existem incompatibilidades entre esta infraestrutura e áreas de maior interesse e sensibilidade ambiental ou áreas correspondentes a aglomerados urbanos e rurais existentes.
- Introdução de requisitos e condicionalidades à atividade agrícola (T2) – inclusão de requisitos obrigatórios para acesso à água gerida pela ABM, atestados por verificação de cumprimento dos mesmos no momento de cada inscrição anual (A2.1), assim como de condicionalidades no financiamento e apoios (A2.2) que permitirão, na ausência de um processo formal de licenciamento da atividade agrícola, criar mecanismos de verificação do cumprimento de referenciais legais e regulamentares relacionados com aspetos sociais e ambientais. Além de garantir a conformidade da atividade agrícola com tais requisitos, tal aumentará a previsibilidade dos processos para os atores económicos e para das entidades administrativas envolvidas. Note-se que a ação A2.1 poderá tornar-se redundante caso a obrigatoriedade de licenciamento da atividade agrícola venha a ser implementada.
- Compatibilização da atividade agrícola com o meio envolvente (T3) – assegurada através de vários mecanismos de compatibilização como: o licenciamento da atividade agrícola (A3.1), constituindo-se como o momento formal privilegiado de fornecimento de informação e pronúncia pelas entidades relevantes para a gestão do território; da adequação das práticas agrícolas à prevenção de riscos sobre a saúde pública (A3.2); da criação do programa de sustentabilidade da agricultura do AHM (A3.3); e da criação de um fundo de responsabilidade e equilíbrio social e ambiental (A3.4).
- Minimização do impacto ambiental da atividade agrícola (T4) – implementação de medidas que minimizem o impacto da atividade agrícola sob o meio envolvente, incluindo a biodiversidade e outros fatores socioeconómicos; tal será atingido através do mapeamento e salvaguarda de corredores ecológicos (A4.1) e da promoção de medidas de integração paisagística (A4.2).
- Ações complementares (T6) – criação do gabinete do agricultor (A6.1), um órgão oficial que concentra e fornece aos agentes económicos do setor agrícola informação relativa às obrigações e procedimentos obrigatórios (ou recomendados) para dinamização da sua atividade no território; promoção do mosaico agrícola através da diversificação de culturas e variedade agrícolas no AHM (A6.3); definição de corredores rodoviários para viaturas e maquinaria agrícola (A6.4); e estrutura de missão (A6.5), a qual visa operacionalizar e monitorizar o presente programa de ação.

Importa ainda referir, no âmbito deste conceito estratégico, a questão das instalações de alojamento temporário amovíveis (IATA). No que se refere à sua instalação, acessibilidade e utilização, considera-se que desde que seja assegurada a conformidade com requisitos legais¹⁸, sociais e ambientais, estas constituem uma solução adequada para efeitos de acolhimento temporário, e exclusivamente para esse fim. Contudo, note-se que os trabalhadores não temporários devem ser alvo de medidas específicas, as quais são abordadas diretamente através do conceito estratégico CE5 – melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra.

Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais constitui-se como um conceito estratégico transversal e fundamental, não só porque engloba 13 das 20 ações previstas no presente programa, subjacentes a 5 temas abordados, mas também porque se encontra relacionado com a totalidade dos restantes conceitos estratégicos. Assim, este conceito estratégico assume-se como essencial à materialização do modelo territorial preconizado, que visa a sustentabilidade a nível social, ambiental e económico.

¹⁸ Nomeadamente, as resoluções do conselho de ministros n.º 179/2019 e n.º 69/2021.

CE4 FOMENTO DE MOSAICOS DE PAISAGEM

Os mosaicos de paisagem são de particular importância, pois quebram a tendência monocultural e artificializada que prevalece na área do aproveitamento hidroagrícola do Mira. Geram impactos positivos sob a vertente ambiental, fomentando corredores ecológicos e cortinas de abrigo; na vertente social, por aumento da qualidade cénica da paisagem, no contexto do papel da mesma como serviço dos ecossistemas e seu reconhecido contributo para o bem-estar humano¹⁹; e também na vertente económica, sobre outras atividades como o turismo, pelas mesmas razões das vertentes social e ambiental, nomeadamente pela valorização da paisagem e dos recursos naturais. Ainda na vertente económica, os mosaicos de paisagem apresentam benefícios à atividade agrícola, quer porque a diversificação de culturas e variedade agrícolas permite aplanar picos de mão de obra e reduzir a percentagem de trabalhadores agrícolas temporários, diminuindo a rotatividade de mão de obra e facilitando a sua gestão pelos atores económicos, quer pelo aumento da resiliência da atividade agrícola às alterações climáticas e pragas, reduzindo o risco económico associado à atividade.

Para tal, propõe-se a sua materialização através da implementação de 9 ações integradas em 4 temas (tabela 8):

- Gestão da utilização do recurso água (T1) – fomentando a diversidade de culturas e usos do solo, por implementação de um modelo plurianual para o AHM (A1.1) que defina e adote medidas de gestão e distribuição sustentável da água, a curto, médio e longo prazo; e redelimitação da área do AHM (A1.2) nas áreas onde existem incompatibilidades entre esta infraestrutura e áreas de maior interesse e sensibilidade ambiental ou áreas correspondentes a aglomerados urbanos e rurais existentes.
- Compatibilização da atividade agrícola com o meio envolvente (T3) – assegurada através de mecanismos como: o licenciamento da atividade agrícola (A3.1), constituindo-se como o momento formal privilegiado de fornecimento de informação e pronúncia pelas entidades relevantes para a gestão do território; e por via da criação do programa de sustentabilidade da agricultura do AHM (A3.3).
- Minimização do impacto ambiental da atividade agrícola (T4) – implementação de medidas que minimizem o impacto da atividade agrícola sob o meio envolvente, incluindo a biodiversidade e outros fatores socioeconómicos; tal será atingido através do mapeamento e salvaguarda de corredores ecológicos (A4.1) e da promoção de medidas de integração paisagística (A4.2).
- Ações complementares (T6) – marketing territorial (A6.2); promoção do mosaico agrícola através da diversificação de culturas e variedades agrícolas no AHM (A6.3); e estrutura de missão (A6.5), a qual visa operacionalizar e monitorizar o presente programa de ação.

Assim, este conceito estratégico apresenta impactos não só na vertente económica diretamente relacionada com a agricultura praticada no AHM, como sobre outras atividades económicas presentes no território, especialmente o turismo, e também nas vertentes ambiental e social. Engloba 9 das 20 ações preconizadas no presente programa, integradas em 4 temas, e é transversal a 4 outros conceitos estratégicos²⁰.

CE5 MELHORIA DA CAPACIDADE DE ACOLHIMENTO DA MÃO DE OBRA

Odemira é o único concelho da região do Alentejo a apresentar uma variação positiva da população residente, entre 2011 e 2021, com uma taxa de crescimento de 13 %. Este aumento é influenciado de modo marcado pela imigração, tendo em conta que a taxa de

¹⁹ O conceito de paisagem é assumido como parte integrante da cultura humana, instituído formalmente em 2000, pela Convenção Europeia da Paisagem (CEP) e, anteriormente, em 1992, definido como conceito de “paisagem cultural”, pela UNESCO.

²⁰ Excetua-se para esta contabilização a ação A7.4, que visa a implementação global do programa de ação.

crescimento natural anual é negativa (INE, 2022). Dado o seu contributo para a demografia, e inerentemente para vários setores da economia, especialmente a agricultura, mas também para as atividades ligadas ao setor do turismo, assim como ao nível da Segurança Social, importa criar condições, não apenas para o seu acolhimento, mas também para a sua vinculação ao território.

No âmbito do processo participativo, verificou-se que a perceção das entidades envolvidas tanto no acolhimento e integração da população imigrante, como na sua contratação e acompanhamento, indica um valor acima dos 90 % do total destes imigrantes que permanece no território apenas por períodos de curta a média duração, com aparente foco numa permanência não superior ao período necessário à sua legalização e permissão de circulação para outros países europeus. Esta perceção foi confirmada por entidades associadas ao sistema de ensino, acolhimento e integração de migrantes, empresários do setor agrícola e turismo, autoridade para as condições de trabalho e guarda nacional republicana, que salientam os desafios e constrangimentos que esta realidade apresenta para o território e operação das diferentes entidades.

Importa, portanto, reforçar ativamente a promoção da vinculação de imigrantes ao território, criando e articulando condições para tal, permitindo que Odemira se constitua como um território atrativo para uma permanência de longo prazo da população imigrante. Um aumento de atratividade deverá integrar uma oferta duma melhor qualidade de vida, uma integração social mais sólida e inclusiva, considerando os trabalhadores e as suas famílias, e uma abordagem a situações de vulnerabilidade social e económica que diferenciem Odemira como um território de oportunidades e coesão social.

Assim propõe-se a materialização deste conceito estratégico através da implementação de 8 ações integradas em 3 temas (tabela 8):

- Compatibilização da atividade agrícola com o meio envolvente (T3) – assegurada através de vários mecanismos de compatibilização como: a criação do programa de sustentabilidade da agricultura do AHM (A3.3); e da criação de um fundo de responsabilidade e equilíbrio social e ambiental (A3.4).
- Redução das disparidades sociodemográficas (T5) – minimização da pressão demográfica (A5.1); reforço da capacidade dos serviços públicos (A5.2); elaboração de uma solução de mobilidade baseada em opções sustentáveis (A5.3), implementando uma rede de transportes coletivos que assegure uma adequada mobilidade intraconcelhia; e otimização de infraestruturas rodoviárias (A5.4).
- Ações complementares (T6) – por promoção do mosaico agrícola através da diversificação de culturas e variedades agrícolas no AHM (A6.3); e estrutura de missão (A6.5), a qual visa operacionalizar e monitorizar o presente programa de ação.

Este conceito estratégico é focado, essencialmente, na vertente social do território, embora apresente também impactes positivos a nível das vertentes económica e ambiental. Engloba 8 das 20 ações, integradas em 3 temas, e é transversal a 5 outros conceitos estratégicos²¹, assumindo-se como muito relevante à materialização do modelo territorial preconizado.

CE6 FOMENTO DA MOBILIDADE GEOGRÁFICA

De forma a poder promover a capacidade de acolhimento da mão de obra no território (conceito estratégico CE5), importa fomentar a mobilidade geográfica, uma vez que os territórios aos quais se pretende vincular a mão de obra apresentam condições de mobilidade

²¹ Excetua-se para esta contabilização a ação A7.4, que visa a implementação global do programa de ação.

reduzidas, sendo necessário fornecer condições de transporte que se coadunem com os seus horários laborais, os horários escolares para os seus filhos, e para poderem aceder aos serviços que apenas sejam disponibilizados noutras localidades.

Ao nível da mobilidade, o diagnóstico social de Odemira (CMO, 2015) identifica problemas tais como: dificuldade de transporte de pessoas com pouca mobilidade, dificuldade no acesso aos serviços de saúde/horários dos transportes, défice da rede de transportes públicos, rede de estradas deficitária e com problemas de conservação, dispersão geográfica/isolamento/falta de acessos em boas condições, falta de transporte fora do período escolar, falta de compatibilidade dos horários dos transportes com os horários das empresas, dificuldade de inserção profissional por falta de transporte.

Assim, apenas será possível a concretização do conceito estratégico CE5 se for assegurado o fomento da mobilidade geográfica, que beneficiará também toda a população local, que verá o seu isolamento diminuído, bem como melhorias significativas nos problemas identificados no diagnóstico social de Odemira e nos indicadores de desenvolvimento global do território.

Este conceito estratégico será materializado através da implementação de 5 ações integradas em 2 temas (tabela 8):

- Redução das disparidades sociodemográficas (T5) – elaboração de uma solução de mobilidade baseada em opções sustentáveis (A5.3); otimização de infraestruturas rodoviárias de comunicação com os centros estruturantes de menor acessibilidade (A5.4); e promoção do transporte de passageiros por ferrovia (A5.5).
- Ações complementares (T6) – definição de corredores rodoviários para viaturas e maquinaria agrícola (A6.4); e implementação da estrutura de missão (A6.5), a qual visa operacionalizar e monitorizar o presente programa de ação.

Este conceito estratégico, fortemente ligado ao conceito estratégico CE5, encontra-se essencialmente focado na vertente social do território, embora apresente também impactes positivos a nível das vertentes económica²² e ambiental, ao aliviar a pressão sobre o litoral, onde muitos dos valores ecológicos se concentram. Engloba 5 das 20 ações, integradas em 2 temas, e é transversal a 2 outros conceitos estratégicos²³, assumindo-se como fundamental à materialização dos mesmos e do modelo territorial.

²² Ao permitir as melhorias na vertente económica introduzidas pelos conceitos estratégicos 5 e 6, bem como a melhoria da mobilidade intra e interconselharia.

²³ Excetua-se para esta contabilização a ação A7.4, que visa a implementação global do programa de ação.

7/ PROGRAMA DE AÇÃO

T1 GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA

O tema 1 aborda a gestão da utilização do recurso água, visando o aumento da eficiência hídrica (CE1), assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais (CE3) e o fomento de mosaicos de paisagem (CE4). Para tal, engloba ações como a definição e adoção de um modelo de gestão e distribuição da água de curto, médio e longo prazo e a exclusão do aproveitamento hidroagrícola de áreas de maior interesse e sensibilidade ambiental e de áreas correspondentes a aglomerados urbanos e rurais existentes.

A AIAHM insere-se num território com “clima marcadamente mediterrânico, marcado por longos períodos áridos, que em consequência das alterações climáticas, não só se tem prolongado como intensificado. [...] Os períodos de seca extrema, resultado de baixos níveis de precipitação, acompanhados pela ausência de planeamento e de iniciativas eficazes de gestão e conservação das linhas de água, revelam a necessidade urgente de intervir” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023). “A escassez de recursos hídricos é uma realidade que se acentua na região por força das alterações climáticas, evidenciada na consistente redução dos últimos anos da disponibilidade de água na albufeira de Santa Clara” (CMO, 2023). No que respeita à disponibilidade hídrica, “verifica-se que a média dos anos do século XXI é 20% inferior à média do período 1931/32-1999/00, e que a média dos anos após 2020/21 é 50% inferior a esse valor histórico de longo prazo. [...] No final de dezembro, a precipitação acumulada no corrente ano hidrológico de 2023/24 encontrava-se em linha com os últimos três anos e com um déficit de cerca de 100 mm relativamente às médias dos períodos 2000/01 – 2022/23 e 1931/32 – 1999/00. Os impactos cumulativos deste quarto ano consecutivo de seca na região são, obviamente, muito significativos.” (Proença de Oliveira e Simões, 2024). “Na bacia do Mira os volumes armazenados mantêm-se muito abaixo da média histórica, com a albufeira de Santa Clara a ser explorada, desde 2019, abaixo do volume morto” (APA, 2024). É, portanto, evidente a necessidade de adotar um modelo de gestão sustentável da água, baseado num apropriado planeamento, rigor, responsabilidade e comprometimento, a adotar no curto-prazo, de forma a poder garantir a atividade social e económica do território e manter o caudal ecológico do rio Mira.

De seguida é apresentado um enquadramento resumido dos instrumentos e documentos cujas políticas, objetivos e/ou medidas locais se encontram ligadas a este tema.

Em janeiro de 2024, Portugal apresentou a **iniciativa REWATER EU**, a qual pretende reforçar a resiliência dos recursos hídricos e a disponibilidade de água na União Europeia. “Reduzir a vulnerabilidade da União Europeia face aos efeitos das alterações climáticas sobre os recursos hídricos é o objetivo que se pretende alcançar, reforçando o seu papel fundamental na garantia da soberania alimentar. Armazenamento, transporte, distribuição, gestão e reutilização de água, recurso a tecnologias e planeamento suportado na monitorização são as áreas espelhadas nas medidas propostas. [...] Assim, no contexto do Pacto Ecológico Europeu e num cenário que corrobora a urgência do reforço da resiliência e dos mecanismos de gestão sustentável da água, esta proposta procura ainda contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sem esquecer que a escassez de água tem ainda um forte impacto na atividade da produção dos alimentos” (República Portuguesa, 2024).

O **instrumento territorial integrado água e ecossistemas de paisagem – Algarve e Alentejo** visa “responder aos desafios, sobre o tema água e ecossistemas de paisagem [...], incidindo ainda nas áreas da demografia, da competitividade, da coesão e da sustentabilidade ambiental” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023). “Este território enfrenta grandes desafios resultantes do nível do envelhecimento da população, dos elevados índices de dependência e da escassez de água e do consequente aumento dos processos de desertificação, intensificado pelas alterações climáticas, que resultam em períodos de seca extrema, intercalados por precipitação elevada. São ainda de destacar os elevados riscos de erosão do solo, que a par das secas, conduzem ao aumento do risco de incêndios. Embora tais constrangimentos/desafios sejam uma realidade atual, estamos perante um território que partilha entre si características únicas, que vão desde a orografia, à paisagem ou à biodiversidade” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

“A água representa um dos recursos de maior valor no mundo, contribuindo em muito para o desenvolvimento dos territórios, em particular de génese rural e de baixa densidade. As implicações das alterações climáticas, nomeadamente no que concerne aos baixos níveis de precipitação, apresentam consequências graves no abastecimento das linhas de água e dos aquíferos, com implicações diretas nos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e animal e para a rega” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023). Tendo em conta o contexto atual, o instrumento territorial integrado identifica 3 principais ameaças, nomeadamente: a elevada exposição às alterações climáticas, com impacto no aumento da temperatura, desertificação, escassez de água, e eventos climáticos extremos; a escassez do recurso natural água, colocando em causa o abastecimento público e as culturas agrícolas; e ecossistemas terrestres e aquáticos degradados, com implicações na foz dos rios.

Assim, o foco estratégico e temático deste instrumento é “a água e os ecossistemas de paisagem, tendo também implícito o combate à perda populacional e económica destes territórios”. A estratégia encontra-se assente em três domínios de intervenção e seis áreas temáticas, destacando-se o domínio de intervenção “recursos hídricos: intervenções que têm como objetivo a melhoria da qualidade da água e aumento da eficiência na gestão dos recursos hídricos” e a área temática “disponibilidade hídrica e uso eficiente da água: promoção do armazenamento e utilização eficiente da água, como resposta à crescente escassez de recursos hídricos” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

Para tal, são definidos objetivos estratégicos e transversais, dos quais se salientam os seguintes:

“Intervir sobre a escassez de água, implementando melhores práticas de gestão, controlo e armazenamento de água nos solos, para posterior distribuição.

- Promover o uso sustentável e responsável da água, mitigando problemas como a sua contaminação.
- Constituição da bio-região Cordão Verde Algarve-Alentejo: o conceito da bio-região é, em si mesmo, um conceito de estruturação territorial em torno dos princípios da produção sustentável/agroecologia, utilização sustentável dos recursos hídricos, envolvimento dos atores locais no desenho e gestão dos processos de desenvolvimento e de construção coletiva de um território vivo que articule valores ambientais, sociais, culturais e económicos. As bio-regiões²⁴ são assentes em linhas orientadoras de promoção e gestão sustentável dos recursos locais, de promoção da agroecologia numa abordagem territorial, de conservação dos recursos naturais e do ambiente, de melhoria da qualidade de vida dos seus atores e valorização dos pontos fortes do território; contribuem para a prossecução dos objetivos dos diversos programas de desenvolvimento territorial em Portugal, cumprindo também alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) propostos no relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

Estes objetivos, por sua vez, serão concretizados em projetos estruturantes, destacando-se os seguintes:

- 1. Proteção e gestão dos recursos hídricos,
- 4. Reaproveitamento de água de origens alternativas,
- 5. Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras,
- 6. Bio-região Cordão Verde do Algarve e Alentejo.

²⁴ Para o reconhecimento formal de uma bio-região esta deve responder a um conjunto de etapas: 1) decisão política de estabelecer uma bio-região, tomada por grupos de atores locais ou pelo poder local competente; 2) diagnóstico participativo de modo a identificar os problemas observados no acordo político; 3) planeamento estratégico – pacto territorial, tendo por base o diagnóstico efetuado, com vista ao desenvolvimento e promoção da bio-região, incluindo a sua monitorização, tendo como resultado desta estratégia o pacto territorial entre diversos atores; 4) política alimentar com vista a assegurar que todos os cidadãos têm acesso a uma alimentação adequada; 5) estrutura de governança assente na participação e negociação de múltiplos atores, devendo existir um órgão de coordenação da bio-região, um responsável pela implementação do plano estratégico, um que seja responsável por fazer a articulação entre todos os atores do território, e um responsável pela avaliação e a monitorização dos indicadores (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

O **plano estratégico do Alentejo litoral 2030** “visa o estabelecimento de um programa de ação prospetivo e multimunicipal para a próxima década, que sirva de orientação às diversas políticas municipais” (DBC, 2022). Este identifica 5 desafios estratégicos para a região, entre os quais, a sustentabilidade do desenvolvimento regional ao nível da mitigação de riscos ambientais e gestão da água (D2).

Ao nível da agricultura, é referido que “a escassez de água é um claro problema generalizado a nível nacional. Neste contexto, existe potencial de melhoria ao nível da eficiência, como por exemplo investir na pressurização da rega de 4 mil hectares. Adicionalmente, é importante procurar fontes alternativas de água (e.g. transvases e dessalinização), assim como realizar obras na barragem com o objetivo de capturar maior quantidade de água (e.g. estação elevatória). Para além da escassez de água identificada, existem elevados desperdícios da mesma. Deste modo, é fundamental apostar em técnicas eficientes e eficazes, assim como proceder a obras de requalificação da barragem e da infraestrutura de rega. Para além disso, existe uma clara necessidade de investir em infraestruturas de apoio (e.g. reservatórios) que devem ser colocadas em zonas estratégicas, aumentando a poupança e a capacidade de distribuição da água. Necessidade de alavancar o Plano Nacional de Regadio 2030 do Ministério da Agricultura, mobilizando os principais agentes-chave a trabalharem de forma conjunta para a concretização do mesmo” (DBC, 2022).

Assim, este plano prevê uma linha de ação e respetivas iniciativas estratégicas dirigida ao incentivo à eficiência hídrica e resolução da escassez de água (LA6), o qual se foca em:

- “IE6.1 Barragens e infraestruturas hídricas - investimento em obras de requalificação da barragem, assim como em infraestruturas de apoio (e.g. reservatórios), aumentando a captação de água, poupança e a capacidade de distribuição da mesma.
- IE6.2 Modernização dos sistemas de rega - Implementação de sistemas de rega inteligentes e inovadores, que permitam analisar e monitorizar remotamente as quantidades necessárias de água, de acordo com as condições meteorológicas, assim como aumentar a eficiência operacional dos mesmos.
- IE6.3 Monitorização e controlo ativo de perdas de água na rede - criação de um sistema remoto que permite assegurar a deteção, controlo e monitorização ativo de perdas de água da rede de abastecimento, principalmente onde se estima que haja grandes desperdícios de água associada.
- IE6.4 Central dessalinizadora e ETAR - construção de uma central dessalinizadora e reabilitação das estações de tratamento de águas residuais (ETAR), com o objetivo de combater o atual problema generalizado da escassez de água, assim como reduzir a captação de água natural” (DBC, 2022).

Ao nível local, o **acordo H2O – pacto para a gestão sustentável da água** é uma iniciativa conjunta da Agência Portuguesa do Ambiente, da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Município de Odemira, da Associação de Beneficiários do Mira e da Águas Publicas do Alentejo, e pretende colocar “a água no centro da agenda para um conjunto de esforços com o objetivo de garantir a sustentabilidade futura do território [...] e este] pressupõe a concretização de um conjunto de importantes compromissos em resposta às necessidades crescentes sentidas nos setores de abastecimento público, industrial, agrícola e turístico” (CMO, 2023). Os compromissos assumidos passam por reforçar a garantia e segurança do abastecimento público, pela diminuição de perdas e melhoria da eficiência de todo o sistema a jusante da barragem de Santa Clara, pela elaboração de um plano de poupança de água, reforço da monitorização de usos, pela autorização de um volume de garantia do ecossistema do rio Mira e a elaboração e aprovação de um novo plano de contingência que contenha uma proposta de distribuição equitativa e justa da água e de promoção de boas práticas junto das empresas e empresários agrícolas que façam uso da água, entre outras.

No que respeita ao **plano diretor municipal** de Odemira, o qual se encontra atualmente em fase de revisão, há a referir a estrutura ecológica municipal, que tem como parte das suas funções e objetivos: a “proteção, recuperação e gestão dos recursos hídricos, garantindo o bom funcionamento hidrológico”; “contribuir para uma maior resiliência do território face às alterações climáticas” e “contribuir para um desenvolvimento sustentável do território” (CMO, 2024a). São integradas áreas de domínio público hídrico, áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e áreas de proteção da albufeira, todas estas servidões e restrições de utilidade pública

que visam a gestão e acesso à água. O plano diretor municipal deverá também “salvaguardar o existente e minimizar problemas potenciais de operação/gestão territorial e garantir a correta ligação entre territórios. Assim se verifica, no caso da rede de infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem das águas residuais, com a proteção à rede existente, através da interdição de obstáculos que impeçam o correto funcionamento deste sistema de infraestruturas. [...] A importância da definição destas áreas de proteção funcional contribuirá para o bom sucesso do IGT, como também para o equilíbrio desejado, tendo em conta que são infraestruturas que aproximam e favorecem territórios e dinâmicas”. Ao nível do abastecimento de água, “estima-se um aumento de serviço para mais 9 000 habitantes” (CMO, 2024a).

Relativamente a medidas relacionadas com a gestão da água e com as alterações climáticas, o documento de revisão refere que “o PDMO deverá conter incentivos à aplicação de medidas que promovam a eficiência na utilização da água e a sua reutilização” e “reforçar a criação de zonas verdes e respetiva modelação do terreno que facilite a infiltração de água” (CMO, 2024a).

A1.1 MODELO PLURIANUAL DE DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA DO AHM

Esta ação consiste na definição e adoção de um modelo de gestão e distribuição da água de curto, médio e longo prazo. A definição de um modelo plurianual de distribuição da água é fundamental para minimizar riscos para o abastecimento público e para as empresas.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- Os cenários climáticos futuros apontam para um aumento na temperatura média e uma diminuição na precipitação, o que levará a uma intensificação dos fenômenos de seca (IPMA, 2015).
- A bacia do Mira encontra-se em situação de seca hidrológica extrema, estando o volume armazenado muito abaixo dos valores históricos (APA, 2024).
- A barragem de Santa Clara está a ser explorada a partir do volume morto (abaixo do nível mínimo de exploração) desde 2019, tendo atingido os níveis mais baixos no armazenamento total em 2023 (APA, 2024).
- A previsão da água disponível é fundamental para que os agentes do setor agrícola possam aferir a sustentabilidade das suas explorações a longo prazo (APA, 2024).

CONCEPÇÃO

A gestão da água deverá ser realizada sobre o princípio de garantia de limiares de segurança de abastecimento, nas vertentes, por ordem de prioridade, abastecimento público e abastecimento para a atividade empresarial.

O limiar mínimo de segurança deverá ser calculado tendo por base os cenários climáticos previstos para o território, sob uma perspetiva conservadora (cenário gravoso) e a capacidade de armazenamento da barragem de Santa Clara.

Assume-se que, na ausência de informação rigorosa sobre o volume efetivo armazenável, a cota mínima que deverá ser garantida é de 116 m. Este valor poderá ser revisto, conforme se conduzam estudos de fundamentação.

Em função da cota a garantir e do volume de água previsível de entrada por pluviosidade, será definido o valor anual garantido a considerar para distribuição (VAGD), descontado o volume de garantia do ecossistema do rio Mira. Com base no VAGD, será definido o volume a alocar aos diferentes usos, com priorização das estimativas de necessidades de abastecimento público. Resultará um valor anual garantido para abastecimento da atividade agrícola (VAG-A), permitindo a operação dos agentes económicos num cenário de previsibilidade.

O atual VAGD apurado é de 8 hm³ (Proença de Oliveira e Simões, 2024). Este valor deverá, contudo, ser confirmado ou revisto, considerando que em 2024 a cota da barragem se cifrou entre os 105 e 111 m e que, até ser atingida a cota mínima, o VAGD deverá permitir a recuperação da cota até ao valor desejado. Uma vez atingida a cota mínima, o VAGD deverá ser recalculado, assumindo apenas a função de garantia da manutenção da cota mínima, e sujeito a revisão posterior a cada 10 anos.

Caso se verifique um excedente de água disponível sobre o valor anual garantido (VAGD), deverá o mesmo ser distribuído para abastecimento da atividade agrícola em concertação entre DGADR e CMO. Ao valor VAG-A, acresce, assim, o valor excedente (VE-A) nos anos em que as condições o permitam.

O VAG-A deverá priorizar as culturas permanentes, devendo o VE-A priorizar culturas temporárias.

Adicionalmente, de forma a maximizar a captação e minimizar as perdas no transporte, deverá ser exigida ao governo a adoção das seguintes medidas:

- Criação de legislação que permita agilizar os processos de licenciamento de reservatórios (charcas) de forma a incrementar a bacia de captação de água;
- Agilização dos investimentos previstos no “Acordo H2O” de maneira a garantir, nos próximos 3 anos, um incremento na eficiência do AHM dos atuais 60% para os 80%;
- Modernização através de novos investimentos;
- Realização de estudos para a identificação e estruturação de novas fontes de água que garantam segurança de abastecimento;
- Garantia de financiamento para o modelo de captação e distribuição de água para o abastecimento público dedicado e totalmente autónomo.

Podem ser consideradas, para efeito de cálculo dos valores a distribuir, outras fontes de água, como sejam as potenciais por transvase, nomeadamente pelo reforço da bacia do Alqueva (através da sua ligação ao Tejo), seguida da interligação Alqueva-Mira-Odelouca.

ATORES-CHAVE

- Associação de Beneficiários do Mira (ABM)
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: explorações agrícolas no aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Áreas de incidência indireta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A iniciativa REWATER EU, a qual pretende reforçar a resiliência dos recursos hídricos e a disponibilidade de água na União Europeia, aponta para a necessidade de “assegurar a monitorização dos recursos hídricos naturais e dos consumos de água, tendo em vista efetuar um licenciamento de recursos hídricos adaptado às disponibilidades hídricas reais, reduzindo as situações de conflito de usos” no que toca a medidas de planeamento (República Portuguesa, 2024).
- O instrumento territorial integrado água e ecossistemas de paisagem – Algarve e Alentejo apresenta como objetivos estratégicos: “intervir sobre a escassez de água, implementando melhores práticas de gestão, controlo e armazenamento de água nos solos,

para posterior distribuição”; e “promover o uso sustentável e responsável da água, mitigando problemas como a sua contaminação” (CCDR Algarve e Alentejo, 2023).

- O acordo H2O – pacto para a gestão sustentável da água tem como objetivo colocar “a água no centro da agenda para um conjunto de esforços com o objetivo de garantir a sustentabilidade futura do território” (CMO, 2023). Foram por isso assumidos compromissos que passam por reforçar a garantia e segurança do abastecimento público, pela diminuição de perdas e melhoria da eficiência de todo o sistema a jusante da barragem de Santa Clara, pela elaboração de um plano de poupança de água, reforço da monitorização de usos, pela autorização de um volume de garantia do ecossistema do rio Mira e a elaboração e aprovação de um novo plano de contingência que contenha uma proposta de distribuição equitativa e justa da água e de promoção de boas práticas junto das empresas e empresários agrícolas que façam uso da água, entre outras.
- A proposta de revisão do plano diretor municipal de Odemira, no que toca a medidas relacionadas com a gestão da água e com as alterações climática, deverá conter “incentivos à aplicação de medidas que promovam a eficiência na utilização da água e a sua reutilização” (CMO, 2024a).

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Planeamento por parte da ABM está sujeito a limitações legais.
- Dinâmicas de mercado poderão resultar em pressões adicionais sobre agricultores de menor dimensão.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 1º nível

SINERGIAS

- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A3.4 Fundo de responsabilidade
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 90 000 €

OBSERVAÇÕES

Para que a construção de um modelo de distribuição de água seja conseguida de forma justa, é ainda importante que:

- O governo admita e aceite a declaração voluntária de não rega ou de não utilização integral dos volumes de água atribuídos, por uma ou mais campanhas, com a consequente diminuição da taxa de conservação, sem que se percam os direitos de rega nos anos seguintes (quando pretender voltar a regar);
- O governo admita a modelação da taxa de conservação para as parcelas e/ou prédios impedidos de inscrição, considerando o modelo definido de inscrição e distribuição de água.

A1.2 REDELIMITAÇÃO DA ÁREA DO AHM

Esta ação consiste na redelimitação da área do perímetro de rega.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- O aproveitamento hidroagrícola do Mira (AHM) abrange atualmente uma área de 13 977 ha, dos quais 5 528 são regados (ABM, s/d).
- A água utilizada no AHM tem origem na barragem de Santa Clara. Os níveis de armazenamento desta barragem têm descido de forma significativa nos últimos anos, estando a ser feita a exploração a partir do volume morto (APA, 2024). De forma a assegurar a segurança hídrica do AHM, foi interdita, em 2023, a instalação de novas culturas permanentes e a instalação de novas culturas protegidas²⁵.
- A elevada necessidade de mão de obra no setor da agricultura, tem resultado na sobrelotação dos alojamentos disponíveis (CMO, 2024b), sendo necessário encontrar soluções de alojamento condigno para estes trabalhadores.
- Uma vez que grande parte do AHM se encontra em área classificada, as explorações no AHM estão sujeitas ao cumprimento do disposto no POPNSACV²⁶, bem como ao regime jurídico da rede Natura 2000²⁷, tendo sido identificadas várias situações de incompatibilidade (IGAMAOT, 2017).

CONCEPÇÃO

A concretização do objetivo desta ação prevê a redelimitação do AHM pela desafetação da atividade agrícola em:

- Área inserida no Programa da Orla Costeira Espichel - Odeceixe: Zona Terrestre de Proteção (inclui a Faixa de Proteção Costeira e a Faixa de Proteção Complementar);
- Perímetros Urbanos, atualizados de acordo com a propostos na revisão do PDM em curso, incluindo um perímetro de salvaguarda de 250 m;
- Corredores Ecológico incluindo: APC; CE serras e litoral; e CE Ribeiras;
- Rede Viária Nacional e Municipal, designadamente as estradas nacionais, estradas municipais e caminhos municipais, incluindo um perímetro de salvaguarda de 50 m ao eixo de via;
- Hidrografia, designadamente os cursos de água principais, incluindo um perímetro de salvaguarda de 50 m;
- Polígonos isolados com < 50 ha de área e outros polígonos isolados, de forma a manter a coesão e continuidade espacial na área incluída no PRM;
- Resultando numa área total do aproveitamento hidroagrícola do Mira (AHM) de 7.500 ha.

²⁵ Despacho n.º 5084/2023, de 2 de maio

²⁶ Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro

²⁷ Decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro

ATORES-CHAVE

- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: zona terrestre de proteção do POC Espichel – Odeceixe, perímetros urbanos, corredores ecológicos, rede viária nacional e municipal, cursos de água principais, polígonos isolados
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Áreas de incidência indireta: Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A resolução do conselho de ministros n.º 179/2019²⁸ prevê a redelimitação do AHM, de forma que “sejam preferencialmente desafetadas da atividade agrícola as áreas de maior interesse e sensibilidade ambiental, nomeadamente as áreas classificadas de proteção parcial I e II e proteção complementar I do PNSACV, bem como as áreas incluídas na faixa até aos 100 m das arribas, as linhas de água ou de drenagem natural e respetivas margens” (ponto i), alínea b), artigo 9.º); que “sejam desafetadas as áreas correspondentes a aglomerados urbanos e rurais existentes, delimitados em plano municipal de ordenamento do território em vigor” (ponto ii), alínea b), artigo 9.º); e que “a área total do AHM não aumente em número de hectares” (ponto iv), alínea b), artigo 9.º).
- A Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) está a elaborar um estudo para a redelimitação do AHM de acordo com as orientações descrita na RCMº 179/2019, com conclusão prevista no final de setembro.
- O despacho 5084/2024¹³ determinou a interdição temporária à “instalação de novas culturas permanentes, incluindo conversão”, e à “instalação de novas culturas protegidas” (ponto 1). Determinou ainda a interdição ao “fornecimento de água regularizada do aproveitamento hidroagrícola do Mira para novas instalações realizadas em incumprimento do ponto anterior [referido no ponto 1]” (ponto 2); e ao “fornecimento de água regularizada do aproveitamento hidroagrícola do Mira para novas instalações de culturas protegidas por estufas, túneis elevados, túneis e estufins em áreas precárias” (ponto 3). Está ainda prevista a manutenção da “interdição de fornecimento de água regularizada do aproveitamento hidroagrícola Mira para novas instalações de culturas permanentes precárias, incluindo operações de reconversão”.
- O plano diretor municipal de Odemira encontra-se em fase de revisão.

²⁸ Resolução do conselho de ministros n.º 179/2019, de 24 de outubro

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- A resolução do conselho de ministros n.º 179/2019²⁹, prevê que “as áreas desafetadas sejam compensadas por via da afetação ao AHM de novas áreas equivalentes, em número de hectares, e suscetíveis de serem beneficiadas pelo empreendimento em termos tecnológicos e ambientais” (ponto iii), alínea b), artigo 9.º).
- Necessária a aprovação por parte da Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto prazo
- Prioridade de 2º nível

SINERGIAS

- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- Sem custos previstos

²⁹ Despacho n.º 5084/2023, de 2 de maio

T2 INTRODUÇÃO DE REQUISITOS E CONDICIONALIDADES À ATIVIDADE AGRÍCOLA

O tema 2, tal como o nome indica, pretende a introdução de requisitos e condicionalidades à atividade agrícola, visando o aumento da eficiência hídrica (CE1), a promoção de uma economia sustentável (CE2) e assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais (CE3). Para tal, engloba as ações de introdução de requisitos obrigatórios para acesso à água gerida pela ABM, atestados por verificação de cumprimento dos mesmos no momento de cada inscrição anual; e a introdução de condicionalidades no financiamento e apoios.

Na atual ausência de um processo formal de licenciamento da atividade, revela-se necessário suscitar um momento de verificação do cumprimento de referenciais legais e regulamentares. Tal facilitará a ação das entidades administrativas e aumentará a previsibilidade perante os atores económicos. Note-se que parte dos conteúdos abordados neste tema poderão ser transitórios, tornando-se redundantes assim que o licenciamento da atividade agrícola (A3.1) entre em vigor. Contudo, uma vez que apresentam uma viabilidade de implementação de mais curto prazo, importa a sua implementação, mesmo que de forma transitória.

Este tema encontra-se alicerçado à legislação e a instrumentos regulamentares de gestão territorial em vigor na AIAHM, com especial destaque para o **plano diretor municipal de Odemira**, “o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal” (artigo 95.º do decreto-lei 80/2015).

O plano diretor municipal encontra-se atualmente em revisão, a qual “acontece na sequência da alteração legislativo-jurídica do ordenamento do território³⁰ e da necessidade de reinterpretar as conjunturas territoriais do modelo de organização, sendo isso evidenciado no relatório sobre o estado do ordenamento do território de 2022 e nos relatórios de caracterização, diagnóstico e estratégia que acompanham o PDMO” (CMO, 2024a). A nova versão irá integrar as políticas e objetivos estabelecidos em vários programas e planos territoriais.

A proposta de revisão do plano diretor municipal refere a urgência em criar condições para a “atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, assente na inovação, criatividade, competitividade das políticas sociais, educativas, culturais e urbanísticas, [e para o] fortalecimento da resiliência ambiental, respeitando os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e valorizando o património natural, cultural e paisagístico do município” (CMO, 2024a). Ao nível do sistema económico definido no modelo territorial, “assume-se o facto de o município inserir-se num contexto geo económico estratégico para a economia nacional, neste caso, ao nível do setor agroalimentar. A necessidade de criar alternativas motiva a existência de importantes equipamentos catalisadores de uma dinâmica económica assente no turismo e na natureza, setores que poderão ser contributos-chave para a formulação de uma política de turismo de natureza e sustentável. Importa referir as atividades tradicionais assentes nos recursos naturais, como pesca, caça e gastronomia que contribuem para a diversificação da base económica e o fomento dos *clusters* de serviços baseados nestes recursos endógenos” (CMO, 2024a).

³⁰ Designadamente, a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

A2.1 REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

Esta ação consiste na introdução de requisitos obrigatórios para acesso à água gerida pela ABM, atestados por verificação de cumprimento dos mesmos no momento de cada inscrição anual.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

JUSTIFICAÇÃO

- A atividade agrícola não está atualmente sujeita a regime jurídico de licenciamento. No entanto, as explorações agrícolas estão sujeitas às condicionantes legais determinadas pelos diferentes instrumentos de gestão territoriais.
- As explorações agrícolas estão sujeitas, por exemplo, ao regime jurídico da urbanização e da edificação³¹, ao regime jurídico da utilização de recursos hídricos³² e ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial³³.
- Uma vez que grande parte do AHM se encontra em área classificada, a maioria das explorações no AHM estão sujeitas ao cumprimento do disposto no plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina³⁴, bem como ao regime jurídico da rede Natura 2000³⁵.
- A verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares estabelecidas é realizado através de “ações de vigilância e fiscalização (...) apoiando a investigação e repressão dos respetivos ilícitos” (IGAMAOT, 2017) o que dificulta a capacidade de gestão de risco por parte dos atores económicos do setor.
- É necessário suscitar um momento de verificação do cumprimento de referenciais legais e regulamentares existentes, facilitando a previsibilidade para os atores económicos e a ação das entidades administrativas.

CONCEPÇÃO

Esta ação passa pelo estabelecimento de um processo simplificado de verificação do cumprimento de requisitos legais para acesso à água, isto é, no âmbito do processo de inscrição junto da ABM. Assim, a concretização desta ação pressupõe:

- Definição dos componentes de verificação a considerar. Deverão ser avaliados, ao nível do regulamento, ordenamento e condicionantes, os programas e planos de cariz nacional, sectorial, especial, regional e local, em vigor na área da exploração, bem como todas as servidões e restrições de utilidade pública presentes;
- Que, consoante a entidade, o cumprimento dos requisitos seja atestado:
 - a. mediante a emissão duma declaração pela(s) entidade(s) competente(s), de não deteção, à data, de incumprimentos pelo promotor agrícola na exploração a inscrever, devendo a mesma ter um prazo de validade congruente com a capacidade de emissão atempada das mesmas;

³¹ Decreto-lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro

³² Decreto-lei n.º 87/2023, de 10 de outubro

³³ Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio

³⁴ Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro

³⁵ Decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro

- b. mediante sobreposição cartográfica do *masterplan* do projeto agrícola com a informação dos condicionamentos definidos fornecida pela(s) entidade(s) competente(s).
- Prever que, em caso de deteção de incumprimentos, a apresentação dum plano para a sua regularização, com prazo de execução a definir, viabilize uma autorização temporária de acesso;
- Aquando do momento de inscrição, a verificação do cumprimento, pela ABM, operacionalizada por receção da declaração mencionada e/ou verificação da não sobreposição do *masterplan* aos condicionamentos definidos;
- O estabelecimento de um período inicial transitório de 3 anos, durante o qual será obrigatória a verificação do cumprimento dos requisitos legais pela ABM, mas sem que seja aplicada a sanção de não autorização de acesso à água em caso de incumprimentos. Este período transitório assume-se como de cariz pedagógico e visa permitir às explorações a adaptação ao novo procedimento;
- Que a ABM proceda à incorporação deste processo no seu regulamento.

ATORES-CHAVE

- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo)
- Associação de Beneficiários do Mira (ABM)
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAL)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: explorações agrícolas no aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- O contexto legal e regulamentar já existe, implicando esta ação apenas a verificação do seu cumprimento numa de lógica de *compliance*.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- A verificação do cumprimento dos requisitos legais terá de ocorrer em tempo útil.
- A implementação desta ação implica a incorporação deste processo no regulamento da ABM.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 2º nível

SINERGIAS

- A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios
- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola
- A3.2 Saúde pública
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos
- A4.2 Medidas de integração paisagística
- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 15 000 €

OBSERVAÇÕES

Esta ação poderá assumir-se como temporária, caso a obrigatoriedade de licenciamento da atividade agrícola venha a ser implementada.

A2.2 CONDICIONALIDADES NO FINANCIAMENTO E APOIOS

Esta ação consiste na introdução de condicionalidades no financiamento e apoios à atividade agrícola no contexto da especificidade do aproveitamento AHM.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

JUSTIFICAÇÃO

- O aproveitamento hidroagrícola do Mira insere-se num território com um património natural e paisagístico de elevado valor, não só a nível local, mas também a nível nacional e europeu (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023; CMO, 2024b). Contudo, o aumento da área ocupada por produção agrícola intensiva introduz maior pressão sobre os recursos naturais.
- A intensificação da atividade agrícola, e consequente aumento na necessidade de mão de obra, traduziu-se num maior fluxo de chegada de trabalhadores (em particular da população migrante). Este fluxo resultou na sobrelotação dos alojamentos, associada aos trabalhadores migrantes que vivem em condições indignas (CMO, 2024b), bem como na redução da qualidade do acesso aos serviços públicos, pelo aumento da procura.
- Os conflitos entre a agricultura e as questões ambientais e sociais conduziram à integração de conceitos como a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social na política agrícola comum (PAC; EC, 2022).
- De forma a garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos na PAC, foram introduzidas alterações que condicionam a receção integral dos apoios disponíveis ao “cumprimento, por parte de agricultores e outros beneficiários, de normas de base em matéria de ambiente, alterações climáticas, saúde pública, fitossanidade e bem-estar dos animais”³⁶.
- A ausência dum processo formal de licenciamento da atividade agrícola, suscita a necessidade de introdução de outros mecanismos que fomentem e assegurem o cumprimento de requisitos sociais e ambientais.

CONCEPÇÃO

- Assunção formal da especificidade dos aproveitamentos hidroagrícolas localizados em parques naturais, como é o caso do AHM, localizado no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.
- Criação de um grupo de trabalho, com as entidades consideradas relevantes, para a definição das condicionalidades que devem ser alvo de revisão ou complemento, aplicáveis aos aproveitamentos hidroagrícolas localizados em parques naturais.
- Revisão e/ou complemento das condicionalidades ambientais e sociais existentes no PEPAC, no contexto desta especificidade.

ATORES-CHAVE

- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)

³⁶ Regulamento (UE) 2021/2115 do parlamento europeu e do conselho, de 2 de dezembro

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAL)
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: agentes económicos do setor agrícola a operar em contexto geográfico de parques naturais
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A política agrícola comum (PAC) tem como objetivos: incentivar a competitividade da agricultura; assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais e ações no domínio do clima; e alcançar um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, nomeadamente através da criação e manutenção de emprego³⁷. Para garantir o alcance das metas, a PAC introduziu um sistema de condicionalidade aos financiamentos que deve ser aplicado em todo o território. Estas condicionalidades têm o intuito de contribuir para uma agricultura mais sustentável, “através de uma maior sensibilização dos beneficiários para a necessidade de cumprirem as normas de base”³⁸.
- O plano estratégico da política agrícola comum em Portugal (PEPAC) apresenta como visão uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável (GPP, 2022). O PEPAC apresenta como objetivos gerais: promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar (OG1); apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da União relacionados com o ambiente e o clima (OG2); e reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais (OG3).
- O fundo europeu agrícola de garantia (FEAGA), um dos instrumentos de financiamento da PAC que utiliza as condicionalidades, apresenta como um dos seus eixos de financiamento a Sustentabilidade - Ecorregime (A.3; GPP, 2022).
- O fundo europeu agrícola de desenvolvimento rural (FEADER), um dos instrumentos da PAC que utiliza as condicionalidades ao financiamento, apresenta como eixos: gestão ambiental e climática (C.1), investimento e rejuvenescimento (C.2), sustentabilidade das zonas rurais (C.3), desenvolvimento local de base comunitária (D.1), programas de ação em áreas sensíveis (D.2) e regadios coletivos sustentáveis (D.3; GPP, 2022).
- A introdução, em 2024, da condicionalidade social (Regulamento (UE) 2021/2115 e Regulamento (UE) 2021/2116 de 2 /12), que estabelece que os pagamentos no âmbito do PEPAC estão ligados ao respeito de determinadas normas laborais da EU, sendo os beneficiários incentivados a melhorar as condições de trabalho nas explorações agrícolas. O sistema de sanções baseia-se na verificação do cumprimento de requisitos relativos a condições de trabalho transparentes e previsíveis, medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores e prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização de equipamentos de trabalho pelos trabalhadores.

³⁷ Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do parlamento europeu e do conselho, de 17 de dezembro

³⁸ Regulamento (UE) 2021/2115 do parlamento europeu e do conselho, de 2 de dezembro

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Complexidade e/ou morosidade do processo de formalização legal da especificidade dos aproveitamentos hidroagrícolas localizados em parques naturais.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto prazo
- Prioridade de 2º nível

SINERGIAS

- A2.1 Requisitos obrigatórios
- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos
- A4.2 Medidas de integração paisagística
- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 15 000 €

OBSERVAÇÕES

Esta ação poderá tornar-se redundante nos seus objetivos caso a obrigatoriedade de licenciamento da atividade venha a ser implementada.

T3 COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE

O tema 3 visa a introdução de ações que promovam a compatibilização da atividade agrícola com o meio envolvente, contribuindo para o aumento da eficiência hídrica (CE1), a promoção de uma economia sustentável (CE2), assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais (CE3), o fomento do mosaico de paisagem (CE4), e a melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra (CE5). Para tal, engloba as ações de licenciamento da atividade agrícola, adequação das práticas agrícolas à prevenção de riscos sobre a saúde pública, a criação do programa de sustentabilidade da agricultura do AHM, e a criação de um fundo de responsabilidade e equilíbrio social e ambiental.

A compatibilização da atividade agrícola é fundamental à concretização do modelo territorial preconizado, dada a sua transversalidade às 3 vertentes fundamentais do território: social, ambiental e económica. Relativamente à vertente social, será garantido o cumprimento de normas obrigatórias e valorizado o cumprimento de recomendações para os trabalhadores agrícolas e para a saúde pública. No que se refere à vertente ambiental, serão introduzidos mecanismos de compatibilização com a proteção dos importantes valores naturais presentes na AIAHM. Quanto à vertente económica, será fomentada a economia sustentável, serão promovidas as boas práticas agrícolas e será harmonizada a atividade agrícola com a atividade turística, atividade económica também muito relevante na AIAHM. Pretende-se, assim, que a atividade agrícola, principal atividade económica praticada na área do aproveitamento hidroagrícola do Mira, adote o conceito de melhoria contínua da sua sustentabilidade, quer do ponto de vista económico, quer dos pontos de vista ambiental e social.

A3.1 LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

Esta ação consiste na definição e implementação de um projeto-piloto de licenciamento da atividade agrícola, que, pretende-se, possa constituir-se como referência para a introdução deste tipo de procedimento a nível nacional.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- O aumento da área ocupada por produção agrícola intensiva, por vezes introduzindo novas culturas ou regimes de produção, pode introduzir pressão sobre recursos como solo, água e biodiversidade, sendo necessário perceber o seu impacto³⁹.
- Excecionalmente, face a outras atividades económicas, a atividade agrícola intensiva não está sujeita a um regime jurídico de licenciamento. Tal dificulta (ou mesmo impossibilita) que a administração assegure o cumprimento dos condicionantes determinados pelos IGT, bem como de outros referenciais legais e regulamentares, potenciando eventuais situações de incumprimento (*e.g.* IGAMAOT, 2017).
- A verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares estabelecidas é realizado através de “ações de vigilância e fiscalização (...) apoiando a investigação e repressão dos respetivos ilícitos” (IGAMAOT, 2017), resultando numa menor previsibilidade e capacidade de gestão de risco por parte dos atores económicos do setor.
- A ausência de uma análise das potenciais incompatibilidades da atividade agrícola de cariz intensivo com o meio envolvente, impede a introdução adequada e atempada das devidas medidas de minimização e compensação dos impactos previstos, bem como a sua monitorização.

CONCEÇÃO

Desenvolvimento de um projeto piloto a 5 anos para a atividade agrícola na AIAHM localizada no concelho de Odemira, nos seguintes termos:

- O licenciamento será operado por uma entidade coordenadora do licenciamento, a Câmara Municipal de Odemira;
- O licenciamento será decidido por conferência procedimental deliberativa, à semelhança do que acontece no caso das IATA, presidida pela entidade coordenadora do licenciamento;
- O prazo de pronúncia indicativo é de 45 dias consecutivos. O prazo final deverá ser estabelecido numa fase posterior tendo em conta o âmbito da análise e as entidades a consultar;
- O âmbito de análise será objetivamente definido, tendo como base a consolidação das listas de elementos instrutórios das diferentes entidades já existentes. Pretende-se uma análise que permita expedição na produção da informação necessária à avaliação do projeto a licenciar, não descurando o detalhe essencial ao objetivo do processo de licenciamento;

³⁹ Resolução do conselho de ministros n.º 97/2021, de 27 de julho

- No caso das explorações enquadráveis no regime jurídico de avaliação de impacto ambiental (RIAIA)⁴⁰, deverá o processo de licenciamento ser remetido para esse contexto.

ATORES-CHAVE

- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo)
- Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT)
- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAL)
- Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: explorações agrícolas de cariz intensivo na AIAHM localizadas no concelho de Odemira
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- O plano diretor municipal do Odemira encontra-se em fase de revisão.
- Esta necessidade de licenciamento apresenta-se como bastante consensual entre as entidades consultadas, sendo identificada como de elevada pertinência pela administração pública e associações de produtores.
- Será redigido um documento de manifestação de interesse sobre a implementação desta ação, a assinar pelas diferentes entidades, suportando a Câmara Municipal de Odemira no desenvolvimento das diligências necessárias à criação, por parte do governo, do contexto legal necessário a operacionalização desta ação.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Ausência de coordenação entre entidades públicas dificulta operacionalização e gestão do território.
- Ausência de contexto legal.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 1º nível

⁴⁰ Decreto-lei n.º 151-B/2013.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

SINERGIAS

- A2.1 Requisitos obrigatórios
- A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios
- A3.2 Saúde pública
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos
- A4.2 Medidas de integração paisagística
- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- Sem custos previstos

A3.2 SAÚDE PÚBLICA

Esta ação consiste na integração da prevenção de riscos sobre a saúde pública nas práticas agrícolas desenvolvidas no AHM.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

JUSTIFICAÇÃO

- Algumas das práticas agrícolas utilizadas no AHM, como a pulverização de fitofármacos, o armazenamento de agroquímicos e a contaminação dos aquíferos, contribuem para aumentar o risco para a saúde pública.
- Tem-se verificado uma crescente propagação de vetores de doenças não usuais, motivada pelas alterações climáticas (p.e. *Aedes albopictus*). O aparecimento destes vetores é favorecido pela presença de águas paradas (naturais ou artificiais; USPLA, 2024). Os reservatórios de água associados à atividade agrícola foram identificados como promotores de propagação de vetores e doenças.

CONCEÇÃO

A concretização dos objetivos desta ação prevê a atuação em 3 eixos fundamentais:

- Saúde humana e ambiental pela prevenção de doenças associadas à transmissão de vetores. Deverá ser concretizado através de:
 - reforço estratégico da monitorização da presença no território de vetores associados à transmissão de doenças emergentes (especialmente o vetor *Aedes albopictus*);
 - prevenção da multiplicação e propagação de vetores de doenças, por integração da obrigatoriedade de manter as charcas cobertas durante as alturas do ano (nomeadamente nos períodos de maior calor) propícias à reprodução de espécies como *Aedes albopictus*, com o benefício acrescido de reduzir as perdas de água por evaporação.
- Proteção do solo e dos recursos hídricos. Deverá ser concretizado através de:
 - monitorização da utilização dos pesticidas/herbicidas e do seu potencial impacto ao nível da qualidade do solo e da água para consumo humano.
- Saúde e segurança dos trabalhadores, através do reforço do nível de cuidado prestado pelas empresas de medicina do trabalho. Deverá ser concretizado através de:
 - avaliação da necessidade da atualização do PNV à chegada (na admissão à empresa);
 - identificação precoce/rastreio de patologias infectocontagiosas, à chegada e de forma rotineira;
 - criação de programas dedicados de promoção da saúde mental e prevenção de *burnout* e doença mental;
 - criação de programas dedicados de prevenção de dependência alcoólica e toxicológica.

ATORES-CHAVE

- Administração Regional da Saúde (ARS) do Alentejo
- Administração Regional da Saúde (ARS) do Algarve
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)

- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: charcas das explorações agrícolas no AHM
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência indireta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- O plano nacional de prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores⁴¹ apresenta como alguns dos seus objetivos específicos: prevenir a propagação dos vetores através de ações de sensibilização e combate para a sua eliminação (alínea d), artigo 4.º); e propor novas abordagens de prevenção e controlo da transmissão de doenças associadas a vetores, incluindo a assistência médica e os meios de informação e educação para a saúde (alínea h), artigo 4.º).
- A estratégia do plano nacional de prevenção e controlo de doenças transmitidas por vetores define como eixos de intervenção a vigilância e deteção precoce (componentes epidemiológica, entomológica, ambiental e veterinária) e respostas coordenadas (envolvimento dos setores como ambiente, agricultura, veterinária, turismo, serviços municipais; DGS, 2016).
- Ao nível da avaliação de impacte ambiental da atividade agrícola tem sido recorrentemente solicitada a entrega do plano de prevenção e controlo de vetores. Estes apresentam, por vezes, medidas como a cobertura física das charcas.
- O plano diretor municipal do Odemira encontra-se em fase de revisão.
- O período de atividade máxima destes vetores em climas temperados ocorre entre maio e outubro, sendo necessário a cobertura da charca apenas nesta altura. Isto traz a vantagem de minimizar as perdas de água por evaporação.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Poderá ser de difícil ou impossível execução nas charcas de maior dimensão.
- Limitações legais no caso de não haver integração da medida a nível regulamentar.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto prazo
- Prioridade de 3º nível

SINERGIAS

- A2.1 Requisitos obrigatórios
- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM

⁴¹ Lei n.º 4/2016, de 29 de fevereiro

- A3.4 Fundo de responsabilidade
- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 225 000 €

A3.3 PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA DO AHM

Esta ação consiste na instituição de um programa de sustentabilidade da agricultura do AHM.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem
- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

- O aumento da área ocupada por produção agrícola intensiva, por vezes introduzindo novas culturas ou regimes de produção, pode introduzir pressão sobre recursos como solo, água e biodiversidade. Isto tem levado ao incentivo à adoção de melhores práticas agrícolas⁴².
- Devido à crescente consciencialização dos impactes da atividade agrícola, é já regular a adoção e exigência pelos mercados de regimes de produção validados por certificações reconhecidas internacionalmente. O reconhecimento formal da adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, atribui valor percebido pelo consumidor, aumentando simultaneamente o valor intrínseco económico do produto e contribuindo para uma elevação progressiva dos padrões de exigência.

CONCEÇÃO

Estabelecimento de um programa de sustentabilidade da agricultura do AHM (PSAM), que terá por objetivo apoiar os agentes económicos do setor agrícola na melhoria do desempenho social, ambiental e económico e promover o reconhecimento do desempenho de sustentabilidade da agricultura deste território, constituindo-se, simultaneamente, como instrumento de afirmação de uma potencial marca Agricultura de Odemira nos mercados interno e externo.

O modelo de construção do programa deverá seguir como referencial o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo, com enfoque no desenvolvimento do espírito de colaboração e incentivo, na estimulação duma lógica de melhoria contínua e de elevação dos padrões de sustentabilidade, de formação e capacitação dos atores económicos, bem como de divulgação com vista ao reconhecimento e valorização da atividade pelo público em geral.

Esta ação será operacionalizada mediante:

- Definição da entidade coordenadora, órgãos executivos e de decisão;
- Definição do âmbito do programa, pré-requisitos, critérios e categorias;
- Estabelecimento do design e modelo de divulgação.

⁴² Resolução do conselho de ministros n.º 97/2021, de 27 de julho

ATORES-CHAVE

- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo)
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Áreas de implementação: áreas de atuação dos agentes económicos do setor agrícola no aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência direta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A resolução do conselho de ministros⁴³ pretende o aumento do conhecimento técnico dos atores do setor agrícola através da elaboração e divulgação de boas práticas agrícolas, e da promoção da divulgação dos códigos e manuais de boas práticas, relacionados com a sustentabilidade ambiental da agricultura de regadio. Esta resolução resolve ainda a elaboração de um projeto-piloto “para a criação, ou adoção, de regimes de certificação de produção sustentável e abrangendo as vertentes ambiental, económica, laboral e responsabilidade social”, a aplicar nas culturas protegidas no AHM.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- O investimento necessário à melhoria contínua das práticas agrícolas poderá constituir-se como um obstáculo a uma maior adesão ao programa.
- Um plano de divulgação deficitário, bem como um design ineficiente, constituirão obstáculos ao sucesso desta ação.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 3º nível

SINERGIAS

- A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM
- A2.1 Requisitos obrigatórios
- A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios
- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola

⁴³ Resolução do conselho de ministros n.º 97/2021, de 27 de julho

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

- A3.2 Saúde pública
- A3.4 Fundo de responsabilidade
- A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos
- A4.2 Medidas de integração paisagística
- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 75 000 €

OBSERVAÇÕES

Considerando o potencial do programa como peça de comunicação, a qualidade e eficiência do plano de divulgação associado e o seu design assumem cariz de criticidade na operacionalização desta ação.

A3.4 FUNDO DE RESPONSABILIDADE

Esta ação consiste na criação de um fundo de responsabilidade e equilíbrio social e ambiental integrando o setor económico agrícola.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

- Os conflitos entre a agricultura e as questões ambientais e sociais têm vindo a merecer crescente atenção, originando, por um lado, a integração de conceitos de sustentabilidade nas práticas agrícolas (EC, 2022), e, por outro, motivando os agentes económicos para o desenvolvimento de iniciativas de responsabilidade social e ambiental que contribuam para uma compensação dos impactes gerados pela sua atividade.
- A ausência de um contexto concertado para o desenvolvimento de projetos de responsabilidade social e ambiental do setor económico, reduz o impacte potencial dos investimentos individuais, bem como dificulta a sua divulgação e notoriedade. A existência de um fundo comum, ao permitir aumentar a eficácia e eficiência destes investimentos, constitui-se, simultaneamente, como um fator motivador da replicação e ampliação dos mesmos.

CONCEPÇÃO

Será constituída uma entidade gestora de um fundo, provisoriamente denominado de fundo de responsabilidade, que se assume como de promoção do equilíbrio social, ambiental e económico do território em que se insere, de produção de conhecimento de interesse comum, e de coesão e vínculo da comunidade ao território. Integrado no presente plano, deverá, contudo, procurar integrar todos os setores económico do território de Odemira.

Será operacionalizado por concretização das seguintes tarefas:

- Mapeamento das iniciativas do setor público e privado no concelho de Odemira, para aferição, nomeadamente, do volume de investimento atual;
- Constituição de uma entidade jurídica independente, sem fins lucrativos;
- Nomeação de uma comissão de gestão, com representantes dos vários setores relevantes para o desenvolvimento do território, com mandato de duração a definir. Caberá à comissão a gestão do orçamento do fundo, bem como a monitorização da sua aplicação;
- Definição do modelo de financiamento. A base de financiamento deverá assentar em contributos da Câmara Municipal de Odemira e das empresas do concelho, que deverão estabelecer concertadamente os critérios de cálculo dos valores a atribuir. O modelo de financiamento deverá definir a regularidade das contribuições, compromissos fixos e variáveis, e uma articulação com os fundos de operacionalização da Estratégia Alentejo Litoral 2030;
- Definição de planos anuais ou plurianuais de atividades/ações, que contextualizem a aplicação dos fundos financeiros. Consideram-se duas tipologias de aplicação dos fundos: ações permanentes, com orçamento pré-definido, e ações temporárias, mediante candidatura. No âmbito das ações permanentes serão enquadradas ações como: (1) a majoração de projetos do Odemira Empreende para tipologias de empreendedorismo de atividades económicas de suporte à atividade agrícola (p.e. a apicultura) ou

- comunidades de trabalhadores agrícolas, e/ou promovidos por familiares de trabalhadores agrícolas, situados no interior sul do concelho; (2) bolsas desportivas, a atribuir a atletas em situação de vulnerabilidade social e/ou económica. No âmbito das ações temporárias enquadram-se, por exemplo: (1) projetos de restauro ecológico; (2) gestão e controlo de espécies invasoras; (3) apoio ao investimento no aumento da eficiência hídrica para agricultores de menores rendimentos; (4) financiamento de iniciativas de investimento material e imaterial dos clubes desportivos; (5) campanhas de monitorização de vetores de doenças emergentes;
- O fundo poderá enquadrar uma componente de fundo de garantia para a resolução de passivos ambientais e requalificação em caso de abandono da atividade;
 - Criação de um regulamento para a atribuição das verbas.

ATOES-CHAVE

- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)
- Outras associações representantes do setor económico do concelho de Odemira

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de influência direta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- Os agentes económicos do concelho desenvolvem, já, ação significativa no âmbito da responsabilidade ambiental e social por iniciativa própria.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Esta ação é de cariz voluntário, estando dependente parcialmente do orçamento municipal, mas também da colaboração e contributos variáveis dos atores económicos.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto, médio e longo prazo
- Prioridade de 3º nível

SINERGIAS

- A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM
- A3.2 Saúde pública
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A5.1 Minimização da pressão demográfica

- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 45 000 €

OBSERVAÇÕES

Dada a dinâmica natural dos agentes económicos do território, deverá, no contexto da nomeação da comissão, bem como na definição do modelo de financiamento, ser considerada a necessidade de assegurar a perenidade do fundo.

T4 MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE AMBIENTAL DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

O tema 4 aborda a minimização do impacto ambiental da atividade agrícola, visando a promoção de uma economia sustentável (CE2), assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais (CE3), e o fomento de mosaicos de paisagem (CE4). Para tal, engloba ações como o mapeamento de corredores ecológicos e a promoção de medidas de integração paisagística.

O aproveitamento hidroagrícola do Mira sobrepõe-se em 86 % da sua área ao Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina, em 95 % a zonas especiais de conservação da rede Natura 2000 e em 80 % em zonas de proteção especial da rede Natura 2000. Não sendo possível a total compatibilização da atividade agrícola com o ambiente, propõem-se a adoção de medidas que minimizem o impacto ambiental desta atividade. As duas ações incluídas neste tema funcionam de forma quase paralela, embora apresentem objetivos distintos.

De seguida é apresentado um enquadramento resumido dos instrumentos e documentos cujas políticas, objetivos e/ou medidas locais se encontram ligadas a este tema.

O instrumento territorial integrado água e ecossistemas de paisagem – Algarve e Alentejo visa “responder aos desafios, sobre o tema água e ecossistemas de paisagem [...], incidindo ainda nas áreas da demografia, da competitividade, da coesão e da sustentabilidade ambiental” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

Tendo em conta o contexto atual e a relevância deste território que integra importantes corredores ecológicos, o instrumento territorial integrado refere que “os ecossistemas de paisagem assumem uma particular relevância no contexto regional. Os ecossistemas verdes representam, em ambas as regiões, importantes repositórios de biodiversidade, contribuindo para a absorção e captura de dióxido de carbono da atmosfera, reduzindo a presença do mesmo no ar. Representam ainda uma reserva ecológica para uma nova economia verde, através do aproveitamento sustentável dos recursos naturais endógenos. Deste modo, revela-se fundamental, por meio da concretização e implementação do ITI, a criação de corredores verdes, visando a proteção na região das suas áreas protegidas, das florestas e dos seus ecossistemas, dos corredores ecológicos associados às bacias hidrográficas e de todos os habitats naturais” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

Assim, o foco estratégico e temático deste instrumento é “a água e os ecossistemas de paisagem, tendo também implícito o combate à perda populacional e económica destes territórios” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023). A estratégia encontra-se assente em três domínios de intervenção e seis áreas temáticas, destacando-se o domínio de intervenção “ecossistemas terrestres e ambiente: conjunto de intervenções que versam sobre os recursos naturais e os ecossistemas, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade” e a área temática “proteção ambiental e proteção dos ecossistemas: projetos de preservação e conservação da biodiversidade dos ecossistemas terrestres e hídricos”.

Para tal, são definidos objetivos estratégicos e transversais, dos quais se salientam:

- “Inverter as condições de degradação dos ecossistemas, que colocam em causa a fauna e flora, bem como os sistemas produtivos assentes no ambiente, paisagem, floresta e agricultura.
- Constituição da bio-região Cordão Verde Algarve-Alentejo: o conceito da bio-região é, em si mesmo, um conceito de estruturação territorial em torno dos princípios da produção sustentável/agroecologia, utilização sustentável dos recursos hídricos, envolvimento dos atores locais no desenho e gestão dos processos de desenvolvimento e de construção coletiva de um território

vivo que articule valores ambientais, sociais, culturais e económicos. As bio-regiões⁴⁴ são assentes em linhas orientadoras de promoção e gestão sustentável dos recursos locais, de promoção da agroecologia numa abordagem territorial, de conservação dos recursos naturais e do ambiente, de melhoria da qualidade de vida dos seus atores e valorização dos pontos fortes do território; contribuem para a prossecução dos objetivos dos diversos programas de desenvolvimento territorial em Portugal, cumprindo também alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) propostos no relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

- Valorização dos recursos naturais – A necessidade de transformação dos ecossistemas de paisagem, assume uma particular relevância no contexto regional. Os ecossistemas verdes representam, em ambas as regiões, importantes repositórios de biodiversidade, contribuindo para a absorção e captura de dióxido de carbono da atmosfera, reduzindo a presença do mesmo no ar. Representam ainda uma reserva ecológica para uma nova economia verde, através do aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Pretende-se assim, mais uma vez, que o presente ITI contribua para a atratividade do território, através da valorização e potenciação dos recursos naturais” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

Estes objetivos, por sua vez, serão concretizados em projetos estruturantes, destacando-se os seguintes:

- 2. Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem;
- 3. Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas;
- 6. Bio-região Cordão Verde do Algarve e Alentejo;
- 9. Gestão e proteção dos espaços florestais;
- 10. Valorização do património natural;
- 11. Reordenamento e gestão da paisagem.

O **programa de transformação da paisagem**⁴⁵ teve origem no processo de discussão e participação do programa nacional da política de ordenamento do território, no qual “a qualidade da paisagem em meio rural foi assumida como fundamental para a valorização e desenvolvimento sustentável dos territórios e para qualidade de vida dos cidadãos. Os espaços florestais, área arborizada, matos e pastagens, que ocupam quase 70 % da área terrestre de Portugal continental, constituem um elemento vital da paisagem rural e de sustentação e conectividade dos ecossistemas, além de uma âncora económica, ambiental e social dos territórios e da sua memória coletiva. Desempenham um papel determinante para o sequestro de carbono, indispensável para que Portugal possa atingir a neutralidade carbónica em 2050 e cumprem, ainda, um importante papel na regulação dos diferentes ciclos naturais, tendo uma função estruturante para a conservação da natureza e biodiversidade” (resolução do conselho de ministros n.º 49/2020).

Em grande parte das áreas identificadas no PNPOT como “territórios de floresta a valorizar”, por diversas razões, verifica-se o abandono das práticas agrosilvopastoris e a uma fragmentação cada vez maior das propriedades, resultando em extensas áreas florestais de monocultura, na sua maioria não geridas, e aumentando o risco de incêndio florestal. Impõe-se, assim, a necessidade de “desenvolver respostas estruturadas e sustentáveis ambiental e financeiramente de forma a aumentar a sua resiliência socioecológica e contribuir para o seu desenvolvimento integrado, a partir do reordenamento da paisagem, na senda de uma floresta ordenada, biodiversa e resiliente, conjugada com um mosaico agrícola, agroflorestal e silvopastoril, capaz de prestar diversos serviços ambientais e de

⁴⁴ Para o reconhecimento formal de uma bio-região esta deve responder a um conjunto de etapas: 1) decisão política de estabelecer uma bio-região, tomada por grupos de atores locais ou pelo poder local competente; 2) diagnóstico participativo de modo a identificar os problemas observados no acordo político; 3) planeamento estratégico – pacto territorial, tendo por base o diagnóstico efetuado, com vista ao desenvolvimento e promoção da bio-região, incluindo a sua monitorização, tendo como resultado desta estratégia o pacto territorial entre diversos atores; 4) política alimentar com vista a assegurar que todos os cidadãos têm acesso a uma alimentação adequada; 5) estrutura de governança assente na participação e negociação de múltiplos atores, devendo existir um órgão de coordenação da bio-região, um responsável pela implementação do plano estratégico, um que seja responsável por fazer a articulação entre todos os atores do território, e um responsável pela avaliação e a monitorização dos indicadores (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

⁴⁵ Resolução do conselho de ministros n.º 49/2020.

sustentar as atividades económicas que lhes estão associadas, reduzindo significativamente a severidade da área ardida. Como resposta a este contexto e ao combate às alterações climáticas, o programa de transformação da paisagem inclui “medidas concretas para intervir no espaço rural, promovendo a diversificação da paisagem, a diminuição da carga de combustível, o aumento da área florestal gerida e a reconversão e densificação da área existente para espécies mais adaptadas ao território, incluindo agrícolas, tendo em vista a sua resiliência aos riscos, nomeadamente de incêndios, e a valorização da paisagem numa ótica multidimensional e promotora do sequestro de carbono” (resolução do conselho de ministros n.º 49/2020).

De acordo com a carta de uso e ocupação do solo mais recente (DGT, 2022), na área do aproveitamento hidroagrícola do Mira apenas 6,8 % da área é de uso florestal e a carta de perigosidade de incêndio rural (ICNF, 2022) indica áreas residuais com perigosidade muito alta ou alta. Contudo, na sua envolvente de 500 m a área florestal é de 38,8 %, aumentando o risco de incêndio florestal. Assim, embora o programa de transformação da paisagem não responda a nenhuma problemática específica presente na área do aproveitamento hidroagrícola do Mira, importa considerar os seus princípios ao nível do mapeamento de corredores ecológicos e das medidas de integração paisagística, bem como a sua aplicação na área envolvente.

O número 5 do programa de transformação da paisagem estabelece os princípios orientadores, dos quais se destacam os seguintes:

- “a) O suporte e a remuneração da transformação da paisagem de longo prazo, através de um processo participado de base local que reforce a cultura territorial e a capacidade dos atores do território;
- b) A adoção de políticas públicas de natureza ambiental que alinhem os interesses da sociedade e das gerações futuras com os dos proprietários e gestores da terra, de modo a promover uma maior justiça interterritorial e intergeracional, garantido a devida valorização da propriedade rural e a promoção da gestão sustentável;
- c) A aplicação à propriedade rústica de uma gestão sustentável como pilar do ordenamento do território rural, viabilizando-a nos territórios de minifúndio através da sua valorização produtiva e do reconhecimento e compensação das externalidades positivas” (resolução do conselho de ministros n.º 49/2020).

O **plano sectorial da Rede Natura 2000** é um instrumento para a gestão da biodiversidade que tem por objetivos a salvaguarda e a valorização das zonas especiais de conservação⁴⁶ e das zonas de proteção especial, assim como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável no interior destas áreas.

Este plano integra várias fichas que englobam uma caracterização da área sob os pontos de vista biogeográfico, ecológico (com a indicação das espécies e dos tipos de habitat determinantes para a classificação destas áreas), agroflorestal, do uso e ocupação do solo, incluindo alguns indicadores socioeconómicos, e a lista dos valores naturais que nela ocorrem⁴⁷. Estas fichas incluem também referência aos principais fatores de ameaça à conservação dos valores naturais e às orientações de gestão a promover. As orientações de gestão identificadas nas fichas reportam-se às exigências ecológicas dos valores naturais, tendo em conta os respetivos objetivos de conservação. Nesse contexto, são elencadas as orientações de gestão em função dos valores naturais identificados, o que permite estabelecer a relação com a informação das fichas de caracterização ecológica e de gestão de valores naturais, onde são detalhados os condicionamentos específicos a observar.

Os objetivos do plano sectorial da Rede Natura 2000 são transpostos para outros programas e planos, dos quais se destacam o plano de ordenamento do Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina e o plano diretor municipal, ambos abordados neste tema.

⁴⁶ Anteriormente designadas por sítios de importância comunitária.

⁴⁷ Constantes nos anexos do decreto-lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado pelo decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

A cartografia de habitats e espécies no âmbito da Rede Natura 2000 é essencial para assegurar a salvaguarda e conectividade destes valores, no âmbito do mapeamento de corredores ecológicos e das medidas de integração paisagística.

A qualidade paisagística e cénica, assim como a elevada concentração de valores naturais, motivou a criação da área de paisagem protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, em 1988, abrangendo a área costeira do AHM (ICNF, s/d). Esta área posteriormente evolui para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), em 1995.

O plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina⁴⁸ “estabelece o regime de salvaguarda de valores e recursos naturais com vista a garantir a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e fixa regras visando assegurar o desenvolvimento de atividades compatíveis com o equilíbrio dos ecossistemas e com a valorização de aspetos económicos, sociais e culturais desta área protegida (artigo 2.º, n.º 1).” Dos objetivos gerais, estabelecidos no artigo 3.º, salientam-se os seguintes:

- “a) Assegurar a gestão e utilização sustentável dos valores naturais, paisagísticos e culturais, visando a sua efetiva conservação, em particular em locais considerados prioritários ou fundamentais para a manutenção das funções ecológicas vitais para a sua evolução e perpetuação dinâmica;
- c) Enquadrar as atividades humanas nas áreas terrestre, marinha e fluvial através de uma gestão racional dos recursos naturais, incluindo o ordenamento agrícola, agropecuário, florestal, cinegético, piscícola e aquícola, bem como as atividades de recreio e lazer, compatibilizando estratégias e regras dos diversos instrumentos de gestão territorial;
- e) Sustentar os processos que conduzem à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
- f) Criar as condições que possibilitem assegurar a participação ativa das entidades públicas e privadas e das populações residentes e visitantes na conservação dos valores naturais e no desenvolvimento sustentável da região”.

Dos objetivos específicos, estabelecidos no artigo 4.º, salientam-se:

- “b) Contribuir para a promoção do desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de modo compatível com os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- c) Contribuir para a salvaguarda do património histórico, cultural e tradicional da região, bem como assegurar a proteção dos valores arquitetónicos e patrimoniais integrados na paisagem;
- d) Enquadrar e definir regras de compatibilização da atividade agrícola e pecuária desenvolvida no Perímetro de Rega do Mira com a conservação dos valores florísticos e faunísticos”.

Para tal, o plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina estabelece vários regimes de proteção e identifica cartograficamente as áreas sujeitas a estes: total, parcial do tipo I, parcial do tipo II, complementar do tipo I, e complementar do tipo II. A localização das diferentes áreas de regime de proteção é fundamental para assegurar a salvaguarda e conectividade dos respetivos valores, no âmbito do mapeamento de corredores ecológicos e das medidas de integração paisagística.

Note-se que, todos os instrumentos de desenvolvimento territorial de âmbito nacional ou regional, instrumentos de política setorial, e instrumentos de natureza especial, apesar de originalmente terem sido publicados como planos, de acordo com o atual regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, são considerados programas (n.º 2 do artigo 2.º do decreto-lei n.º 80/2015). Tratando-se de programa territoriais, estes vinculam apenas as entidades públicas (n.º 1 do artigo 3.º do decreto-lei n.º 80/2015), as quais se deverão encarregar de verter as normas, orientações e diretrizes para planos territoriais de cariz intermunicipal ou municipal. Apenas

⁴⁸ Aprovado pela Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro.

os planos territoriais “vinculam as entidades públicas e, direta e imediatamente, os particulares” (n.º 2 do artigo 3.º do decreto-lei n.º 80/2015). A parte regulamentar do plano de ordenamento do Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina foi integrada no plano diretor municipal de Odemira pela declaração n.º 137-A/2021: 4ª alteração do PDM por adaptação aos planos especiais de ordenamento do território com incidência territorial no concelho de Odemira, incluindo o plano de ordenamento de área protegida (POAP) do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

O plano estratégico do Alentejo litoral 2030 “visa o estabelecimento de um programa de ação prospetivo e multimunicipal para a próxima década, que sirva de orientação às diversas políticas municipais”. Ao nível de ambiente, é identificada como um dos principais desafios “a preocupação com a preservação do território e compatibilização entre a atividade económica e o meio ambiente” (DBC, 2022).

Assim, este plano prevê uma linha de ação e respetivas iniciativas estratégicas dirigida à preservação do património natural da região (LA5), o qual inclui a “IE5.1 - valorização da paisagem natural: valorização do capital natural do Alentejo litoral, nomeadamente das áreas protegidas e de interesse paisagístico, com vista à proteção da exploração excessiva e, consequentemente, preservação da natureza e biodiversidade característica do território” (DBC, 2022).

O plano diretor municipal de Odemira (PDMO) configura-se como “o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal” (artigo 95.º do decreto-lei 80/2015).

Este encontra-se atualmente em revisão, a qual “acontece na sequência da alteração legislativo-jurídica do ordenamento do território⁴⁹ e da necessidade de reinterpretar as conjunturas territoriais do modelo de organização, sendo isso evidenciado no relatório sobre o estado do ordenamento do território de 2022 e nos relatórios de caracterização, diagnóstico e estratégia que acompanham o PDMO” (CMO, 2024a). A nova versão irá integrar as políticas e objetivos estabelecidos em vários programas e planos territoriais, dos quais se salientam, no âmbito do tema 4, o programa de transformação da paisagem, o plano sectorial da Rede Natura 2000 e o plano de ordenamento do Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina.

A visão proposta para o município procura que, num futuro próximo, “Odemira seja um território centrado nas pessoas, sendo uma referência na área da inclusão social, mas também um território preparado para os desafios do conhecimento, com vista a torná-lo mais competitivo e atrativo pela inovação, cultura, património e paisagem num contexto global e hipermóvel. Para isso, urge criar as condições necessárias para [...] o fortalecimento da resiliência ambiental, respeitando os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e valorizando o património natural, cultural e paisagístico do município” (CMO, 2024a). Ao nível do modelo territorial, salienta-se o sistema natural, o qual pretende fomentar o capital natural, como é caso do património natural e paisagístico do PNSACV, e salvaguardar os recursos hídricos e ecológicos.

⁴⁹ Designadamente, a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

A4.1 MAPEAMENTO DE CORREDORES ECOLÓGICOS

Esta ação consiste no mapeamento de corredores ecológicos e na identificação de áreas concretas a integrá-los.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- O aproveitamento hidroagrícola do Mira insere-se num território com um património natural e paisagístico de elevado valor, não só a nível local, mas também a nível nacional e europeu (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023; CMO, 2024b). Estando integrado tanto em área protegida (Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina), como em rede Natura 2000 (zona especial de conservação e zona de proteção especial Costa Sudoeste).
- O plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina⁵⁰, prevê que “quando a área total explorada com hortifruticultura e culturas ornamentais, de ar livre ou protegidas, for superior a 10 ha, deve ser garantida uma área de dimensão igual a 20 % desta, ocupada com culturas melhoradoras do solo, de prevenção de pragas e doenças, para alimentação das espécies selvagens ou em pousio” (alínea q) do n.º 3, artigo 46.º).
- As faixas marginais não cultivadas e as cortinas de abrigo são de extrema importância. Estas áreas não cultivadas potenciam a ocorrência de habitats em regeneração e importantes populações de espécies endémicas, funcionando como importantes refúgios para a biodiversidade (Ecosativa, 2016).

CONCEPÇÃO

A presente ação prevê a concretização das seguintes tarefas, estabelecendo-se como objetivo garantir a proteção dos valores ecológicos mais relevantes na área do AHM, bem como a conectividade destes:

1. Será realizado o mapeamento dos corredores ecológicos de referência, considerando como elementos cartográficos de base: áreas de proteção total ou parcial, habitats prioritários cartografados no âmbito do plano de gestão da ZEC Costa Sudoeste, e linhas de água, conforme cartografia assumida pela APA. Os corredores, de largura ajustada à distribuição espacial dos critérios considerados, deverão assegurar a conectividade entre os elementos da cartografia de base. Este mapeamento será elaborado pelo ICNF, que assegurará a criação de um grupo de trabalho para o efeito, mediante solicitação pela CMO. Os critérios para estabelecimento da conectividade deverão ser clarificados (relação entre os elementos abrangidos, comprimento e largura dos corredores, fragmentação máxima, etc.);
2. Para todas as explorações agrícolas, será obrigatória a manutenção ou implementação de áreas não produtivas com uma largura mínima de 15 metros no perímetro de delimitação das explorações;
3. Caso se pretenda a implementação de cortinas verdes nesse perímetro, deverá tomar-se por referência o documento “Cortinas de abrigo para a biodiversidade no SW de Portugal”;

⁵⁰ Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro

4. Todas as explorações que se encontrem fora dos corredores ecológicos definidos, deverão, ao abrigo da presente ação, cumprir com o ponto 2;
5. As explorações que se encontrem total ou parcialmente nos corredores ecológicos de referência definidos, deverão, no âmbito de pronúncia pelo ICNF, proceder à compatibilização do seu *masterplan* com a necessidade de salvaguarda direta e indireta dos valores naturais em presença, devendo resultar uma cartografia do corredor ecológico específico a considerar na exploração em análise;
6. A cartografia produzida deverá ser integrada nos seguintes instrumentos: (1) plano de ordenamento do parque natural; (2) plano diretor municipal (incorporado na estrutura ecológica municipal); (3) regulamento da ABM.

ATORES-CHAVE

- Associação de Beneficiários do Mira (ABM)
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: faixa de 15 m no limite das explorações agrícolas no AHM incluídas nas áreas dos corredores ecológicos a definir pelo ICNF (incluem áreas de proteção total ou parcial, habitats prioritários cartografados no âmbito do plano de gestão da ZEC Costa Sudoeste, e linhas de água, conforme cartografia assumida pela APA)
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira inserido no parque natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- Área de influência indireta: Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A estratégia de biodiversidade da EU para 2030⁵¹ tem como meta o estabelecimento de uma rede coerente de áreas protegidas que “protege legalmente um mínimo de 30 % da superfície terrestre e 30 % da zona marítima da EU, e integra corredores ecológicos como parte de uma verdadeira rede transeuropeia de natureza”. De acordo com esta estratégia, os países europeus tinham de demonstrar, até ao final de 2023, progressos significativos na designação legal de novas áreas protegidas e na integração de corredores ecológicos.
- O instrumento territorial integrado água e ecossistemas de paisagem – Algarve e Alentejo apresenta como um dos seus objetivos transversais a valorização dos recursos naturais, salientando-se alguns dos respetivos projetos estruturantes: a proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem; a valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas; a valorização do património natural; e o reordenamento e gestão da paisagem.

⁵¹ COM/2020/380 final, de 20 de maio de 2020

- O plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina⁵², tal como referido anteriormente, já prevê que as explorações com áreas superiores a 10 ha deixem 20 % da sua área para “culturas melhoradoras do solo, de prevenção de pragas e doenças, para alimentação das espécies selvagens ou em pousio” (alínea q) do n.º 3, artigo 46.º). A identificação e vinculação destas áreas por parte do ICNF poderá ser uma oportunidade para que esta medida seja aplicada de forma mais eficaz.
- O plano diretor municipal do Odemira encontra-se em fase de revisão.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Dificuldade/impossibilidade de implementação em explorações já existentes ou que se venham a instalar antes do início da implementação da ação.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto prazo
- Prioridade de 1º nível

SINERGIAS

- A2.1 Requisitos obrigatórios
- A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios
- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A4.2 Medidas de integração paisagística
- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 15 000 €

⁵² Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro.

A4.2 MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

Esta ação consiste na promoção de medidas de integração paisagística por via da sua integração no âmbito do licenciamento da atividade agrícola e regulamentos vigentes.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- O aproveitamento hidroagrícola do Mira insere-se num território com um património natural e paisagístico de elevado valor, não só a nível local, mas também a nível nacional e europeu (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023; CMO, 2024b).
- A qualidade da paisagem em meio rural foi assumida como fundamental para a valorização e desenvolvimento sustentável dos territórios e para qualidade de vida dos cidadãos⁵³. Torna-se assim necessário minimizar o impacto negativo das culturas protegidas e/ou de áreas de monocultura de elevada dimensão sobre a qualidade da paisagem.

CONCEPÇÃO

A implementação desta ação será operacionalizada por:

- Obrigatoriedade de apresentação e implementação de um plano de integração paisagística para as explorações inseridas no parque natural e/ou em Rede Natura 2000, bem como do projeto piloto de licenciamento previsto no presente plano (A3.1);
- Introdução da necessidade de medidas de integração paisagística, adequadas ao potencial impacto sobre recetores sensíveis, no contexto dos arranjos exteriores e da estrutura ecológica municipal, para projetos agrícolas de cariz intensivo, por incorporação desta obrigatoriedade ao nível do regulamento do PDM ou a nível de regulamento municipal.

ATOES-CHAVE

- Associação de Beneficiários do Mira (ABM)
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Aljezur (CMA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

⁵³ Resolução do conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: explorações agrícolas no aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência indireta: concelho de Odemira

OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- O instrumento territorial integrado água e ecossistemas de paisagem – Algarve e Alentejo visa “responder aos desafios, sobre o tema água e ecossistemas de paisagem” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023). Este instrumento apresenta como projetos estruturantes: proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem; e reordenamento e gestão da paisagem.
- O programa de transformação da paisagem⁵⁴ inclui “medidas concretas para intervir no espaço rural, promovendo a diversificação da paisagem, a diminuição da carga de combustível, o aumento da área florestal gerida e a reconversão e densificação da área existente para espécies mais adaptadas ao território, incluindo agrícolas, tendo em vista a sua resiliência aos riscos, nomeadamente de incêndios, e a valorização da paisagem numa ótica multidimensional e promotora do sequestro de carbono”.
- O plano de ordenamento do Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina⁵⁵ apresenta como objetivos específicos “contribuir para a salvaguarda do património histórico, cultural e tradicional da região, bem como assegurar a proteção dos valores arquitetónicos e patrimoniais integrados na paisagem” (alínea c), artigo 4.º); e “enquadrar e definir regras de compatibilização da atividade agrícola e pecuária desenvolvida no Perímetro de Rega do Mira com a conservação dos valores florísticos e faunísticos” (alínea d), artigo 4.º).
- A resolução do conselho de ministros n.º 179/2019⁵⁶, incumbiu a DGADR de proceder à revisão do “Projeto de Cortinas de abrigo do Mira”, “tendo em vista a reabilitação e o reforço desta estrutura verde, de modo a assegurar as funções de proteção das culturas contra os ventos, de criação de áreas de abrigo, alimentação e reprodução da fauna e ainda a preservação do mosaico agrícola e paisagístico”.
- O plano diretor municipal do Odemira encontra-se em fase de revisão.



OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Resistência por parte dos agentes económicos do setor.
- Ausência de contexto legal, no caso de não ser introduzida esta obrigatoriedade no regulamento do PDM, no regulamento municipal, ou no regulamento do plano de ordenamento do parque natural.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto prazo
- Prioridade de 3º nível

⁵⁴ Resolução do conselho de ministros n.º 49/2020, de 24 de junho

⁵⁵ Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro.

⁵⁶ Resolução do conselho de ministros n.º 179/2019, de 24 de outubro

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

SINERGIAS

- A2.1 Requisitos obrigatórios
- A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios
- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos
- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.2 Marketing territorial
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- Sem custos previstos

T5 REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS

O tema 5 aborda a redução das disparidades socioeconómicas, visando a melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra (CE5) e o fomento da mobilidade geográfica (CE6). Para tal, engloba ações como a minimização da pressão demográfica, o reforço da capacidade dos serviços públicos, a mobilidade sustentável, a otimização das infraestruturas rodovárias e a promoção do transporte de passageiros por ferrovia.

A enorme dimensão de Odemira - o maior concelho do país em área, assim como a diversidade territorial e dispersão populacional são traços distintivos deste concelho. Aqui, a disparidade social entre o litoral e o interior é bastante evidente, sendo notória uma pressão demográfica no litoral decorrente da imigração e do turismo, face a uma desertificação do interior, com difíceis condições de acesso e acompanhada de um envelhecimento populacional significativo. Tal também é evidente ao nível da habitação disponível, verificando-se casos de sobrelotação no litoral e oportunidades de habitação a preços mais acessíveis no interior. “Num concelho com as características de Odemira (grandes distâncias, orografia difícil, baixa densidade populacional, população dispersa e isolada, envelhecimento da população), a mobilidade é um fator com peso na qualidade de vida das pessoas” (CMO, 2015).

De seguida é apresentado um enquadramento resumido dos instrumentos e documentos cujas políticas, objetivos e/ou medidas locais se encontram ligadas a este tema.

O **plano estratégico do Alentejo litoral 2030** “visa o estabelecimento de um programa de ação prospetivo e multimunicipal para a próxima década, que sirva de orientação às diversas políticas municipais” (DBC, 2022). Este identifica 5 desafios estratégicos para a região, entre os quais, a revitalização demográfica e mitigação dos efeitos penalizadores do duplo envelhecimento (D1).

No que respeita ao Alentejo litoral, “a habitação é um problema de elevada importância na região, com impactos significativos no emprego e demografia, que não depende apenas das autarquias, mas também da política governamental. Neste contexto, ainda que muitos municípios se encontrem condicionados, a disponibilização de terrenos municipais e/ou negociação com proprietários privados poderá ser uma solução para a problemática.” Especificamente para o concelho de Odemira, é referido o “elevado número de imigrantes no município (cerca de 40% da população), fomentando a necessidade de apostar na inclusão dos mesmos como futura geração do município [e a] fraca rentabilização e aproveitamento da atual oferta de habitação na região, evidenciando a necessidade de uma reabilitação urbana da infraestrutura existente, de forma a implementar políticas de habitação social (DBC, 2022).

Assim, este plano estabelece 3 desafios estratégicos, dos quais se salientam:

- “1. Melhorar a qualidade de vida e bem-estar - de forma a colmatar o atual déficit demográfico, é fundamental criar condições que atraiam pessoas à região, nomeadamente ao nível da habitação acessível, boa oferta de cuidados de saúde de qualidade e de atividades culturais e de lazer para usufruir na região; [...]
- 3. Fomentar a proximidades geográfica e digital - finalmente, o investimento na mobilidade entre municípios, nos acessos à região, assim como nas redes de telecomunicações, que fomentem a transição digital, são cruciais na quebra de barreiras da distância, tornando a região mais próxima do mundo” (DBC, 2022).

Estes traduzem-se em linhas de ação e respetivas iniciativas estratégicas, incluindo:

- LA1: Implementação de programas com vista o aumento da oferta de habitação acessível,
- LA2: Investimento na oferta e qualidade de cuidados de saúde no território,
- LA3: Desenvolvimento de uma oferta cultural partilhada entre os municípios,
- LA8: Reforço da mobilidade urbana regional e sustentável,

- LA9: Investimento nos acessos e redes de infraestruturas,
- LA10: Consolidação da interconetividade da região.

O **plano diretor municipal de Odemira** (PDMO) “é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal” (artigo 95.º do decreto-lei 80/2015). Este encontra-se atualmente em revisão, a qual “acontece na sequência da alteração legislativo-jurídica do ordenamento do território⁵⁷ e da necessidade de reinterpretar as conjunturas territoriais do modelo de organização, sendo isso evidenciado no relatório sobre o estado do ordenamento do território de 2022 e nos relatórios de caracterização, diagnóstico e estratégia que acompanham o PDMO” (CMO, 2024a). A nova versão irá integrar as políticas e objetivos estabelecidos em vários programas e planos territoriais, dos quais se salientam, no âmbito do tema 5, o programa nacional para a coesão territorial, o plano rodoviário nacional, a estratégia nacional para a mobilidade ativa ciclável 2020/2030, a nova geração de políticas de habitação e o plano regional de ordenamento do território do Alentejo.

A visão estabelecida para o município procura que, num futuro próximo, “Odemira seja um território centrado nas pessoas, sendo uma referência na área da inclusão social, mas também um território preparado para os desafios do conhecimento, com vista a torná-lo mais competitivo e atrativo pela inovação, cultura, património e paisagem num contexto global e hipermóvel” (CMO, 2024a). Para tal, será necessário criar condições para, entre outras, “garantir a qualidade de vida dos que residem e visitam o território através da diversidade cultural, religiosa, de género e de idade”, adotar “uma política de conectividade física e digital entre centros urbanos”, e conter a “expansão urbana, promovendo uma política de colmatação urbana e da racionalização das infraestruturas existentes” (CMO, 2024a).

Ao nível do modelo territorial, destaca-se o sistema de conectividade, através do qual se valoriza “a promoção de uma mobilidade de proximidade entre lugares e a reabilitação das infraestruturas ferroviária e rodoviária existentes, bem como o facto da rede funcional estar estruturada a partir do eixo longitudinal da EN 120, que assegura as ligações inter-regionais no sentido Norte-Sul” (CMO, 2024a). Já o sistema social pretende promover “uma política de investimento associado ao envelhecimento, à imigração e à atração da população, ao nível da empregabilidade e da qualidade de vida. Além disso, procura-se minimizar os índices de vulnerabilidade social, associados aos baixos rendimentos e às situações de sazonalidade laboral” (CMO, 2024a).

No que respeita a equipamentos e mobilidade, os quais são estruturantes para o sistema social do território, “a opção do PDMO é tornar o município coeso internamente com equipamentos capazes de dar resposta às necessidades da população e minimizem os flagelos sociais existentes motivados pelo intenso processo de envelhecimento que se verifica no interior e de migração no litoral” (CMO, 2024a).

A nível de transportes, “é necessário estabelecer ligações [dentro e para fora do concelho] que garantam a fluidez necessária e que atualmente tenham um menor impacto possível no ambiente” (CMO, 2024a). Além da ligação ferroviária do concelho, através da linha do Sul, a qual “sofrerá ganhos de fiabilidade do serviço graças à expetável nova travessia do rio Tejo, que assegurará uma redução dos tempos de viagem, segundo o plano ferroviário nacional” (CMO, 2024a), o PDMO apresenta também numa rede de mobilidade suave “que contempla a ligação entre centralidades, pontos emissores de fluxos e corredores ecológicos” (CMO, 2024a). Assume-se na revisão do PDMO que “existe a expetativa de aumento da intermodalidade com a beneficiação da infraestrutura ferroviária e rodoviária estruturante” (CMO, 2024a), incluindo às interfaces estação de comboios de Amoreiras-Odemira e Santa Clara-Sabóia,

⁵⁷ Designadamente, a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

servidas por vias distribuidoras principais e secundárias. No que respeita à rodovia, está prevista a “distribuição a partir das vias distribuidoras principais (vias com ligação direta às autoestradas e distribuidoras de fluxos para a rede local) e posteriormente para as distribuidoras secundárias (vias de ligação entre aglomerados)” (CMO, 2024a).

O **diagnóstico social de Odemira**, refere a enorme dimensão do concelho e a sua dispersão populacional como traços distintivos deste território e que, “no contexto sub-regional é evidente o carácter periférico do concelho de Odemira. A sua localização geográfica e as características da rede viária e de transportes, representam um constrangimento considerável na mobilidade e no acesso da população aos principais centros urbanos regionais e nacionais” (CMO, 2015).

Odemira é o único concelho da região do Alentejo a apresentar uma variação positiva da população residente, entre 2011 e 2021, com uma taxa de crescimento de 13 %. Este aumento é influenciado de modo marcado pela imigração, tendo em conta que a taxa de crescimento natural anual é negativa (INE, 2022). Contudo, verifica-se “uma considerável assimetria dentro do próprio concelho”, sendo identificadas “duas realidades muito distintas: as freguesias do litoral e da sede do concelho aumentaram a população e conseguiram atenuar a significativa diminuição da população das freguesias do interior do concelho. [...] Odemira apresenta o índice de envelhecimento mais elevado do Alentejo litoral” (CMO, 2015), sendo este mais acentuado nas freguesias do interior.

Ao nível socioeconómico, “o setor primário continua a ter um peso muito expressivo na população empregada (22,9%), particularmente se comparado com o valor médio de Portugal (3,1%). Nos setores secundário e terciário, pelo contrário, Odemira regista números inferiores, quer em relação aos concelhos do Alentejo Litoral, quer da região Alentejo ou de Portugal” (CMO, 2015).

No que respeita à ação social, são identificados como alguns dos problemas principais o isolamento geográfico/dificuldades de mobilidade, a dificuldade na prestação de apoio domiciliário a alguns cidadãos devido a más acessibilidades. Também a nível da saúde são identificados problemas como o isolamento de idosos no interior e a falta de acessibilidades/mobilidade de pessoas idosas do interior.

Relativamente à habitação, Odemira apresenta um dos valores mais baixos no que respeita aos alojamentos familiares clássicos, registando apenas 52,0 %, apenas ultrapassado por Grândola (49,0 %). “A vocação turística destes dois concelhos e o êxodo rural nas freguesias do interior poderão explicar esta posição. [...] Em 2011, os alojamentos sobrelotados em Odemira representavam 11,2 %”, existindo uma maior tendência para tal acontecer nas freguesias do litoral face às do interior (CMO, 2015). Por outro lado, os alojamentos familiares clássicos vagos apresentam-se em maior número nas freguesias do interior. Quanto à degradação do edificado, “os edifícios muito degradados representam, em Odemira, 2,5 % do total existente. Por sua vez, os edifícios com necessidade de reparação exibem um valor de 26,2 %”, sendo nas freguesias do “interior que a percentagem de edifícios muito degradados é maior”, mantendo-se a tendência para edifícios com necessidade de reparação (CMO, 2015).

Ainda no domínio da habitação, o diagnóstico social de Odemira refere como alguns dos principais problemas identificados a indisponibilidade de habitações face à procura (agricultura intensiva), a sobrelotação das habitações (associado ao recente fenómeno da imigração), assim como a polarização vs. mobilidade.

No que se refere à mobilidade, “a análise da oferta de transporte público rodoviário intraconcelhio em Odemira, permite perceber que, não obstante uma cobertura territorial que assegura ligações aos principais aglomerados populacionais, a cobertura temporal e da frequência de serviço evidenciam algumas debilidades globais da oferta de transporte público, nomeadamente: as frequências de serviço relativamente reduzidas, com escassez de oferta durante o dia e com várias carreiras a apresentarem apenas uma ligação por dia e por sentido de circulação; a redução substancial da oferta fora do período escolar, agravando as condições de mobilidade da população em geral; a inexistência de serviço de transporte durante o fim-de-semana” (CMO, 2015). A oferta do transporte público rodoviário interconcelhio apresenta as mesmas debilidades que a oferta a nível intraconcelhio.

Quanto ao transporte ferroviário, “o facto de as estações estarem relativamente distantes dos principais aglomerados [...] a par da reduzida frequência do serviço [...], contribui para que este modo de mobilidade não seja encarado, pela esmagadora maioria da população, nas suas deslocações pendulares, como uma alternativa a considerar”. Desta forma, “a exiguidade da oferta de transportes públicos contribui para a elevada dependência em relação ao automóvel individual. [...] Num concelho com as características de Odemira (grandes distâncias, orografia difícil, baixa densidade populacional, população dispersa e isolada, envelhecimento da população), a mobilidade é um fator com peso na qualidade de vida das pessoas. A existência de vários lugares não cobertos por serviços regulares de transporte público, em conjugação com o facto de a população não dispor comumente de automóvel individual, condiciona de forma significativa a sua mobilidade, nomeadamente no que se refere ao acesso a equipamentos, bens e serviços” (CMO, 2015).

Assim, ao nível da mobilidade, o diagnóstico social de Odemira identifica problemas tais como: dificuldade de transporte de pessoas com pouca mobilidade, dificuldade no acesso aos serviços de saúde/horários dos transportes, défice da rede de transportes públicos, rede de estradas deficitária e com problemas de conservação, dispersão geográfica/isolamento/falta de acessos em boas condições, falta de transporte fora do período escolar, falta de compatibilidade dos horários dos transportes com os horários das empresas, dificuldade de inserção profissional por falta de transporte.

Relativamente a imigrantes⁵⁸ e ao tema em questão, o diagnóstico social de Odemira identifica, entre outros, problemas tais como: rede de transportes públicos muito reduzida e insuficiente para permitir aos imigrantes as deslocações ao centro de saúde, finanças, segurança social, supermercado, hospital do Litoral Alentejano, inexistência de habitações em número suficiente face à procura/existência de habitações com condições pouco dignas.

Além dos problemas identificados pelo diagnóstico social de Odemira, existem outros identificados na **estratégia municipal para a migração**. É o caso da dificuldade na obtenção de reconhecimento das habilitações literárias para imigrantes, que resultam numa dificuldade acrescida à sua permanência no território, contribuindo para a rotatividade da mão de obra. Com o intuito de solucionar esta questão, está prevista uma candidatura à ITI redes urbanas – programa de apoio ao reconhecimento e validação de competências escolares e profissionais e à concessão de equivalência de habilitações estrangeira.

A **nova geração de políticas de habitação**, cujo sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação são aprovados na resolução de conselho de ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, apresenta como um dos objetivos estratégicos “promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais” (alínea d) do n.º 3). A **estratégia Portugal 2030**, aprovada na reunião do conselho de ministros de 29 de outubro de 2020, consubstancia a visão da próxima década e “assume-se como referencial estratégico para as políticas públicas em Portugal e para a mobilização das respetivas fontes de financiamento nacionais e comunitárias” (resolução do conselho de ministros, n.º 98/2020). Esta encontra-se estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030, sendo uma delas “um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” (resolução do conselho de ministros, n.º 98/2020). Esta agenda, por sua vez, foca-se em 5 domínios estratégicos, entre eles a sustentabilidade demográfica; a promoção da inclusão e luta contra a exclusão; a garantia de habitação condigna e acessível; e o combate às desigualdades e à discriminação.

O **programa nacional de habitação** atualmente em vigor, aprovado pela lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro, é instrumento de cariz operacional que consubstancia as opções estratégicas assumidas na nova geração de políticas de habitação. Assume 6 eixos de intervenção, dos quais se destacam (capítulo V – eixos e medidas – desenvolvimento das linhas estratégicas da lei n.º 2/2024):

⁵⁸ A população residente de nacionalidade estrangeira corresponde a 28 % da população de Odemira, de acordo com os últimos censos (INE, 2022).

- Eixo 5 - qualificar os espaços residenciais e promover uma maior coesão territorial, o qual apresenta 4 medidas concretas (medidas 16 a 19), das quais se destaca a medida 17, cujo objetivo passa pela “identificação das necessidades territoriais e melhoria dos instrumentos para promover a fixação e atração para os territórios do interior (capítulo VI – objetivos e metas da lei n.º 2/2024)”.
- Eixo 6 - promover a celeridade, a sustentabilidade e inovação das soluções habitacionais, o qual inclui 4 medidas (medidas 20 a 23), salientando-se a medida 21 que visa a “promoção de um projeto que concilie as novas formas de habitar, as novas soluções urbanas e habitacionais, as novas formas de construir e a sustentabilidade ambiental”.

A **estratégia local de habitação de Odemira**, estabelecida em 2021, apresenta como visão “um território que investe na habitação para responder às necessidades das famílias que vivem em condições indignas e aposta na reabilitação do edificado e do espaço público para promover um desenvolvimento coeso, inclusivo e sustentável, capaz de fixar população e atrair novos residentes qualificados e gerar benefícios para o tecido socioeconómico local” (CMO, s/d). Esta integra o **III plano municipal para a integração de migrantes**, o qual se consubstancia “como um instrumento fundamental para a integração plena da comunidade migrante de Odemira e, sendo esta uma comunidade onde os problemas habitacionais são mais evidentes, as suas opções estratégicas não podem deixar de ser consideradas no contexto da estratégia local de habitação” (CMO, s/d). O objetivo geral definido no plano municipal para a integração de migrantes é o de “promover o acolhimento e a integração de cidadãos nacionais de países terceiros (NPT) a nível local, com o envolvimento dos atores locais, assegurando estratégias que garantam a crescente autonomização e a igualdade de oportunidades destes cidadãos, um processo de socialização o que garanta a harmonia e a paz social” (CMO, s/d).

A estratégia local de habitação de Odemira apresenta como o objetivo estratégico 1: dar resposta às carências habitacionais do território, o qual pretende “desenvolver soluções habitacionais adequadas às diferentes famílias que vivem em condições indignas: famílias que residem em Odemira (maioritariamente de nacionalidade portuguesa) com necessidades habitacionais permanentes; famílias que integram trabalhadores migrantes com necessidades habitacionais também permanentes; famílias que integram trabalhadores migrantes com necessidades habitacionais de médio prazo; e famílias constituídas por trabalhadores sazonais com necessidades habitacionais temporárias. A eficácia de implementação das soluções habitacionais para os diferentes “destinatários” depende de uma profunda articulação e envolvimento de atores públicos e privados” (CMO, s/d). Este objetivo “traduz a necessidade do envolvimento dos atores públicos e privados na promoção de soluções habitacionais para as diferentes situações de famílias que vivem em condições indignas no concelho e que promovam a sua plena integração na comunidade, o que determina um quadro de profunda articulação com as opções estratégicas e operacionais do plano diretor municipal de Odemira e do III plano municipal para a integração de migrantes” (CMO, s/d). “Este é concretizado através de três objetivos operacionais direcionados a três domínios de intervenção, nomeadamente: realojar as famílias que vivem em condições indignas com necessidades permanentes de habitação (objetivo operacional 1.1), realojar as famílias que vivem nas quintas agrícolas e nos perímetros urbanos em condições indignas com necessidades de médio prazo de habitação (objetivo operacional 1.2), e apoiar os beneficiários diretos no acesso ao 1.º Direito (objetivo operacional 1.3).

A **carta municipal de habitação de Odemira**, produzida em 2024, “propõe um modelo estratégico e territorial para a habitação no concelho de Odemira com um horizonte temporal de 12 anos, compatível com o da execução do PDM em revisão” (CMO, 2024b), sendo informada pelo quadro de referência estratégico nacional (CMO, 2024b), nomeadamente, pela nova geração de políticas de habitação, pela Estratégia Portugal 2030, pela estratégia local de habitação de Odemira, e pelo programa nacional de habitação.

Partindo do diagnóstico e da cenarização, e com base nos desafios estratégicos e nos principais desafios de cada unidade territorial, a carta municipal de habitação de Odemira estabelece como visão para 2036 “Odemira: referência de inclusão social, qualidade de vida e diversidade cultural, onde as políticas habitacionais garantem o acesso universal a uma habitação adequada, segura e sustentável, enquanto condição fundamental de uma efetiva e plena integração social” (CMO, 2024b).

Para concretizar a visão territorial, são estabelecidos 4 objetivos gerais, nomeadamente: erradicar as condições habitacionais indignas; alojar condignamente os migrantes temporários; promover o acesso ao mercado habitacional; e fomentar a coesão social e territorial. Os objetivos específicos são detalhados por cada unidade territorial. Destes, salienta-se a necessidade de criação de condições para fixar novos residentes no interior sul.

A nível de opções estratégicas, destaca-se o aumento da oferta habitacional municipal (OE1), que contribui para alcançar o objetivo de alojar condignamente os migrantes temporários. Destacam-se ainda o incentivo ativamente à reabilitação urbana (OE3), a dinamização da habitação acessível de iniciativa privada e cooperativa (OE4) e o incentivo à construção própria por famílias em idade ativa em zonas em perda demográfica (OE9), que contribuem para alcançar o objetivo de fomentar a coesão social e territorial.

As opções estratégicas são materializadas em medidas, das quais se destacam a aquisição de fogos pelo município (M1.1), a reabilitação e regularização do parque habitacional público (M1.2), a construção nova de promoção municipal (M1.3), a criação de soluções habitacionais colaborativas flexíveis pelo município (M1.5), e o arrendamento municipal para famílias com dificuldade de acesso ao mercado (M1.6), de forma a concretizar o objetivo estratégico de aumento da oferta habitacional municipal no interior sul. Salientam-se ainda as medidas de: incentivo à reabilitação urbana de iniciativa privada (M3.2), operações integradas para a promoção de habitação acessível em parceria com promotores privados (M4.1), promoção de habitação acessível por cooperativas de habitação (M4.2), plataforma “Odemira Troc-cá-Casa” (M4.3), apoio ao arrendamento (M4.4), e alienação de solo urbanizado para habitação jovem (M9.1), que visam concretizar o objetivo estratégico de fomentar a coesão social e territorial no interior sul.

O **plano de mobilidade urbana sustentável do Alentejo litoral** apresenta como objetivos gerais, entre outros, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente, e promover a coesão territorial e equidade social. A nível da conclusão/requalificação da rede rodoviária estruturante de acesso a freguesias do interior de Odemira, este prevê a beneficiação na ER266 – interseção para Sabóia (km 13+380) E L.D. Beja/Faro (km 26+089).

Está prevista a implementação de serviços de transporte flexível em áreas de baixa densidade de procura (objetivo operacional II.2), uma vez que “há zonas do Alentejo Litoral que apresentam baixas densidades de ocupação e em relação às quais é possível constatar insuficiências na oferta de transportes públicos. Ao contrário do que se regista em zonas de maior densidade populacional, onde existe uma massa crítica ao nível da procura que consegue justificar, através das receitas obtidas, níveis de rentabilidade que permitem a manutenção de níveis de serviços satisfatórios por parte dos operadores de transporte público de passageiros, nas zonas de baixa densidade populacional a realidade é muito distinta. As suas características (i.e., densidade de ocupação, estrutura etária, níveis de rendimento) traduzem-se regra geral numa reduzida capacidade de atração/geração de deslocações o que coloca problemas ao nível da rentabilidade dos serviços (na ótica dos operadores de transporte) e se repercute na progressiva diminuição da oferta de transportes públicos existente, com consequências na diminuição da população residente. Pelas suas consequências económicas e sociais, trata-se de um ciclo vicioso que importa inverter, através de uma maior intervenção dos poderes públicos e da implementação de soluções de transporte não convencionais, adequadas às realidades territoriais, económicas e sociais em questão.

Efetivamente, nestas zonas, com baixa densidade populacional e com povoamento disperso, as necessidades de mobilidade não conseguem ser eficientemente asseguradas pelas soluções convencionais de transporte público coletivo regular, com percursos e horários fixos devido sobretudo: (i) à reduzida procura e à inexistência de padrões de mobilidade regulares; (ii) aos elevados custos operacionais e às pequenas receitas e (iii) à necessidade de efetuar percursos extensos de forma a cobrir uma diversidade de locais afastados entre si, o que contribui para a degradação da qualidade do serviço e se traduz, regra geral, na baixa frequências dos serviços.

De forma a assegurar a mobilidade nas zonas de baixa densidade e combater a exclusão social que deriva da impossibilidade ou dificuldade no acesso a serviços de transporte público, é necessário definir e implementar novas soluções de transporte, nomeadamente transportes flexíveis, que permitam uma cobertura territorial mais ampla, que assegurem níveis de serviço adequados

às necessidades de mobilidade da população e cujos custos possam ser assegurados pelos operadores de transporte e eventualmente pelos municípios e pelos utilizadores” (CIMAL, 2017).

O plano de mobilidade urbana sustentável do Alentejo litoral identifica 27 lugares com défice de oferta em Odemira durante o período escolar e 49 durante o período não escolar, o que afeta 2 063 e 4 565 residentes, respetivamente. Odemira é o concelho do Alentejo litoral onde tais necessidades são mais vincadas face aos restantes concelhos. Este plano identifica as áreas litoral norte, interior norte e litoral sul de Odemira como áreas com apetência para a implementação dos serviços de transporte flexível durante todo o ano; já a área interior sul deste concelho apenas é considerada como tal durante o período não escolar.

A5.1 MINIMIZAÇÃO DA PRESSÃO DEMOGRÁFICA

Esta ação consiste na minimização da pressão demográfica, contribuindo para um aumento da qualidade de vida diferenciada que motive a vinculação dos trabalhadores agrícolas, bem como das suas famílias, no território a longo prazo.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

Esta ação pretende contribuir para dar resposta aos seguintes problemas identificados, pelos instrumentos e documentos municipais, no concelho de Odemira, e pelos atores relevantes no contexto do processo participativo desenvolvido:

- Excessiva pressão demográfica sobre a faixa litoral do concelho causada, tanto pela maior procura turística, como pela crescente deslocação de trabalhadores (em particular de população migrante) que resulta do aumento da produção agrícola na área do AHM (CMO, s/d; CMO, 2015; CMO, 2024b);
- Sobrelotação dos alojamentos, sobretudo na faixa litoral, associada aos trabalhadores migrantes que vivem em condições indignas (CMO, 2024b);
- Dificuldade do território em constituir-se como opção de longo prazo para os cidadãos de nacionalidade estrangeira que acolhe, contrariando uma tendência largamente maioritária de permanência temporária;
- Dificuldade do setor económico de redução da rotatividade de mão de obra de necessidade permanente;
- Dificuldade das entidades promotoras do acolhimento de migrantes, bem como do setor da educação, no desenvolvimento duma integração bem-sucedida, devido à permanência maioritariamente de curta duração dos imigrantes no território;
- Deterioração do parque habitacional, muitas vezes relacionada com a falta de meios dos proprietários para a reabilitação dos imóveis (CMO, s/d).

CONCEÇÃO

- Expansão dos perímetros urbanos, particularmente na faixa litoral onde atualmente se verifica maior pressão demográfica, tal como previsto na carta municipal de habitação (CMO, 2024b);
- Reforço da bolsa de solo urbano municipal em núcleos populacionais onde a pressão urbanística é maior, dando prioridade a São Luís, Fataca, São Miguel, Longueira, Fornalhas Velhas, Bicos e Santa Clara (CMO, 2024b);
- Aquisição, aquisição e reabilitação, reabilitação e construção urbana em todo o concelho (CMO, 2024b);
- Manutenção dos atuais programas de apoio ao arrendamento. Esta oferta deverá ser alvo de avaliação periódica que permita a sua adequação a esta procura que se prevê crescente;
- No âmbito desta ação, deverá ser equacionada uma discriminação positiva, no contexto dos programas de apoio à habitação, de imigrantes que concretizem o reagrupamento familiar, que frequentem com sucesso o ensino da língua portuguesa como língua não materna, entre outros programas de integração.

ATOES-CHAVE

- Câmara Municipal de Odemira (CMO)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: perímetros urbanos do concelho
- Área de influência direta: concelho de Odemira.

OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A nova geração de políticas de habitação⁵⁹ tem como um dos seus objetivos estratégicos “promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais” (alínea d) do n.º 3).
- A estratégia Portugal 2030⁶⁰ tem como domínios estratégicos: a sustentabilidade demográfica, a promoção da inclusão e luta contra a exclusão, a garantia de habitação condigna e acessível, e o combate às desigualdades e à discriminação.
- O programa nacional de habitação⁶¹ apresenta como medidas a “identificação das necessidades territoriais e melhoria dos instrumentos para promover a fixação e atração para os territórios do interior” (medida 17, eixo 5) e a “promoção de um projeto que concilie as novas formas de habitar, as novas soluções urbanas e habitacionais, as novas formas de construir e a sustentabilidade ambiental” (medida 21, eixo 6).
- A estratégia local de habitação de Odemira tem como um dos seus objetivos operacionais realojar as famílias que vivem em condições indignas com necessidades permanentes de habitação, privilegiando as freguesias que têm observado maiores perdas populacionais (objetivo operacional 1.1; CMO, s/d).
- O programa Odemira reabilita agrupa um conjunto de incentivos à reabilitação do património edificado, aplicável nas áreas de reabilitação urbana (CMO, s/d).
- A carta municipal de habitação de Odemira tem como opções estratégicas o aumento da oferta habitacional municipal (OE1), o incentivo ativamente à reabilitação urbana (OE3), a dinamização da habitação acessível de iniciativa privada e cooperativa (OE4) e o incentivo à construção própria por famílias em idade ativa em zonas em perda demográfica (OE9; CMO, 2024b).



OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Presença na faixa litoral do concelho do aproveitamento hidroagrícola do Mira e do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, estas estruturas podem vir a dificultar a expansão dos perímetros urbanos (CMO, 2024b);
- Insuficiente cobertura espacial e temporal da rede de transportes públicos (CMO, 2015; CIMAL, 2017).
- Dificuldade no acesso a equipamentos, bens e serviços (CMO, s/d; CMO, 2015).

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Médio e longo prazo
- Prioridade de 1º nível

⁵⁹ Resolução do conselho de ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio

⁶⁰ Resolução do conselho de ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro

⁶¹ Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

SINERGIAS

- A3.4 Fundo de responsabilidade
- A6.5 Estrutura de missão

DEPENDÊNCIAS

- A5.3 Mobilidade sustentável
Ação precedente e em paralelo
- A5.4 Otimização de infraestruturas rodoviárias
Ação precedente e em paralelo

INVESTIMENTO

- 59 925 000 €

A5.2 REFORÇO DA CAPACIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Esta ação consiste no reforço da capacidade dos serviços públicos que assegure uma adequada resposta aos cidadãos atualmente presentes neste território.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento de mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

O concelho de Odemira apresenta os seguintes desafios no que respeita aos serviços públicos:

- Odemira tem assistido nos últimos anos a um forte crescimento populacional, sendo o único concelho da região do Alentejo a apresentar uma variação positiva da população residente, entre 2011 e 2021. Para este aumento muito contribuiu a população migrante, especialmente a originária do continente asiático, que tem chegado ao território, dando resposta às necessidades de mão de obra que os vários sectores económicos necessitam, com enfoque na agricultura (CMO, s.d.);
- Apesar deste fluxo migratório ser uma oportunidade para o território, traz consigo também grandes desafios a nível das infraestruturas, serviços de interesse geral e respostas sociais que é preciso assegurar (CMO, s.d.);
- Os recursos humanos disponíveis nos serviços públicos de interesse geral não são suficientes para dar resposta à população residente atual (CMO, s/d);

CONCEPÇÃO

- Contratação de técnicos para colmatar as necessidades de recursos humanos nos serviços de interesse público atuais, que incluem: 2 técnicos para a segurança social, 3 técnicos para o tribunal, 4 técnicos para as conservatórias e 9 técnicos para as finanças.
- Avaliação periódica das carências que permita a adequação de recursos humanos nos serviços de interesse público face à procura que se prevê crescente.

ATORES-CHAVE

- Câmara Municipal de Odemira (CMO)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de influência direta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- O plano regional do Alentejo 2030, integrado na estratégia Portugal 2030⁶², estabelece como um dos seus objetivos específicos “reforçar a capacidade e a eficiência dos serviços públicos, garantindo a modernização e a sustentabilidade das infraestruturas e dos sistemas de gestão”. Este objetivo está alinhado com a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, assegurando a sua acessibilidade e equidade em todo o território.
- O plano de recuperação e resiliência tem como um dos seus objetivos administração pública – capacitação, digitalização e interoperabilidade e cibersegurança (componente 19). Está previsto o reforço de infraestruturas tecnológicas, a formação de recursos humanos e a implementação de plataformas digitais que visam simplificar processos e melhorar a experiência do cidadão. Este investimento, gerido em parceria com entidades públicas e privadas, pretende “promover a transição digital na administração pública, garantindo serviços mais ágeis, transparentes e eficientes” (Ministério do Planeamento, 2021).
- A estratégia para a coesão territorial reconhece a necessidade de reforçar a capacidade dos serviços públicos em regiões menos povoadas, garantindo um acesso equitativo a serviços essenciais, como saúde, educação e segurança social, e promovendo a vinculação de população nestes territórios (Governo de Portugal, s.d.).
- O programa regional alentejo 2030 tem como um dos seus eixos estratégicos “reforçar a capacidade institucional e a qualidade dos serviços públicos” (eixo 3). Dentro deste objetivo, destaca-se a necessidade de “expandir e modernizar as redes de atendimento público, com especial enfoque nas regiões de baixa densidade, como o Alentejo” (3.2.1), bem como “promover a formação contínua dos funcionários públicos, garantindo a atualização de competências e a adaptação às novas exigências tecnológicas” (3.4.2; CCDR 2023a).

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Segundo a estratégia para a inovação e modernização do estado e da administração pública⁶³, a infraestrutura de serviços públicos existentes representa um desafio considerável na modernização e otimização dos processos administrativos e de atendimento aos cidadãos.
- Falta de integração entre diferentes entidades públicas e sistemas de gestão dificultam a articulação e a eficiência dos serviços oferecidos à população;
- Falta de recursos para a capacitação e formação contínua dos funcionários públicos, sendo este um ponto crítico para garantir a atualização de competências e adaptação às novas exigências tecnológicas (CCDR Alentejo, 2023b).

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 1º nível

SINERGIAS

- A6.5 Estrutura de missão

⁶² Resolução do conselho de ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro

⁶³ Resolução do conselho de ministros n.º 55/2020, de 31 de julho de 2020

INVESTIMENTO

- 3 150 000 €

A5.3 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Esta ação consiste na conceção de uma rede de transportes coletivos rodoviários que assegure uma adequada mobilidade intraconcelhia, alicerçada numa solução de mobilidade sustentável.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra
- CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

O concelho de Odemira apresenta os seguintes desafios no que respeita à mobilidade:

- Transporte público rodoviário intraconcelhio com cobertura espacial e temporal insuficientes, especialmente durante o período não escolar (CMO, 2015);
- Dificuldades no acesso aos serviços centralizados e às infraestruturas desportivas e culturais, criando situações de exclusão social para a população sem meios autónomos de locomoção (CMO, 2015), com especial impacte sobre a população jovem e sénior;
- Uso intensivo do transporte individual com impactes significativos a nível ambiental, social e de ocupação do espaço público. Este uso contribui ainda para o aumento da sinistralidade rodoviária (CIMAL, 2017);
- Despovoamento das freguesias de menor cobertura pela rede de transporte público, constituindo a dificuldade de mobilidade um fator de elevado relevo na baixa procura da população pela vinculação nesses territórios, nomeadamente de migrantes.

CONCEPÇÃO

- Definição de um sistema que permita responder à necessidade de transporte de trabalhadores agrícolas, transporte escolar, acesso dos cidadãos aos serviços públicos e acesso às infraestruturas desportivas e culturais;
- Organizar, planear, desenvolver e articular redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros eficazes face às necessidades identificadas;
- Acompanhamento e monitorização eficaz da concessão de transportes públicos de passageiros.

ATORES-CHAVE

- Associação Agricultores e Proprietários do PRM (AAPPRM)
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: rotas a incluir na rede de mobilidade a definir
- Área de influência direta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- O plano regional do Alentejo 2030, integrado na estratégia Portugal 2030⁶⁴, tem como um dos seus objetivos específicos “promover a mobilidade urbana sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono”.
- O plano de recuperação e resiliência tem como um dos seus objetivos a mobilidade sustentável (componente 15), estando previsto investimento para a descarbonização dos transportes públicos. Este investimento, gerido pelo fundo ambiental, pretende “promover o lançamento de um programa de apoio à aquisição de autocarros limpos afetos ao transporte público rodoviário e respetivos postos de carregamento” (Ministério do Planeamento, 2021).
- O plano nacional energia e clima 2030⁶⁵ tem como um dos seus objetivos “promover a mobilidade sustentável” (objetivo 5), e dentro deste pretende-se “expandir as redes e equipamentos de transporte público em todo o território” (5.1.2); e “manter e promover os incentivos à aquisição de veículos ligeiros 100 % elétricos, bem como o quadro de incentivos fiscais disponíveis” (5.3.3).
- O plano de mobilidade urbana sustentável do Alentejo Litoral tem como objetivos estratégicos a “promoção de padrões de mobilidade sustentável através da reorganização dos sistemas de transportes” e a “melhoria da articulação do planeamento de transportes com os instrumentos de planeamento” (CIMAL, 2017). Este plano tem como um dos seus objetivos operacionais a “redução da sinistralidade rodoviária” (objetivo operacional I.4; CIMAL, 2017).
- Plano de mobilidade urbana sustentável do Alentejo Litoral tem como objetivo operacional “criar uma rede de postos de carregamento de veículos elétricos” (objetivo operacional V.5), uma vez que a rede de mobilidade elétrica se constitui “como uma das apostas efetuadas no setor dos transportes em prol de uma mobilidade mais sustentável” (CIMAL, 2017).
- As empresas agrícolas têm interesse em utilizar os transportes públicos no transporte dos seus trabalhadores, havendo a possibilidade de incluírem o passe mensal na remuneração dos mesmos.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Rede viária atual representa um constrangimento considerável na mobilidade (CMO, 2015).
- Falta de informação relativa aos fluxos e horários necessários para servir o município considerando os objetivos definidos em termos de resposta.
- Transporte público municipal é definido a nível da comunidade intermunicipal do Alentejo Litoral, sendo esta a autoridade de transporte (CIMAL, 2017; CMO, 2024a).

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 1º nível

SINERGIAS

- A5.1 Minimização da pressão demográfica
- A5.4 Otimização da rede de vias distribuidoras
- A6.1 Gabinete do agricultor

⁶⁴ Resolução do conselho de ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro

⁶⁵ Resolução do conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 3 500 000 €

OBSERVAÇÕES

Esta ação assume-se como crítica para a melhoria da qualidade de vida da população do concelho de Odemira e do desempenho de sustentabilidade do território da AIAHM, impactando positivamente um conjunto alargado de indicadores de desenvolvimento.

A5.4 OTIMIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

Esta ação consiste na otimização da rede de vias distribuidoras de comunicação com os centros estruturantes de menor acessibilidade (melhoria dos acessos rodoviários às freguesias), com o objetivo de encurtar os tempos de deslocação por via rodoviária.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra
- CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

Esta ação pretende dar resposta aos seguintes desafios identificados no concelho de Odemira:

- A rede viária atual apresenta limitações significativas em termos de capacidade, segurança e eficiência, o que dificulta a fluidez do tráfego e a adaptação às necessidades de mobilidade modernas (CMO, 2015).
- Deslocações demoradas dentro do concelho, particularmente na conectividade litoral-interior. Esta demora surge como consequência não só da extensão e orografia do território, mas também das características das vias (CMO, 2015);
- Distribuição demográfica desproporcional, caracterizada por uma pressão excessiva nos aglomerados litorais e abandono nos interiores, resultante das dificuldades nos acessos (CMO, 2015; CMO, 2024b).

CONCEÇÃO

- Requalificação de via com alargamento da plataforma na estrada nacional 120, entre Odemira e Baiona.
- Requalificação de via com possibilidade de alargamento da plataforma na estrada nacional 123 entre Odemira e Telheiro e na estrada nacional 263, entre o Telheiro e Santa Luzia (Ourique).
- Requalificação de via com alargamento da plataforma na estrada nacional 393, entre Portas de Transval e Brunheiras.
- Estas requalificações têm o objetivo de encurtar de modo significativo o tempo de deslocação rodoviário entre os aglomerados populacionais do concelho.

ATORES-CHAVE

- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Infraestruturas de Portugal (IP)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: estrada nacional 120, estrada nacional 123, estrada nacional 263 e estrada nacional 393
- Área de influência direta: aglomerados populacionais do concelho
- Área de influência indireta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A proposta de revisão do plano diretor municipal apresenta como visão a “adoção de uma política de conectividade física e digital entre centros urbanos”, tendo intenção de promover “uma mobilidade de proximidade entre lugares e a reabilitação das infraestruturas ferroviária e rodoviárias existentes” (CMO, 2024a). Este documento menciona acordos com a infraestruturas de Portugal no sentido de fazer “um investimento estrutural na rede viária de Odemira” (CMO, 2024a).
- O plano de mobilidade urbana sustentável do Alentejo Litoral tem como objetivos gerais, entre outros, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente e promover a coesão territorial e equidade social. Este plano tem como um dos seus eixos estratégicos “melhorar as acessibilidades intra e inter-regionais”. Dentro deste eixo, surge como objetivo estratégico a “conclusão/requalificação da rede rodoviária estruturantes” (objetivo operacional I.1; CIMAL, 2017).

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- A implementação de projetos de melhoria rodoviária enfrenta desafios na coordenação entre os municípios do Alentejo Litoral e as Infraestruturas de Portugal, o que dificulta a captação de financiamento e a execução de intervenções necessárias.
- Potencial necessidade de expropriações de terrenos atravessados pelas vias.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 2º nível

SINERGIAS

- A5.1 Minimização da pressão demográfica
- A5.3 Mobilidade sustentável
- A6.4 Definição de corredores rodoviários para viaturas e máquinas
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 18 135 000 €

A5.5 PROMOÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FERROVIA

Esta ação consiste na promoção do uso da ferrovia no concelho, promovendo uma melhoria significativa da população no acesso ao transporte ferroviário, incluindo ao futuro Corredor Internacional Sul de alta velocidade, atualmente em construção.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

Esta ação pretende dar resposta aos seguintes desafios identificados a nível de mobilidade:

- Distância das estações ferroviárias aos principais aglomerados urbanos, principalmente aos da faixa litoral, a par da reduzida frequência do serviço, não promovem a utilização deste sistema de transporte coletivo e de menor impacte ambiental pela grande maioria da população (CMO, 2015);
- Posicionamento para acesso direto ao Corredor Internacional Sul de alta velocidade, atualmente em construção, que se prevê poder contemplar o transporte de passageiros;
- Capacidade de servir diretamente o conjunto dos aglomerados de Sines, Santiago do Cacém, Vila Nova de Santo André e a faixa litoral de Odemira, com uma população total superior a 30 000 habitantes.

CONCEÇÃO

- Promoção da articulação entre os municípios da CIMAL servidos pela estação de Sines para desenvolvimento conjunto das diligências necessárias junto da Infraestruturas de Portugal para associação da capacidade de transporte de passageiros ao ramal de Sines.
- Realização das adaptações necessárias, pela Infraestruturas de Portugal, ao transporte de passageiros na linha de Sines, atualmente utilizada apenas no transporte de mercadorias.
- Reforço das paragens do serviço intercity na estação de Amoreiras Gare.
- Retoma do serviço regional.
- Alargamento da plataforma de passageiros da estação de Santa Clara / Sabóia.
- Implementação do serviço de transporte a pedido com origem destino entre as estações ferroviárias do concelho e as sedes de freguesia

ATOES-CHAVE

- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL)
- Infraestruturas de Portugal (IP)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de influência direta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- O plano nacional energia e clima 2030⁶⁶ tem como um dos seus objetivos “promover a mobilidade sustentável” (objetivo 5), e dentro deste pretende-se “reforçar o transporte ferroviário de passageiros” (5.2.3); e “aumentar a competitividade do transporte ferroviário” (5.8.3).
- O plano de mobilidade urbana sustentável do Alentejo Litoral tem como um dos seus objetivos operacionais a “melhoria das acessibilidades ferroviárias” com intuito de melhorar as acessibilidades ferroviárias ao polo industrial e logístico de Sines (objetivo operacional I.3; CIMAL, 2017). A concretização da ligação ferroviária a Sines e eventual reativação dos serviços de transporte de passageiros, permitiria responder à oferta em falta nas ligações rodoviárias (CIMAL, 2017).
- A proposta de revisão do plano diretor municipal apresenta como visão a “adoção de uma política de conectividade física e digital entre centros urbanos”, tendo intenção de promover “uma mobilidade de proximidade entre lugares e a reabilitação das infraestruturas ferroviária e rodoviárias existentes” (CMO, 2024a).
- A linha ferroviária de Sines já existe, sendo atualmente utilizada para transporte de mercadorias. A beneficiação desta linha está já prevista no âmbito do corredor internacional Sul, que visa reforçar a conexão ferroviária entre os portos, e zonas industriais e urbanas do sul de Portugal a Espanha. Prevê-se a possibilidade deste corredor vir a ser utilizado no transporte de passageiros (IP, 2023).

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- A reativação da linha de Sines para transporte de passageiros poderá implicar alguma redução da procura nas estações do interior do concelho.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto prazo
- Prioridade de 3º nível

SINERGIAS

- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 500 000 €

⁶⁶ Resolução do conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho

T6 AÇÕES COMPLEMENTARES

O tema 6 inclui 5 ações complementares às ações preconizadas nos temas anteriores. As ações 6.1 a 6.4 contribuem para a promoção de uma economia sustentável (CE2), para assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais (CE3), o fomento de mosaicos de paisagem (CE4), a melhoria da capacidade de acolhimentos da mão de obra (CE5) e o fomento da mobilidade geográfica (CE6). Já a estrutura de missão (A6.5) visa a operacionalização do presente programa de ação, contribuindo para a materialização de todos os conceitos estratégicos e do modelo territorial preconizado.

Este tema está, portanto, relacionado com todos os documentos e instrumentos de gestão territorial referidos nos temas anteriores. Destes, destacam-se o instrumento territorial integrado água e ecossistemas de paisagem – Algarve e Alentejo e o plano diretor municipal de Odemira.

O **instrumento territorial integrado água e ecossistemas de paisagem – Algarve e Alentejo** visa “responder aos desafios, sobre o tema água e ecossistemas de paisagem [...], incidindo ainda nas áreas da demografia, da competitividade, da coesão e da sustentabilidade ambiental” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023). “Este território enfrenta grandes desafios resultantes do nível do envelhecimento da população, dos elevados índices de dependência e da escassez de água e do consequente aumento dos processos de desertificação, intensificado pelas alterações climáticas, que resultam em períodos de seca extrema, intercalados por precipitação elevada. São ainda de destacar os elevados riscos de erosão do solo, que a par das secas, conduzem ao aumento do risco de incêndios. Embora tais constrangimentos/desafios sejam uma realidade atual, estamos perante um território que partilha entre si características únicas, que vão desde a orografia, à paisagem ou à biodiversidade” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

O foco estratégico e temático deste instrumento é “a água e dos ecossistemas de paisagem, tendo também implícito o combate à perda populacional e económica destes territórios” (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023). A estratégia encontra-se assente em 3 domínios de intervenção, 6 áreas temáticas, 6 objetivos estratégicos e 3 objetivos transversais, os quais abordadas nos respetivos temas do presente programa de ação. No âmbito do tema 7, destaca-se o objetivo de “constituição da bio-região Cordão Verde Algarve-Alentejo: o conceito da bio-região é, em si mesmo, um conceito de estruturação territorial em torno dos princípios da produção sustentável/agroecologia, utilização sustentável dos recursos hídricos, envolvimento dos atores locais no desenho e gestão dos processos de desenvolvimento e de construção coletiva de um território vivo que articule valores ambientais, sociais, culturais e económicos. As bio-regiões⁶⁷ são assentes em linhas orientadoras de promoção e gestão sustentável dos recursos locais, de promoção da agroecologia numa abordagem territorial, de conservação dos recursos naturais e do ambiente, de melhoria da qualidade de vida dos seus atores e valorização dos pontos fortes do território; contribuem para a prossecução dos objetivos dos diversos programas de desenvolvimento territorial em Portugal, cumprindo também alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) propostos no relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”.

Ao nível dos projetos estruturantes, salientam-se os seguintes:

- 1. Proteção e gestão dos recursos hídricos,
- 2. Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem,

⁶⁷ Para o reconhecimento formal de uma bio-região esta deve responder a um conjunto de etapas: 1) decisão política de estabelecer uma bio-região, tomada por grupos de atores locais ou pelo poder local competente; 2) diagnóstico participativo de modo a identificar os problemas observados no acordo político; 3) planeamento estratégico – pacto territorial, tendo por base o diagnóstico efetuado, com vista ao desenvolvimento e promoção da bio-região, incluindo a sua monitorização, tendo como resultado desta estratégia o pacto territorial entre diversos atores; 4) política alimentar com vista a assegurar que todos os cidadãos têm acesso a uma alimentação adequada; 5) estrutura de governança assente na participação e negociação de múltiplos atores, devendo existir um órgão de coordenação da bio-região, um responsável pela implementação do plano estratégico, um que seja responsável por fazer a articulação entre todos os atores do território, e um responsável pela avaliação e a monitorização dos indicadores (CCDR Algarve e CCDR Alentejo, 2023).

- 3. Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas,
- 4. Reaproveitamento de água de origens alternativas,
- 5. Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras,
- 6. Bio-região Cordão Verde do Algarve e Alentejo,
- 8. Combate e mitigação às alterações climáticas,
- 9. Gestão e proteção dos espaços florestais,
- 10. Valorização do património natural,
- 11. Reordenamento e gestão da paisagem,
- 14. Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente.

O **plano diretor municipal de Odemira** (PDMO) “é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal” (artigo 95.º do decreto-lei 80/2015). Este encontra-se atualmente em revisão, a qual “acontece na sequência da alteração legislativo-jurídica do ordenamento do território⁶⁸ e da necessidade de reinterpretar as conjunturas territoriais do modelo de organização, sendo isso evidenciado no relatório sobre o estado do ordenamento do território de 2022 e nos relatórios de caracterização, diagnóstico e estratégia que acompanham o PDMO” (CMO, 2024a). A nova versão irá integrar as políticas e objetivos estabelecidos em vários programas e planos territoriais, dos quais se salientam, no âmbito do tema 5, o programa nacional para a coesão territorial, o plano rodoviário nacional, a estratégia nacional para a mobilidade ativa ciclável 2020/2030, a nova geração de políticas de habitação e o plano regional de ordenamento do território do Alentejo.

A visão proposta para o município procura que, num futuro próximo, “Odemira seja um território centrado nas pessoas, sendo uma referência na área da inclusão social, mas também um território preparado para os desafios do conhecimento, com vista a torná-lo mais competitivo e atrativo pela inovação, cultura, património e paisagem num contexto global e hipermóvel. Para isso, urge criar as condições necessárias para:

- Garantir a qualidade de vida dos que residem e visitam o território através da diversidade cultural, religiosa, de género e de idade;
- Atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, assente na inovação, criatividade e competitividade das políticas sociais, educativas, culturais e urbanísticas;
- Adoção de uma política de conectividade física e digital entre centros urbanos;
- Fortalecimento da resiliência ambiental, respeitando os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e valorizando o património natural, cultural e paisagístico do município;
- Contenção da expansão urbana, promovendo uma política de colmatação urbana e da racionalização das infraestruturas existentes;
- Adoção de uma postura colaborativa e de governança territorial com os diversos agentes” (CMO, 2024a).

Torna-se, assim, evidente a necessidade de alinhar os objetivos do presente plano estratégico e operacional com os do município, de forma a que o seu plano diretor municipal, atualmente em revisão, venha a integrar de forma vinculativa a regulamentação, ordenamento e condicionantes propostas, atingindo o objetivo comum de implementar um modelo territorial de desenvolvimento social alicerçado nas vertentes social, ambiental e económica na área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira.

⁶⁸ Designadamente, a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

A6.1 GABINETE DO AGRICULTOR

Esta ação consiste na criação de um gabinete municipal dedicado à atividade agrícola.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

JUSTIFICAÇÃO

- Tem-se revelado necessária a criação de um órgão oficial a que os agentes económicos do setor agrícola se possam dirigir para obtenção de informação relativa às obrigações e procedimentos obrigatórios (ou recomendados) para dinamização da sua atividade no território.
- A ausência de um processo de licenciamento, e consequente verificação de cumprimento das disposições legais através de ações de vigilância e fiscalização (IGAMAOT, 2017), introduz uma maior imprevisibilidade à atuação dos agentes económicos do setor.

CONCEPÇÃO

- Criação de um gabinete do agricultor no âmbito da CMO.
- O gabinete do agricultor deverá funcionar como um ponto de informação ao qual os agentes económicos do setor agrícola se possam dirigir.
- O âmbito dos serviços prestados pelo gabinete do agricultor será definido de modo concertado com as associações que representam o setor, e considerando o modelo de funcionamento de gabinetes idênticos existentes noutros concelhos.
- Deverá incorporar uma equipa multidisciplinar incluindo, por exemplo, um engenheiro agrónomo, um engenheiro florestal, um técnico de SIG e um arquiteto.
- Deverá ser considerado, no âmbito desta ação, que os assuntos do desenvolvimento agrícola, rural e florestal sejam atribuídos a um membro do executivo.

ATORES-CHAVE

- Associação de Beneficiários do Mira (ABM)
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: Agentes económicos do setor agrícola no concelho de Odemira
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência indireta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- Existem vários municípios em Portugal que já integram uma estruturas semelhante à aqui proposta.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Eventual falta de recursos humanos ou de financiamento.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 1º nível

SINERGIAS

- A2.1 Requisitos obrigatórios
- A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios
- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola
- A3.2 Saúde pública
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A3.4 Fundo de responsabilidade
- A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos
- A4.2 Medidas de integração paisagística
- A5.3 Mobilidade sustentável
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 1 080 000 €

A6.2 MARKETING TERRITORIAL

Esta ação consiste no desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial no concelho de Odemira que integre de forma harmoniosa três pilares fundamentais deste território: agricultura, turismo e ambiente.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- Na faixa litoral do concelho coincidem a área do aproveitamento hidroagrícola do Mira, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a principal região turística de Odemira. Esta sobreposição, por vezes conflituante, apresenta, no entanto, um verdadeiro potencial para a criação de sinergias entre três das principais vertentes do concelho – agricultura, turismo e ambiente, que poderá ser reforçado pela assunção destas como identitárias e valorizadoras do território.
- O AHM insere-se numa paisagem única, de carácter marcadamente rural, com um elevado valor cénico e patrimonial (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004). Esta qualidade paisagística, aliada à presença de importantes valores naturais, motivou a criação da área de paisagem protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e posteriormente o PNSACV, abrangendo a área costeira do AHM (ICNF, s/d).
- As características desta região resultaram numa forte procura turística, especialmente na faixa litoral do concelho. A oferta turística concentra-se no alojamento local e no turismo em espaço rural (CMO, s/d).
- A agricultura, por sua vez, desempenha um papel central na economia da região (INE, 2023j). A integração da atividade agrícola com o turismo e a conservação ambiental pode gerar benefícios mútuos, pela promoção de práticas agrícolas sustentáveis, enriquecendo a experiência turística e contribuindo para a preservação da paisagem e da biodiversidade.

CONCEPÇÃO

Esta ação visa promover sinergias entre três setores fundamentais – agricultura, turismo e ambiente, valorizando os recursos endógenos do território e criando um modelo de desenvolvimento sustentável que beneficie a economia local, preserve o património natural e fortaleça a identidade cultural da região.

Esta ação concretiza-se pela promoção ativa e valorização de elementos que materializem a sinergia agricultura, turismo e ambiente, no contexto da estratégia de marketing territorial do concelho de Odemira, enfatizando as características únicas deste território.

O conceito de promoção ativa e valorização deverá ser incorporado nos diferentes planos e iniciativas da responsabilidade do município de Odemira, consoante a adequação e tipologia das mesmas.

ATORES-CHAVE

- Câmara Municipal de Odemira (CMO)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de influência direta: concelho de Odemira

OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A estratégia local de habitação apresenta como um dos seus principais desafios “compatibilizar a valorização dos recursos endógenos com a defesa e preservação do património natural e da paisagem – aliança virtuosa entre produção agrícola sustentável, valorização turística dos recursos naturais e adaptação às alterações climáticas” (CMO, s/d).

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Necessidade de coordenação entre diferentes setores e superação de barreiras burocráticas.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto, médio e longo prazo
- Prioridade de 3º nível

SINERGIAS

- A4.2 Medidas de integração paisagística
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 20 000 €



A6.3 PROMOÇÃO DO MOSAICO AGRÍCOLA

Esta ação consiste na promoção do mosaico agrícola através da diversificação de culturas e variedade agrícolas no AHM.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem
- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimentos da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

- A instabilidade demográfica, fruto da necessidade de mão de obra temporária nos picos de colheita, dificulta a realização de um adequado planeamento territorial (CMO, 2015). Esta dificuldade origina impactes sobre a pressão habitacional, as instituições de ensino, os serviços públicos, o saneamento e gestão de resíduos, e a harmonia social e comunitária, pelo que a redução da amplitude de variação dos fluxos de trabalhadores temporários se assume como fator relevante de minimização desses impactes e de facilitação do planeamento territorial.
- Os atores económicos do setor agrícola estão fortemente dependentes de empresas de trabalho temporário e de contratação informal, uma vez que não conseguem garantir a empregabilidade permanente de todos os seus trabalhadores. Isto resulta numa elevada rotatividade da mão de obra, dificultando a gestão pelos atores económicos e a integração dos mesmos no território.
- Uma atividade agrícola alicerçada sobre diversidade de culturas, por oposição à predominância de um mesmo tipo de cultura, apresenta coletivamente períodos de colheita com maior dispersão temporal, aplanando os picos de necessidade de mão de obra no território e contribuindo para uma necessidade mais permanente da mesma, o que fomenta a vinculação dos trabalhadores e reduz a rotatividade laboral.

CONCEÇÃO

- Incorporar o conceito de promoção do mosaico agrícola nos diversos instrumentos disponíveis, nomeadamente via IGT e via processos de licenciamento, no âmbito de medidas de minimização de impactes.
- Paralelamente, deverá ser promovida e incentivada a investigação e desenvolvimento sobre variedades agrícolas das culturas de maior valor que permitam a dispersão temporal dos períodos de colheita.
- Privilegiar as culturas descobertas, fixando em 20% a área máxima de culturas cobertas (todos os tipos de estruturas cobertas).

ATORES-CHAVE

- Associação de Beneficiários do Mira (ABM)
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: explorações agrícolas no aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência indireta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- O plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina⁶⁹, tal como referido anteriormente, já prevê que as explorações com áreas superiores a 10 ha aloquem 20 % da sua área para “culturas melhoradoras do solo, de prevenção de pragas e doenças, para alimentação das espécies selvagens ou em pousio” (alínea q) do n.º 3, artigo 46.º).
- O plano diretor municipal do Odemira encontra-se em fase de revisão.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Resistência por parte dos agentes económicos do setor agrícola.
- Ausência de contexto legal.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto e médio prazo
- Prioridade de 2º nível

DEPENDÊNCIAS

- A1.2 Redelimitação da área do AHM
- A2.1 Requisitos obrigatórios
- A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios
- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
- A3.4 Fundo de responsabilidade
- A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos
- A4.2 Medidas de integração paisagística
- A6.1 Gabinete do agricultor
- A6.2 Marketing territorial
- A6.3 Promoção do mosaico agrícola
- A6.5 Estrutura de missão

⁶⁹ Resolução do conselho de ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro.

INVESTIMENTO

- 25 000 €

A6.4 DEFINIÇÃO DE CORREDORES RODOVIÁRIOS PARA VIATURAS E MAQUINARIA AGRÍCOLA

Esta ação consiste na definição de corredores rodoviários específicos para viaturas e maquinaria agrícola, com o objetivo de identificar as vias com maior afluência de tráfego agrícola e estudar alternativas para o seu desvio, melhorando a fluidez do tráfego, reduzindo conflitos com outros utilizadores das vias e minimizando impactes ambientais e sociais.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

- O tráfego de viaturas e maquinaria agrícola, especialmente durante os períodos de colheita, gera congestionamentos e conflitos com outros utilizadores das vias, incluindo residentes e turistas. Esta situação é agravada pela falta de planeamento específico para o tráfego agrícola, resultando em impactes negativos na segurança rodoviária e na qualidade de vida.
- A definição de corredores rodoviários específicos para o tráfego agrícola permitirá uma gestão mais eficiente da circulação, reduzindo a pressão sobre as vias principais e promovendo alternativas que minimizem os impactes ambientais e sociais.
- Esta ação está alinhada com a necessidade de promover uma agricultura mais sustentável e integrada no território, contribuindo para a redução de conflitos e para a melhoria da coexistência entre a atividade agrícola e outras utilizações do espaço rural.

CONCEÇÃO

- Realização de estudos de tráfego para mapear as vias mais utilizadas por viaturas e maquinaria agrícola, identificando pontos críticos de congestionamento e conflito. Deverá nesta fase ser promovido o envolvimento dos agricultores e das associações do setor no planeamento e implementação dos corredores, garantindo que as soluções propostas respondem às suas necessidades e realidades.
- Definição dos corredores rodoviários que permitam desviar o tráfego agrícola das vias principais, reduzindo a pressão sobre estas, melhorando a fluidez do tráfego e aumentando a segurança rodoviária, reduzindo a ocorrência de acidentes.

ATORES-CHAVE

- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA)
- Câmara Municipal de Odemira (CMO)
- Organização de Produtores de Pequenos Frutos (Lusomorango)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: corredores rodoviários a definir
- Área de influência direta: aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Área de influência indireta: concelho de Odemira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A revisão do plano diretor municipal de Odemira oferece uma oportunidade para integrar a definição de corredores rodoviários agrícolas no planeamento territorial.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Resistência por parte dos agentes económicos do setor agrícola, especialmente se os corredores específicos implicarem percursos mais longos.
- Ausência de vias alternativas em boas condições para a implementação dos corredores.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Médio prazo
- Prioridade de 2º nível

SINERGIAS

- A5.3 Otimização da rede de vias distribuidoras
- A6.5 Estrutura de missão

INVESTIMENTO

- 140 000 €

A6.5 ESTRUTURA DE MISSÃO

Esta ação consiste na criação de uma equipa dentro da estrutura da Câmara Municipal de Odemira (CMO) responsável pela operacionalização das ações e pela monitorização do presente programa de ação.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS INTEGRADOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento de mosaicos de paisagem
- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimentos da mão de obra
- CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

- Após o desenvolvimento do programa de ação, revela-se fundamental acompanhar e garantir a sua operacionalização, bem como a monitorização do seu grau de execução e avaliação da eficácia.

CONCEÇÃO

Definir uma equipa multidisciplinar da CMO, que ficará encarregue de:

- Operacionalizar as ações do programa;
- Monitorizar o grau de execução do programa;
- Definir um modelo de avaliar da sua eficácia;
- Auxiliar futuros processos de candidaturas a financiamento para implementação das ações.

ATOES-CHAVE

- Câmara Municipal de Odemira (CMO)

DOMÍNIO DE INCIDÊNCIA

- Área de implementação: área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira



OPORTUNIDADES DE CONTEXTO

- A utilização de uma estrutura de missão é consensual, sendo utilizada noutros projetos desenvolvidos pelo concelho, como a estratégia local de habitação. Esta propõe, como uma das ações destinadas à implementação do modelo de governação, a criação da unidade de missão para definir o modelo de monitorização, avaliação e acompanhamento (CMO, s/d).

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO

- Dificuldade na alocação de recursos humanos da Câmara Municipal de Odemira (CMO) que possam integrar a equipa.
- Algumas das ações, por exemplo a ação A3.1, não estão apenas no domínio da CMO.

CALENDARIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO

- Curto, médio e longo prazo
- Prioridade de 1º nível

SINERGIAS

- Esta ação deve preceder todas as outras que compõem o programa de ação.

INVESTIMENTO

- 540 000 €

8/ OPERACIONALIZAÇÃO

PLANEAMENTO

O programa de ação inclui 20 ações, pertencentes a 6 temáticas, e que materializam os 6 conceitos estratégicos e o modelo territorial preconizado. Estas ações não funcionam, contudo, de forma independente umas das outras. Além das sinergias naturais, existem dependências entre ações, as quais importa considerar na fase de operacionalização e planeamento.

No capítulo 7/, em cada uma das ações são apresentadas as sinergias existentes, bem como dependências temporais ao nível de precedência, paralelismo ou procedência, face às restantes ações do programa. Na tabela 9 é apresentada uma matriz com o resumo das sinergias e dependências entre diferentes ações. É ainda apresentado o prazo de execução inicial previsto para ação de forma esquemática no cronograma (figura 28).

Tabela 9 – Dependências e sinergias entre ações

Legenda: ○ dependência | • sinergia

DEPENDÊNCIAS E SINERGIAS																				
AÇÕES	A1.1	A1.2	A2.1	A2.2	A3.1	A3.2	A3.3	A3.4	A4.1	A4.2	A5.1	A5.2	A5.3	A5.4	A5.5	A6.1	A6.2	A6.3	A6.4	A6.5
T1 GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA																				
A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM								•	•											•
A1.2 Redelimitação da área do AHM																		•		•
T2 INTRODUÇÃO DE REQUISITOS E CONDICIONALIDADES																				
A2.1 Requisitos obrigatórios						•	•	•	•	•	•					•		•		•
A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios					•		•	•		•	•					•		•		•
T3 COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA																				
A3.1 Licenciamento da atividade agrícola					•	•		•	•	•	•					•		•		•
A3.2 Saúde pública					•		•	•	•							•				•
A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM					•	•	•	•	•	•	•					•		•		•
A3.4 Fundo de responsabilidade								•	•			•				•		•		•
T4 MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE AMBIENTAL																				
A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos					•	•	•	•			•					•		•		•
A4.2 Medidas de integração paisagística					•	•	•	•		•						•	•	•		•
T5 REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS																				
A5.1 Minimização da pressão demográfica									•				○	○						•
A5.2 Reforço da capacidade dos serviços públicos																				•
A5.3 Mobilidade sustentável												•			•	•			•	•
A5.4 Otimização de infraestruturas rodoviárias												•		•					•	•

DEPENDÊNCIAS E SINERGIAS																				
AÇÕES	A1.1	A1.2	A2.1	A2.2	A3.1	A3.2	A3.3	A3.4	A4.1	A4.2	A5.1	A5.2	A5.3	A5.4	A5.5	A6.1	A6.2	A6.3	A6.4	A6.5
A5.5 Promoção do transporte de passageiros por ferrovia																				•
T6 AÇÕES COMPLEMENTARES																				
A6.1 Gabinete do agricultor				•	•	•	•	•	•	•	•			•				•		•
A6.2 Marketing territorial											•							•		•
A6.3 Promoção do mosaico agrícola				•	•	•	•		•	•	•						•	•	•	•
A6.4 Definição de corredores rodoviários agrícolas														•						•
A6.5 Estrutura de missão				•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	

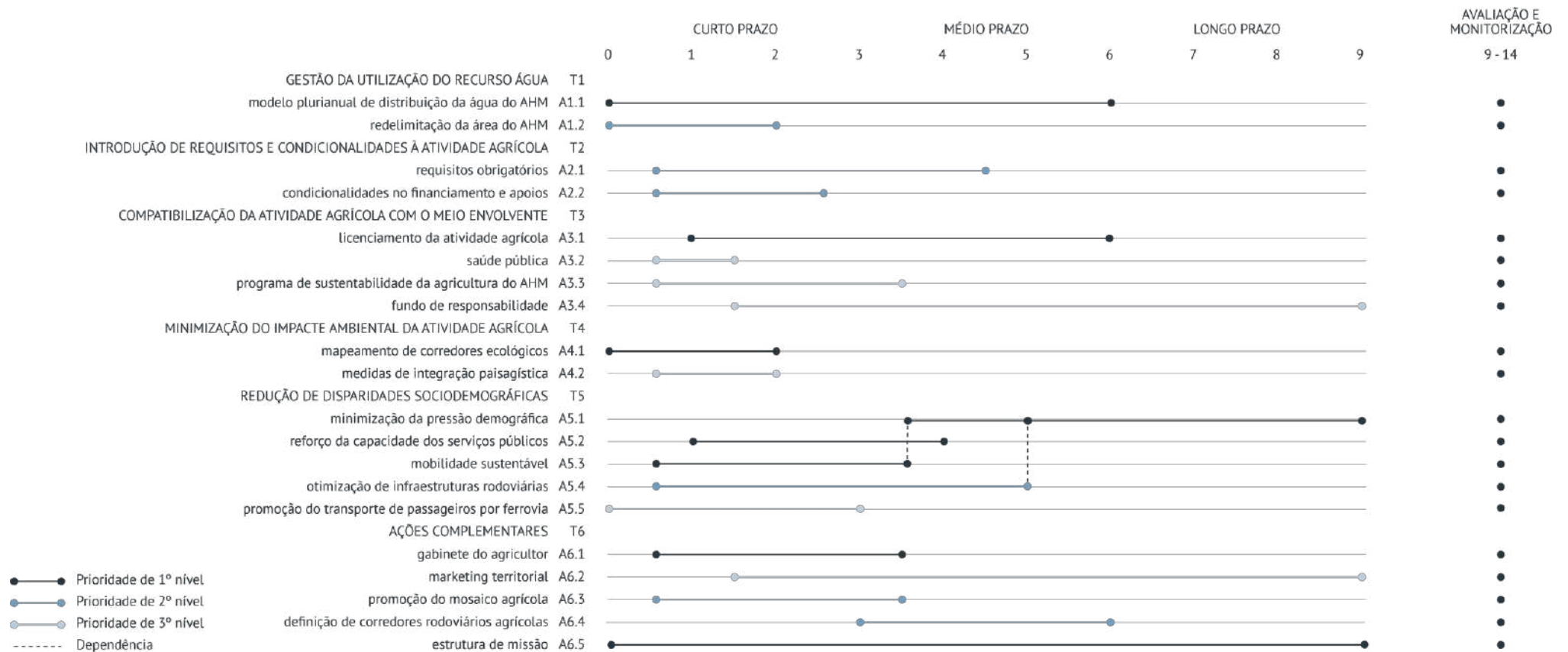


Figura 28 – Cronograma de implementação das ações a curto (0 a 3 anos), médio (3 a 6 anos) e longo prazo (6 a 9 anos), respetiva priorização de implementação e dependências

A nível do planeamento, a estrutura de missão deverá ser a primeira ação a iniciar-se, uma vez que pretende pôr em prática o presente programa de ação. Contudo, estende-se também ao médio e longo prazos, uma vez que fará o acompanhamento de todas as ações a implementar, assim como da sua monitorização e avaliação.

Prevê-se que a maioria das ações se iniciem no curto prazo. Destas, salientam-se o modelo plurianual de distribuição da água (A1.1), o projeto piloto de licenciamento da atividade agrícola (A3.1), o mapeamento de corredores ecológicos (A4.1), a mobilidade sustentável (A5.2) e o gabinete do agricultor (A6.1), pela urgência de implementação (prioridade de 1º nível).

Igualmente no curto prazo, de referir as ações redelimitação da área do AHM (A1.2) e promoção do transporte de passageiros por ferrovia (A5.5), passíveis de iniciar no imediato, por se verificar que a sua base de implementação se encontra já em fase de desenvolvimento.

A médio e longo prazo, destaque para a ação minimização da pressão demográfica (A5.1), que, apesar de igualmente de 1º nível de prioridade, verifica uma dependência de implementação das ações mobilidade sustentável (A5.3) e otimização de infraestruturas rodoviárias (A5.4).

Acrescem no médio e/ou longo prazo ações iniciadas anteriormente, mas cuja implementação na sua plenitude se prevê morosa, caso do fundo de responsabilidade (A3.4), faseada, caso das ações modelo plurianual de distribuição da água e requisitos obrigatórios (A2.1), ou contínua, como sejam o marketing territorial (A6.2).

AValiação e Monitorização

Importa avaliar a execução do programa de ação, bem como a sua eficácia. A avaliação deverá basear-se nos resultados comparativos da monitorização contínua, desde o início da implementação do programa de ação até 5 anos após o término da sua execução, passando pelo curto, médio e longo prazos. Tal permitirá acompanhar a execução das ações nos vários prazos e também possibilitará que decorra o tempo suficiente para que os indicadores do desempenho de sustentabilidade reflitam os efeitos da aplicação do programa de ação.

Recomenda-se que a monitorização seja efetuada anualmente. Deverão ser contemplados os seguintes conteúdos:

EXECUÇÃO:

- N.º e identificação das ações com implementação finalizada;
- N.º e identificação das ações com implementação a decorrer;

EFICÁCIA:

- Desempenho de sustentabilidade.

O cálculo do desempenho de sustentabilidade deverá ser efetuado seguindo a metodologia utilizada no âmbito do diagnóstico territorial, de forma que os resultados possam ser comparados entre si e ao longo do tempo de monitorização. O desempenho é medido por uma bateria de indicadores, derivada de referências desenvolvidas sob a égide da ONU e da Comissão Europeia, composta por 144 indicadores referentes aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Estes são apresentados de forma detalhada na fase 2 – diagnóstico prospetivo do potencial de desenvolvimento.

Os valores devem ser levantados a partir de fontes oficiais (Instituto Nacional de Estatística, Direção-Geral do Território, Câmara Municipal de Odemira, Associação de Beneficiários do Mira, etc.), com o maior grau de desagregação e data mais atualizados possível.

INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Relativamente à estrutura preliminar de investimento e de financiamento, são apresentadas em seguida as estimativas orçamentais e as fontes de financiamento potenciais aplicáveis às ações propostas, disponíveis à data de elaboração do plano. As ações seguem o princípio de racionalização e exequibilidade e deverão ser passíveis de implementação a curto, médio e longo prazo, de acordo com os ciclos de financiamento. Isto permitirá a realização de uma planificação global e de uma estimativa orçamental da execução do plano, com identificação de fases-chave de investimento público e/ou privado.

Uma vez que as ações apresentadas neste plano se encontram em fase de estudo prévio, as estimativas de investimento e financiamento apresentadas deverão ser lidas como projeções. Assim, será necessário desenvolver os projetos de execução das ações propostas para que se possa avançar para a sua correta orçamentação e consequente ponderação de execução.

INVESTIMENTO

O programa de ação que integra o presente plano é composto por um total de 20 ações, agrupadas em 6 temas distintos. Projetam-se, para a totalidade das ações, um conjunto de estimativas parcelares de investimento que, cumulativamente, concretizem um valor global de 87 495 000 € para o período temporal de 9 anos. Estas estimativas foram feitas com base na assunção do valor global de custo para a concretização da ação, ou pela agregação dos valores parciais estimados para os trabalhos previstos. A estimativa de investimento para cada uma das ações é apresentada de seguida.

- A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM – esta ação consiste na definição e adoção de um modelo de gestão e distribuição da água de curto, médio e longo prazo. Os custos associados a esta ação advêm sobretudo da necessidade periódica de realização de estudos de fundamentação que permitam adequar o modelo de gestão proposto à disponibilidade de água. Estima-se para a realização destes estudos, assumindo a realização a cada 3 anos numa extensão total de 9 anos, um custo de 90.000 €. Note-se, no entanto, que poderá haver a necessidade de prolongar a realização destes estudos após o prazo indicado para a aplicação do atual plano. Não se preveem custos para os restantes trabalhos previstos no âmbito desta ação, uma vez que a sua concretização recai sobre o governo central (p.e. modernização do AHM).
- A1.2 Redelimitação da área do AHM – esta ação consiste na redelimitação da área do perímetro de rega pela desafetação da atividade agrícola em áreas de maior interesse e sensibilidade ambiental, áreas correspondentes a aglomerados urbanos e rurais existentes e, adicionalmente, em áreas abrangidas por classes restritivas da agricultura regada no POC e na REN; charcos mediterrânicos temporários e respetivas faixas de proteção; e áreas ocupadas pela rede viária principal e respetivas faixas de proteção. Tratando-se esta de uma ação imaterial, não se preveem custos para a sua execução.
- A2.1 Requisitos obrigatórios – esta ação consiste na introdução de requisitos obrigatórios para acesso à água gerida pela ABM. Os custos associados a esta ação surgem essencialmente na fase da sua conceção, sendo previsível a necessidade de estabelecer uma equipa, que deverá incluir técnicos dos diferentes atores-chave identificados, para definição dos componentes de verificação finais. Prevê-se para isso um custo total de 15 000 €. Assumindo que a simplificação do processo de verificação dos componentes não exige contratação de pessoal pelas entidades responsáveis, não se estimam custos para os restantes trabalhos necessários à materialização desta ação.
- A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios – esta ação consiste na introdução de condicionalidades no financiamento e apoios à atividade agrícola. Para a materialização desta ação está prevista a criação de um grupo de trabalho, que deverá incluir as entidades relevantes, para a definição das condicionalidades que devem ser alvo de revisão ou complemento. Estima-se para isso um custo de 15 000 €.

- A3.1 Licenciamento da atividade agrícola – esta ação consiste na definição e implementação de um projeto-piloto de licenciamento da atividade agrícola. Esta concretiza-se pela definição de uma entidade coordenadora, idealmente associada à agricultura, e pela decisão via conferência procedimental deliberativa. Tratando-se esta de uma ação imaterial, não se preveem custos para a sua execução.
- A3.2 Saúde pública – esta ação consiste na integração da prevenção de riscos sobre a saúde pública nas práticas agrícolas desenvolvidas no AHM. Para a concretização desta ação está prevista a atuação em três eixos fundamentais. O primeiro corresponde à saúde humana e ambiental pela prevenção de doenças associadas à transmissão de vetores, concretizado através do reforço da monitorização da presença de vetores no território e pela prevenção da sua multiplicação por integração da obrigatoriedade de manter as charcas cobertas durante as alturas do ano propícias à sua reprodução. Prevê-se para a monitorização da presença de vetores, assumindo campanhas anuais ao longo de 9 anos, um custo de 135 000 €. Não se preveem custos no que se refere à integração da obrigatoriedade de manter as charcas cobertas em determinados períodos do ano. O segundo eixo fundamental corresponde à proteção do solo e dos recursos hídricos, estando prevista a monitorização da utilização dos pesticidas/herbicidas. Assumindo que serão realizadas campanhas anuais ao longo de 9 anos, prevê-se um custo de 90 000 €. O terceiro eixo fundamental prende-se com a saúde e segurança dos trabalhadores, através do reforço do nível de cuidado prestado pelas empresas de medicina do trabalho, não se prevendo custos para a sua implementação.
- A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura no AHM – esta ação consiste na instituição de um programa de sustentabilidade da agricultura do AHM. A concretização desta ação pressupõe a definição da entidade coordenadora, órgãos executivos e de decisão; definição do âmbito do programa, pré-requisitos, critérios e categorias; e estabelecimento do design e modelo de divulgação. Para isso será necessária a alocação de uma equipa, que deverá incluir técnicos dos diferentes atores-chave identificados, prevendo-se um custo total de 75 000 €. De salientar que o orçamento apresentado é para a criação do programa, e não para a sua aplicação.
- A3.4 Fundo de responsabilidade – esta ação consiste na criação de um fundo de responsabilidade e equilíbrio social e ambiental integrando o setor económico agrícola. A execução desta ação passa pelo mapeamento das iniciativas existentes, constituição de uma entidade jurídica independente, nomeação de uma comissão de gestão, definição do modelo de financiamento, definição de planos anuais ou plurianuais de atividades/ações e criação de um regulamento para a atribuição de verbas. Estima-se para isso um orçamento de 45 000 €. Salienta-se que o custo apresentado é para a criação do fundo de responsabilidade e não para a sua aplicação.
- A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos – esta ação consiste no mapeamento de corredores ecológicos e na identificação de áreas concretas a integrá-los. Os custos associados à execução desta ação surgem da necessidade de realizar o mapeamento dos corredores de referência, tendo por base elementos cartográficos já existentes. Este mapeamento deverá ser realizado pelo ICNF, através da criação de um grupo de trabalho para o efeito, mediante solicitação pela CMO. Prevê-se para isso um custo de 15 000 €. Não se preveem custos no que respeita à integração desta cartografia nos instrumentos regulamentares.
- A4.2 Medidas de integração paisagística – esta ação consiste na promoção de medidas de integração paisagística por via da sua integração no âmbito do licenciamento da atividade agrícola e regulamentos vigentes. Tratando-se esta de uma ação que se baseia na integração de medidas nos regulamentos existentes, não se preveem custos para a sua materialização. É, no entanto, necessário definir quais as medidas a integrar. Eventuais custos decorrerão da sua implementação pelos promotores agrícolas.
- A5.1 Minimização da pressão demográfica – esta ação consiste na minimização da pressão demográfica, contribuindo para um aumento da qualidade de vida diferenciada que motive a vinculação dos trabalhadores agrícolas, bem como das suas famílias, no território a longo prazo. A materialização desta ação passa pela expansão dos perímetros urbanos, pelo reforço da bolsa de solo urbano municipal, pela aquisição, aquisição e reabilitação, reabilitação e contrução urban, e pela manutenção e eventual reforço

dos programas de apoio ao arrendamento existentes no concelho. Para a expansão dos perímetros urbanos, tratando-se esta de uma ação imaterial, não se preveem custos para a sua execução. No que diz respeito ao reforço da bolsa de solo urbano municipal prevê-se um custo de 34 200 000 €. Relativamente à aquisição, aquisição e reabilitação, reabilitação e construção urbana prevê-se um custo de 25 500 000 €. Para os programas de apoio à habitação existentes no concelho, considerados suficientes tendo em conta a atual procura, prevê-se um custo de 25 000 € por ano, totalizando 225 000 €. Contudo, será necessário realizar uma avaliação periódica que permite adequar a oferta à procura, que se prevê crescente. Note-se que esta ação está dependente das ações A5.3 e A5.4.

- A5.2 Reforço da capacidade dos serviços públicos – esta ação consiste no reforço da capacidade dos serviços públicos que assegure uma adequada resposta aos cidadãos atualmente presentes neste território. A materialização desta ação passa pela contratação de 18 técnicos para os serviços municipais, prevendo-se um custo de 350 000 € por ano. Este valor pode vir a aumentar caso se verifique a necessidade de incrementar os recursos humanos nos serviços de interesse público face à procura que se prevê crescente.
- A5.3 Mobilidade sustentável – esta ação consiste na conceção de uma rede de transportes coletivos rodoviários que assegure uma adequada mobilidade intraconcelhia. A materialização desta ação passa pela criação de uma empresa municipal que garanta o transporte rodoviário, aquisição de viaturas elétricas e infraestruturas de suporte e definição de um sistema que permita responder às necessidades atuais de transporte no município. Prevê-se para a concretização desta ação um custo de implementação de 3 500 000 €. Salienta-se que está preconizada, no modelo de financiamento desta ação, a integração do valor afeto ao transporte escolar. Preconizado ainda está o estabelecimento de acordos com as empresas do setor agrícola para introdução generalizada do título (passe) desta rede como componente de remuneração dos seus trabalhadores, como parte integrante do modelo de financiamento.
- A5.4 Otimização de infraestruturas rodoviárias – esta ação consiste na otimização da rede de vias distribuidoras de comunicação com os centros estruturantes. A concretização desta ação prevê a requalificação com alargamento da plataforma na estrada nacional 120, entre Odemira e Baiona, e na estrada nacional 123, entre Telheiros e Luzianes. Prevê-se para isto um custo de 350 000 € por quilómetro, totalizando 12 600 000 €. Ainda no âmbito desta ação está prevista a requalificação com possibilidade de alargamento da plataforma na estrada nacional 263, entre Odemira e Santa Luzia, e na estrada nacional 393, entre Portas de Transval e Brunheiras. Prevê-se para a requalificação destas vias um custo de 135 000 € por quilómetro, totalizando 5 535 000 €. O valor afeto a esta ação poderá aumentar no caso de se concretizar o alargamento da plataforma na estrada nacional 263 e na estrada nacional 393.
- A5.5 Promoção de transporte de passageiros por ferrovia – esta ação consiste na promoção do uso da ferrovia na faixa litoral. A concretização desta ação prevê a promoção da articulação entre os municípios da CIMAL servidos pela estação de Sines para desenvolvimento conjunto das diligências necessárias junto da Infraestruturas de Portugal para associação da capacidade de transporte de passageiros ao ramal de Sines e, posteriormente, a realização das adaptações necessárias, pela Infraestruturas de Portugal, ao transporte de passageiros na linha de Sines, atualmente utilizada apenas no transporte de mercadorias. Prevê-se que a adaptação do ramal de Sines ao transporte de passageiros tenha um custo de 500 000 €.
- A6.1 Gabinete do agricultor – esta ação consiste na criação de um gabinete municipal dedicado à atividade agrícola no âmbito da CMO. A execução desta ação implica a alocação de um espaço físico onde ficará sediado o gabinete, e uma equipa multidisciplinar da CMO. Assumindo a pré-existência de um espaço, e uma equipa de 3 pessoas a tempo inteiro, prevê-se para a materialização desta ação um custo de 120 000 € por ano. No caso da necessidade de aquisição de um espaço físico, prevê-se um acréscimo de 80 000 €.
- A6.2 Marketing territorial – esta ação consiste no desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial no concelho de Odemira que integre de forma harmoniosa três pilares fundamentais deste território: agricultura, turismo e ambiente. Esta ação

concretiza-se pela promoção ativa e valorização de elementos que materializem a sinergia agricultura, turismo e ambiente, no contexto da estratégia de marketing territorial do concelho de Odemira. Prevê-se para concretização desta ação um custo de 20 000 €.

- A6.3 Promoção do mosaico agrícola – esta ação consiste na promoção do mosaico agrícola através da diversificação de culturas e variedade agrícolas no AHM. No que se refere à incorporação deste conceito nos diversos instrumentos territoriais disponíveis, não se preveem custos para a sua aplicação. Relativamente ao incentivo à investigação e desenvolvimento sobre variedades agrícolas das culturas de maior valor que permitam a dispersão temporal dos períodos de colheita, prevê-se um custo total de 25 000 €.
- A6.4 Definição de corredores rodoviários para viaturas e maquinaria agrícola – esta ação definição de corredores rodoviários específicos para viaturas e maquinaria agrícola, com o objetivo de identificar as vias com maior afluência de tráfego agrícola e estudar alternativas para o seu desvio. A materialização desta ação prevê a realização de estudos de tráfego para mapear as vias mais utilizadas por viaturas e maquinaria agrícola, identificando pontos críticos de congestionamento e conflito, prevê-se para isto um custo de 140 000 €. Não se preveem custos no que respeita à definição dos corredores rodoviários alternativos que permitam desviar o tráfego agrícola das vias principais. O custo desta ação poderá variar caso os corredores rodoviários identificados necessitem de obras de melhoria.
- A6.5 Estrutura de missão – esta ação consiste na criação de uma equipa dentro da estrutura da Câmara Municipal de Odemira (CMO) responsável pela operacionalização das ações e pela monitorização do presente programa de ação. A materialização desta ação prevê a definição de uma equipa da CMO que se encarregue de operacionalizar, monitorizar e avaliar o presente plano. Assumindo-se a necessidade de 4 técnicos, 1 a tempo inteiro e 3 a tempo parcial, prevê-se para esta ação um custo de 60 000 € por ano.

A informação relativa ao plano de investimento das ações propostas encontra-se sintetizada na tabela 10.

Tabela 10 – Síntese do investimento

AÇÕES	INVESTIMENTO
1 GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA	
A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM	90 000 €
A1.2 Redelimitação da área do AHM	- €
T2 INTRODUÇÃO DE REQUISITOS E CONDICIONALIDADES À ATIVIDADE AGRÍCOLA	
A2.1 Requisitos obrigatórios	15 000 €
A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios	15 000 €
T3 COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE	
A3.1 Licenciamento da atividade agrícola	- €
A3.2 Saúde pública	225 000 €
A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM	75 000 €
A3.4 Fundo de responsabilidade	45 000 €
T4 MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE AMBIENTAL DA ATIVIDADE AGRÍCOLA	
A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos	15 000 €
A4.2 Medidas de integração paisagística	- €

AÇÕES	INVESTIMENTO
T5 REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMEGRÁFICAS	
A5.1 Minimização da pressão demográfica	59 925 000 €
A5.2 Reforço da capacidade dos serviços públicos	3 150 000 €
A5.3 Mobilidade sustentável	3 500 000 €
A5.4 Otimização de infraestruturas rodoviárias	18 135 000 €
A5.5 Promoção do transporte de passageiros por ferrovia	500 000 €
T6 AÇÕES COMPLEMENTARES	
A6.1 Gabinete do agricultor	1 080 000 €
A6.2 Marketing territorial	20 000 €
A6.3 Promoção do mosaico agrícola	25 000 €
A6.4 Definição de corredores rodoviários para viaturas e maquinaria agrícola	140 000 €
A6.5 Estrutura de missão	540 000 €

FINANCIAMENTO

A definição das possíveis fontes de financiamento teve como base princípios de conhecimento, à data, de potenciais origens de fundos públicos e privados aplicáveis à tipologia das ações apresentadas no capítulo 7/. As fontes identificadas são apresentadas de seguida e resumidas na tabela 11.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

Tabela 11 – Eixos de financiamento e apoios existentes

AÇÕES	EIXOS DE FINANCIAMENTO												APOIOS			
	JS08.1	RS02.5	RS02.7	RS02.8	RS03.2	RS04.6	RS05.1	RS05.2	Sustentável 2030		Fundo Ambiental		FEAGA	FEADER		
									RS02.8	RS03.2	C.15	C.21		C1.1.1.2	C1.2.2	D2.1
T1 GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA																
A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM																
A1.2 Redelimitação da área do AHM																
T2 INTRODUÇÃO DE REQUISITOS E CONDICIONALIDADES À ATIVIDADE AGRÍCOLA																
A2.1 Requisitos obrigatórios																
A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios																
T3 COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE																
A3.1 Licenciamento da atividade agrícola																
A3.2 Saúde pública																
A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM																
A3.4 Fundo de responsabilidade																
T4 MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE AMBIENTAL DA ATIVIDADE AGRÍCOLA																
A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos																
A4.2 Medidas de integração paisagística																
T5 REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMEGRÁFICAS																
A5.1 Minimização da pressão demográfica																

AÇÕES	EIXOS DE FINANCIAMENTO								APOIOS						
	JS08.1	RS02.5	RS02.7	Alentejo 2030 RS02.8	RS03.2	RS04.6	RS05.1	RS05.2	Sustentável 2030		Fundo Ambiental		FEAGA A3.6	FEADER	
									RS02.8	RS03.2	C.15	C.21		C1.1.1.2	C1.2.2
A5.2 Reforço da capacidade dos serviços públicos															
A5.3 Mobilidade sustentável	•			•			•		•		•	•			
A5.4 Otimização de infraestruturas rodoviárias															
A5.5 Promoção do transporte de passageiros por ferrovia					•					•					
T6 AÇÕES COMPLEMENTARES															
A6.1 Gabinete do agricultor															
A6.2 Marketing territorial						•		•							
A6.3 Promoção do mosaico agrícola													•		•
A6.4 Definição de corredores rodoviários para viaturas															
A6.5 Estrutura de missão															

Os fundos europeus, aprovados por legislação da EU, são instrumentos de financiamento que suportam ações a nível europeu, nacional, regional e local. Dos fundos europeus disponíveis destacam-se o fundo europeu de desenvolvimento rural (FEDER), o fundo social europeu mais (FSE +), o fundo de coesão, o fundo para uma transição justa (FTJ), o fundo europeu dos assuntos marítimos, das pescas e da aquicultura (FEAMPA). Em Portugal as verbas disponibilizadas por estes fundos estão agregadas no programa de ação Portugal 2030, que materializa a parceria acordada entre Portugal e a comissão europeia para o período 2021-2027, definindo quais os objetivos estratégicos para aplicação das verbas europeias disponíveis.

O Portugal 2030 é concretizado através de 12 programas: 4 programas temáticos, 7 programas regionais e 1 programa de assistência técnica. No âmbito do programa de ação, destacam-se o programa temático Sustentável 2030, o programa temático Pessoas 2030 e o programa regional Alentejo 2030. O primeiro foca-se na transição energética desenvolvendo ações que promovem a sustentabilidade dos recursos e a mobilidade urbana e o investimento no domínio dos transportes (nomeadamente da ferrovia). O programa regional Alentejo 2030 tem como objetivo promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas da região.

No que respeita à mobilidade, destacam-se alguns dos objetivos específicos financiados, é o caso do RSO2.8 e o RSO3.2, comuns ao Sustentável 2030 e ao Alentejo 2030. Ambos financiados pelo FEDER, o primeiro pretende promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono; e o segundo desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça.

Ao nível da salvaguarda do património natural, destaca-se o RSO2.7 do Alentejo 2030, que tem como intuito reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição. Neste objetivo específico consideram-se como ações prioritárias: recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos; prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras; criação de infraestruturas verdes e fomento da conectividade ecológica e de infraestruturas verdes urbanas contribuindo para o fomento da biodiversidade em meio urbano e valorizando a diversidade de espaços de reencontro com a natureza; e reforço da rede de parques, infraestruturas verdes e unidades de paisagem, valorizando a diversidade de espaços de reencontro com a natureza e abrindo novos habitats e nichos ecológicos.

De forma transversal, destaca-se o RSO5.2, financiado pelo FEDER no âmbito do Alentejo 2030, que visa promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas. Dos instrumentos territoriais que vão ser mobilizados por este objetivo específico salientam-se a ITI água e ecossistemas de paisagem e o programa de valorização económica de recursos endógenos (PROVERE).

Atendendo a que não foi possível identificar fontes de financiamento para todas as ações apresentadas, sugere-se que o financiamento das restantes possa ser pensado a nível de orçamento municipal.

Além dos eixos de financiamento supramencionados, estão ainda disponíveis, no âmbito do plano estratégico da política agrícola comum (PEPAC), apoios aos agentes económicos do setor agrícola que poderão ser aplicáveis no caso de adesão às ações propostas. O PEPAC apresenta como principais instrumentos de financiamento o fundo europeu agrícola de garantia (FEAGA) e o fundo europeu agrícola de desenvolvimento rural (FEADER).

Ao nível do FEAGA, destaca-se o eixo A.3.6 – práticas promotoras da biodiversidade que tem como objetivo a “promoção de áreas ou elementos com interesse ecológico e ambiental que proporcionem e potenciem os serviços de ecossistema e a melhoria da biodiversidade” (GPP, 2022).

Relativamente ao FEADER, destaca-se o eixo C.1.1.1.2 – uso eficiente da água que pretende “obter benefícios ambientais diretos a nível da melhor gestão do recurso água, permitindo uma poupança efetiva no consumo de água de rega, através do aumento da eficiência de rega e, contribuir para a melhoria da qualidade da água através de uma gestão mais racional dos fertilizantes” (GPP, 2022). Ainda de referir o eixo C.1.2.2 – pagamento rede Natura 2000 que se destina a “apoiar os agricultores com parcelas de superfície agrícola, situadas em áreas designadas ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats, visando compensá-los de desvantagens e restrições impostas pelos planos de gestão ou outros instrumentos equivalentes e que se traduzem em condicionamentos efetivos à alteração de uso do solo” (GPP, 2022). Importa ainda referir o eixo D.2.1 – planos zonais agroambientais que funcionam como um “instrumento de compatibilização entre a atividade agrícola e conservação da natureza, nomeadamente nas zonas inseridas em Rede Natura, contribuindo para a manutenção da atividade agrícola em territórios frágeis quer do ponto de vista da conservação de valores naturais específicos, quer do ponto de vista e económico” (GPP, 2022).

Todas as fontes de financiamento identificadas abrem prazos para candidaturas com uma cadência anual ou inferior, sendo que em alguns casos os prazos de candidatura são contínuos. Todavia, note-se que os quadros de financiamento apresentam informação até 2027, não existindo atualmente informação para o período posterior. Prevê-se que os fundos subsequentes apresentem características e cadências de abertura para candidaturas semelhantes aos atuais, permitindo o financiamento do programa de ação no curto, médio e longo prazo.

A apresentação das potenciais fontes de financiamento permite enquadrar os decisores e os condutores do programa em possíveis modelos de abordagem financeira. Contudo, as fontes de financiamento apresentadas deverão ser validadas com um maior nível de detalhe numa fase posterior.

Salienta-se a importância da implementação e reforço das ferramentas de inteligência territorial e das parcerias intersectoriais para o desenvolvimento sustentável, e particularmente para atingir os objetivos do modelo territorial preconizado neste plano.

FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

Devido aos crescentes desafios que os territórios enfrentam para fazer face às constantes dinâmicas globais, as ferramentas de inteligência territorial assumem-se como fundamentais para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável, justificando a recente definição de uma estratégia nacional para os territórios inteligentes (AMA, 2023), enquadrada na visão de desenvolvimento territorial inteligente para Portugal definida para 2030. De entre os objetivos estipulados, destaca-se a potenciação de territórios sustentáveis que promovam a ação climática com foco na qualidade de vida (objetivo 1), o aumento da colaboração multinível e interoperabilidade (objetivo 2) e a facilitação do acesso à informação (objetivo 3).

Neste contexto, salienta-se a importância da implementação de uma plataforma de dados a nível municipal robusta, potenciadora duma multiplicidade de aplicações num território inteligente. A centralização e sistematização dos dados permite mapear, armazenar e integrar a informação, constituindo-se como uma ferramenta de apoio à decisão em áreas críticas como o planeamento, aumentando a compreensão das necessidades e exigências, e a monitorização, fundamentais para alavancar o desenvolvimento dos territórios. Paralelamente, conjugada com a criação de um portal de dados, fomenta e contribui para a transparência da governança e o aumento do capital social dos territórios.

Assim, surge do trabalho realizado no âmbito do presente plano, a necessidade de investimento na centralização, melhoria da disponibilidade e acessibilidade de dados, bem como na qualidade e processabilidade dos mesmos. Uma sistematização na recolha de dados críticos para a monitorização do desenvolvimento do território será fundamental para compreender e aferir a eficácia das ações preconizadas e sua eventual revisão assertiva.

PARCERIAS INTERSECTORIAIS

A concretização de um modelo territorial implica congregar e uniformizar uma visão estratégica, assente na promoção da coesão territorial, operacionalizável pelo estabelecimento de parcerias entre o poder local e as demais entidades do ecossistema do território.

A importância do estabelecimento de compromissos entre os diferentes atores, sejam governamentais, sociedade civil, setor privado ou outros, encontra-se por demais salientada como fundamental para a concretização das metas definidas no âmbito dos objetivos de desenvolvimento sustentável, bem como na estratégia nacional para os territórios inteligentes (AMA, 2023).

Alavancar o desenvolvimento sustentável, pressupõe parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem o conhecimento, a perícia, a tecnologia e os recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos (meta 17.16 dos ODS). No contexto do presente plano, identificam-se diversas ações cuja implementação pressupõe a assunção de compromissos de implementação entre entidades públicas e público-privadas, e cuja concertação foi iniciada, para a definição das bases destas ações. Contudo, salienta-se a importância do prosseguimento do trabalho de concertação iniciado, de modo que possa culminar nos necessários compromissos escritos sobre a implementação das mesmas. Destaque para o caso do licenciamento da atividade agrícola (A3.1), do fundo de responsabilidade (A3.4), do mapeamento de corredores ecológicos (A4.1) e da mobilidade sustentável (A5.3).

10/ BIBLIOGRAFIA

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

ABM – Associação de Beneficiários do Mira (2023a). Dados cedidos por consulta à ABM em 06-06-2023.

ABM – Associação de Beneficiários do Mira (2023b). Relatórios & contas 2022. <https://abm.pt>.

AMA – Agência para a Modernização Administrativa (2023). Estratégia nacional de territórios inteligentes 2023 – 2030.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021a). Emissões de poluentes atmosféricos por concelho. <https://www.apambiente.pt>.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021b). E-mail ref. S046166-202307-ARHALT.DPI. Dados cedidos por consulta à APA em 20-07-2023.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021c). Mapa integrado de registo de resíduos (MIRR). Dados cedidos por consulta à APA em 14-08-2023.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021d). Planos de gestão de região hidrográfica. <https://apambiente.pt>.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2022a). QUALAR – informação sobre qualidade do ar. <https://apambiente.pt>.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2022b). Plano de gestão de região hidrográfica – 3.º ciclo, 2022-2027 – Sado e Mira (RH6) – parte 2, caracterização e diagnóstico, volume B. <https://apambiente.pt>.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2023). Relatório do estado do ambiente – REA 2022/2023. <https://apambiente.pt>.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2024). Monitorização agrometeorológica e hidrológica - ano hidrológico 2023/2024. *Relatório do grupo de trabalho de assessoria técnica à comissão permanente de prevenção, monitorização e acompanhamento dos efeitos da seca.*

BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). <https://ods.pt>.

Cancela d'Abreu, A., Pinto Correia T., & Oliveira, R. (2004). Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental – volume V. DGOTDU, Lisboa.

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2018). Relatório do grupo de trabalho do Mira, criado pelo despacho n.º 7675/2018, de 10 de agosto.

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2023a). Programa Regional Alentejo 2030. <https://alentejo.portugal2030.pt>.

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2023b). Plano de atividades 2023. <https://www.ccdr-a.gov.pt>.

CCDR Algarve e CCDR Alentejo – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2023). Instrumento territorial integrado água e ecossistemas de paisagem – Algarve e Alentejo. Da estratégia ao plano de ação. <https://www.ccdr-alg.pt/site/info/iti-agua-e-ecossistemas-de-paisagem>.

CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (2017). Plano de mobilidade urbana sustentável do Alentejo litoral. Fase III – Formulação de propostas, programa de ação, de investimentos e de monitorização.

CMA – Câmara Municipal de Aljezur (s/d). Freguesias. <https://cm-aljezur.pt>.

CMA – Câmara Municipal de Aljezur (2024). Ensino secundário (passe escolar). <https://cm-aljezur.pt>.

CMO – Câmara Municipal de Odemira (2015). Diagnóstico social de Odemira. <https://www.cm-odemira.pt/viver/acao-social/rede-social>.

CMO – Câmara Municipal de Odemira (2020). Plano municipal para a integração de migrantes. <https://www.cm-odemira.pt/viver/acao-social/interculturalidade/documentos-pmim-plano-municipal-para-a-integracao-de-migrantes>.

CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023a). Dados cedidos por consulta à CMO em 10-10-2023.

CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023b). Ofício n.º GDDP-26050. Dados cedidos por consulta à CMO em 28-08-2023.

CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023c). Acordo H2O – pacto para a gestão sustentável da água. *Revista municipal de junho de 2023*.

- CMO – Câmara Municipal de Odemira (2024a). 1.^a revisão do plano diretor municipal de Odemira. *Relatório proposta*. Cedido.
- CMO – Câmara Municipal de Odemira (2024b). Carta municipal de habitação de Odemira. *Fase III – estratégia e modelo territorial*. Cedido.
- CMO – Câmara Municipal de Odemira (2024c). Plano municipal de integração de migrantes 2024-26. Cedido.
- CMO – Câmara Municipal de Odemira (s/d). Estratégia local de habitação de Odemira. <https://www.cm-odemira.pt/viver/habitacao>.
- Comarca de Beja (2023). Dados cedidos por consulta à comarca de Beja em 25-09-2023.
- DBC – Deloitte Business Consulting (2022). Estratégia Alentejo Litoral 2030. <https://www.cimal.pt/pt/menu/99/documentos-estrategicos.aspx>.
- DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (s/d). Aproveitamento hidroagrícola do Mira. <https://sir.dgadr.gov.pt>.
- DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2024). Aproveitamento hidroagrícola do Mira. *Sistema de Informação do Regadio*. <https://sir.dgadr.gov.pt>.
- DGE – Direção-Geral da Educação (s/d). Modalidades incluídas no desporto escolar. Disponível em: <https://desportoescolar.dge.medu.pt/modalidades>.
- DGE – Direção-Geral da Educação (2024). Inclusão de alunos migrantes em meio educativo. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/noticias/inclusao-de-alunos-migrantes-em-meio-educativo>.
- DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2021). Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional 2021. Dados cedidos por consulta à DGEEC em 30-06-2023.
- DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). Portal infoescolas. <http://infoescolas.medu.pt>.
- DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (s/d). Estabelecimento prisional de Odemira. <https://dgrsp.justica.gov.pt>.
- DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2023). Dados cedidos por consulta à DGRSP em 06-10-2023.
- DGS – Direção-Geral da Saúde (2016). Plano nacional de prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores.
- DGT – Direção-Geral do Território (2022). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018. <https://www.dgterritorio.gov.pt>.
- DGT – Direção-Geral do Território (2024). Sistema nacional de informação territorial. <https://www.dgterritorio.gov.pt>.
- Duarte Santos, F., Mota Lopes, A., Moniz, G., Ramos, L. e Taborda, R. (2017). Grupo de trabalho do litoral: gestão da zona costeira – o desafio da mudança. Filipe Duarte Santos, Gil Penha, Lopes e António Mota Lopes (eds.). Lisboa.
- EC – European commission (2004). Studies on education and sport – sport and multiculturalism. *Final report*.
- EC – European commission (2022). Common agricultural policy for 2023-2027.
- Ecosativa (2016). Estudo cartográfico de habitats e espécies do perímetro de rega do Mira. *Relatório técnico*.
- EEA – European Environmental Agency (2023). Global and European temperatures. <https://www.eea.europa.eu>.
- Eurostat – European statistics (2023). Population covered by the covenant of mayors for climate & energy signatories. <https://ec.europa.eu/eurostat>.
- Fadigas, L. (2007). Fundamentos ambientais do ordenamento do território. Edições Sílabo, Lisboa.
- GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2021). Acidentes de trabalho. Dados cedidos por consulta em 05-07-2023.
- GNR – Guarda Nacional Republicana (2023). E-mail n.º E107126. Dados cedidos por consulta à GNR em 09-10-2023.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

Governo de Portugal (s.d.). Estratégia para a Coesão Territorial. <https://www.portugal.gov.pt>.

GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2021). Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. Dados cedidos por consulta ao GPP em 29-06-2023.

GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2022). Guia PEPAC Portugal. Versão 1.2.

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (s/d). Parque natural do sudoeste alentejano e costa vicentina. <https://www.icnf.pt>.

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2022a). Lista vermelha das aves de Portugal continental. <https://www.listavermelhadasaves.pt>.

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2022b). SRUP - carta de perigosidade de incêndio rural. Sistema nacional de informação geográfica. <https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/97ff884a-b0a8-41a7-865f-129b88110988>.

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2023). Livro vermelho dos mamíferos de Portugal continental. <https://livrovermelhodosmamiferos.pt>.

IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2017). Avaliação do cumprimento das normas aplicáveis às atividades agrícolas integradas no perímetro de rega do Mira previstas no plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV). *Volume I*.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2021a). Recenseamento agrícola – 2019. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2021b). Estatísticas do rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2022a). Recenseamento da população e habitação – censos 2021. <https://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2022b). Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2022c). Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023a). Estatísticas do pessoal de saúde. <https://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023b). Estatísticas das farmácias. <https://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023c). Tábuas completas de mortalidade. <https://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023d). Óbitos por causas de morte. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023e). Estabelecimentos de ensino não superior. <https://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023f). Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica e gás natural. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023g). Inquérito às condições de vida e rendimento. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023h). Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023i). Disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023j). Sistema de contas integradas das empresas. <https://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023k). Ganho médio mensal por localização geográfica. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023l). Odemira – retrato municipal. <http://www.ine.pt>.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2023m). Aljezur – retrato municipal. <https://www.ine.pt>.

- INE – Instituto Nacional de Estatística (2023n). Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas). <http://www.ine.pt>.
- INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2023). Dados cedidos por consulta ao INPI em 12-07-2023.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (2022). Climate change 2022: impacts, adaptation, and vulnerability. Contribution of working group II to the sixth assessment report. [Pörtner, H.O. et al. (eds.)]. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA.
- IP – Infraestruturas de Portugal (2023). Integração de Portugal na rede transeuropeia de transportes.
- IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (s/d). Normais climatológicas. <https://www.ipma.pt>.
- IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2015). Portal do clima. <http://portaldoclima.pt>.
- IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2023). Dados cedidos por consulta ao IPMA em 22-12-2023.
- Lima, D.C.A., Lemos, G., Bento, V.A., Nogueira, M., & Soares, P.M.M. (2023). A multi-variable constrained ensemble of regional climate projections under multi-scenarios for Portugal – part I: an overview of impacts on means and extremes. *Climate Services*, 30.
- LPN – Liga para a Proteção da Natureza (2024). Charcos temporários mediterrânicos. <https://lifecharcos.lpn.pt>.
- Malheiros, J.M. (2011). Promoção da interculturalidade e da integração de proximidade.
- Ministério da Justiça (s/d). Tribunais judiciais de 1.ª instância – tribunais de comarca. <https://comarcas.tribunais.org.pt>.
- Ministério do Planeamento (2021). Plano de recuperação e resiliência. <https://recuperarportugal.gov.pt>.
- Miola, A.; Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164.
- ODS local (s/d). PDECO – Projeto de desporto escolar do concelho de Odemira. Disponível em: <https://odslocal.pt/boas-praticas/pdeco-projeto-de-desporto-escolar-do-concelho-de-odemira-2311?sdg=1&tabId=tab-good-practices>.
- Oliveira, F. P. (2022). Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio) – comentado. Edições Almedina, Coimbra.
- Oliveira, R.P. e Simões, J. (2024). Atualização da simulação de operação da albufeira de Santa Clara com dados até dezembro de 2023. *Nota técnica 1*.
- ONU – Organização das Nações Unidas (2024a). Objetivos de desenvolvimento sustentável – 17 objetivos para transformar o nosso mundo. <https://unric.org/pt>.
- ONU – Organização das Nações Unidas (2024b). The 17 goals. <https://sdgs.un.org/goals>.
- PORDATA (2019). Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. <https://www.pordata.pt>.
- Portugal 2030 (2023). Programas: conheça os programas que vão implementar o Portugal 2030. <https://portugal2030.pt/programas>.
- REN – Redes Energéticas Nacionais (2023). Entidade emissora de garantias de origem (EEGO) - informação relativa às instalações de produção. <https://www.ren.pt>.
- República Portuguesa (2024). REWATER | Portugal apresenta iniciativa para reforçar resiliência dos recursos hídricos na União Europeia. *Comunicado de 23 de janeiro de 2024*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=rewater-portugal-apresenta-iniciativa-para-reforcar-resiliencia-dos-recursos-hidricos-na-uniao-europeia>.
- SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.
- SDSN US – United States Sustainable Development Solutions Network (2019). 2019 US cities sustainable development report. <https://www.sdsnusa.org/news/2019-us-cities-sustainable-development-report>.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

SNS – Serviço Nacional de Saúde (s/d a). Unidade local de saúde – litoral alentejano. Centro de saúde de Odemira. <https://www.ulsia.min-saude.pt/>.

SNS – Serviço Nacional de Saúde (s/d b). Cuidados de saúde primários – agrupamento de centros de saúde (ACES) Algarve II – barlavento. <https://www.arsalgarve.min-saude.pt>.

Soares, P. M. & Lima, D. (2022). Water scarcity down to earth surface in a Mediterranean climate: the extreme future of soil moisture in Portugal. *Journal of Hydrology*, 615, Part B.

UE – União Europeia (2020). Agenda territorial 2030 / Territorial agenda 2030. *Documento adotado da Reunião informal de ministros responsáveis pelo ordenamento do território e desenvolvimento territorial e/ou coesão territorial*. Alemanha, 2020. Disponível em <https://territorialagenda.eu>.

USPAL – Unidade de Saúde Pública do Alentejo Litoral (2024). Dados cedidos por consulta em 13-05-2024.

ANEXO 1
PEÇAS DESENHADAS

ANEXO 1.1

PEÇAS DESENHADAS

PEÇAS DESENHADAS

ENQUADRAMENTO

01 - Enquadramento geral

CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

02 – Altimetria e hidrologia

03 – Paisagem

04 – Uso do solo

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

05 – Aglomerados populacionais e IATA

06.1 – Infraestruturas e equipamentos: saúde

06.2 – Infraestruturas e equipamentos: educação

06.3 – Infraestruturas e equipamentos: paz e segurança

06.4 – Infraestruturas e equipamentos: acessibilidades

CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

07.1 – Atividades económicas: ocupação cultural

07.2 – Atividades económicas: reserva agrícola nacional

07.3 – Atividades económicas: turismo

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

08 – Áreas classificadas

09 – Outras áreas importantes

10 – Reserva ecológica nacional

REFERÊNCIAS

ABM – Associação de Beneficiários do Mira, 2023. Ocupação cultural em 2022. Dados cedidos por consulta em 06-06-2023.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente, 2018. Massas de água superficiais rios de Portugal continental. *Sistema nacional de informação geográfica*.
<https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/F6C851DA-1416-4670-86BC-6425883B46D4>.

CMO – Câmara Municipal de Odemira, 2023. Instalações de alojamento temporário amovíveis. Dados cedidos por consulta em 10-10-2023.

DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2021. Aproveitamentos hidroagrícolas.

<https://www.dgadr.gov.pt/cartografia/cart-lim-aprov-hidroagr-digital>.

DGT – Direção-Geral do Território, 2012. Redes de transporte de Portugal continental 1 : 200 000. *Sistema nacional de informação geográfica*.

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/70ea24cf-ef0b-4fd0-810c-8d3ea95acb6d>

DGT – Direção-Geral do Território, 2022. Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018. Versão 2, de 25-08-2022. *Sistema nacional de informação geográfica*.

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/b498e89c-1093-4793-ad22-63516062891b>

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

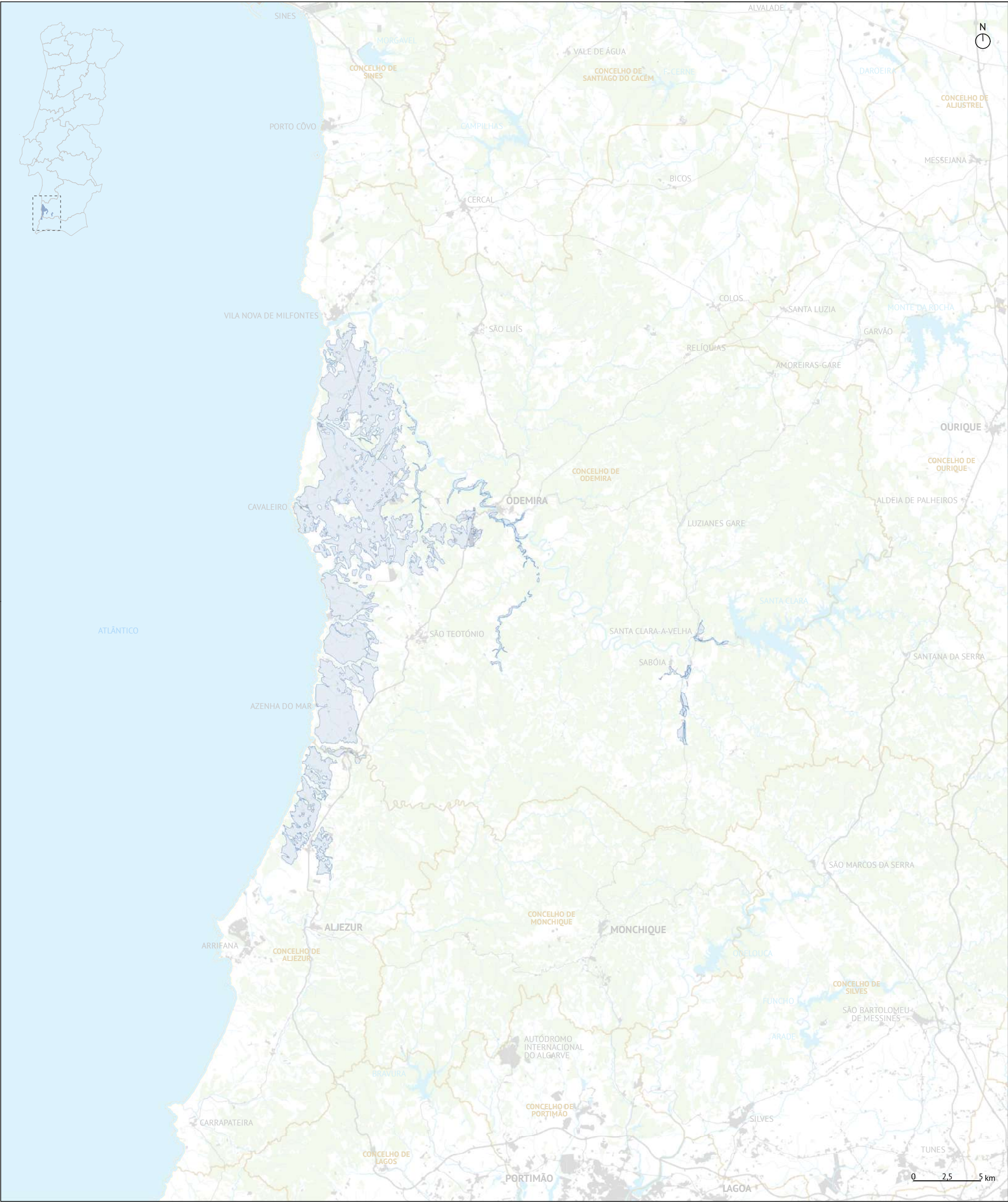
DGT – Direção-Geral do Território, 2023. Carta administrativa oficial de Portugal 2022. *Sistema nacional de informação geográfica*.
<https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/198497815bf647ecaa990c34c42e932e>

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Rede nacional de áreas protegidas. *Sistema nacional de informação geográfica*.
<https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/b683a2af7911447bb0ceaa6264a5c446>

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Rede nacional de áreas protegidas. *Sistema nacional de informação geográfica*.
<https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/b683a2af7911447bb0ceaa6264a5c446>

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Zonas de proteção especial da Diretiva Aves (ZPE) - RN2000. *Sistema nacional de informação geográfica*.
<https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/e165530e-244f-49f3-a8f7-4a3e1a1b647e>

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Zonas especiais de conservação / sítios da diretiva habitats (ZEC/SIC) - RN2000. *Sistema nacional de informação geográfica*.
<https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/metadata/824af467-47ae-4ee4-9c20-093d1fca7c5c>



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE
INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 1
Enquadramento geral

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 270 000

LEGENDA

 Aproveitamento hidroagrícola do Mira



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE
INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO DO MIRA

Desenho 2
Altimetria e hidrografia

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000

LEGENDA

 Aproveitamento hidroagrícola do Mira

Altimetria (m):
 máx: 897
mín: - 14

Hidrografia:
 linhas de água
 albufeiras

BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018).



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 3
Paisagem

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000

LEGENDA

-  Aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Grupos de paisagem:
 -  Q - terras do Sado
 -  S - baixo Alentejo
 -  T - costa alentejana e sudoeste vicentino
 -  U - serras do Algarve e do litoral alentejano

BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018). Grupos de paisagem (DGT, 2009).





PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE
INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 4
Uso do solo

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000



LEGENDA

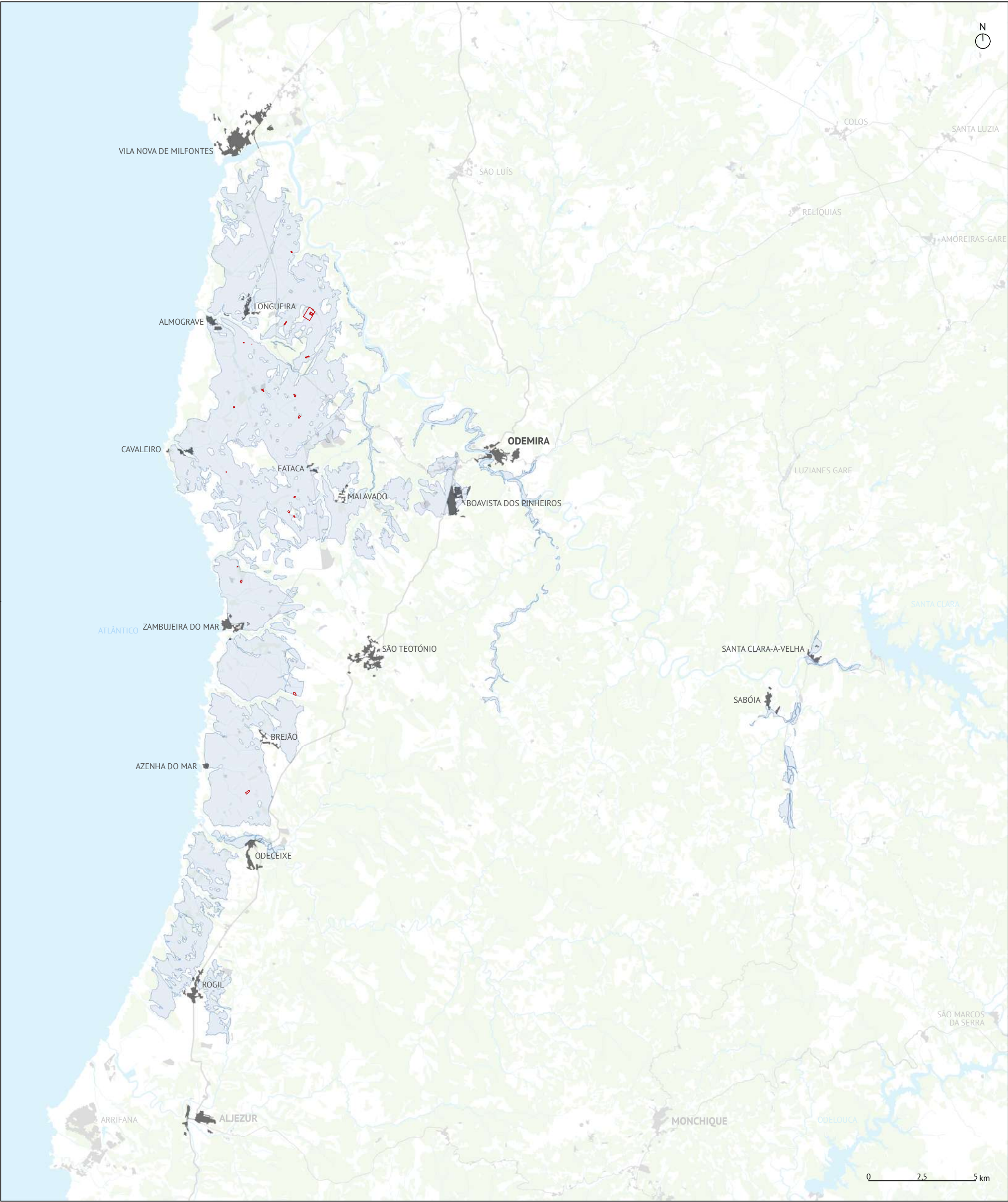
 Aproveitamento hidroagrícola do Mira

Uso do solo:

- | | |
|---|---|
|  1. territórios artificializados |  7. espaços descobertos ou com pouca vegetação |
|  2. agricultura |  8. zonas húmidas |
|  3. pastagens |  9. massas de água superficiais |
|  4. superfícies agroflorestais | |
|  5. florestas | |
|  6. matos | |

BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018).



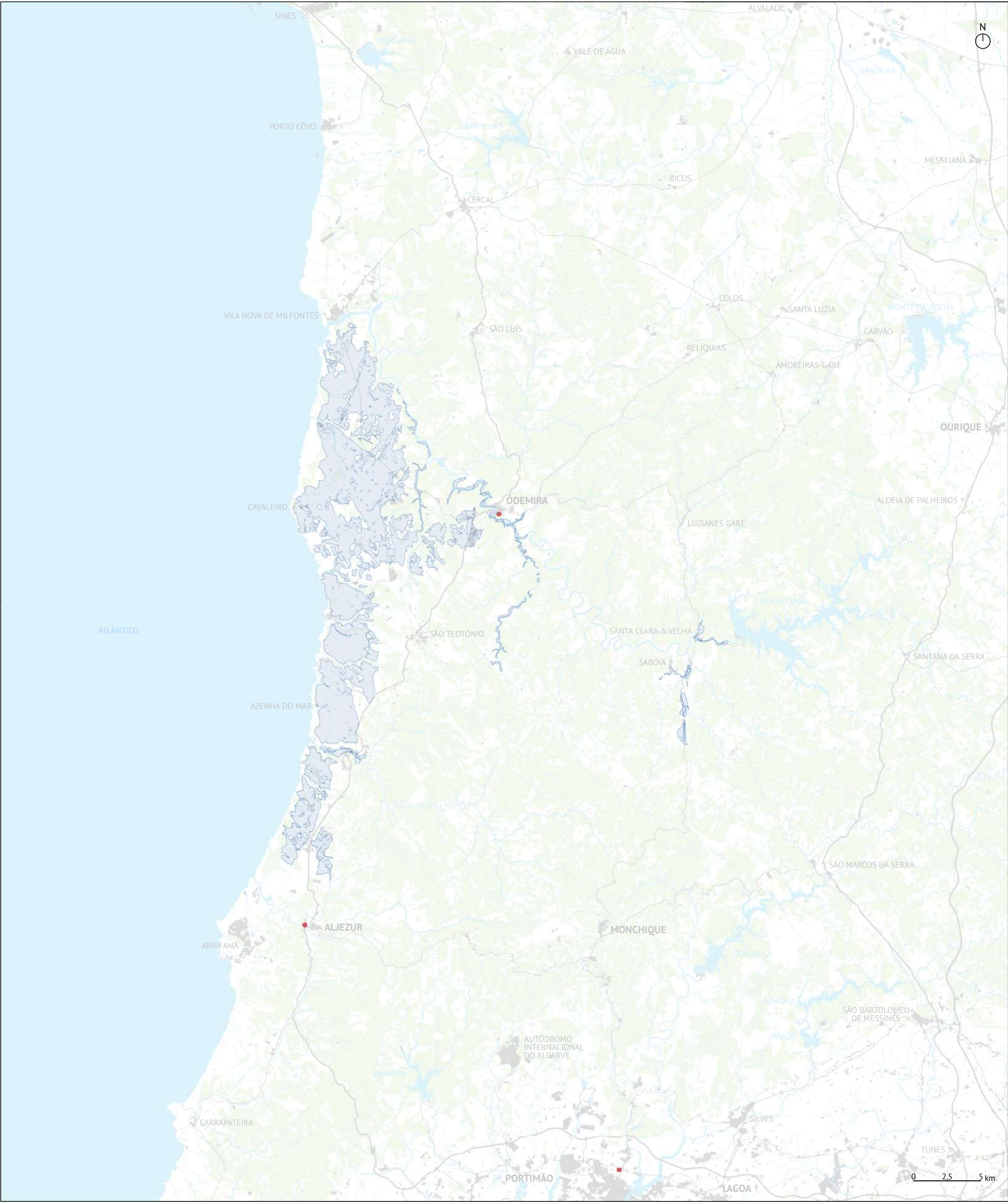
PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 5
Aglomerados populacionais e IATA

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000

LEGENDA

-  Aproveitamento hidroagrícola do Mira
-  Aglomerados populacionais
-  Instalações de alojamento temporário amovíveis (IATA)



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 6.1
Infraestruturas e equipamentos: saúde

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 270 000

LEGENDA

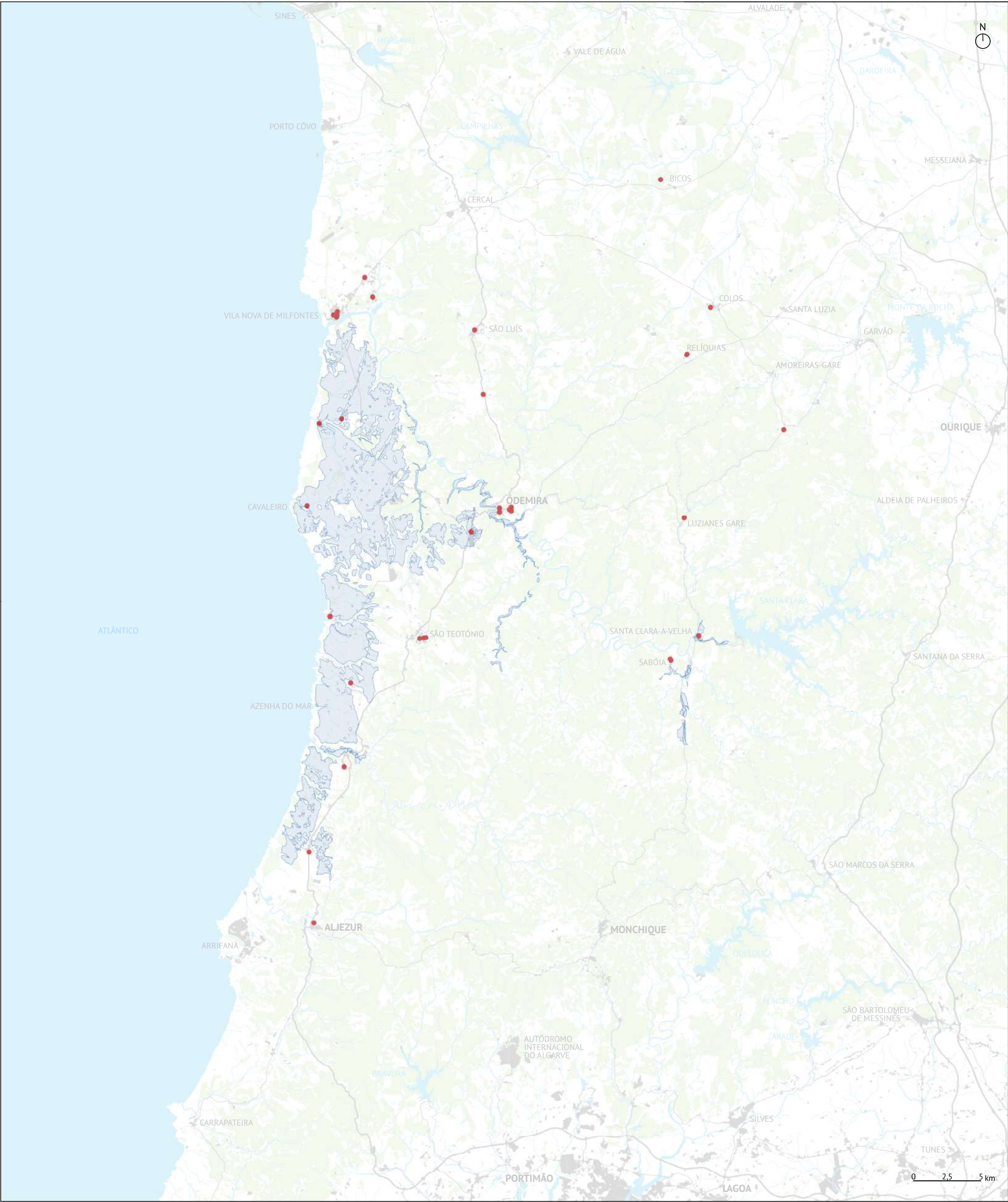
 Aproveitamento hidroagrícola do Mira

Saúde:

-  hospitais
-  unidades de cuidados continuados

BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018).



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 6.2
Infraestruturas e equipamentos: ensino

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 270 000

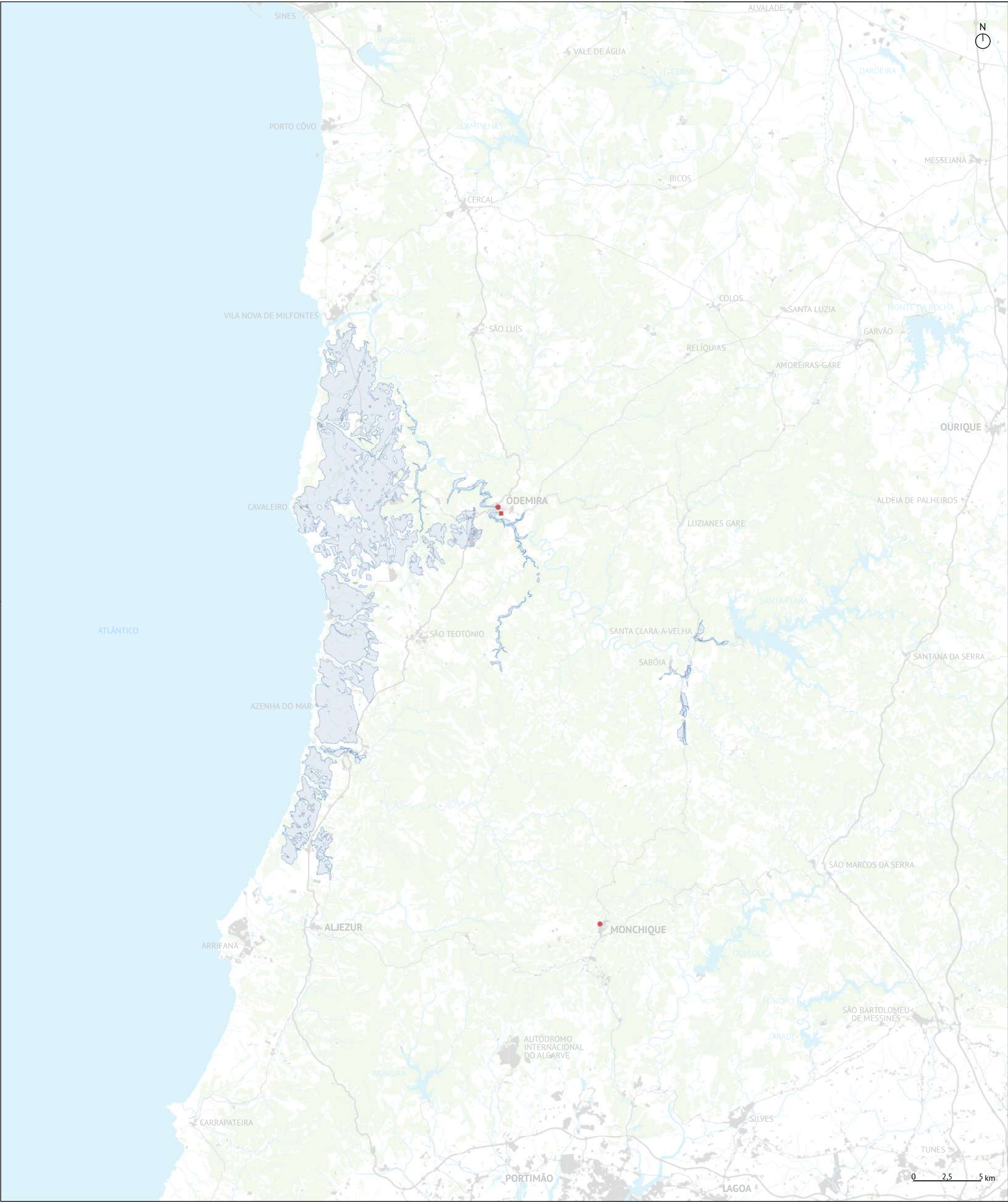
LEGENDA

 Aproveitamento hidroagrícola do Mira

Ensino:
 estabelecimentos de ensino

BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018).



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 6.3
Infraestruturas e equipamentos: paz e segurança

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 270 000

LEGENDA

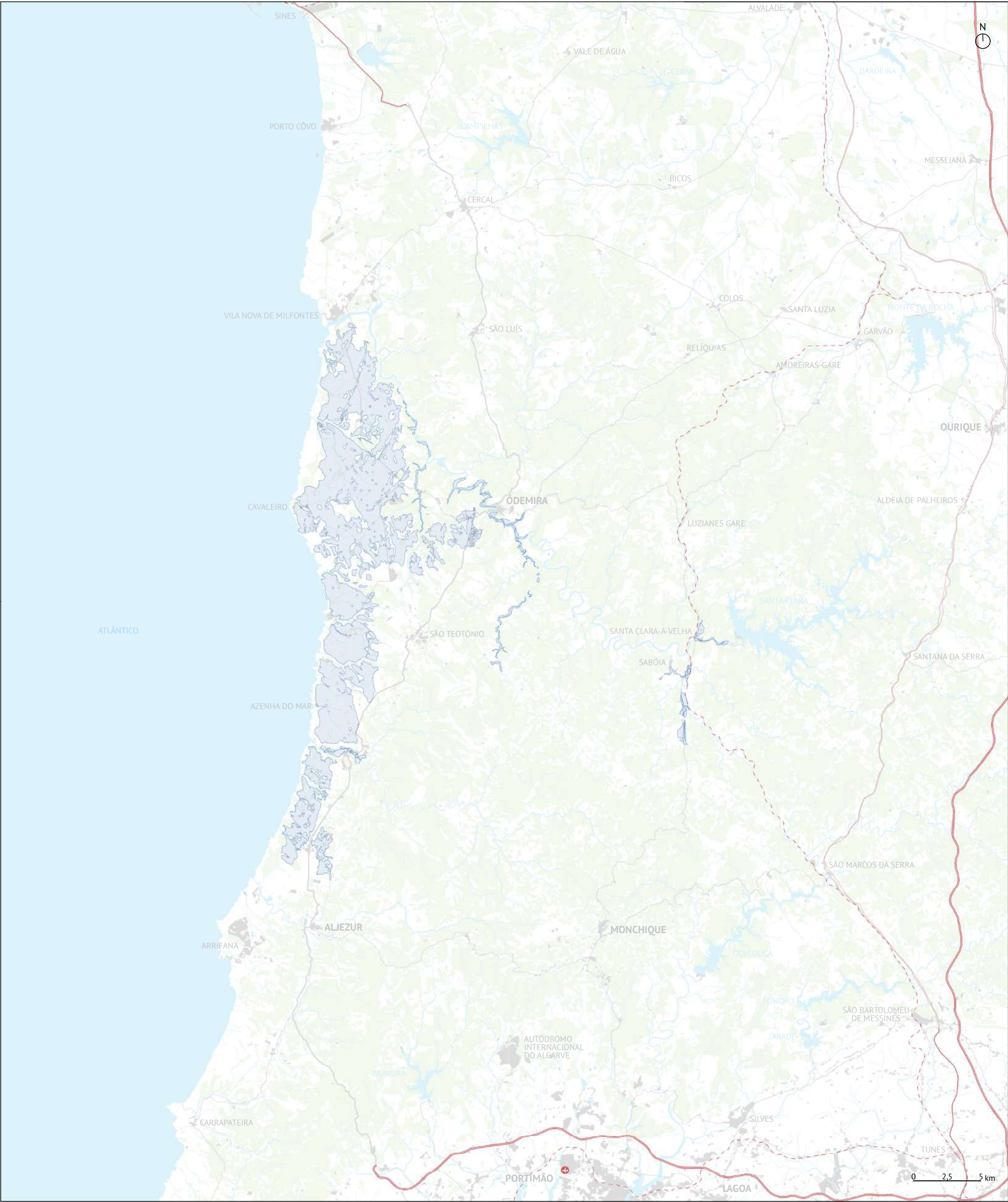
 Aproveitamento hidroagrícola do Mira

Paz e segurança:

-  estabelecimentos prisionais
-  tribunais

BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018).



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 6.2
Infraestruturas e equipamentos: acessibilidades

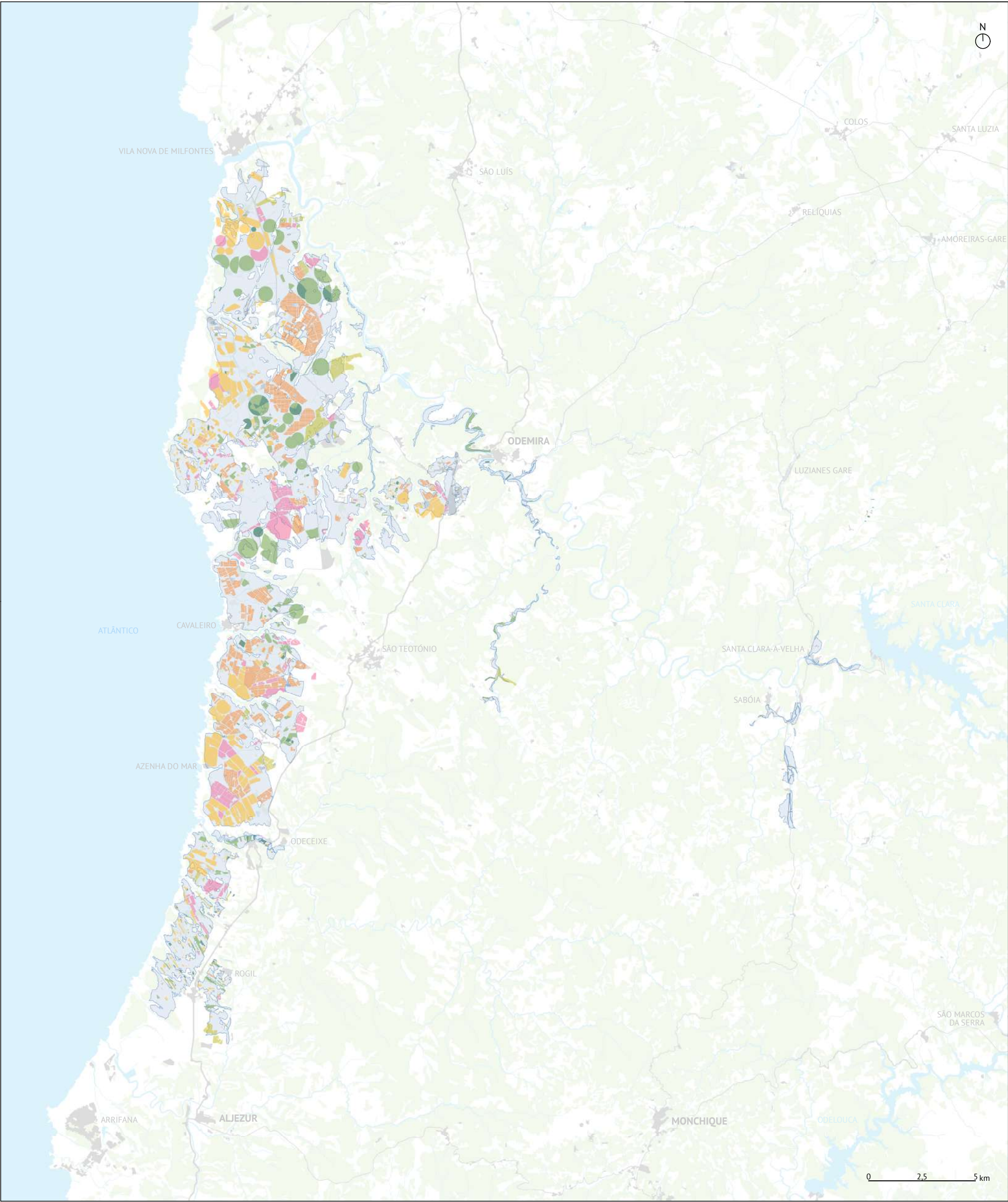
Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 270 000

LEGENDA

-  Aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Rede rodoviária:
 -  auto-estrada
 -  itinerário principal
 -  itinerário complementar
 -  outras vias
-  Rede ferroviária
-  Aeroportos e aeródromos

BASE

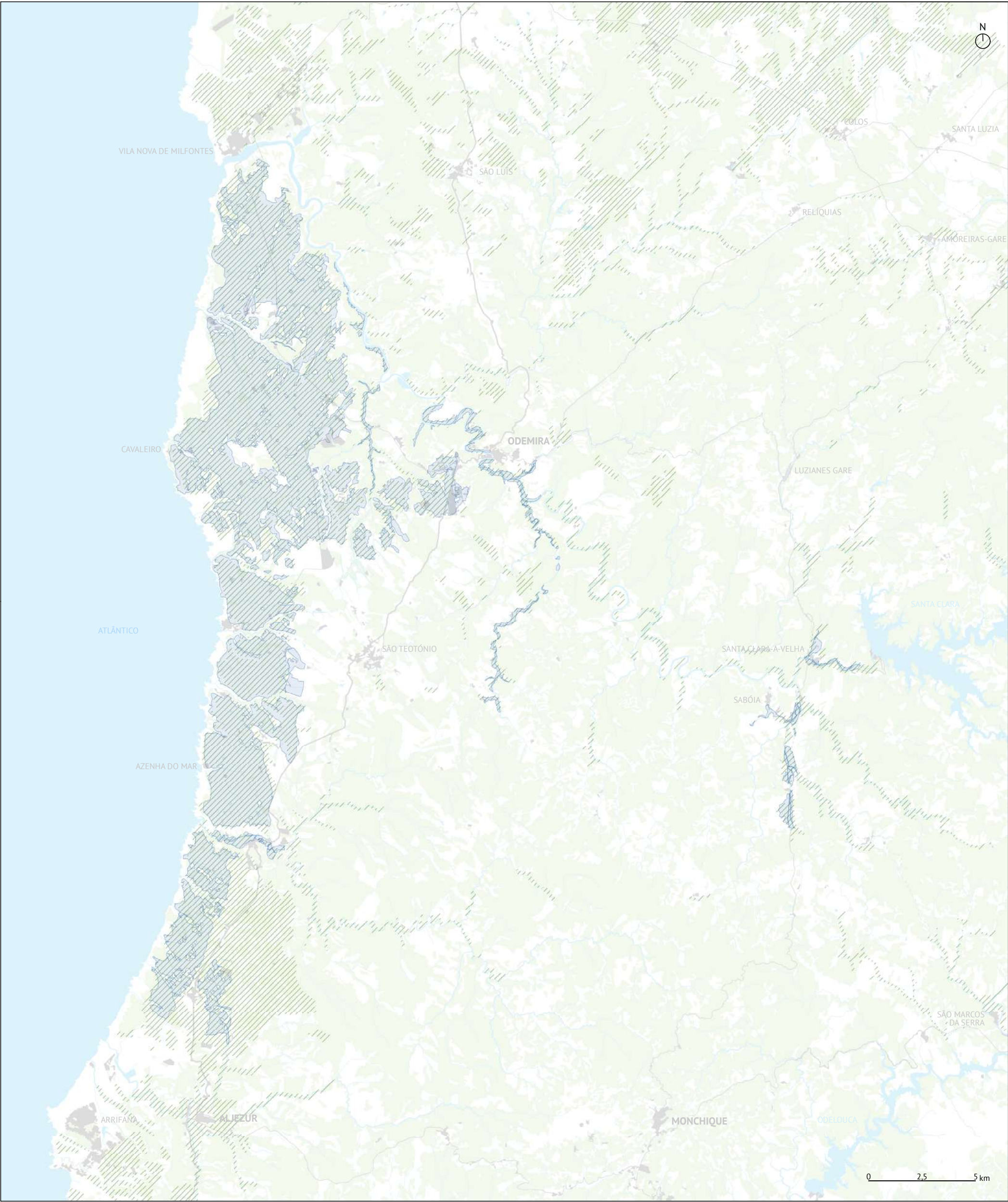
Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018). Redes de transporte de Portugal continental (DGT, 2012).



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 7.1
Atividades económicas: ocupação cultural

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE
INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 7.2
Atividades económicas: reserva agrícola nacional

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000

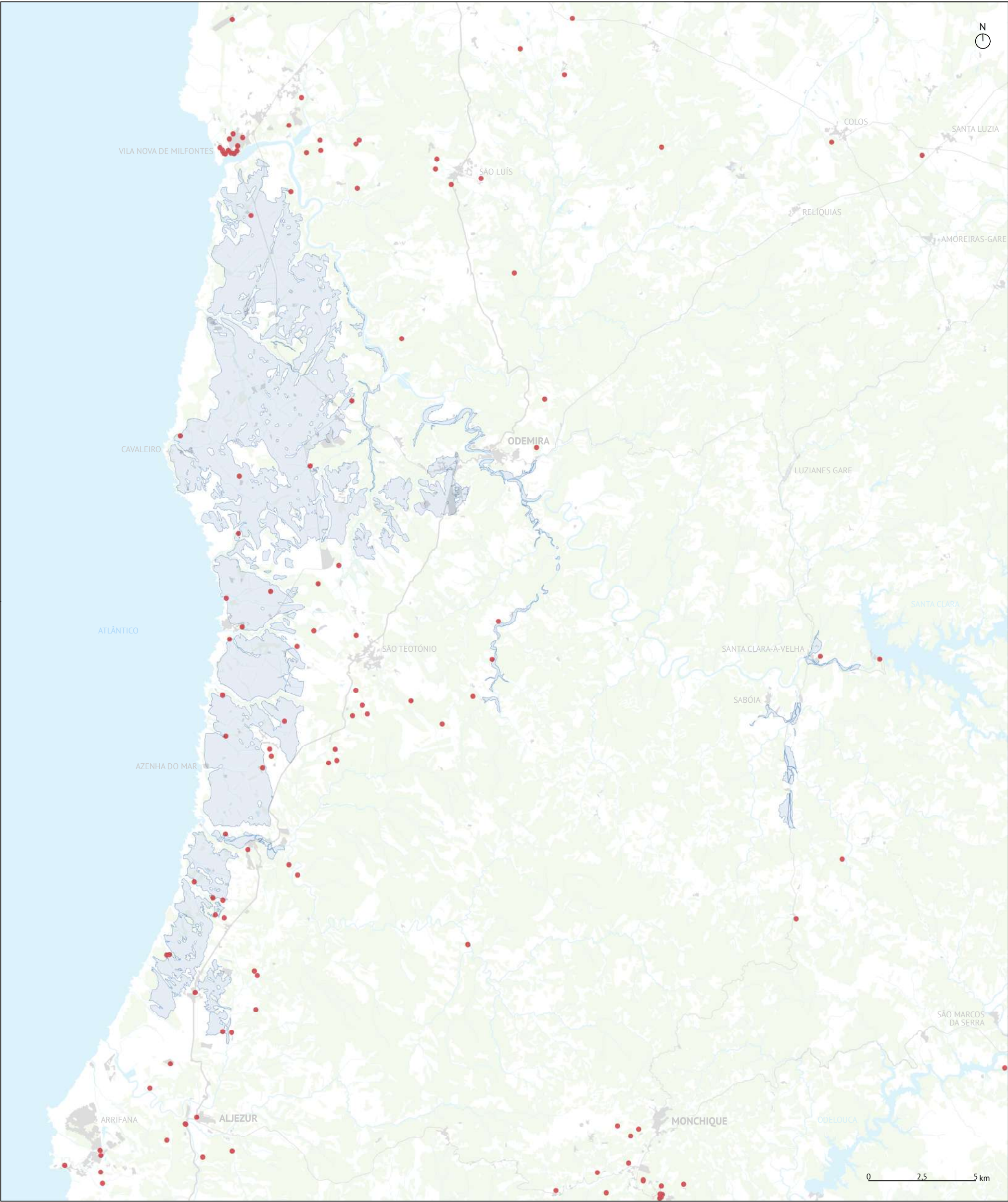
LEGENDA

-  Aproveitamento hidroagrícola do Mira
-  Reserva agrícola nacional



BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018). Reserva agrícola nacional (DGADR, 2023).



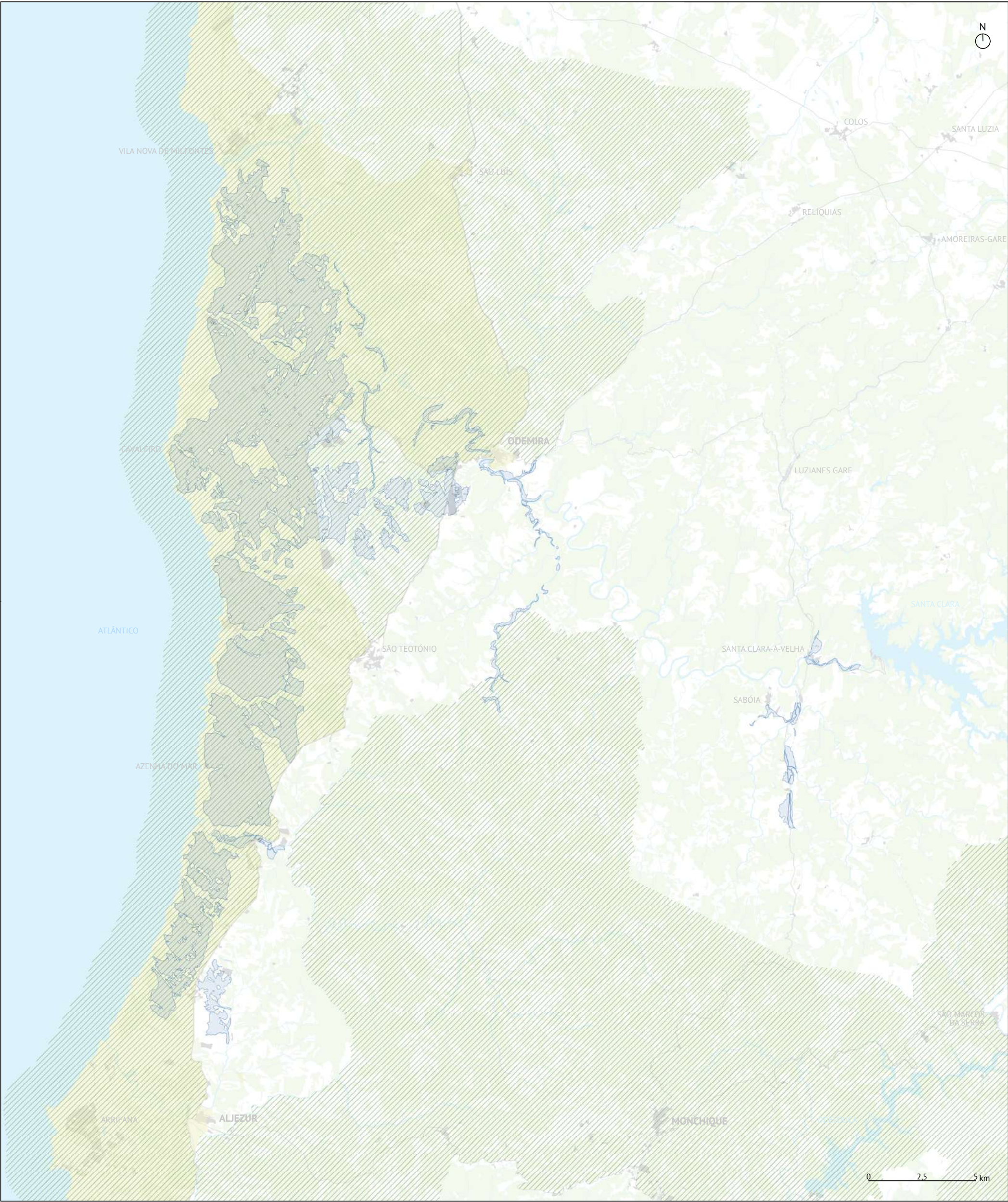
PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 7.3
Atividades económicas: turismo

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000

LEGENDA

-  Aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Turismo:
 -  empreendimentos turísticos



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE
INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 8
Áreas classificadas

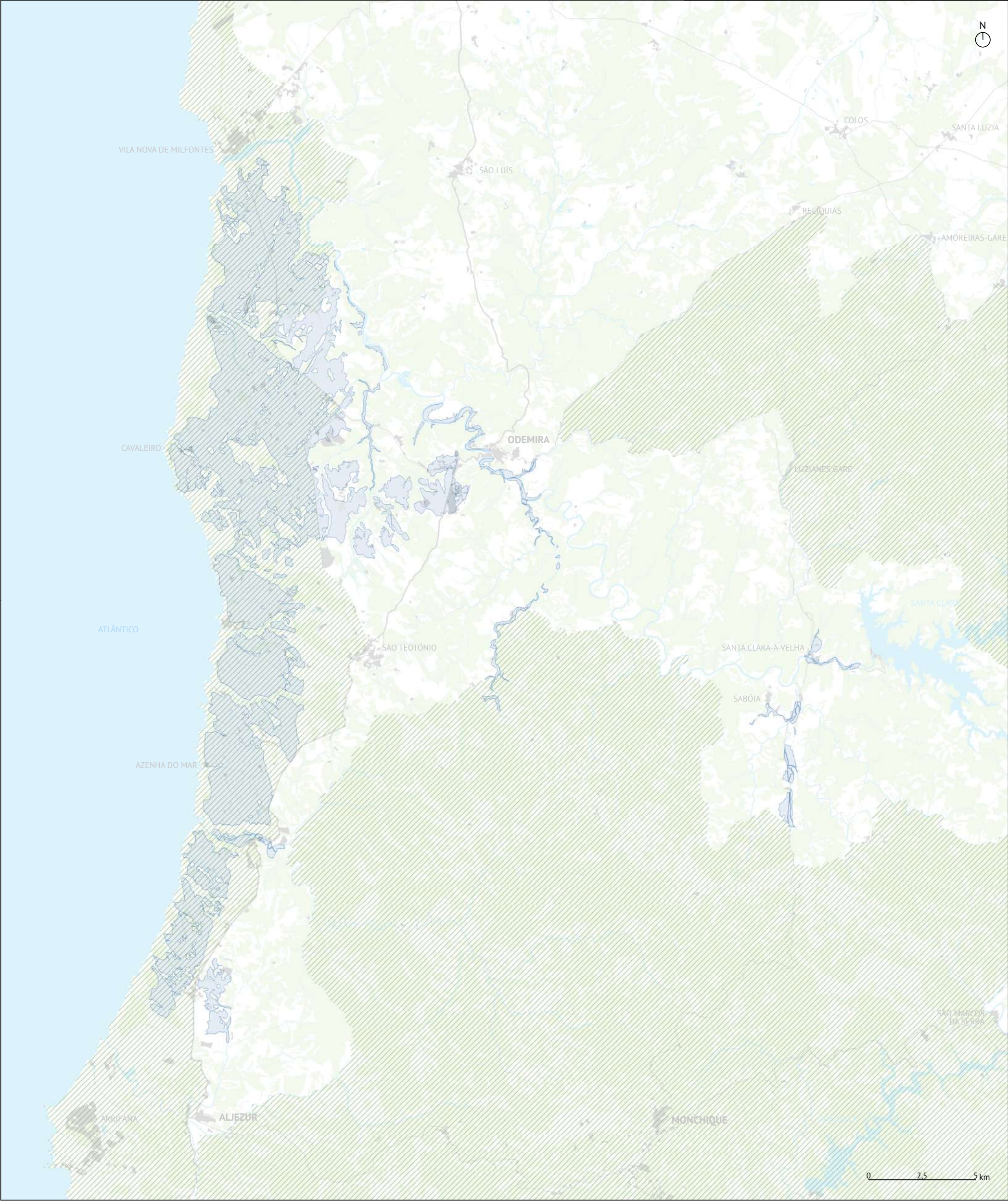
Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000

LEGENDA

-  Aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Áreas classificadas:
-  rede nacional de áreas protegidas
-  rede Natura 2000

BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018). Rede nacional de áreas protegidas (ICNF, 2023).



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 9
Outras áreas importantes

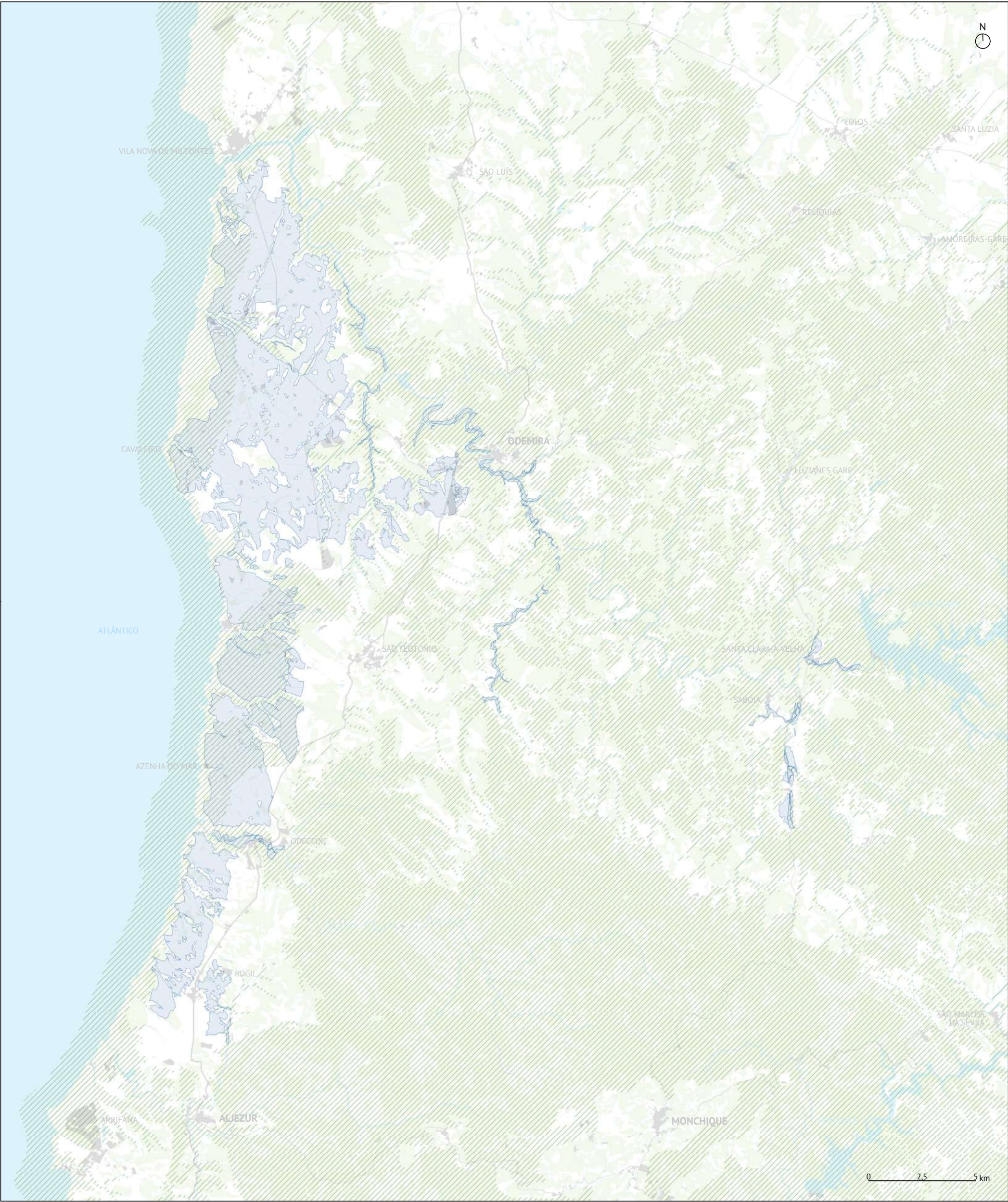
Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000

LEGENDA

- Aproveitamento hidroagrícola do Mira
- Important bird areas

BASE

Aproveitamentos hidroagrícolas (DGADR, 2021). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018 (DGT, 2022). Massas de água superficiais (APA, 2018). Áreas importantes para aves (ICNF, 2020).



PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

Desenho 10
Reserva ecológica nacional

Março 2025 | PT-TM06/ETRS89 | 1 : 170 000

LEGENDA

-  Aproveitamento hidroagrícola do Mira
-  Reserva ecológica nacional

ANEXO 2

BATERIA DE INDICADORES

ANEXO 2.1

FICHAS DOS INDICADORES

ÍNDICE

ODS 1 ERRADICAR A POBREZA	1
1.01 Risco de pobreza	2
1.02 Intensidade da pobreza	3
1.03 Privação material e social.....	4
1.04 Desemprego familiar.....	5
1.05 Pobreza infantil	6
ODS 2 CONTRIBUTO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	7
2.01 Insegurança alimentar	8
2.02 Culturas cerealíferas	9
2.03 Nível trófico humano	10
2.04 Produtividade agrícola	11
2.05 Obesidade	13
2.06 Agricultura biológica	14
2.07 I&D na agricultura.....	15
2.08 Emissões de amoníaco pela agricultura.....	17
ODS 3 SAÚDE DE QUALIDADE.....	18
3.01 Esperança de vida.....	19
3.02 Mortalidade evitável.....	20
3.03 Perceção da saúde.....	21
3.04 Tuberculose.....	22
3.05 Suicídio.....	23
3.06 Disparidade na saúde	24
3.07 Mortalidade abaixo dos 5 anos.....	25
3.08 Mortalidade devido a poluição atmosférica.....	26
3.09 Disparidade na saúde	27
3.10 Mortalidade rodoviária	28
3.11 Consumo de álcool.....	29
3.12 Cobertura vacinal.....	30
3.13 Tabagismo.....	31
3.14 Cobertura de seguro de saúde	32
3.15 Marcação online de consultas.....	33
3.16 Sobrecarga das despesas em saúde	34
3.17 Bem-estar subjetivo	35
3.18 Mortalidade por doenças não transmissíveis	36
3.19 Baixa saúde mental.....	37
3.20 Mortalidade por drogas.....	38
3.21 Mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite	39
ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	41
4.01 Avaliação do 3.º ciclo	42
4.02 Aprendizagem ao longo da vida.....	43
4.03 Formação superior.....	44
4.04 Emprego de recém-formados.....	45
4.05 Abandono escolar	47
4.06 Insucesso em ciências	48
4.07 Variação no desempenho em ciências.....	49
4.08 Sucesso no ensino secundário	50
4.09 Disparidade escolar	51

4.10	Ensino pré-escolar	53
ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO		54
5.01	Mulheres especialistas em TIC	55
5.02	Mulheres em cargos governamentais	56
5.03	Violência no namoro	57
5.04	Mulheres em quadros superiores	59
5.05	Disparidade no emprego entre géneros	60
5.06	Disparidade salarial entre géneros	61
5.07	Empresas pertencentes a mulheres	62
5.08	Mulheres inativas	63
5.09	Mulheres em assentos parlamentares	64
ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO		65
6.01	Fosfato nos rios	66
6.02	Captação de água doce	67
6.03	Tratamento de águas residuais	68
6.04	Água potável	69
6.05	Serviços de saneamento seguros	70
6.06	Consumo doméstico de água	71
6.07	Escassez de água	72
6.08	Cuidados de higiene	73
ODS 7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS		74
7.01	Emissões da produção elétrica	75
7.02	Consumo de energia	76
7.03	Consumo de energia final das famílias	77
7.04	Consumo de energia primária	78
7.05	Pobreza energética	79
7.06	Energias renováveis	80
ODS 8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO		81
8.01	Direitos laborais	82
8.02	Mortalidade laboral	83
8.03	Escravidão	84
8.04	Desocupação jovem	85
8.05	Desemprego	86
8.06	Salários	87
8.07	Rendimentos	88
8.08	Investimento	89
ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS		90
9.01	Literacia digital	91
9.02	I&D	92
9.03	Investigadores	93
9.04	Pedidos de patente	94
9.05	Infraestruturas de comércio e transportes	95
9.06	Banda larga	96
9.07	Inovação tecnológica	97
9.08	Transportes coletivos	98
9.09	Produção científica	100
9.10	Disparidade no acesso à internet	101
9.11	Mercadorias transportadas por ferrovia	102
ODS 10 REDUZIR AS DESIGUALDADES		104

10.01	Segregação residencial.....	105
10.02	Pedidos de asilo.....	106
10.03	Mobilidade social.....	107
10.04	Desigualdade.....	108
10.05	Disparidade de rendimentos.....	109
ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS		110
11.01	Reciclagem.....	111
11.02	Concentração de partículas atmosféricas	112
11.03	Mobilidade sustentável	113
11.04	Sobrecarga com habitação	114
11.05	Edifícios com necessidade de reparações.....	115
11.06	Sobrelotação.....	116
ODS 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS		117
12.01	Emissões de dióxido de enxofre.....	118
12.02	Emissões de azoto.....	119
12.03	Nível de ozono diário.....	120
12.04	Resíduos perigosos	121
12.05	Resíduos urbanos	122
12.06	Emissões automóveis	124
12.07	Poluição atmosférica.....	126
12.08	Consumo interno de materiais	127
12.09	Economia circular.....	129
12.10	Rendimento de serviços ambientais.....	130
ODS 13 AÇÃO CLIMÁTICA.....		131
13.01	CO ₂ de combustíveis fósseis	132
13.02	Gases com efeito de estufa	133
13.03	Emissões líquidas de gases com efeito de estufa.....	134
13.04	Gases com efeito de estufa de consumo de energia.....	135
13.05	Temperatura à superfície.....	136
13.06	Perdas económicas relacionadas com o clima	137
13.07	Contribuição para compromissos da ONU	138
13.08	Pacto de autarcas para o clima e energia	140
ODS 14 PROTEGER A VIDA MARINHA		141
14.01	Praias com água excelente.....	142
14.02	Áreas marinhas protegidas.....	143
14.03	Pesca por arrasto.....	144
14.04	Acidez média do oceano	145
14.05	Pesca sustentável.....	146
ODS 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE		147
15.01	Qualidade dos rios	148
15.02	Qualidade dos aquíferos	149
15.03	Sítios importantes para a biodiversidade.....	150
15.04	Erosão dos solos	151
15.05	Áreas protegidas terrestres	153
15.06	Espécies ameaçadas	154
15.07	Solos degradados	155
15.08	Florestas.....	156
15.09	Impermeabilização dos solos.....	157
15.10	Índice de borboletas dos prados.....	159
15.11	Índice de aves comuns.....	160

ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES.....	161
16.01 Perceção da independência do sistema de justiça.....	162
16.02 Confiança na União Europeia.....	163
16.03 Homicídio	165
16.04 Prisão preventiva.....	166
16.05 Armas apreendidas.....	167
16.06 Encarceramento.....	168
16.07 Criminalidade	169
16.08 Índice de liberdade de imprensa	170
16.09 Ausência de corrupção.....	171
16.10 Acesso ao sistema judicial.....	172
16.11 Pontualidade dos processos administrativos.....	173
ODS 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	174
17.01 Paraísos fiscais	175
17.02 Ajuda pública ao desenvolvimento	176

ODS 1 ERRADICAR A POBREZA

O objetivo de desenvolvimento sustentável 1 visa “erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares” (ONU, 2024)¹.

Pretende, assim, “erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares. Reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza. Implementar sistemas e medidas de proteção social nacionalmente apropriados para todos. Garantir que todos têm direitos iguais aos recursos económicos e acesso a serviços básicos (BCSD, 2024)².

INDICADORES	1.01 Risco de pobreza
	1.02 Intensidade da pobreza
	1.03 Privação material e social
	1.04 Desemprego familiar
	1.05 Pobreza infantil

¹ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org/goals>.

² BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

1.01 RISCO DE POBREZA

DESCRIÇÃO	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais. Mede a proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.	
UNIDADE	%	
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de risco de pobreza após transferências sociais decresça até 0,0 (limiar de referência B).	
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	25,6	
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,0	
VALOR	14,9	
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional	
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (n.º de pessoas abaixo da linha de pobreza definida como 60 % do rendimento mediano / população residente adulta) x 100	
DESEMPENHO BRUTO	42	
DESEMPENHO GLOBAL	42	
GRÁFICO	RISCO DE POBREZA desempenho global: 42	
FONTES	Indicador: <i>people at risk of income poverty after social transfers</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt.	

1.02 INTENSIDADE DA POBREZA

DESCRIÇÃO	Taxa de intensidade de pobreza. Mede a proporção estimada da população que vive com menos de 6,85 \$ por dia em paridade do poder de compra (PPC) a preços constantes de 2011.	
UNIDADE	%	
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de intensidade de pobreza decresça até 0 (limiar de referência B).	
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	21	
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0	
VALOR	1	
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional	
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (n.º de pessoas com rendimentos inferiores a 6,85 \$/dia / população residente) x 100	
DESEMPENHO BRUTO	97	
DESEMPENHO GLOBAL	97	
GRÁFICO	INTENSIDADE DA POBREZA desempenho global: 97	
		

FONTES

Indicador: *poverty headcount ratio at \$6,85/day* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

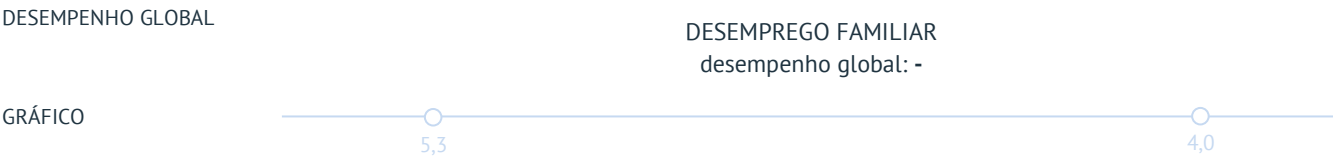
Fórmula de cálculo: Banco Mundial (2022). *Poverty gap at \$6.85 a day*. <https://data.worldbank.org/Indicador/SI.POV.UMIC.GP>

1.03 PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL

DESCRIÇÃO	Taxa de privação material e social. Mede a proporção da população com carências materiais graves.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de privação material e social decresça até 0,0 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	31,4		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,0		
VALOR	3,2		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população residente em privação material e social severa / população residente) x 100		
DESEMPENHO BRUTO	90		
DESEMPENHO GLOBAL	90		
GRÁFICO	PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL desempenho global: 90		
FONTES	Indicador: <i>severely materially deprived people</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt.		

1.04 DESEMPREGO FAMILIAR

DESCRIÇÃO	População a viver em agregados domésticos com intensidade laboral muito reduzida. Mede número de pessoas que vivem num agregado familiar onde os membros em idade ativa trabalharam um tempo de trabalho igual ou inferior a 20 % do seu tempo de trabalho potencial total durante o ano anterior.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a população a viver em agregados domésticos com intensidade laboral muito reduzida decresça até 5,3 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	10,3 ³
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	5,3 ⁴
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-



FONTES

Indicador: *people living in households with very low work intensity* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2022). *Government support to agricultural research and development*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

³ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁴ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

1.05 POBREZA INFANTIL

DESCRIÇÃO	Proporção de crianças a viver abaixo do dobro do limiar da pobreza.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção de crianças a viver abaixo do dobro do limiar da pobreza decresça até 0,0 (limiar de referência B).
LIMAR DE REFERÊNCIA A	14,3
LIMAR DE REFERÊNCIA B	0,0
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-
GRÁFICO	POBREZA INFANTIL desempenho global: - O gráfico consiste numa linha horizontal azul. No lado esquerdo, há um círculo azul sobre a linha com o valor '14,3' escrito abaixo dele. No lado direito, há outro círculo azul sobre a linha com o valor '0,0' escrito abaixo dele.
FONTES	Indicador: <i>percentage of children living below twice the poverty line</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex.

ODS 2 CONTRIBUTO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR⁵

O objetivo de desenvolvimento sustentável 2 visa “erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”.⁶

Pretende, assim, “erradicar a fome em todo o mundo. Garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Acabar com todas as formas de desnutrição. Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos. Implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção e que ajudem a manter os ecossistemas”.⁷

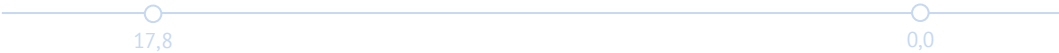
INDICADORES	2.01 Insegurança alimentar
	2.02 Culturas cerealíferas
	2.03 Nível trófico humano
	2.04 Produtividade agrícola
	2.05 Obesidade
	2.06 Agricultura biológica
	2.07 I&D na agricultura
	2.08 Emissões de amoníaco pela agricultura

⁵ O nome original do ODS 2 é erradicar a fome. Contudo, no âmbito do PEOAIAHM, foi adaptado o nome à realidade nacional.

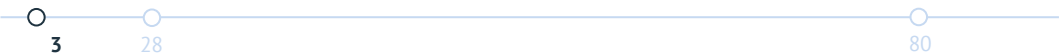
⁶ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁷ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

2.01 INSEGURANÇA ALIMENTAR

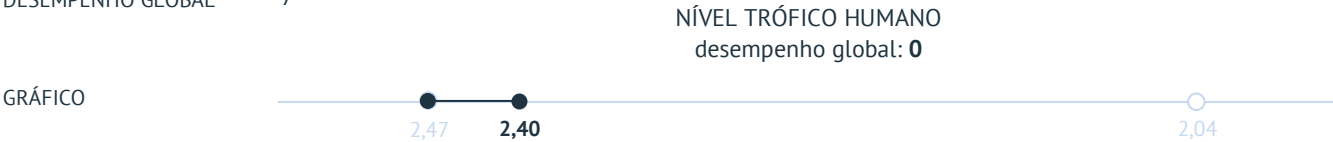
DESCRIÇÃO	Estimativa percentual de indivíduos em situação de insegurança alimentar.	
UNIDADE	%	
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção de indivíduos em situação de insegurança alimentar decresça até 0,0 (limiar de referência B).	
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	17,8	
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,0	
VALOR	Sem dados	
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-	
CÁLCULO DO VALOR	-	
DESEMPENHO BRUTO	-	
DESEMPENHO GLOBAL	-	
GRÁFICO	INSEGURANÇA ALIMENTAR desempenho global: - 	
FONTES	Indicador: <i>percentage estimates of individuals experiencing food insecurity</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex.	

2.02 CULTURAS CEREALÍFERAS

DESCRIÇÃO	Área de cultivo ocupada com cereais. Mede o potencial de produção de cereais.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de culturas cerealíferas na superfície cultivada total cresça até 80 % (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	28
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	80
VALOR	3
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	AHM
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (área regada com culturas cerealíferas / área regada total) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-47
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	CULTURAS CEREALÍFERAS desempenho global: 0 
FONTES	Indicador: <i>yield gap closure</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: ABM – Associação de Beneficiários do Mira (2023). <i>Relatórios & Contas 2022</i>. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

2.03 NÍVEL TRÓFICO HUMANO

DESCRIÇÃO	Nível trófico humano. Mede o nível trófico dos alimentos da dieta, ponderado pela quantidade. Os níveis tróficos são uma medida da intensidade energética da composição da dieta e refletem as quantidades relativas de plantas, em oposição aos animais, consumidos num determinado país. Um nível trófico mais elevado representa um maior nível de consumo de animais intensivos em energia.
UNIDADE	Escala entre 2 e 3
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a média do nível trófico dos alimentos na dieta decresça até 2,04 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	2,47
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	2,04
VALOR	2,40
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = 1 + [(quantidade do alimento consumido x nível trófico) ⁸ / quantidade do alimento consumido]
DESEMPENHO BRUTO	7
DESEMPENHO GLOBAL	7



FONTES	Indicador: <i>human trophic level</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Fórmula de cálculo: Bonhommeau, S., Dubroca, L., Le Pape, O. & Nieblas, A. (2013). Eating up the world’s food web and the human trophic level. <i>Proceedings of the National Academy of Sciences</i>. https://doi.org/10.1073/pnas.1305827110.
--------	---

⁸ Obtido através de Bonhommeau, S., Dubroca, L., Le Pape, O. & Nieblas, A. (2013). Eating up the world’s food web and the human trophic level. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. <https://doi.org/10.1073/pnas.1305827110>.

2.04 PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

DESCRIÇÃO	Rendimento dos fatores agrícolas por unidade de trabalho ano (UTA). Mede o rendimento gerado pela agricultura em relação à mão-de-obra. As UTA são definidas como emprego equivalente a tempo inteiro (correspondente ao número de empregos equivalentes a tempo inteiro).		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o rendimento dos fatores agrícolas por unidade de trabalho ano cresça até 70 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA	3		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	70 ⁹		
VALOR	-10		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = [(VPPT ¹⁰ médio por UTA - VPPT médio por UTA do ano de referência)/VPPT médio por UTA do ano de referência] x 100		
DESEMPENHO BRUTO	-19		
DESEMPENHO GLOBAL	0		
GRÁFICO	PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA desempenho global: 0		
			

⁹ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da tendência nacional, aplicando o princípio de “não deixar ninguém para trás”, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

¹⁰ Valor da produção padrão total.

FONTES

Indicador: *agricultural factor income per annual work unit* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Conselho Europeu (2019). *Proposal for a Regulation on CAP Strategic Plans – Draft list of context and impact Indicators for the Performance Monitoring and Evaluation Framework – Working paper*. https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-02/pmef-context-impact-indicators_en.pdf.

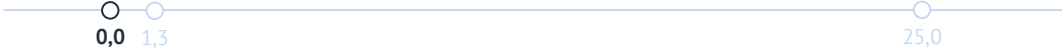
Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). *Recenseamento agrícola - 2019*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

2.05 OBESIDADE

DESCRIÇÃO	Taxa de obesidade da população adulta. Mede a percentagem da população adulta que tem um índice de massa corporal (IMC) igual ou superior a 30 kg / m².
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de obesidade da população adulta decresça até 3 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	35
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3
VALOR	19
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população adulta residente com IMC ≥ 30 / população adulta residente) x 100
DESEMPENHO BRUTO	50
DESEMPENHO GLOBAL	50
GRÁFICO	OBESIDADE desempenho global: 50 
FONTES	Indicador: <i>prevalence of obesity, BMI ≥ 30</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2020). <i>Inquérito nacional de saúde</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

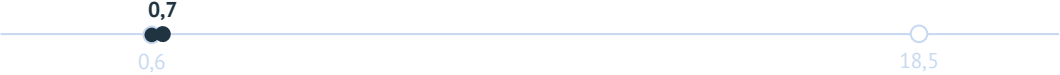
2.06 AGRICULTURA BIOLÓGICA

DESCRIÇÃO	Área em agricultura biológica.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a área em agricultura biológica cresça até 25,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	1,3 ¹¹
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	25,0 ¹²
VALOR	0,0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (área em agricultura biológica / área agrícola total) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-5
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	AGRICULTURA BIOLÓGICA desempenho global: 0 
FONTES	Indicador: <i>area under organic farming</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2022). <i>Area under organic farming</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Recenseamento agrícola - 2019</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: Eurostat (2022). <i>Area under organic farming</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

¹¹ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

¹² Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através da meta definida na Estratégia do Prado ao Prado, referida em Eurostat (2022). *Area under organic farming (sdg_02_40)*. <https://ec.europa.eu/eurostat>, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

2.07 I&D NA AGRICULTURA

DESCRIÇÃO	Apoio do público à investigação e desenvolvimento (I&D) na agricultura. Mede as dotações orçamentais do governo para I&D na agricultura.
UNIDADE	€ / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o apoio do público à investigação e desenvolvimento (I&D) na agricultura cresça até 18,5 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,6 ¹³
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	18,5 ¹⁴
VALOR	0,7
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (apoio público à I&D na agricultura / população residente) x 100
DESEMPENHO BRUTO	1
DESEMPENHO GLOBAL	1
GRÁFICO	I&D NA AGRICULTURA desempenho global: 1 

¹³ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

¹⁴ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *government support to agricultural research and development* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

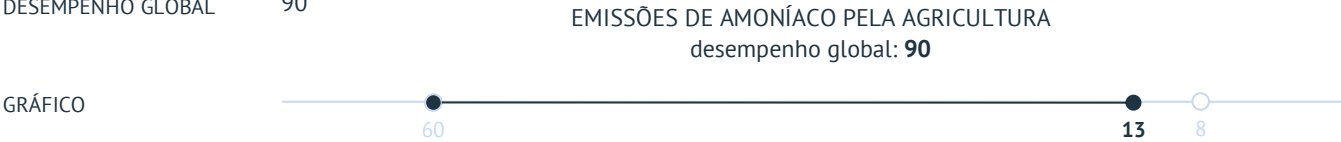
Limiares de referência: Eurostat (2022). *Government support to agricultural research and development*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2021). *Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional*. Dados cedidos por consulta ao GPP em 29-06-2023.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2022). *Government support to agricultural research and development*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

2.08 EMISSÕES DE AMONÍACO PELA AGRICULTURA

DESCRIÇÃO	Emissões de amoníaco pela agricultura. Mede a quantidade de emissões de amoníaco (NH ₃) como resultado da produção agrícola.
UNIDADE	kg / ha
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as emissões de amoníaco pela agricultura decresçam até 8 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	60
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	8
VALOR	13
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = emissões de amoníaco (NH ₃) / superfície agrícola utilizada total
DESEMPENHO BRUTO	90
DESEMPENHO GLOBAL	90



FONTES	Indicador: <i>ammonia emissions from agriculture</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.
--------	--

ODS 3 SAÚDE DE QUALIDADE

O objetivo de desenvolvimento sustentável 3 visa “assegurar o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos e em todas as idades”.¹⁵

Pretende, assim, “garantir saúde e bem-estar para todos. Reduzir a taxa de mortalidade global. Acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos. Erradicar as epidemias de HIV, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas. Promover a saúde mental e o bem-estar. Alcançar a cobertura universal de saúde”.¹⁶

INDICADORES	3.01 Esperança de vida
	3.02 Mortalidade evitável
	3.03 Perceção da saúde
	3.04 Tuberculose
	3.05 Suicídio
	3.06 Disparidade na saúde
	3.07 Mortalidade abaixo dos 5 anos
	3.08 Mortalidade devido a poluição atmosférica
	3.09 Insatisfação com cuidados médicos
	3.10 Mortalidade rodoviária
	3.11 Consumo de álcool
	3.12 Cobertura vacinal
	3.13 Tabagismo
	3.14 Cobertura de seguro de saúde
	3.15 Marcação online de consultas
	3.16 Sobrecarga das despesas em saúde
	3.17 Bem-estar subjetivo
	3.18 Mortalidade por doenças não transmissíveis
	3.19 Baixa saúde mental
	3.20 Mortalidade por drogas
	3.21 Mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite

¹⁵ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

¹⁶ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

3.01 ESPERANÇA DE VIDA

DESCRIÇÃO	Esperança de vida à nascença. Mede o número médio de anos que uma criança recém-nascida pode esperar viver se for sujeita durante toda a sua vida às atuais condições de mortalidade.
UNIDADE	Anos
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a esperança de vida à nascença cresça até 83 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	54
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	83
VALOR	80
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Sub-regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = total de anos vividos por uma coorte após o nascimento / sobreviventes ao nascimento de uma coorte de base fixa
DESEMPENHO BRUTO	89
DESEMPENHO GLOBAL	89



FONTES	Indicador: <i>life expectancy at birth</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2020). <i>Tábuas completas de mortalidade</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2020). <i>Tábuas completas de mortalidade</i>. http://www.ine.pt.
--------	--

3.02 MORTALIDADE EVITÁVEL

DESCRIÇÃO	Taxa de mortalidade padronizada evitável. Mede a mortalidade que pode ser evitada principalmente através de intervenções eficazes de saúde pública e de prevenção primária.		
UNIDADE	n.º / 100 000 hab. com menos de 75 anos		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de mortalidade padronizada evitável decresça até 150 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	1 000		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	150		
VALOR	Sem dados		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-		
CÁLCULO DO VALOR	-		
DESEMPENHO BRUTO	-		
DESEMPENHO GLOBAL	-		
GRÁFICO	MORTALIDADE EVITÁVEL		
	desempenho global: -		
FONTES	Indicador: <i>standardised preventable and treatable mortality</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

3.03 PERCEÇÃO DA SAÚDE

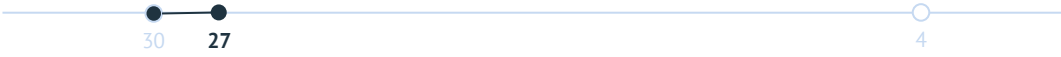
DESCRIÇÃO	População com idade igual ou superior a 16 anos com boa ou muito boa perceção do seu estado de saúde. Consiste numa medida subjetiva de como as pessoas avaliam a sua saúde em geral numa Escala de “muito boa” a “muito má”. É expressa como a percentagem da população com 16 anos ou mais que se considera com saúde “boa” ou “muito boa”.	
UNIDADE	%	
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção da população com boa ou muito boa perceção do seu estado de saúde cresça até 80 (limiar de referência B).	
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	25	
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	80	
VALOR	50	
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional	
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ¹⁷	
DESEMPENHO BRUTO	45	
DESEMPENHO GLOBAL	45	
GRÁFICO	PERCEÇÃO DA SAÚDE desempenho global: 45 	
FONTES	Indicador: <i>population with good or very good perceived health</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: PORDATA (2023). <i>População com boa ou muito boa perceção do seu estado de saúde: total e por sexo</i>. http://www.pordata.pt. Fórmula de cálculo: PORDATA (2023). <i>População com boa ou muito boa perceção do seu estado de saúde: total e por sexo</i>. http://www.pordata.pt.	

¹⁷ Inquérito amostral realizado por PORDATA.

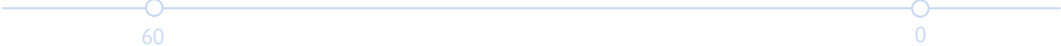
3.04 TUBERCULOSE

DESCRIÇÃO	Taxa de incidência de tuberculose.
UNIDADE	n.º / 100 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de incidência de tuberculose decresça até 4 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	561
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	4
VALOR	23
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Sub-regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (novos casos confirmados de tuberculose / população residente) x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	97
DESEMPENHO GLOBAL	97
GRÁFICO	TUBERCULOSE desempenho global: 96 
FONTES	Indicador: <i>new reported cases of tuberculosis</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: ARS Alentejo – Administração Regional de Saúde do Alentejo (2019). <i>Perfil Regional de Saúde – Região Alentejo</i>. http://www.arsalentejo.min-saude.pt. Fórmula de cálculo: ARS Alentejo – Administração Regional de Saúde do Alentejo (2019). <i>Perfil Regional de Saúde – Região Alentejo</i>. http://www.arsalentejo.min-saude.pt.

3.05 SUICÍDIO

DESCRIÇÃO	Taxa de suicídio.
UNIDADE	n.º / 100 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de suicídio decresça até 4 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	30
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	4
VALOR	27
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (óbitos por suicídio / população residente) x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	11
DESEMPENHO GLOBAL	11
GRÁFICO	SUICÍDIO desempenho global: 11 
FONTES	Indicador: <i>suicide rate</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Óbitos por causas de morte</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

3.06 DISPARIDADE NA SAÚDE

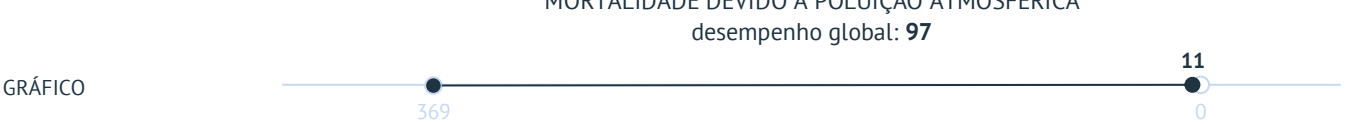
DESCRIÇÃO	Disparidade na auto-avaliação do estado de saúde, por rendimento. Mede a variação na percentagem de pessoas que consideram o seu estado de saúde como bom ou muito bom entre os 20 % mais pobres e os 20 % mais ricos da população.		
UNIDADE	pp		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a disparidade na auto-avaliação do estado de saúde, por rendimento decresça até 0 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	60		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0		
VALOR	Sem dados		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-		
CÁLCULO DO VALOR	-		
DESEMPENHO BRUTO	-		
DESEMPENHO GLOBAL	-		
GRÁFICO	DISPARIDADE NA SAÚDE desempenho global: - 		
FONTES	Indicador: <i>gap in self-reported health, by income</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

3.07 MORTALIDADE ABAIXO DOS 5 ANOS

DESCRIÇÃO	Óbitos de crianças 0-4 anos.
UNIDADE	n.º / 1 000 nados-vivos
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que os óbitos de crianças 0-4 anos decresçam até 3 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	130
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3
VALOR	4
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (óbitos de crianças entre 0-4 anos / nados-vivos) x 1 000
DESEMPENHO BRUTO	99
DESEMPENHO GLOBAL	99
GRÁFICO	MORTALIDADE ABAIXO DOS 5 ANOS desempenho global: 99 
FONTES	Indicador: <i>mortality rate, under-5</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Óbitos por causas de morte</i>; INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Nados-vivos</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

3.08 MORTALIDADE DEVIDO A POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

DESCRIÇÃO	Taxa de mortalidade atribuída a poluição ambiente e doméstica do ar.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de mortalidade atribuída a poluição ambiente e doméstica do ar decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	369
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	11
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = [(óbitos por tumores das vias aéreas x 29) + (óbitos por doenças cardíacas x 24), (óbitos por doenças cérebro-vasculares x 25) + (óbitos por doenças do aparelho respiratório x 43) / 100] / n.º total de óbitos
DESEMPENHO BRUTO	97
DESEMPENHO GLOBAL	97



FONTES	Indicador: <i>death rate attributable to household air pollution and ambient air pollution</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Óbitos por causas de morte</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.
NOTAS	Ponderações da causa de morte por poluição atmosférica retiradas de SNS – Serviço Nacional de Saúde (2018). OMS Poluição atmosférica. https://www.sns.gov.pt/noticias/2018/05/02/oms-poluicao-atmosferica/#:~:text=A%20OMS%20afirma%20que%20a,associadas%20ao%20cancro%20do%20pulm%C3%A3o.

3.09 DISPARIDADE NA SAÚDE

DESCRIÇÃO	População com necessidades insatisfeitas de cuidados médicos. Mede a diferença na percentagem de pessoas que reportam necessidades não satisfeitas de cuidados médicos entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da população. Um valor positivo significa que as pessoas com baixos rendimentos reportam mais necessidades não satisfeitas do que as pessoas com rendimentos elevados.		
UNIDADE	pp		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a população com necessidades insatisfeitas de cuidados decresça até 0 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0		
VALOR	Sem dados		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-		
CÁLCULO DO VALOR	-		
DESEMPENHO BRUTO	-		
DESEMPENHO GLOBAL	-		
GRÁFICO	INSATISFAÇÃO COM CUIDADOS MÉDICOS desempenho global: - 		
FONTES	Indicador: <i>gap in self-reported unmet need for medical examination and care, by income</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

3.10 MORTALIDADE RODOVIÁRIA

DESCRIÇÃO	Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários.
UNIDADE	n.º / 100 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de mortalidade por acidentes rodoviários decresça até 3 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	34
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3
VALOR	14
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (óbitos por acidentes de transporte / população residente) x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	65
DESEMPENHO GLOBAL	65
GRÁFICO	

FONTES

Indicador: *people killed in road accidents* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

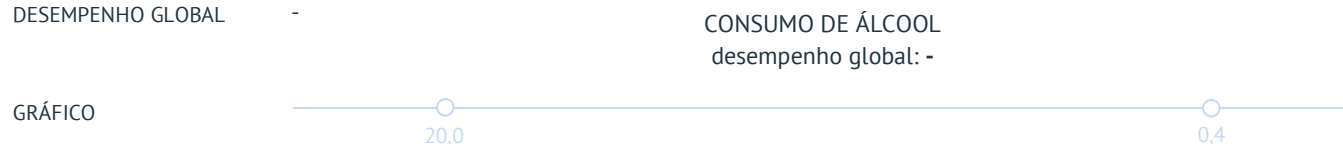
Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Óbitos por causas de morte*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

3.11 CONSUMO DE ÁLCOOL

DESCRIÇÃO	População envolvida em consumo excessivo e episódico de álcool pelo menos uma vez por semana.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a população envolvida em consumo excessivo e episódico de álcool pelo menos uma vez por semana decresça até 0,4 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20,0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,4
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-



Fontes: Indicador: *population engaging in heavy, episodic drinking at least once a week* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

3.12 COBERTURA VACINAL

DESCRIÇÃO	Nados-vivos que receberam duas vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Cobertura nacional estimada de vacinação de rotina de lactentes, expressa como a percentagem de crianças sobreviventes com menos de 12 meses de idade, que receberam duas vacinas recomendadas pela OMS.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que os nados-vivos que receberam duas vacinas recomendadas pela OMS cresça até 100 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	41		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100		
VALOR	Sem dados		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-		
CÁLCULO DO VALOR	-		
DESEMPENHO BRUTO	-		
DESEMPENHO GLOBAL	-		
GRÁFICO	COBERTURA VACINAL desempenho global: - 20,0 0,4		
FONTES	Indicador: <i>surviving infants who received 2 WHO-recommended vaccines</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

3.13 TABAGISMO

DESCRIÇÃO	População fumadora. Proporção de fumadores com 15 ou mais anos relativamente ao total da população com 15 ou mais anos.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a população fumadora decresça até 12 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	50
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	12
VALOR	19
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população com mais de 15 anos fumadora / população com mais de 15 anos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	81
DESEMPENHO GLOBAL	81



GRÁFICO

FONTES

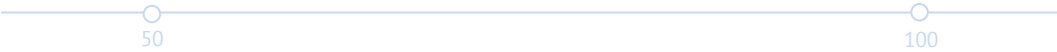
Indicador: *smoking prevalence* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

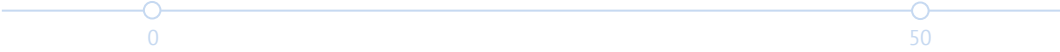
Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2019). *Inquérito nacional de saúde (série 2014)*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

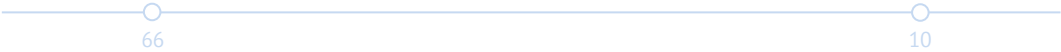
3.14 COBERTURA DE SEGURO DE SAÚDE

DESCRIÇÃO	Proporção da população com seguro de saúde.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção da população com seguro de saúde cresça até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	50
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-
GRÁFICO	COBERTURA DE SEGURO DE SAÚDE desempenho global: - 
FONTES	Indicador: <i>people covered by health insurance for a core set of services</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

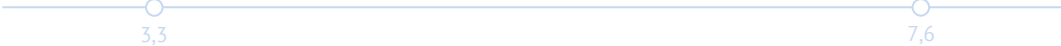
3.15 MARCAÇÃO ONLINE DE CONSULTAS

DESCRIÇÃO	Indivíduos que usam a internet para marcar consultas médicas.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de indivíduos que usam a internet para marcar consultas médicas cresça até 50 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	50
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-
GRÁFICO	MARCAÇÃO ONLINE DE CONSULTAS desempenho global: - 
FONTES	Indicador: <i>share of total health spending financed by out-of-pocket payments</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

3.16 SOBRECARGA DAS DESPESAS EM SAÚDE

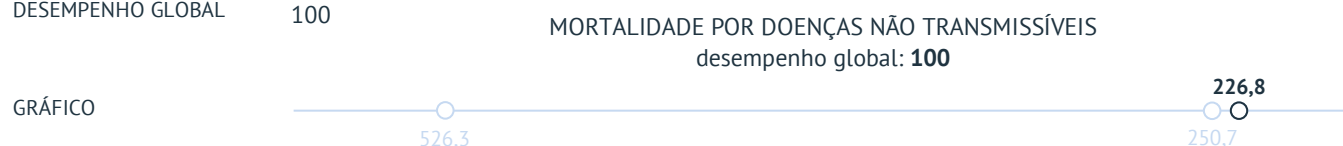
DESCRIÇÃO	Proporção dos gastos totais com saúde financiados por pagamentos diretos. Mede as despesas suportadas diretamente por um paciente, na ausência de seguro público ou privado, que cubram o custo total do bem ou serviço de saúde.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção dos gastos totais com saúde financiados por pagamentos diretos decresça até 10 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	66
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	10
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-
GRÁFICO	SOBRECARGA DAS DESPESAS EM SAÚDE desempenho global: -  O gráfico mostra uma escala horizontal com dois pontos marcados por círculos brancos. O primeiro ponto está alinhado com o valor 66 e o segundo com o valor 10. A escala é representada por uma linha horizontal com setas nas extremidades.
FONTES	Indicador: <i>share of total health spending financed by out-of-pocket payments</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

3.17 BEM-ESTAR SUBJETIVO

DESCRIÇÃO	Bem-estar subjetivo. Autoavaliação subjetiva da qualidade de vida, onde os entrevistados são solicitados a avaliar onde se sentem, numa escada onde 0 representa a pior vida possível e 10 a melhor vida possível.	
UNIDADE	Escala de 0 a 10	
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o bem-estar subjetivo cresça até 7,6 (limiar de referência B).	
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	3,3	
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	7,6	
VALOR	Sem dados	
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-	
CÁLCULO DO VALOR	-	
DESEMPENHO BRUTO	-	
DESEMPENHO GLOBAL	-	
GRÁFICO	BEM-ESTAR SUBJETIVO desempenho global: - 	
FONTES	Indicador: <i>subjective wellbeing</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.	

3.18 MORTALIDADE POR DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

DESCRIÇÃO	Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias, na população entre 35-74 anos.
UNIDADE	n.º / 100 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de mortalidade atribuída a doenças não transmissíveis decresça até 250,7 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	526,3
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	250,7
VALOR	226,8
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = [(óbitos por doenças do aparelho circulatório de residentes entre 35-74 anos + óbitos por tumores malignos de residentes entre 35-74 anos + óbitos por diabetes mellitus de residentes entre 35-74 anos + óbitos por doenças crónicas respiratórias de residentes entre 35-74 anos) / população residente] x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	109
DESEMPENHO GLOBAL	100



FONTES

Indicador: *age-adjusted death rate for non-communicable diseases (chronic respiratory, diabetes, cancer, cardiovascular) per 100,000 people aged 35-74* (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Óbitos por causas de morte*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

3.19 BAIXA SAÚDE MENTAL

DESCRIÇÃO	Baixa saúde mental. Mede o número médio de dias de doença mental relatados nos últimos 30 dias (ajustado por idade).
UNIDADE	dias
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a baixa saúde mental decresça até 3,04 (limiar de referência B).
LIMAR DE REFERÊNCIA A	4,45
LIMAR DE REFERÊNCIA B	3,04
VALOR	-
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-

BAIXA SAÚDE MENTAL
desempenho global: -



FONTES

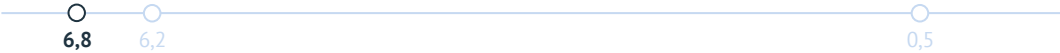
Indicador: *average number of mentally unhealthy days reported in past 30 days* (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Limites de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

3.20 MORTALIDADE POR DROGAS

DESCRIÇÃO	Taxa de mortalidade devido a intoxicação por drogas.
UNIDADE	n.º / 100 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de mortalidade devido a intoxicação por drogas por 100 mil habitantes decresça até 7,5 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	34,3
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	7,5
VALOR	0,0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (óbitos por dependência de drogas (toxicomania) / população residente) x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	128
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	MORTALIDADE POR DROGAS desempenho global: 100 O gráfico apresenta uma escala horizontal com pontos marcados em 34,3, 7,5 e 0,0. O desempenho global de 100 é representado pelo ponto 0,0 na escala.
FONTES	Indicador: <i>number of deaths due to drug poisoning per 100 000 population</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Óbitos por causas de morte</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex.

3.21 MORTALIDADE POR TUBERCULOSE, VIH E HEPATITE

DESCRIÇÃO	Taxa de mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite.
UNIDADE	n.º / 100 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite decresça até 0,5 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	6,2 ¹⁸
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,5 ¹⁹
VALOR	6,8
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = [(óbitos por tuberculose + óbitos por VIH + óbitos por hepatite viral) / população residente) x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	-9
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	MORTALIDADE POR TUBERCULOSE, VIH E HEPATITE desempenho global: 0 

¹⁸ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

¹⁹ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *death rate due to tuberculosis, HIV and hepatitis* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2023). *Standardised death rate due to tuberculosis, HIV and hepatitis by type of disease*. <https://ec.europa.eu/eurostat>; Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Óbitos por causas de morte*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). *Standardised death rate due to tuberculosis, HIV and hepatitis by type of disease*. <https://ec.europa.eu/eurostat>

ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O objetivo de desenvolvimento sustentável 4 visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.²⁰

Pretende, assim, “garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Promover a aprendizagem ao longo da vida. Eliminar as disparidades de género na educação. Garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade na primeira infância. Garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação para os mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade.”.²¹

INDICADORES	4.01 Avaliação do 3.º ciclo
	4.02 Aprendizagem ao longo da vida
	4.03 Formação superior
	4.04 Emprego de recém-formados
	4.05 Abandono escolar
	4.06 Insucesso em ciências
	4.07 Variação no desempenho em ciências
	4.08 Sucesso no ensino secundário
	4.09 Disparidade escolar
	4.10 Ensino pré-escolar

²⁰ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

²¹ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

4.01 AVALIAÇÃO DO 3.º CICLO

DESCRIÇÃO	Resultados do Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA).		
UNIDADE	Escala de 0 a 600		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que os resultados PISA cresçam até 526 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	350		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	526		
VALOR	463		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Sub-regional		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = média dos resultados PISA a leitura, matemática e ciências		
DESEMPENHO BRUTO	64		
DESEMPENHO GLOBAL	64		
GRÁFICO	AVALIAÇÃO DO 3.º CICLO desempenho global: 64 		
FONTES	Indicador: <i>PISA score</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: IAVE – Instituto de Avaliação Educativa (2018). <i>Resultados PISA</i>. Dados cedidos por consulta ao IAVE em 10-08-2023. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

4.02 APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

DESCRIÇÃO	Participação de adultos na aprendizagem.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a participação de adultos na aprendizagem cresça até 28 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	28
VALOR	0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos / população residente com idade igual ou superior a 20 anos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	0
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA desempenho global: 0 
FONTES	Indicador: <i>adult participation in learning</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

4.03 FORMAÇÃO SUPERIOR

DESCRIÇÃO	População, entre os 25 e os 34 anos, com o ensino superior.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a população, entre os 25 e os 34 anos, com o ensino superior cresça até 52 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	52
VALOR	16
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população residente com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo/ população residente com idade entre 30 e 34 anos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	32
DESEMPENHO GLOBAL	32
GRÁFICO	FORMAÇÃO SUPERIOR desempenho global: 32
FONTES	Indicador: <i>tertiary educational attainment</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt.
NOTAS	Por falta de informação mais detalhada, foi utilizada informação para a população residente entre os 30 e os 34 anos.

4.04 EMPREGO DE RECÉM-FORMADOS

DESCRIÇÃO	Taxa de emprego de recém-formados. Mede as taxas de emprego de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a taxa de emprego de recém-formados cresça até 90 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	59 ²²		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	90 ²³		
VALOR	56		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população empregada com ensino secundário e pós-secundário completo / população residente com 15 e mais anos) x 100		
DESEMPENHO BRUTO	-12		
DESEMPENHO GLOBAL	0		
	EMPREGO DE RECÉM-FORMADOS desempenho global: 0		
GRÁFICO			
FONTES	Indicador: <i>employment rates of recent graduates</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2022) <i>Employment rates of recent graduates</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito ao emprego</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito ao emprego</i>. http://www.ine.pt.		

²² Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

²³ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

NOTAS

Por falta de informação direta, e tendo em conta que, em Portugal, a escolaridade obrigatória é de 12 anos, foram incluídos os residentes com idades entre os 15 e os 34 anos.

4.05 ABANDONO ESCOLAR

DESCRIÇÃO	Taxa de abandono escolar.
UNIDADE	% da população entre os 18 e os 24 anos
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de abandono escolar decresça até 4 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	31
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	4
VALOR	53
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população residente entre 18 e 24 anos com o 3.º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino / população residente com idade entre 18 e 24 anos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-83
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	ABANDONO ESCOLAR desempenho global: 0 
FONTES	Indicador: <i>early leavers from education and training</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt.

4.06 INSUCESSO EM CIÊNCIAS

DESCRIÇÃO	Insucesso em ciências dos estudantes com 15 anos. Mede a percentagem de estudantes de 15 anos que não conseguem atingir o nível 2 ("nível de competências básicas") na Escala PISA para ciências.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o insucesso em ciências decresça até 12 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	53		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	12		
VALOR	3		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (alunos retidos no 9.º ano de escolaridade / alunos matriculados no 9.º ano de escolaridade) x 100		
DESEMPENHO BRUTO	122		
DESEMPENHO GLOBAL	100		
	INSUCESSO EM CIÊNCIAS desempenho global: 100		
GRÁFICO			
FONTES	Indicador: <i>underachievers in science</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). <i>Portal Infoescolas</i>. http://infoescolas.medu.pt. Fórmula de cálculo: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). <i>Portal Infoescolas</i>. http://infoescolas.medu.pt.		
NOTAS	Por falta de informação direta, recorreu-se à taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados no ensino básico geral e artístico.		

4.07 VARIAÇÃO NO DESEMPENHO EM CIÊNCIAS

DESCRIÇÃO	Variação no desempenho em ciências, nos resultados do Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA), explicada pelo estatuto socioeconómico dos alunos.	
UNIDADE	%	
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a variação no desempenho em ciências explicada pelo estatuto socioeconómico dos alunos decresça até 8 (limiar de referência B).	
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	21	
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	8	
VALOR	15	
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Sub-regional	
CÁLCULO DO VALOR	Valor = $\frac{[(1.^{\circ} \text{quartil (25\% dos alunos mais desfavorecidos)} - 4.^{\circ} \text{quartil (25\% dos alunos mais favorecidos)}) / 4.^{\circ} \text{quartil (25\% dos alunos mais favorecidos)}}{100} \times 100$	
DESEMPENHO BRUTO	49	
DESEMPENHO GLOBAL	49	
GRÁFICO	VARIAÇÃO NO DESEMPENHO EM CIÊNCIAS desempenho global: 49  21 15 8	
FONTES	Indicador: <i>variation in science performance explained by students' socio-economic status</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: IAVE – Instituto de Avaliação Educativa (2018). <i>Resultados PISA</i>. Dados cedidos por consulta ao IAVE em 10-08-2023. Fórmula de cálculo: OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2019). <i>Students' socio-economic status and performance</i>. https://www.oecd-ilibrary.org.	

4.08 SUCESSO NO ENSINO SECUNDÁRIO

DESCRIÇÃO	Proporção de alunos do 9.º ano que se forma em quatro anos.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de alunos do 9.º ano que se forma em quatro anos cresça até 91 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	76
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	91
VALOR	71
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (alunos que concluíram os cursos científico-humanísticos (CH) em três anos / alunos matriculados nos cursos científico-humanísticos (CH)) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-35
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	SUCESSO NO ENSINO SECUNDÁRIO desempenho global: 0 O gráfico apresenta uma escala horizontal com três pontos marcados por círculos: 71 (em azul), 76 (em cinza) e 91 (em cinza). Linhas verticais azuis se estendem para cima e para baixo a partir de 76 e 91. O valor 71 está à esquerda de 76, e 76 está à esquerda de 91.
FONTES	Indicador: <i>percentage of ninth-grade cohort that graduates in four years</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Valor: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). <i>Portal Infoescolas</i>. http://infoescolas.medu.pt. Fórmula de cálculo: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). <i>Portal Infoescolas</i>. http://infoescolas.medu.pt.
NOTAS	Por falta de informação mais detalhada, foi usado o valor dos alunos que concluíram os cursos científico-humanísticos (CH) do ensino secundário até três anos depois de terem ingressado.

4.09 DISPARIDADE ESCOLAR

DESCRIÇÃO	Disparidade em pontos percentuais em frequentar uma escola de alta pobreza (> 75% de almoço gratuito e a preço reduzido) entre brancos e outras etnias.
UNIDADE	pp
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a disparidade em pontos percentuais em frequentar uma escola de alta pobreza decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	49
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	2
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na região e a média nacional comparável
DESEMPENHO BRUTO	96
DESEMPENHO GLOBAL	96

DISPARIDADE ESCOLAR
desempenho global: **96**



FONTES

Indicador: *percentage-point disparity in attending a high poverty school (>75% free and reduced price lunch) between white people and people of color* (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Valor: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). *Portal Infoescolas*. <http://infoescolas.medu.pt>.

Fórmula de cálculo: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). *Portal Infoescolas*. <http://infoescolas.medu.pt>.

NOTAS

Por falta de informação direta, foi usado o valor da diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na região e a média nacional comparável, em pontos percentuais.

4.10 ENSINO PRÉ-ESCOLAR

DESCRIÇÃO	Participação no ensino pré-escolar.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a participação no ensino pré-escolar cresça até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	35
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	109
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (crianças inscritas na educação pré-escolar / população residente com idade entre 3 a 5 anos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	113
DESEMPENHO GLOBAL	100

ENSINO PRÉ-ESCOLAR
desempenho global: **100**



FONTES	Indicador: <i>participation in early childhood education</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência</i>. http://www.ine.pt.
--------	--

ODS 5 IGUALDADE DE GÉNERO

O objetivo de desenvolvimento sustentável 5 visa “atingir a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”.²⁴

Pretende, assim, “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo tráfico, exploração sexual e outros tipos. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança.”.²⁵

INDICADORES	5.01 Mulheres especialistas em TIC
	5.02 Mulheres em cargos governamentais
	5.03 Violência no namoro
	5.04 Mulheres em quadros superiores
	5.05 Disparidade no emprego entre géneros
	5.06 Disparidade salarial entre géneros
	5.07 Empresas pertencentes a mulheres
	5.08 Mulheres inativas
	5.09 Mulheres em assentos parlamentares

²⁴ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

²⁵ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

5.01 MULHERES ESPECIALISTAS EM TIC

DESCRIÇÃO	Proporção de mulheres especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC).
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de mulheres especialistas em TIC cresça até 50 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	50
VALOR	20
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (mulheres empregadas em TIC / população empregada) x 100
DESEMPENHO BRUTO	41
DESEMPENHO GLOBAL	41
GRÁFICO	MULHERES ESPECIALISTAS EM TIC desempenho global: 41 
FONTES	Indicador: <i>proportion of ICT specialists that are women</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: Eurostat (2023). <i>Employed ICT specialists by sex</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). <i>Employed ICT specialists by sex</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

5.02 MULHERES EM CARGOS GOVERNAMENTAIS

DESCRIÇÃO	Presidentes de municípios e juntas de freguesia do sexo feminino.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de presidentes de municípios e juntas de freguesia do sexo feminino cresça até 50 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	14
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	50
VALOR	0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (presidentes de município e juntas de freguesia do sexo feminino / presidentes de município e juntas de freguesia) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-38
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	MULHERES EM CARGOS GOVERNAMENTAIS desempenho global: 0 O gráfico apresenta uma linha horizontal com três pontos marcados: 0, 14 e 50. Um círculo está posicionado exatamente no ponto 0, representando o desempenho global atual.
FONTES	Indicador: <i>percentage of women in city government</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Valor: CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023). <i>Ofício n.º GDDP-26050</i>. Dados cedidos por consulta à CMO em 28-08-2023. Fórmula de cálculo: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex.

5.03 VIOLÊNCIA NO NAMORO

DESCRIÇÃO	Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	11 ²⁶
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	1
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses / população do sexo feminino com 15 anos ou mais) x 100
DESEMPENHO BRUTO	95
DESEMPENHO GLOBAL	95
GRÁFICO	VIOLÊNCIA NO NAMORO desempenho global: 95 

²⁶ Por falta de informação direta, o LIMIAIR DE REFERÊNCIA A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *physical and sexual violence to women experienced within 12 months prior to the interview* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2022). *Physical and sexual violence to women by age group*. <https://ec.europa.eu/eurostat>; Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Valor: GNR – Guarda Nacional Republicana (2023). *E-mail n.º E107126*. Dados cedidos por consulta à GNR em 09-10-2023.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2022). *Physical and sexual violence to women by age group*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

5.04 MULHERES EM QUADROS SUPERIORES

DESCRIÇÃO	Mulheres com cargos de gestão.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de mulheres com cargos de gestão cresça até 50 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	50
VALOR	33
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (cargos de gestão nas empresas ocupados por mulheres / cargos de gestão nas empresas) x 100
DESEMPENHO BRUTO	67
DESEMPENHO GLOBAL	67

MULHERES EM QUADROS SUPERIORES
desempenho global: **67**



FONTES

Indicador: *positions held by women in senior management positions* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

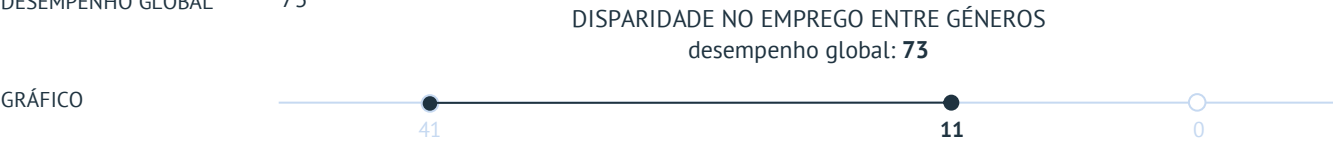
Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: Eurostat (2023). *Positions held by women in senior management positions*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2022). *Employed ICT specialists by sex*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

5.05 DISPARIDADE NO EMPREGO ENTRE GÉNEROS

DESCRIÇÃO	Diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos.
UNIDADE	pp
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	41
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	11
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = [(população empregada do sexo masculino entre 20 e 64 anos / população do sexo masculino entre 20 e 64 anos) x 100] – [(população empregada do sexo feminino entre 20 e 64 anos / população do sexo feminino entre 20 e 64 anos) x 100]
DESEMPENHO BRUTO	73
DESEMPENHO GLOBAL	73



FONTES

Indicador: *gender employment gap* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

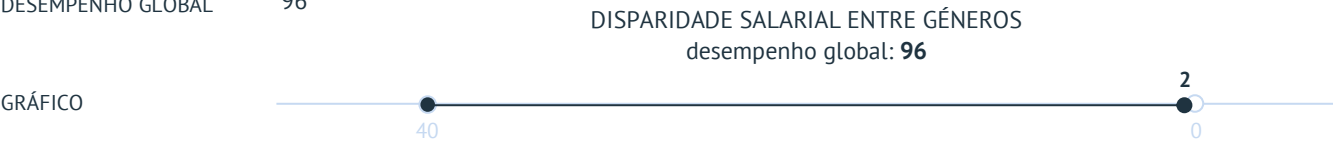
Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). *Recenseamento da população e habitação – censos 2021*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

5.06 DISPARIDADE SALARIAL ENTRE GÉNEROS

DESCRIÇÃO	Disparidade salarial entre homens e mulheres.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a disparidade salarial entre homens e mulheres decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	40
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	2
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = [(salário médio bruto por hora dos homens - salário médio bruto por hora das mulheres) / salário médio bruto por hora dos homens] x 100]
DESEMPENHO BRUTO	96
DESEMPENHO GLOBAL	96



FONTES

Indicador: *unadjusted gender pay gap* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). *Gender pay gap in unadjusted form*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

5.07 EMPRESAS PERTENCENTES A MULHERES

DESCRIÇÃO	Proporção de empresas pertencentes a mulheres.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de empresas privadas pertencentes a mulheres cresça até 50,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	34,4
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	50,0
VALOR	0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (Mulheres empregadoras / total de empresas) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-220
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	EMPRESAS PERTENCENTES A MULHERES desempenho global: 0 O gráfico apresenta uma linha horizontal com três pontos marcados: 0, 34,4 e 50,0. O ponto 0 está à esquerda, 34,4 no meio e 50,0 à direita. O desempenho global atual é indicado como 0, alinhado com o primeiro ponto.
FONTES	Indicador: <i>percentage of individual-owned businesses that are owned by women</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Valor: PORDATA (2021). <i>Quadros de pessoal</i>. http://www.pordata.pt. Fórmula de cálculo: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex.

5.08 MULHERES INATIVAS

DESCRIÇÃO	População inativa devido a responsabilidades familiares.
UNIDADE	% da população entre 20 e 64 anos
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a população inativa devido a responsabilidades familiares decresça até 6 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	66
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	6
VALOR	27
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ²⁷
DESEMPENHO BRUTO	64
DESEMPENHO GLOBAL	64
GRÁFICO	MULHERES INATIVAS desempenho global: 64
FONTES	Indicador: <i>population inactive due to caring responsibilities</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: PORDATA (2021). <i>População inativa devido a responsabilidades familiares: total e por sexo</i>. http://www.pordata.pt. Fórmula de cálculo: PORDATA (2021). <i>População inativa devido a responsabilidades familiares: total e por sexo</i>. http://www.pordata.pt.

²⁷ Inquérito amostral realizado por PORDATA.

5.09 MULHERES EM ASSENTOS PARLAMENTARES

DESCRIÇÃO	Mulheres nos parlamentos e governos nacionais.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de mulheres nos parlamentos e governos nacionais cresça até 50 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	12
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	50
VALOR	41
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (assentos nos executivos e assembleias municipal e de freguesias ocupados por mulheres / assentos nos executivos e assembleias municipal e de freguesias) x 100
DESEMPENHO BRUTO	76
DESEMPENHO GLOBAL	76
GRÁFICO	MULHERES EM ASSENTOS PARLAMENTARES desempenho global: 76
FONTES	Indicador: <i>seats held by women in national parliaments</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: CMO – Câmara Municipal de Odemira e JF – juntas de freguesia (s/d). Dados cedidos por consulta às CMO e JF de Odemira em 22-09-2023. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O objetivo de desenvolvimento sustentável 6 visa “assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e de saneamento para todos”.²⁸

Pretende, assim, “alcançar o acesso universal à água potável segura e acessível para todos. Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados para todos. Melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando o despejo de produtos químicos e materiais perigosos”.²⁹

INDICADORES	6.01 Fósforo nos rios
	6.02 Captação de água doce
	6.03 Tratamento de águas residuais
	6.04 Água potável
	6.05 Serviços de saneamento seguros
	6.06 Consumo doméstico de água
	6.07 Escassez de água
	6.08 Cuidados de higiene

²⁸ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

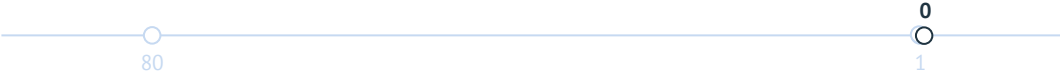
²⁹ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

6.01 FOSFATO NOS RIOS

DESCRIÇÃO	Fosfato nos rios.
UNIDADE	mg PO ₄ / l
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a concentração de fosfato nos rios decresça até 0,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,2 ³⁰
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,0
VALOR	0,0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = média dos valores dos pontos amostrados anualmente
DESEMPENHO BRUTO	100
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	FOSFATO NOS RIOS desempenho global: 100 
FONTES	Indicador: <i>phosphate in rivers</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373; Eurostat (2023). <i>Phosphate in rivers</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>E-mail ref. S046166-202307-ARHALT.DPI</i>. Dados cedidos por consulta à APA em 20-07-2023. Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). <i>Phosphate in rivers</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

³⁰ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

6.02 CAPTAÇÃO DE ÁGUA DOCE

DESCRIÇÃO	Captação de água doce (% média da água disponível a longo prazo).		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a captação de água doce decresça até 1 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	80		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1		
VALOR	0		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (água captada de origem superficial / escoamento médio anual para o ano médio no período 1989-2015) x 100		
DESEMPENHO BRUTO	101		
DESEMPENHO GLOBAL	100		
GRÁFICO	CAPTAÇÃO DE ÁGUA DOCE desempenho global: 100 		
FONTES	Indicador: <i>freshwater abstraction</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento</i>. http://www.ine.pt; APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2022). <i>Plano de gestão de região hidrográfica – 3.º ciclo, 2022-2027 – Sado e Mira (RH6) – parte 2, caracterização e diagnóstico, volume B</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

6.03 TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

DESCRIÇÃO	População servida, pelo menos, por sistemas de tratamento secundário de águas residuais.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a população servida, pelo menos, por sistemas de tratamento secundário de águas residuais cresça até 100 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100		
VALOR	65		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (alojamentos familiares clássicos com serviço disponível / alojamentos familiares clássicos existentes) x 100		
DESEMPENHO BRUTO	56		
DESEMPENHO GLOBAL	56		
GRÁFICO	TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS desempenho global: 56 		
FONTES	Indicador: <i>population connected to at least secondary wastewater treatment</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento</i>. http://www.ine.pt Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento</i>. http://www.ine.pt.		

6.04 ÁGUA POTÁVEL

DESCRIÇÃO	Proporção da população que utiliza serviços de água potável.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção da população que utiliza serviços de água potável cresça até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	11
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	73
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (alojamentos serviços por abastecimento de água/ alojamentos familiares clássicos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	70
DESEMPENHO GLOBAL	70
GRÁFICO	ÁGUA POTÁVEL desempenho global: 70 
FONTES	Indicador: <i>population using safely managed water services</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento</i>. http://www.ine.pt.

6.05 SERVIÇOS DE SANEAMENTO SEGUROS

DESCRIÇÃO	Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros cresça até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	14
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	65
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (alojamentos servidos por drenagem de águas residuais / alojamentos familiares clássicos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	59
DESEMPENHO GLOBAL	59
GRÁFICO	SERVIÇOS DE SANEAMENTO SEGUROS desempenho global: 59 
FONTES	Indicador: <i>population using safely managed sanitation services</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento</i>. http://www.ine.pt.

6.06 CONSUMO DOMÉSTICO DE ÁGUA

DESCRIÇÃO Uso doméstico de água, por pessoa e por dia.

UNIDADE l / hab. / dia

TENDÊNCIA PRETENDIDA Decrescente. Pretende-se que o uso doméstico de água decresça até 0 (limiar de referência B).

LIMIAR DE REFERÊNCIA A 700

LIMIAR DE REFERÊNCIA B 154

VALOR 184

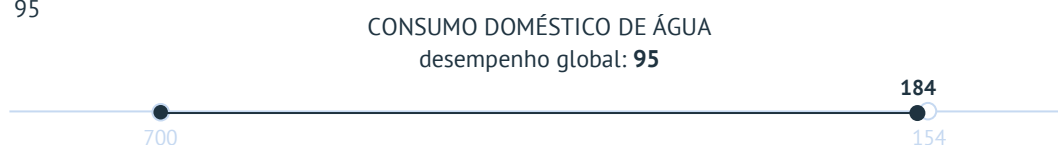
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR Municipal

CÁLCULO DO VALOR Valor = água distribuída diariamente / população residente

DESEMPENHO BRUTO 95

DESEMPENHO GLOBAL 95

GRÁFICO



FONTES Indicador: *domestic water use, in gallons per person per day* (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Valor: CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023). *Ofício n.º GDDP-26050*. Dados cedidos por consulta à CMO em 28-08-2023.

Fórmula de cálculo: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

6.07 ESCASSEZ DE ÁGUA

DESCRIÇÃO	Índice de exploração de água. Corresponde à razão entre a procura média anual de água e os recursos médios disponíveis a longo prazo, permitindo avaliar o <i>stress</i> hídrico a que se encontra sujeito determinado território.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o índice de exploração de água decresça até 10 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	10
VALOR	33
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = precipitação - evapotranspiração + afluências externas - necessidades hídricas + retornos
DESEMPENHO BRUTO	-130
DESEMPENHO GLOBAL	0

ESCASSEZ DE ÁGUA
desempenho global: 0



FONTES	Indicador: <i>water exploitation index</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373; APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2022). <i>Plano de gestão de região hidrográfica – 3.º ciclo, 2022-2027 – Sado e Mira (RH6) – parte 2, caracterização e diagnóstico, volume B</i>. https://apambiente.pt. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2023). <i>Relatório do estado do ambiente – REA 2022/2023</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2022). <i>Plano de gestão de região hidrográfica – 3.º ciclo, 2022-2027 – Sado e Mira (RH6) – parte 2, caracterização e diagnóstico, volume B</i>. https://apambiente.pt.
--------	--

6.08 CUIDADOS DE HIGIENE

DESCRIÇÃO	Proporção da população residente que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção da população residente que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento decresça até 10,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	30,0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	10,0
VALOR	0,4
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral
DESEMPENHO BRUTO	148
DESEMPENHO GLOBAL	100
	CUIDADOS DE HIGIENE desempenho global: 100
GRÁFICO	
FONTES	Indicador: <i>population having neither a bath, nor a shower, nor indoor flushing toilet in their household</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt.

ODS 7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

O objetivo de desenvolvimento sustentável 7 visa “assegurar o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos”.³¹

Pretende, assim, “garantir o acesso universal a energia renovável e acessível para todos. Aumentar a participação das energias renováveis no *mix* global de energia. Reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologia de energia limpa. Expandir a infraestrutura e atualizar a tecnologia para fornecer serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento”.³²

INDICADORES	7.01 Emissões da produção elétrica
	7.02 Consumo de energia
	7.03 Consumo de energia final das famílias
	7.04 Consumo de energia primária
	7.05 Pobreza energética
	7.06 Energias renováveis

³¹ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.
³² BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

7.01 EMISSÕES DA PRODUÇÃO ELÉTRICA

DESCRIÇÃO	Emissões de dióxido de carbono (CO ₂) de combustíveis fósseis para produção de eletricidade.		
UNIDADE	MtCO ₂ / TWh		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as emissões de dióxido de carbono (CO ₂) de combustíveis fósseis para produção de eletricidade decresçam até 0,0 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	5,9		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,0		
VALOR	0,0		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = emissões de CO ₂ de combustíveis fósseis para produção de eletricidade / produção elétrica		
DESEMPENHO BRUTO	100		
DESEMPENHO GLOBAL	100		
GRÁFICO	EMISSIONS DA PRODUÇÃO ELÉTRICA desempenho global: 100  O gráfico apresenta uma linha horizontal com dois pontos marcados. O ponto à esquerda está rotulado '5,9' e o ponto à direita está rotulado '0,0'. Acima da linha, o texto 'EMISSIONS DA PRODUÇÃO ELÉTRICA' e 'desempenho global: 100' é exibido.		
FONTES	Indicador: <i>CO₂ emissions from fuel combustion per electricity output</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>Emissões de poluentes atmosféricos por concelho</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

7.02 CONSUMO DE ENERGIA

DESCRIÇÃO	Consumo final de energia. Mede o uso final de energia de um país, excluindo as utilizações não energéticas de vetores de energia.
UNIDADE	tep / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o consumo final de energia decresça até 1,2 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	4,7 ³³
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1,2 ³⁴
VALOR	1,6
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = energia consumida pelos consumidores finais / população residente
DESEMPENHO BRUTO	89
DESEMPENHO GLOBAL	89
GRÁFICO	CONSUMO DE ENERGIA desempenho global: 89
FONTES	Indicador: <i>final energy consumption</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2022). <i>Final energy consumption</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: Eurostat (2022). <i>Final energy consumption</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Fórmula de cálculo: Eurostat (2022). <i>Final energy consumption</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

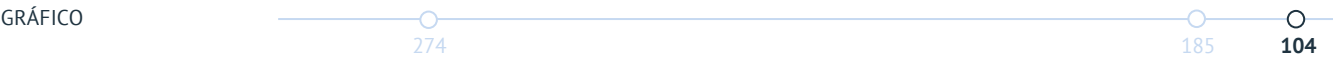
³³ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

³⁴ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

7.03 CONSUMO DE ENERGIA FINAL DAS FAMÍLIAS

DESCRIÇÃO	Consumo final de energia das famílias per capita. Mede o consumo doméstico de eletricidade, excluindo a energia usada no transporte.
UNIDADE	kgep / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o consumo final de energia das famílias per capita decresça até 185 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	274 ³⁵
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	185 ³⁶
VALOR	104
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = Consumo doméstico de energia elétrica/ população residente
DESEMPENHO BRUTO	191
DESEMPENHO GLOBAL	100

CONSUMO DE ENERGIA FINAL DAS FAMÍLIAS
desempenho global: **100**



FONTES

Indicador: *final energy consumption in households per capita* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2024). *Final energy consumption in households per capita*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica e gás natural*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). *Final energy consumption in households per capita*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

³⁵ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

³⁶ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

7.04 CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA

DESCRIÇÃO	Consumo de energia primária. Mede as necessidades energéticas totais de um país, excluindo todas as utilizações não energéticas de vetores de energia.
UNIDADE	toe / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o consumo de energia primária decresça até 2,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	5,6 ³⁷
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1,9 ³⁸
VALOR	2,0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = consumo de energia primária / população residente
DESEMPENHO BRUTO	97
DESEMPENHO GLOBAL	97



FONTES	Indicador: <i>primary energy consumption</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2023). <i>Primary energy consumption</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: Eurostat (2023). <i>Primary energy consumption</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). <i>Primary energy consumption</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.
--------	---

³⁷ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

³⁸ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

7.05 POBREZA ENERGÉTICA

DESCRIÇÃO	População incapaz de aquecer convenientemente a habitação.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a população incapaz de aquecer convenientemente a habitação decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	35
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	37
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito ³⁹
DESEMPENHO BRUTO	-6
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	

FONTES

Indicador: *share of renewable energy in gross final energy consumption* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

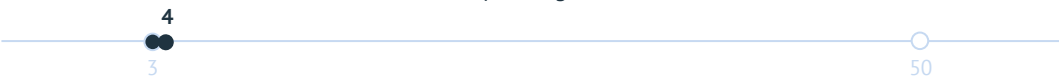
Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Recenseamento da população e habitação – censos 2021*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Recenseamento da população e habitação – censos 2021*. <http://www.ine.pt>.

³⁹ Inquérito realizado por INE – Instituto Nacional de Estatística.

7.06 ENERGIAS RENOVÁVEIS

DESCRIÇÃO	Contribuição das energias renováveis no consumo de energia final.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a contribuição das energias renováveis no consumo de energia final cresça até 50 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	3		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	50		
VALOR	4		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = produção de eletricidade de fontes renováveis / consumo total de energia elétrica		
DESEMPENHO BRUTO	1		
DESEMPENHO GLOBAL	1		
GRÁFICO	ENERGIAS RENOVÁVEIS desempenho global: 1 		
FONTES	Indicador: <i>share of renewable energy in gross final energy consumption</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia (2023). Dados cedidos por consulta à DGEG em 05-07-2023; INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica e gás natural</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org		

ODS 8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

O objetivo de desenvolvimento sustentável 8 visa “promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos”.⁴⁰

Pretende, assim, “garantir o desenvolvimento económico inclusivo e sustentável em todo o mundo. Alcançar níveis mais altos de produtividade económica por meio da diversificação, atualização tecnológica e inovação. Alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, inclusive para jovens e pessoas com deficiência. Alcançar salário igual para trabalho de igual valor”.⁴¹

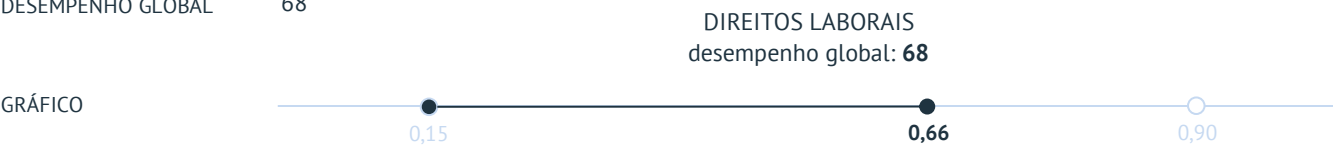
INDICADORES	8.01 Direitos laborais
	8.02 Mortalidade laboral
	8.03 Escravidão
	8.04 Desocupação jovem
	8.05 Desemprego
	8.06 Salários
	8.07 Rendimentos
	8.08 Investimento

⁴⁰ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁴¹ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

8.01 DIREITOS LABORAIS

DESCRIÇÃO	Nível de cumprimento nacional dos direitos laborais emanados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da legislação nacional. Mede a aplicação efetiva dos direitos laborais fundamentais, incluindo a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva, a ausência de discriminação no que diz respeito ao emprego e a ausência de trabalho forçado e trabalho infantil.
UNIDADE	Escala entre 0 e 1
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o nível de cumprimento nacional dos direitos laborais emanados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da legislação nacional cresça até 0,90 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,15
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,90
VALOR	0,66
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ⁴²
DESEMPENHO BRUTO	68
DESEMPENHO GLOBAL	68



FONTES	Indicador: <i>protection of fundamental labour rights</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: WJP – World Justice Project (2022). <i>Rule of law index 2022</i>. https://worldjusticeproject.org. Fórmula de cálculo: WJP – World Justice Project (2022). <i>Rule of law index 2022</i>. https://worldjusticeproject.org.
--------	---

⁴² Inquérito amostral realizado pelo WJP – World Justice Project.

8.02 MORTALIDADE LABORAL

DESCRIÇÃO	Acidentes de trabalho mortais por 100 mil empregados. Mede o número de acidentes fatais que ocorrem durante o período de trabalho.
UNIDADE	n.º / 100 000 empregados
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o n.º de acidentes de trabalho mortais decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	5
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (n.º de acidentes de trabalho mortais / população empregada) x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	100
DESEMPENHO GLOBAL	100

MORTALIDADE LABORAL
desempenho global: **100**



FONTES	Indicador: <i>people killed in accidents at work</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2021). <i>Acidentes de trabalho</i>. Dados cedidos por consulta em 5 de julho de 2023; INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.
--------	---

8.03 ESCRAVIDÃO

DESCRIÇÃO	Vítimas de escravidão moderna associadas a importações.
UNIDADE	n.º / 100 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o número de vítimas de escravidão moderna associadas a importações decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	280
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (condenações pelo crime de escravidão / população residente) x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	100
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	ESCRAVIDÃO desempenho global: 100  O gráfico apresenta uma escala horizontal com um ponto em 280 à esquerda e um ponto em 0 à direita. O desempenho global é indicado como 100, posicionado entre os dois pontos de referência.
FONTES	Indicador: <i>victims of modern slavery embodied in imports</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: Comarca de Beja (2023). Dados cedidos por consulta à Comarca de Beja em 25-09-2023. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.
NOTAS	Por falta de informação direta, recorreu-se a informação relativa ao crime de escravidão no município.

8.04 DESOCUPAÇÃO JOVEM

DESCRIÇÃO	Taxa de jovens não empregados que não estão em educação ou formação.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de jovens não empregados que não estão em educação ou formação decresça até 8 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	27
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	8
VALOR	10
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = média aritmética dos valores trimestrais da população desocupada entre 15-29 anos
DESEMPENHO BRUTO	89
DESEMPENHO GLOBAL	89
GRÁFICO	DESOCUPAÇÃO JOVEM desempenho global: 89 
FONTES	Indicador: <i>youth not in employment, education or training</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Inquérito ao emprego</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). <i>Young people neither in employment nor in education and training by sex</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

8.05 DESEMPREGO

DESCRIÇÃO	Taxa de desemprego.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de desemprego decresça até 3 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	18		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3		
VALOR	5		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população desempregada/ população ativa) x 100		
DESEMPENHO BRUTO	86		
DESEMPENHO GLOBAL	86		
GRÁFICO	DESEMPREGO desempenho global: 86 		
FONTES	Indicador: <i>unemployment rate</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt.		

8.06 SALÁRIOS

DESCRIÇÃO	Taxa de risco de pobreza da população empregada.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de risco de pobreza da população empregada decresça até 3,3 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	18,6
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3,3
VALOR	10,5
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito ⁴³
DESEMPENHO BRUTO	53
DESEMPENHO GLOBAL	53
GRÁFICO	SALÁRIOS desempenho global: 56 
FONTES	Indicador: <i>in work at-risk-of-poverty rate</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt.

⁴³ Inquérito realizado por INE – Instituto Nacional de Estatística.

8.07 RENDIMENTOS

DESCRIÇÃO	Rendimento disponível bruto por habitante.
UNIDADE	€ / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o rendimento disponível bruto por habitante cresça até 30 000 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	5 000
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	30 000
VALOR	8 547
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = rendimento bruto declarado / população média anual residente
DESEMPENHO BRUTO	14
DESEMPENHO GLOBAL	14

RENDIMENTOS
desempenho global: 14



FONTES

Indicador: *gross disposable income* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). *Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira*. <http://www.ine.pt>.

8.08 INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO	Proporção do produto interno bruto (PIB) em investimento.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção do produto interno bruto (PIB) em investimento cresça até 27 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	16 ⁴⁴
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	27 ⁴⁵
VALOR	27
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (formação bruta de capital fixo / valor acrescentado bruto) x 100
DESEMPENHO BRUTO	100
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	INVESTIMENTO desempenho global: 100 
FONTES	Indicador: <i>investment share of GDP</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2024). <i>Investment share of GDP by institutional sectors</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). <i>Contas económicas regionais</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). <i>Contas económicas regionais</i>. http://www.ine.pt.

⁴⁴ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁴⁵ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

O objetivo de desenvolvimento sustentável 9 visa “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”.⁴⁶

Pretende, assim, “garantir a inovação e infraestruturas sustentáveis da indústria. Desenvolver infraestrutura confiável, sustentável e resiliente que apoie o desenvolvimento económico e o bem-estar humano. Promover a industrialização inclusiva e sustentável. Atualizar as infraestruturas e modernizar as indústrias para torná-las sustentáveis. Apoiar uma maior adoção de tecnologias renováveis”.⁴⁷

INDICADORES	9.01 Literacia digital
	9.02 I&D
	9.03 Investigadores
	9.04 Pedidos de patente
	9.05 Infraestruturas de comércio e transportes
	9.06 Banda larga
	9.07 Inovação tecnológica
	9.08 Transportes coletivos
	9.09 Produção científica
	9.10 Disparidade no acesso à internet
	9.11 Mercadorias transportadas por ferrovia

⁴⁶ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁴⁷ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

9.01 LITERACIA DIGITAL

DESCRIÇÃO	População com um mínimo de capacidades digitais básicas.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a população com um mínimo de capacidades digitais básicas cresça até 80 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	80
VALOR	55
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ⁴⁸
DESEMPENHO BRUTO	59
DESEMPENHO GLOBAL	59
GRÁFICO	LITERACIA DIGITAL desempenho global: 59 
FONTES	Indicador: <i>population with at least basic digital skills</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: Eurostat (2023). <i>Share of individuals having at least basic digital skills, by sex</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). <i>Share of individuals having at least basic digital skills, by sex</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

⁴⁸ Inquérito amostral realizado por Eurostat.

9.02 I&D

DESCRIÇÃO	Despesas em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em proporção do produto interno bruto (PIB).
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que as despesas em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em proporção do produto interno bruto (PIB) cresçam até 3,3 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,4
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3,3
VALOR	0,8
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (despesa e recursos humanos em I&D/ valor acrescentado bruto das empresas) x 100
DESEMPENHO BRUTO	14
DESEMPENHO GLOBAL	14



FONTES

Indicador: *gross domestic expenditure on R&D* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

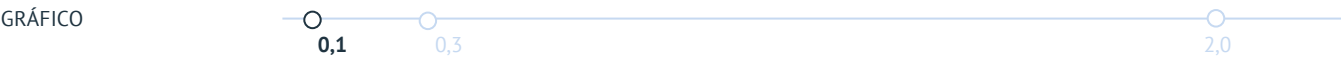
Valor: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2021). *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2021*. Dados cedidos por consulta à DGEEC em 30-06-2023; INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Sistema de contas integradas das empresas*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2022). *Gross domestic expenditure on R&D by sector*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

9.03 INVESTIGADORES

DESCRIÇÃO	Pessoal em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D): equivalente a tempo integral em proporção da população ativa.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o pessoal em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) cresça até 2,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,3
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	2,0
VALOR	0,1
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (investigadores equivalentes a tempo integral nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento / população residente) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-12
DESEMPENHO GLOBAL	0

INVESTIGADORES
desempenho global: 0



FONTES

Indicador: *R&D personnel* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas)*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas)*. <http://www.ine.pt>.

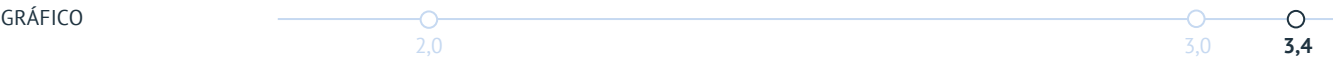
9.04 PEDIDOS DE PATENTE

DESCRIÇÃO	Pedidos de patente ao Instituto Europeu de Patentes (IEP).		
UNIDADE	n.º / 1 000 000 hab.		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que os pedidos de patente ao Instituto Europeu de Patentes (IEP) cresçam até 50 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	3		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	240		
VALOR	0		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (pedidos de patente / população residente) x 1 000 000		
DESEMPENHO BRUTO	-1		
DESEMPENHO GLOBAL	0		
GRÁFICO	PEDIDOS DE PATENTE desempenho global: 0 0 3 240		
FONTES	Indicador: <i>Patent applications to the European Patent Office</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2023). Dados cedidos por consulta ao INPI em 12-07-2023. Fórmula de cálculo: Eurostat (2022). <i>Patent applications to the European Patent Office by applicants’ / inventors’ country of residence</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.		

9.05 INFRAESTRUTURAS DE COMÉRCIO E TRANSPORTES

DESCRIÇÃO	Índice de desempenho logístico: qualidade das infraestruturas relacionados com comércio e transportes.
UNIDADE	Escala entre 1 e 5
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o índice de desempenho logístico cresça até 3,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	2,0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3,0
VALOR	3,4
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ⁴⁹
DESEMPENHO BRUTO	140
DESEMPENHO GLOBAL	100

INFRAESTRUTURAS DE COMÉRCIO E TRANSPORTES
desempenho global: **100**



FONTES

Indicador: *logistics performance index: quality of trade and transport-related infrastructure* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: Banco Mundial (2023). *Logistics Performance Index (LPI)*. <https://lpi.worldbank.org/international/global>.

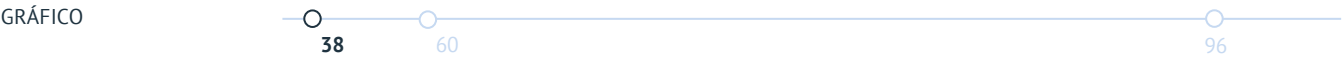
Fórmula de cálculo: Banco Mundial (2023). *Logistics Performance Index (LPI)*. <https://lpi.worldbank.org/international/global>.

⁴⁹ Inquérito amostral realizado por Banco Mundial.

9.06 BANDA LARGA

DESCRIÇÃO	Proporção dos alojamentos com banda larga.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção dos alojamentos com banda larga cresça até 96 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	60
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	96
VALOR	38
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (alojamentos servidos por banda larga / alojamentos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-61
DESEMPENHO GLOBAL	0

BANDA LARGA
desempenho global: 0



FONTES

Indicador: *households with broadband access* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações (2022). *Anexo Estatístico do Sector das Comunicações*. Dados cedidos por consulta à ANACOM em 18-10-2023.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). *ICT usage in households and by individuals*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

9.07 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

DESCRIÇÃO	Emprego na indústria transformadora de alta e média-alta tecnologia e serviços com utilização intensiva de conhecimentos. Mede o emprego nos setores industriais de alta e média-alta tecnologia e nos sectores de serviços intensivos em conhecimento como percentagem do emprego total.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o emprego na indústria transformadora de alta e média-alta tecnologia e serviços com utilização intensiva de conhecimentos cresça até 57 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	35 ⁵⁰
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	57 ⁵¹
VALOR	-
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-



FONTES

Indicador: *employment in high- and medium-high technology manufacturing sectors and knowledge-intensive service sectors* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2023). *Employment in high- and medium-high technology manufacturing and knowledge-intensive services*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

⁵⁰ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁵¹ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

9.08 TRANSPORTES COLETIVOS

DESCRIÇÃO	Proporção de passageiros transportados por autocarros e comboios.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que proporção de passageiros transportados por autocarros e comboios cresça até 21 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	14 ⁵²
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	21 ⁵³
VALOR	20
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito ⁵⁴
DESEMPENHO BRUTO	90
DESEMPENHO GLOBAL	90
GRÁFICO	TRANSPORTES COLETIVOS desempenho global: 90 

⁵² Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁵³ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁵⁴ Inquérito realizado por INE – Instituto Nacional de Estatística.

FONTES

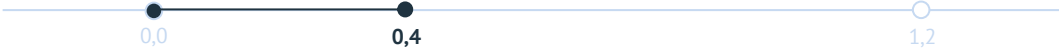
Indicador: *share of busses and trains in total passenger transport* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2023). *Share of buses and trains in inland passenger transport*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). *Recenseamento da população e habitação – censos 2021*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). *Recenseamento da população e habitação – censos 2021*. <http://www.ine.pt>.

9.09 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

DESCRIÇÃO	Artigos publicados em revistas académicas.
UNIDADE	n.º / 1 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de artigos publicados em revistas académicas cresça até 1,2 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1,2
VALOR	0,4
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Sub-regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (artigos publicados em revistas académicas / população residente) x 1 000
DESEMPENHO BRUTO	32
DESEMPENHO GLOBAL	32
GRÁFICO	ARTIGOS PUBLICADOS EM REVISTAS ACADÉMICAS desempenho global: 32 
FONTES	Indicador: <i>articles published in academic journals</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). <i>Publicações científicas indexadas na Web of Science</i>. Dados cedidos por consulta à DGEEC em 30-06-2023. Fórmula de cálculo: DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (s/d). <i>Publicações científicas indexadas na Web of Science</i>. Dados cedidos por consulta à DGEEC em 30-06-2023.

9.10
DISPARIDADE NO ACESSO À INTERNET

DESCRIÇÃO	Disparidade no acesso à internet, entre áreas urbanas e rurais. Mede a diferença na percentagem de agregados familiares com acesso à internet entre aqueles que vivem em áreas urbanas e em áreas rurais.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a disparidade no acesso à internet, entre áreas urbanas e rurais, decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	26
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-
GRÁFICO	DISPARIDADE NO ACESSO À INTERNET desempenho global: -
FONTES	Indicador: <i>share of total health spending financed by out-of-pocket payments</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

9.11 MERCADORIAS TRANSPORTADAS POR FERROVIA

DESCRIÇÃO	Proporção de mercadorias transportadas por ferrovia e navegação interior.		
UNIDADE	% de tkm		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de mercadorias transportadas por ferrovia e navegação interior cresça até 52 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	2 ⁵⁵		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	52 ⁵⁶		
VALOR	0		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (mercadorias transportadas por ferrovia e navegação interior / mercadorias transportadas) x 100		
DESEMPENHO BRUTO	-4		
DESEMPENHO GLOBAL	0		
GRÁFICO	MERCADORIAS TRANSPORTADAS POR FERROVIA		
	desempenho global: 0		

0 2 52

⁵⁵ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁵⁶ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *share of rail and inland waterways in inland freight transport* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2023). *Share of rail and inland waterways in inland freight transport*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: IP – Infraestruturas de Portugal (2023). *Ofício ref.ª n.º 0004140360*. Dados cedidos por consulta à IP em 27-09-2023.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). *Share of rail and inland waterways in inland freight transport*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

ODS 10 REDUZIR AS DESIGUALDADES

O objetivo de desenvolvimento sustentável 10 visa “reduzir as desigualdades nos países e entre países”.⁵⁷

Pretende, assim, “capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição económica ou outra. Garanta a igualdade de oportunidades. Reduzir as desigualdades de resultado, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias”.⁵⁸

INDICADORES	10.01 Segregação residencial
	10.02 Pedidos de asilo
	10.03 Mobilidade social
	10.04 Desigualdade
	10.05 Disparidade de rendimentos

⁵⁷ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁵⁸ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

10.01 SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

DESCRIÇÃO	Segregação residencial. Consiste num índice de dissimilaridade, onde valores mais altos indicam maior segregação residencial, por etnia.
UNIDADE	Escala entre 0 e 100
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a segregação residencial decresça até 35,5 (limiar de referência B).
LIMAR DE REFERÊNCIA A	69,2
LIMAR DE REFERÊNCIA B	35,5
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-

SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL
desempenho global: -



FONTES

Indicador: *index of dissimilarity where higher values indicate greater residential segregation between black and white county residents* (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

10.02 PEDIDOS DE ASILO

DESCRIÇÃO	Pedidos de asilo por milhão de habitantes.
UNIDADE	n.º / 1 000 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. pretende-se que a proporção de pedidos de asilo cresça até 63 055 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	67 ⁵⁹
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	63 055 ⁶⁰
VALOR	202
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (pedidos de asilo / população residente) x 1 000 000
DESEMPENHO BRUTO	0
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	PEDIDOS DE ASILO desempenho global: 0

FONTES

Indicador: *asylum applications* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2024). *Asylum applicants*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: Eurostat (2024). *Asylum applicants*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). *Asylum applicants*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

⁵⁹ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁶⁰ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

10.03 MOBILIDADE SOCIAL

DESCRIÇÃO	Mobilidade social. Índice de mobilidade ascendente intergeracional, com base nos diferenciais de rendimento familiar intergeracional.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a mobilidade social cresça até 46,6 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	36,1
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	46,6
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-
GRÁFICO	MOBILIDADE SOCIAL desempenho global: -  36,1 46,6
FONTES	Indicador: <i>index measure of intergenerational upward mobility, based on inter-generational household income differentials</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex.

10.04 DESIGUALDADE

DESCRIÇÃO	Coeficiente de Gini. Mede a desigualdade na distribuição do rendimento.	
UNIDADE	%	
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o coeficiente de Gini decresça até 28 (limiar de referência B).	
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	63	
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	28	
VALOR	36	
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal	
CÁLCULO DO VALOR	Valor = desigualdade observada / (desigualdade observada + proporção abaixo de igualdade total de rendimento)	
DESEMPENHO BRUTO	75	
DESEMPENHO GLOBAL	75	
GRÁFICO	DESIGUALDADE desempenho global: 75	
FONTES	Indicador: <i>Gini coefficient</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). <i>Inquérito às condições de vida e rendimento</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). <i>Gini coefficient of equivalised disposable income</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.	

10.05 DISPARIDADE DE RENDIMENTOS

DESCRIÇÃO	Rácio de Palma. Mede a desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.
UNIDADE	n.º
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o rácio de Palma decresça até 0,9 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	2,5
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,9
VALOR	1,2
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos / proporção do rendimento total recebido pelos 20% de menores rendimentos
DESEMPENHO BRUTO	84
DESEMPENHO GLOBAL	84



FONTES

Indicador: *Palma ratio* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). *Inquérito às condições de vida e rendimento*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). *Inquérito às condições de vida e rendimento*. <http://www.ine.pt>.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O objetivo de desenvolvimento sustentável 11 visa “tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”.⁶¹

Pretende, assim, “construir cidades e sociedades sustentáveis em todo o mundo. Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, segura e acessível. Aumentar a capacidade de planeamento e gestão integrados e sustentáveis de aglomerados humanos. Reduzir o impacto ambiental adverso das cidades, prestando atenção especial à qualidade do ar e à gestão de resíduos”.⁶²

INDICADORES	11.01 Reciclagem
	11.02 Concentração de partículas atmosféricas
	11.03 Mobilidade sustentável
	11.04 Sobrecarga com habitação
	11.05 Edifícios com necessidade de reparações
	11.06 Sobrelotação

⁶¹ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁶² BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

11.01 RECICLAGEM

DESCRIÇÃO	Taxa de reciclagem de resíduos municipais.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a taxa de reciclagem de resíduos municipais cresça até 62 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	62
VALOR	8
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (resíduos recolhidos para reciclagem / resíduos urbanos recolhidos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	14
DESEMPENHO GLOBAL	14

RECICLAGEM
desempenho global: 14



FONTES

Indicador: *recycling rate of municipal waste* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: AMBILITAL (2023). *E-mail ref.ª n.º 22159*. Dados cedidos por consulta à AMBILITAL em 25-10-2023.

Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

11.02 CONCENTRAÇÃO DE PARTÍCULAS ATMOSFÉRICAS

DESCRIÇÃO	Concentração média anual de partículas PM2,5.
UNIDADE	µg / m³
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a concentração média anual de partículas PM2,5 decresça até 5,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20,0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	5,0
VALOR	0,1
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = média aritmética das concentrações medidas ao longo do ano
DESEMPENHO BRUTO	133
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	CONCENTRAÇÃO DE PARTÍCULAS ATMOSFÉRICAS desempenho global: 100 
FONTES	Indicador: <i>exposure to air pollution: PM2.5 in urban areas</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>Emissões de poluentes atmosféricos por concelho</i>. https://www.apambiente.pt. Fórmula de cálculo: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2023). <i>Relatório do estado do ambiente – REA 2022/2023</i>. https://www.apambiente.pt.

11.03 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

DESCRIÇÃO	Proporção de população com 16 anos ou mais com acesso adequado a transportes públicos, partilhados ou modos suaves.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de população com acesso adequado a transportes públicos, partilhados ou modos suaves cresça até 50,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	10,1
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	50,0
VALOR	20,3
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população residente empregada ou estudante que acede ao emprego ou ensino por modo de transporte coletivo / população residente empregada ou estudante) x 100
DESEMPENHO BRUTO	26
DESEMPENHO GLOBAL	26

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL
desempenho global: **26**



FONTES

Indicador: *percentage of commuters 16 and over using public transport, bicycles, carpooling, or walking to work* (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

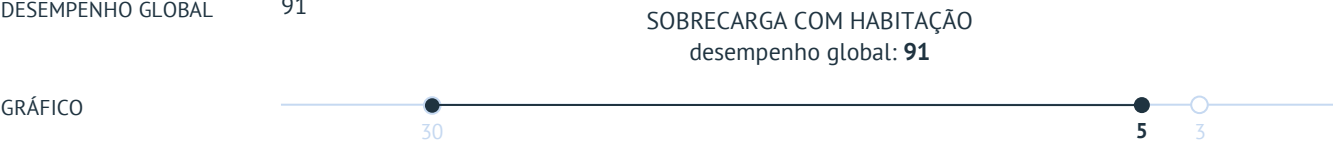
Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). *Recenseamento da população e habitação – censos 2021*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). *Recenseamento da população e habitação – censos 2021*. <http://www.ine.pt>.

11.04 SOBRECARGA COM HABITAÇÃO

DESCRIÇÃO	Taxa de sobrecarga de custo de habitação. Mede a percentagem da população que vive em agregados familiares que gastam 40 % ou mais do rendimento disponível do agregado familiar em habitação. Os custos de habitação incluem o pagamento de juros de aluguer ou hipoteca e também o custo de serviços públicos como água, eletricidade, gás ou aquecimento.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de sobrecarga de custo de habitação decresça até 3 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	30
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3
VALOR	5
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (despesas em habitação / rendimento disponível) x 100
DESEMPENHO BRUTO	91
DESEMPENHO GLOBAL	91



FONTES

Indicador: *housing cost overburden rate* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdindex.org>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Inquérito às condições de vida e rendimento*. <http://www.ine.pt>.

Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). *Inquérito às condições de vida e rendimento*. <http://www.ine.pt>.

11.05 EDIFÍCIOS COM NECESSIDADE DE REPARAÇÕES

DESCRIÇÃO	População que vive com infiltrações no teto, paredes, pisos ou fundações húmidas ou apodrecimento nos caixilhos e chão, devido a situação de pobreza.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção de população que vive com infiltrações no teto, paredes, pisos ou fundações húmidas ou apodrecimento nos caixilhos e chão, devido a situação de pobreza decresça até 6 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	30
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	6
VALOR	26
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual / população residente em alojamentos familiares de residência habitual) x 100
DESEMPENHO BRUTO	16
DESEMPENHO GLOBAL	16
GRÁFICO	EDIFÍCIOS COM NECESSIDADE DE REPARAÇÕES desempenho global: 16 30 26 6
FONTES	Indicador: <i>population living in a dwelling with a leaking roof, damp walls, floors or foundation or rot in window frames or floor</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). <i>Recenseamento da população e habitação – censos 2021</i>. http://www.ine.pt.
NOTAS	Por falta de informação direta, recorreu-se ao cálculo da proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual.

11.06 SOBRELOTAÇÃO

DESCRIÇÃO	Taxa de sobrelotação entre pessoas que vivem com menos de 60 % da renda mediana equivalente. Considera-se que uma pessoa vive num agregado familiar sobrelotado se a casa não tiver, pelo menos, um quarto para o conjunto do agregado familiar, bem como um quarto para um casal, para cada pessoa acima de 18 anos, para um par de adolescentes (12 a 17 anos) do mesmo sexo, para cada adolescente de sexo diferente e para um par de filhos (menores de 12 anos).
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de sobrelotação entre pessoas que vivem com menos de 60 % da renda mediana equivalente decresça até 6 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	65
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	6
VALOR	11
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (alojamentos sobrelotados (com uma divisão em falta ou com duas divisões em falta ou com três ou mais divisões em falta) / alojamentos familiares de residência habitual) x 100
DESEMPENHO BRUTO	91
DESEMPENHO GLOBAL	91
GRÁFICO	SOBRELOTAÇÃO desempenho global: 91
FONTES	Indicador: <i>overcrowding rate among people living with below 60% of median equivalized income</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i> . https://eu-dashboards.sdgindex.org . Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i> . https://eu-dashboards.sdgindex.org . Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2013). <i>Recenseamento da população e habitação - Censos 2011</i> . http://www.ine.pt . Fórmula de cálculo: INE – Instituto Nacional de Estatística (2013). <i>Recenseamento da população e habitação - Censos 2011</i> . http://www.ine.pt .
NOTAS	Por falta de informação atualizada, recorreu-se aos dados referentes a 2011.

ODS 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

O objetivo de desenvolvimento sustentável 12 visa “assegurar padrões de consumo e de produção sustentáveis”.⁶³

Pretende, assim, “reduzir o desperdício global de alimentos na produção e consumidor. Alcançar a gestão ambientalmente saudável de produtos químicos ao longo de seu ciclo de vida. Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização”.⁶⁴

INDICADORES	12.01 Emissões de dióxido de enxofre
	12.02 Emissões de azoto
	12.03 Nível de ozono diário
	12.04 Resíduos perigosos
	12.05 Resíduos urbanos
	12.06 Emissões automóveis
	12.07 Poluição atmosférica
	12.08 Consumo interno de materiais
	12.09 Economia circular
	12.10 Rendimento de serviços ambientais

⁶³ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁶⁴ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

12.01 EMISSÕES DE DIÓXIDO DE ENXOFRE

DESCRIÇÃO	Emissões de dióxido de enxofre (SO ₂) na ótica da produção. Mede as emissões de dióxido de enxofre (SO ₂) associadas à produção de bens e serviços, que são então exportados ou consumidos internamente.		
UNIDADE	kg / capita		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as emissões de dióxido de enxofre (SO ₂) na ótica da produção decresçam até 0,0 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	525,0		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,0		
VALOR	0,3		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = quantidade de combustível queimado x conteúdo de dióxido de enxofre (SO ₂) no combustível		
DESEMPENHO BRUTO	100		
DESEMPENHO GLOBAL	100		
GRÁFICO	EMISSIONES DE DIÓXIDO DE ENXOFRE desempenho global: 100  525,0 0,3 0,0		
FONTES	Indicador: <i>production-based SO₂ emissions</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>Emissões de poluentes atmosféricos por concelho</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2023). <i>Relatório do estado do ambiente – REA 2022/2023</i>. https://www.apambiente.pt.		

12.02 EMISSÕES DE AZOTO

DESCRIÇÃO	Emissões de nitrogénio reativo na ótica da produção.
UNIDADE	kg / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as emissões de nitrogénio reativo na ótica da produção decresçam até 2 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	30
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	2
VALOR	28
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (emissões de dióxido de azoto (NO ₂) + emissões de amoníaco (NH ₃) + emissões de óxido nítrico (N ₂ O)) / população residente
DESEMPENHO BRUTO	7
DESEMPENHO GLOBAL	7

EMISSÕES DE AZOTO
desempenho global: 7



FONTES

Indicador: *production-based emissions of reactive nitrogen* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). *Emissões de poluentes atmosféricos por concelho*. <https://apambiente.pt>.

Fórmula de cálculo: Rocha, C. & Cardoso, A. (2020). Gases de nitrogénio reativo como precursores do aerossol atmosférico: reações de formação, processos de crescimento e implicações ambientais. *Quim. Nova*, 44 (4). <https://quimicanova.sbq.org.br/pdf/RV2020-0381>.

12.03 NÍVEL DE OZONO DIÁRIO

DESCRIÇÃO	Média anual de ozono diário. Mede o 4.º nível máximo de ozono diário numa média de 8 horas no ano.
UNIDADE	ppm
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a média anual de ozono diário decresça até 0,04 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,11
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,04
VALOR	0,07
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = média do 4.º maior valor diário médio de 8 horas no ano
DESEMPENHO BRUTO	55
DESEMPENHO GLOBAL	55



FONTES	Indicador: <i>the 4th highest daily maximum 8-hour average Ozone level in the year</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2022). <i>QUALAR – informação sobre qualidade do ar</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: EPA – United States Environmental Protection Agency (2024). <i>Eight-Hour Average Ozone Concentrations</i>. https://www3.epa.gov/region1/airquality/avg8hr.html.
NOTAS	Não obstante o local amostrado estar fora da AIAHM, na localidade da Sonega, concelho de Santiago do Cacém, considera-se estar suficientemente próximo para garantir a qualidade da amostra.

12.04 RESÍDUOS PERIGOSOS

DESCRIÇÃO	Produção de resíduos perigosos. Mede a quantidade de substâncias tóxicas emitidas no ambiente, levando em consideração a quantidade da substância emitida e a sua toxicidade relativa.
UNIDADE	kg / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a produção de resíduos por perigosidade decresça até 0,8 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	359,7
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,8
VALOR	9,1
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = produção de resíduos perigosos / população residente
DESEMPENHO BRUTO	98
DESEMPENHO GLOBAL	98



FONTES

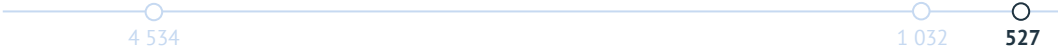
Indicador: *pounds of toxic release* (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). *Mapa integrado de registo de resíduos (MIRR)*. Dados cedidos por consulta à APA em 14-08-2023.

Fórmula de cálculo: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

12.05 RESÍDUOS URBANOS

DESCRIÇÃO	Produção de resíduos urbanos, excluindo grandes resíduos minerais.
UNIDADE	kg / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a produção de resíduos urbanos, excluindo grandes resíduos minerais, decresça até 1 032 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	4 534 ⁶⁵
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1 032 ⁶⁶
VALOR	527
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = produção de resíduos urbanos / população residente
DESEMPENHO BRUTO	114
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	RESÍDUOS URBANOS desempenho global: 100 

⁶⁵ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁶⁶ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *generation of waste excluding major mineral wastes* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2024). *Generation of waste excluding major mineral wastes by hazardousness*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). *Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU)*. Dados cedidos por consulta à APA em 14-08-2023.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). *Generation of waste excluding major mineral wastes by hazardousness*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

12.06 EMISSÕES AUTOMÓVEIS

DESCRIÇÃO	Emissões médias de dióxido de carbono (CO ₂) por quilômetro de automóveis novos de passageiros.
UNIDADE	kg / km
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as emissões médias de dióxido de carbono (CO ₂) por quilômetro de automóveis novos de passageiros decresçam até 84 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	140 ⁶⁷
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	84 ⁶⁸
VALOR	34
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = emissões de dióxido de carbono (CO ₂) de automóveis / extensão rodoviária
DESEMPENHO BRUTO	188
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	EMISSIONES AUTOMÓVEIS desempenho global: 100 

⁶⁷ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe's Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdqindex.org>.

⁶⁸ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe's Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *average CO₂ emissions per km from new passenger cars* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2024). *Average CO₂ emissions per km from new passenger cars*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). *Emissões de poluentes atmosféricos por concelho*. <https://apambiente.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). *Average CO₂ emissions per km from new passenger cars*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

NOTAS

Por falta de informação direta, recorreu-se ao cálculo das emissões do conjunto do parque automóvel.

12.07 POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

DESCRIÇÃO	Taxa de variação anual de emissão atmosférica de produtos químicos tóxicos a partir de resíduos gerados na produção. Mede a variação percentual na quantidade de produtos químicos tóxicos emitidos a partir de resíduos gerados durante a produção industrial.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa de variação anual de emissão atmosférica de produtos químicos tóxicos a partir de resíduos gerados na produção decresça até -19 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	10
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	-19
VALOR	-7
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = [(emissões no ano atual – emissões no ano anterior) / emissões no ano anterior] x 100
DESEMPENHO BRUTO	59
DESEMPENHO GLOBAL	59

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA
desempenho global: **59**



FONTES

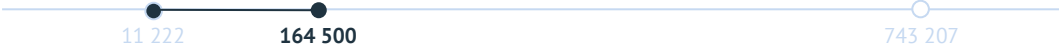
Indicador: *annual percentage change in toxic chemicals released into air from production-related waste*, (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). *Emissões de poluentes atmosféricos por concelho*. <https://apambiente.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). *Chemicals production and consumption statistics*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

12.08 CONSUMO INTERNO DE MATERIAIS

DESCRIÇÃO	Produtividade de recursos e consumo doméstico de materiais.
UNIDADE	1 000 ton.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a produtividade de recursos e consumo doméstico de materiais cresça até 743 207 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	11 222 ⁶⁹
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	743 207 ⁷⁰
VALOR	164 500
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = produto interno bruto / consumo doméstico de materiais
DESEMPENHO BRUTO	21
DESEMPENHO GLOBAL	21
GRÁFICO	CONSUMO INTERNO DE MATERIAIS desempenho global: 21 

⁶⁹ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁷⁰ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *resource productivity and domestic material consumption* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2023). *Resource productivity and domestic material consumption*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: Eurostat (2023). *Resource productivity and domestic material consumption*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). *Material flow accounts and resource productivity*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

12.09 ECONOMIA CIRCULAR

DESCRIÇÃO	Taxa de utilização de material circular. Mede a percentagem de material reutilizado e reintroduzido em relação ao total de materiais usados numa economia.
UNIDADE	ton. / ano
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a taxa de utilização de material circular cresça até 19 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	1
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	19
VALOR	3
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (volume de atividade para reciclagem / resíduos urbanos recolhidos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	11
DESEMPENHO GLOBAL	11

ECONOMIA CIRCULAR
desempenho global: **11**



FONTES	Indicador: <i>circular material use rate</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe's future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU)</i>. Dados cedidos por consulta à APA em 14-08-2023. Fórmula de cálculo: PORDATA (2023). <i>Taxa de utilização de material circular</i>. https://www.pordata.pt.
--------	---

12.10 RENDIMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

DESCRIÇÃO	Valor acrescentado bruto (VAB) dos bens e serviços ambientais. O setor de bens e serviços ambientais (EGSS) é definido como a parte da economia de um país que se dedica à produção de bens e serviços que são utilizados em atividades de proteção ambiental e gestão de recursos, tanto a nível nacional como no estrangeiro. O valor acrescentado bruto no EGSS representa a contribuição do setor de bens e serviços ambientais para o PIB.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o valor acrescentado bruto dos bens e serviços ambientais cresça até 5,5 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	1,0		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	5,5		
VALOR	Sem dados		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-		
CÁLCULO DO VALOR	-		
DESEMPENHO BRUTO	-		
DESEMPENHO GLOBAL	-		
GRÁFICO	RENDIMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS desempenho global: - 		
FONTES	Indicador: <i>gross value added in environmental goods and services sector</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

ODS 13 AÇÃO CLIMÁTICA

O objetivo de desenvolvimento sustentável 13 visa “adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos”.⁷¹

Pretende, assim, “tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos. Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos perigos e desastres naturais relacionados ao clima. Integrar soluções e medidas de mudança climática nas políticas, estratégias e planeamento nacionais. Melhorar a educação sobre mitigação das mudanças climáticas, redução de impacto e alerta precoce”.⁷²

INDICADORES	13.01 CO ₂ de combustíveis fósseis
	13.02 Gases com efeito de estufa
	13.03 Emissões líquidas de gases com efeito de estufa
	13.04 Gases com efeito de estufa de consumo de energia
	13.05 Temperatura à superfície
	13.06 Perdas económicas relacionadas com o clima
	13.07 Contribuição para compromissos da ONU
	13.08 Pacto de autarcas para o clima e energia

⁷¹ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un>.

⁷² BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

13.01 CO₂ DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

DESCRIÇÃO	Emissões de dióxido de carbono (CO ₂) de combustíveis fósseis e produção de cimento.		
UNIDADE	tCO ₂ / capita		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as emissões de dióxido de carbono (CO ₂) de combustíveis fósseis e produção de cimento decresçam até 0 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0		
VALOR	1		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (emissões de dióxido de carbono (CO ₂) de origem industrial + emissões de dióxido de carbono (CO ₂) de combustão estática não especificada) / população residente		
DESEMPENHO BRUTO	96		
DESEMPENHO GLOBAL	96		
GRÁFICO	CO₂ DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS desempenho global: 96 		
FONTES	Indicador: <i>CO₂ emissions from fossil fuel combustion and cement production</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>Emissões de poluentes atmosféricos por concelho</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.		

13.02 GASES COM EFEITO DE ESTUFA

DESCRIÇÃO	Emissões de gases com efeito de estufa na ótica da produção. Mede o contributo da produção industrial para as emissões de gases com efeito de estufa.		
UNIDADE	ton / capita		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as emissões de gases com efeito de estufa na ótica da produção decresça até 1,7 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20,0		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1,7		
VALOR	0,3		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (emissões de dióxido de carbono (CO ₂) de origem industrial + emissões de metano (CH ₄) de origem industrial + emissões de óxido nitroso (N ₂ O) de origem industrial + emissões de gases fluorados (F-Gases) de origem industrial) / população residente		
DESEMPENHO BRUTO	108		
DESEMPENHO GLOBAL	100		
GRÁFICO	GASES COM EFEITO DE ESTUFA desempenho global: 100  O gráfico mostra uma escala horizontal com pontos marcados em 20,0, 1,7 e 0,3. O valor 0,3 está à direita de 1,7, e ambos estão à direita de 20,0. O valor 100 não está visível no gráfico, mas é mencionado no texto como o desempenho global.		
FONTES	Indicador: <i>production-based greenhouse gas emissions per capita</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>Emissões de poluentes atmosféricos por concelho</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). <i>Greenhouse gas emission statistics - carbon footprints</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.		

13.03 EMISSÕES LÍQUIDAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

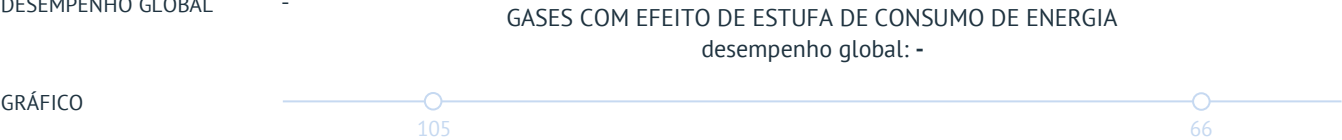
DESCRIÇÃO	Emissões líquidas de gases com efeito de estufa. Mede o contributo de cada habitante nas emissões de gases com efeito de estufa.
UNIDADE	ton / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa decresçam até 3,7 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	15,0 ⁷³
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3,7 ⁷⁴
VALOR	2,4
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (emissões de dióxido de carbono (CO ₂) + emissões de metano (CH ₄) + emissões de óxido nitroso (N ₂ O) + emissões de gases fluorados (F-Gases)) / população residente
DESEMPENHO BRUTO	112
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	EMISSIONES LIQUIDAS DE GASES COM EFECTO DE ESTUFA desempenho global: 100 15,0 3,7 2,4
FONTES	Indicador: <i>greenhouse gas emissions</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2024). <i>Net greenhouse gas emissions</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>Emissões de poluentes atmosféricos por concelho</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). <i>Net greenhouse gas emissions</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

⁷³ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁷⁴ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

13.04 GASES COM EFEITO DE ESTUFA DE CONSUMO DE ENERGIA

DESCRIÇÃO	Gases com efeito de estufa (GEE) de consumo de energia. Mede o rácio entre as emissões de GEE relacionadas com a energia e o consumo interno bruto de energia. Expressa quantas toneladas equivalentes de CO2 de GEE relacionados com a energia estão a ser emitidas numa determinada economia por unidade de energia consumida.
UNIDADE	índice ano 2000 = 100
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que os gases com efeito de estufa (GEE) de consumo de energia decresçam até 66 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	105 ⁷⁵
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	66 ⁷⁶
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-



FONTES	Indicador: <i>greenhouse gas emissions intensity of energy consumption</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i> , 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373 . Limiars de referência: Eurostat (2023). <i>Greenhouse gas emissions intensity of energy consumption</i> . https://ec.europa.eu/eurostat .
--------	--

⁷⁵ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁷⁶ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

13.05 TEMPERATURA À SUPERFÍCIE

DESCRIÇÃO	Desvio médio da temperatura à superfície. Mede a variação no valor médio da temperatura do ar à superfície.
UNIDADE	°C
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o desvio médio da temperatura à superfície decresça até 0,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	1,5
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,0
VALOR	1,7
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = temperatura média do ar no ano atual - média das normais históricas simuladas no período 1971-2000
DESEMPENHO BRUTO	-13
DESEMPENHO GLOBAL	0
	TEMPERATURA À SUPERFÍCIE desempenho global: 0



FONTES

Indicador: *mean near surface temperature deviation* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: EEA – European Environmental Agency (2023). *Global and European temperatures*. <https://www.eea.europa.eu>.

Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). *Temperatura média do ar*. <http://www.ine.pt>; IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2015). *Temperatura média – Período 1971-2000*. <http://portaldoclima.pt>.

Fórmula de cálculo: EEA – European Environmental Agency (2023). *Global and European temperatures*. <https://www.eea.europa.eu>.

13.06 PERDAS ECONÓMICAS RELACIONADAS COM O CLIMA

DESCRIÇÃO	Perdas económicas relacionadas com o clima. Mede as perdas económicas que resultam de eventos extremos, como inundações, tempestades, secas e ondas de calor.
UNIDADE	€ / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que as perdas económicas relacionadas com o clima decresçam até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	243 ⁷⁷
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0 ⁷⁸
VALOR	109
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = perdas económicas estimadas / população residente
DESEMPENHO BRUTO	55
DESEMPENHO GLOBAL	55

PERDAS ECONÓMICAS RELACIONADAS COM O CLIMA
desempenho global: 55



FONTES

Indicador: *climate related economic losses* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2024). *Climate related economic losses*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: CMO – Câmara Municipal de Odemira (2016). *Estratégia de sustentabilidade municipal de adaptação às alterações climáticas de Odemira*. <https://www.cm-odemira.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). *Climate related economic losses*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

⁷⁷ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁷⁸ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

13.07 CONTRIBUIÇÃO PARA COMPROMISSOS DA ONU

DESCRIÇÃO	Contribuição para o compromisso de 100 mil milhões \$ em despesas relacionadas com o clima. Este compromisso tem como objetivo contribuir para o compromisso internacional de fornecer 100 mil milhões de dólares anualmente para financiamento climático, conforme estabelecido pela Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.
UNIDADE	€ / capita
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. pretende-se que a contribuição para o compromisso de 100 mil milhões \$ em despesas relacionadas com o clima cresça até 3 940 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0 ⁷⁹
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	3 940 ⁸⁰
VALOR	0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = gastos orçamentados / população residente
DESEMPENHO BRUTO	0
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	CONTRIBUIÇÃO PARA COMPROMISSOS DA ONU desempenho global: 0 

⁷⁹ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁸⁰ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *contribution to the international 100bn USD commitment on climate related expending* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2024). *Contribution to the international 100bn USD commitment on climate related expending*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023). *Orçamento do Município 2023*. <https://www.cm-odemira.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). *Asylum applicants*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

13.08 PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA

DESCRIÇÃO	População coberta pelos signatários do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia. Mede a proporção da população da União Europeia (UE) coberta pelo novo Pacto de Autarcas em cada Estado-Membro.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. pretende-se que a população coberta pelos signatários do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia cresça até 100 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100		
VALOR	0		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população das cidades signatárias / população residente) x 100		
DESEMPENHO BRUTO	0		
DESEMPENHO GLOBAL	0		
GRÁFICO	PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA desempenho global: 0 		
FONTES	Indicador: <i>population covered by the Covenant of Mayors for Climate & Energy signatories</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2023). <i>Population covered by the Covenant of Mayors for Climate & Energy signatories</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023). <i>Orçamento do Município 2023</i>. https://www.cm-odemira.pt. Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). <i>Population covered by the Covenant of Mayors for Climate & Energy signatories</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.		

ODS 14 PROTEGER A VIDA MARINHA

O objetivo de desenvolvimento sustentável 14 visa “conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”.⁸¹

Pretende, assim, “conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos. Prevenir e diminuir a poluição marinha de todos os tipos, em particular de atividades terrestres. Gerir e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos. Acabar com a sobrepesca, práticas de pesca ilegais, não declaradas e destrutivas”.⁸²

INDICADORES	14.01 Praias com água excelente
	14.02 Áreas marinhas protegidas
	14.03 Pesca por arrasto
	14.04 Acidez média do oceano
	14.05 Pesca sustentável

⁸¹ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁸² BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

14.01 PRAIAS COM ÁGUA EXCELENTE

DESCRIÇÃO	Áreas balneares com qualidade de água excelente.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que as áreas balneares com qualidade de água excelente cresçam até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	25
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	100
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (áreas balneares com qualidade de água excelente / áreas balneares) x 100
DESEMPENHO BRUTO	100
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	PRAIAS COM ÁGUA EXCELENTE desempenho global: 100 
FONTES	Indicador: <i>bathing sites of excellent quality</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). <i>E-mail ref. S046166-202307-ARHALT.DPI</i>. Dados cedidos por consulta à APA em 20-07-2023. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

14.02 ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

DESCRIÇÃO	Proporção de áreas marinhas protegidas relativamente à área marítima sob jurisdição nacional.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de áreas marinhas protegidas relativamente à área marítima sob jurisdição nacional cresça até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	100
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (áreas marinhas protegidas relativamente à área marítima sob jurisdição nacional / áreas marinhas sob jurisdição nacional) x 100
DESEMPENHO BRUTO	100
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS desempenho global: 100 
FONTES	Indicador: <i>mean area that is protected in marine sites important to biodiversity</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2023). <i>Relatório do estado do ambiente – REA 2022/2023</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

14.03 PESCA POR ARRASTO

DESCRIÇÃO	Peixe capturado por arrasto de fundo ou dragagem. Mede a percentagem de peixe capturado por arrasto de fundo ou por dragagem.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção de peixe capturado por arrasto de fundo ou dragagem decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	90
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	18
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Regional
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (peixe capturado por arrasto de fundo ou dragagem / peixe capturado) x 100
DESEMPENHO BRUTO	80
DESEMPENHO GLOBAL	80

PESCA POR ARRASTO
desempenho global: 80



FONTES

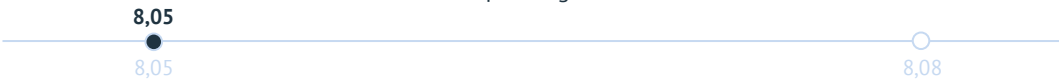
Indicador: *fish caught by bottom trawling or dredging* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (2023). *Recursos da Pesca*. <https://www.dgrm.pt>.

Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

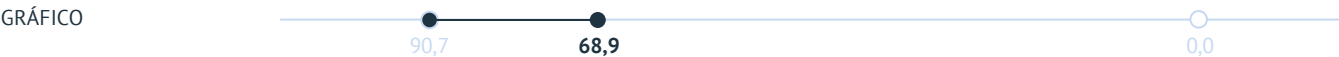
14.04 ACIDEZ MÉDIA DO OCEANO

DESCRIÇÃO	Acidez média do oceano.
UNIDADE	pH
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a acidez média do oceano decresça até 8,08 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	8,05
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	8,08
VALOR	8,05
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = média anual dos valores do ponto amostrado
DESEMPENHO BRUTO	0
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	ACIDEZ MÉDIA DO OCEANO desempenho global: 0  O gráfico apresenta uma escala horizontal com o valor 8,05 à esquerda e 8,08 à direita. Um ponto preto está posicionado exatamente sobre o valor 8,05, correspondendo ao desempenho global de 0.
FONTES	Indicador: <i>mean ocean acidity</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2024). <i>Global mean surface seawater acidity</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2023). Dados cedidos por consulta ao IPMA em 22-12-2023. Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). <i>Global mean surface seawater acidity</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

14.05 PESCA SUSTENTÁVEL

DESCRIÇÃO	Peixes capturados a partir de unidades populacionais sobre-exploradas ou em colapso. Mede a percentagem da captura total de um país, dentro da sua zona económica exclusiva (ZEE), que é composta por espécies sobre-exploradas ou em colapso, ponderada pela qualidade dos dados de captura de peixe.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção de peixes capturados a partir de unidades populacionais sobre-exploradas ou em colapso decresça até 0,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	90,7
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,0
VALOR	68,9
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ⁸³
DESEMPENHO BRUTO	24
DESEMPENHO GLOBAL	24

PESCA SUSTENTÁVEL
desempenho global: 24



FONTES

Indicador: *fish caught from overexploited or collapsed stocks* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Fórmula de cálculo: EPI – Environmental Performance index. (2022). *2022 Environmental Performance Index*. Yale Center for Environmental Law & Policy. <https://epi.yale.edu>.

⁸³ Inquérito realizado por SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe.

ODS 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE

O objetivo de desenvolvimento sustentável 15 visa “proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade”.⁸⁴

Pretende, assim, “prevenir ameaças à biodiversidade. Garantir a conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas terrestres e de água doce, incluindo florestas, pântanos, montanhas e terras secas. Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas. Deter o desmatamento. Combater a desertificação e restaurar terras e solos degradados”.⁸⁵

INDICADORES	15.01 Qualidade dos rios
	15.02 Qualidade dos aquíferos
	15.03 Sítios importantes para a biodiversidade
	15.04 Erosão dos solos
	15.05 Áreas protegidas terrestres
	15.06 Espécies ameaçadas
	15.07 Solos degradados
	15.08 Florestas
	15.09 Impermeabilização dos solos
	15.10 Índice de borboletas dos prados
	15.11 Índice de aves comuns

⁸⁴ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁸⁵ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

15.01 QUALIDADE DOS RIOS

DESCRIÇÃO	Carência bioquímica de oxigénio nos rios. Mede a qualidade da água dos rios e refere-se à quantidade de oxigénio necessária para microrganismos aeróbios decomporem substâncias orgânicas. Valores elevados são geralmente um sinal de poluição orgânica, que afeta a qualidade da água.
UNIDADE	mg / l
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a carência bioquímica de oxigénio nos rios decresça até 1 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	10
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1
VALOR	3
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = média dos valores dos pontos amostrados anualmente
DESEMPENHO BRUTO	78
DESEMPENHO GLOBAL	78

QUALIDADE DOS RIOS
desempenho global: 78



FONTES

Indicador: *biochemical oxygen demand in rivers* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

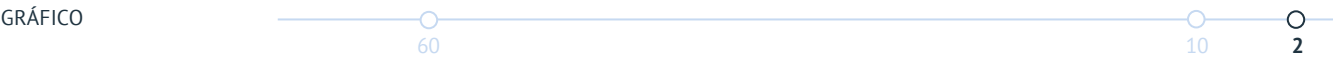
Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). *E-mail ref. S046166-202307-ARHALT.DPI*. Dados cedidos por consulta à APA em 20-07-2023.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). *Biochemical oxygen demand in rivers*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

15.02 QUALIDADE DOS AQUÍFEROS

DESCRIÇÃO	Nitrato em águas subterrâneas. Mede a concentração de nitrato (NO ₃) nas águas subterrâneas. Os nitratos podem persistir nas águas subterrâneas e acumular-se em níveis elevados através de emissões provenientes de fontes antropogénicas (principalmente, agricultura). A legislação comunitária para a água potável define um limite de 50 mg/l para evitar ameaças à saúde humana.
UNIDADE	mg / l
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a concentração de nitrato em águas subterrâneas decresça até 10 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	60
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	10
VALOR	2
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = média dos valores dos pontos amostrados anualmente
DESEMPENHO BRUTO	116
DESEMPENHO GLOBAL	100

QUALIDADE DOS AQUÍFEROS
desempenho global: **100**



FONTES

Indicador: *nitrate in groundwater* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

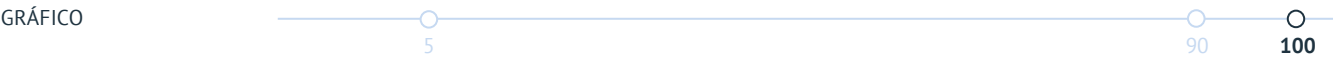
Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). *E-mail ref. S046166-202307-ARHALT.DPI*. Dados cedidos por consulta à APA em 20-07-2023.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). *Nitrate in groundwater*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

15.03 SÍTIOS IMPORTANTES PARA A BIODIVERSIDADE

DESCRIÇÃO	Proporção de ecossistemas ripícolas importantes para a biodiversidade classificados como áreas protegidas. Mede a proporção média de ecossistemas ripícolas importantes para a biodiversidade classificados como áreas protegidas.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a proporção de ecossistemas ripícolas importantes para a biodiversidade cobertos por áreas protegidas cresça até 90 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	5
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	90
VALOR	100
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (ecossistemas ripícolas importantes para a biodiversidade classificados como áreas protegidas / ecossistemas ripícolas importantes para a biodiversidade) x 100
DESEMPENHO BRUTO	112
DESEMPENHO GLOBAL	100

SÍTIOS IMPORTANTES PARA A BIODIVERSIDADE
desempenho global: **100**



FONTES

Indicador: *mean area that is protected in freshwater sites important to biodiversity* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2023). *Relatório do estado do ambiente – REA 2022/2023*. <https://apambiente.pt>.

Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

15.04 EROSÃO DOS SOLOS

DESCRIÇÃO	Erosão hídrica dos solos estimada. Estima a área potencialmente afetada pela erosão severa causada pela precipitação atmosférica e escorrência superficial.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a erosão hídrica dos solos estimada decresça até 0 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	21 ⁸⁶		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0 ⁸⁷		
VALOR	55		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = áreas integradas na reserva ecológica nacional com categoria de elevado risco de erosão hídrica do solo / área do município		
DESEMPENHO BRUTO	-162		
DESEMPENHO GLOBAL	0		
GRÁFICO	EROSÃO DOS SOLOS desempenho global: 0		

⁸⁶ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁸⁷ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através do cálculo da média dos cinco melhores desempenhos para o conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *estimated soil erosion by water* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2023). *Estimated soil erosion by water - area affected by severe erosion rate*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: DGT – Direção-Geral do Território (1996). *Carta da Reserva Ecológica Nacional - Odemira*. <https://snig.dgterritorio.gov.pt>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2023). *Estimated soil erosion by water - area affected by severe erosion rate*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

15.05 ÁREAS PROTEGIDAS TERRESTRES

DESCRIÇÃO	Superfície de áreas protegidas terrestres. Mede a proporção média de ecossistemas importantes para a biodiversidade terrestre que é coberta por áreas protegidas.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a superfície de áreas protegidas terrestres cresça até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	5
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	100
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (ecossistemas importantes para a biodiversidade terrestre classificados como áreas protegidas / ecossistemas importantes para a biodiversidade terrestre) x 100
DESEMPENHO BRUTO	100
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	ÁREAS PROTEGIDAS TERRESTRES desempenho global: 100 
FONTES	Indicador: <i>mean area that is protected in terrestrial sites important to biodiversity</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2023). <i>Relatório do estado do ambiente – REA 2022/2023</i>. https://apambiente.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

15.06 ESPÉCIES AMEAÇADAS

DESCRIÇÃO	Índice das listas vermelhas. Mede a variação no risco agregado de extinção entre grupos de espécies. O índice baseia-se na variação do número de espécies em cada categoria de risco de extinção na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da International Union for Conservation of Nature (IUCN).
UNIDADE	Escala entre 0 e 1
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o índice das listas vermelhas cresça até 1,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,6
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1,0
VALOR	0,9
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	AHM
CÁLCULO DO VALOR	Valor = Número de espécies ameaçadas / Número total de espécies avaliadas
DESEMPENHO BRUTO	71
DESEMPENHO GLOBAL	71

ESPÉCIES AMEAÇADAS
desempenho global: 71



FONTES

Indicador: *red list index of species survival* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2023). *Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental*. <https://livrovermelhodosmamiferos.pt>; ICNF (2022). *Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental*. <https://www.listavermelhasaves.pt>.

Fórmula de cálculo: IUCN – International Union for Conservation of Nature (2023). *The IUCN Red List of Threatened Species*. <https://www.iucnredlist.org>.

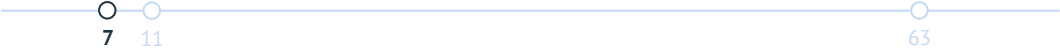
15.07 SOLOS DEGRADADOS

DESCRIÇÃO	Proporção do território com solos degradados. Mede a variação percentual anual em produtos químicos tóxicos libertados nos solos a partir de resíduos relacionados com produção.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a variação da proporção do território com solos degradados decresça até -2 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	13 216
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	-2
VALOR	66
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (solos degradados / área município) x 100
DESEMPENHO BRUTO	99
DESEMPENHO GLOBAL	99



FONTES	Indicador: <i>annual percentage change in toxic chemicals released into land from production-related waste</i> (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). <i>2019 US cities sustainable development report</i>. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex. Valor: ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2020). <i>Índice de Degradação de Terras (LDI)</i>. https://sig.icnf.pt. Fórmula de cálculo: Roxo, M., & Machado, C. (2019). <i>Desertificação</i>. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1901-9_8.
NOTAS	Por falta de informação direta, recorreu-se ao índice de degradação de terras.

15.08 FLORESTAS

DESCRIÇÃO	Área florestal na superfície total.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a área florestal na superfície total cresça até 63 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	11 ⁸⁸
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	63 ⁸⁹
VALOR	7
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (área florestal / área do município) x 100
DESEMPENHO BRUTO	-7
DESEMPENHO GLOBAL	0
GRÁFICO	FLORESTAS desempenho global: 0 
FONTES	Indicador: <i>share of forest area</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Eurostat (2021). <i>Share of forest area</i>. https://ec.europa.eu/eurostat. Valor: DGT – Direção-Geral do Território (2022). <i>Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018</i>. https://www.dgterritorio.gov.pt. Fórmula de cálculo: Eurostat (2021). <i>Share of forest area</i>. https://ec.europa.eu/eurostat.

⁸⁸ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁸⁹ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através da meta definida na Estratégia do Prado ao Prato, referida em Eurostat (2022). *Area under organic farming (sdg_02_40)*. <https://ec.europa.eu/eurostat>, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

15.09 IMPERMEABILIZAÇÃO DOS SOLOS

DESCRIÇÃO	Área de solos artificializados.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. pretende-se que a área de solos artificializados decresça até 0,6 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	11,0 ⁹⁰
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,6 ⁹¹
VALOR	1,5
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (área artificializada / área do município) x 100
DESEMPENHO BRUTO	91
DESEMPENHO GLOBAL	91
GRÁFICO	IMPERMEABILIZAÇÃO DOS SOLOS desempenho global: 91 

⁹⁰ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁹¹ Por falta de informação direta, o limiar de referência B foi obtido através da meta definida na Estratégia do Prado ao Prato, referida em Eurostat (2022). *Area under organic farming (sdg_02_40)*. <https://ec.europa.eu/eurostat>, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

FONTES

Indicador: *artificial land cover* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2019). *Land cover in countries and regions*. <https://www.oecd-ilibrary.org>.

Valor: DGT – Direção-Geral do Território (2022). *Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018*. <https://www.dgterritorio.gov.pt>.

Fórmula de cálculo: Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

15.10 ÍNDICE DE BORBOLETAS DOS PRADOS

DESCRIÇÃO	Índice de borboletas dos prados. Mede as tendências populacionais de 17 espécies de borboletas ao nível da União Europeia.
UNIDADE	índice ano 1991 = 100
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o índice de borboletas dos prados cresça até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	Sem dados
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-

ÍNDICE DE BORBOLETAS DOS PRADOS
desempenho global: -



FONTES

Indicador: grassland butterfly index - EU aggregate (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: EEA – European Environmental Agency (2023). *Grassland butterfly index in Europe*. <https://www.eea.europa.eu>.

15.11 ÍNDICE DE AVES COMUNS

DESCRIÇÃO	Índice de aves comuns. Mede a tendência média na abundância relativa de uma seleção de espécies de aves comuns associadas a habitats específicos, com exclusão de espécies raras.
UNIDADE	índice ano 1990 = 100
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o índice de aves comuns cresça até 100 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	Sem dados
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-

ÍNDICE DE AVES COMUNS
desempenho global: -



FONTES

Indicador: common bird index - EU aggregate (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: EEA – European Environmental Agency (2023). *Common bird index in Europe*. <https://www.eea.europa.eu>.

ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O objetivo de desenvolvimento sustentável 16 visa “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis”.⁹²

Pretende, assim, “promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas. Reduzir significativamente todas as formas de violência. Erradicar o abuso, a exploração e o tráfico e todas as formas de violência e tortura de crianças. Promover o estado de direito nos níveis nacional e internacional. Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos”.⁹³

INDICADORES	16.01 Perceção da independência do sistema de justiça
	16.02 Confiança na União Europeia
	16.03 Homicídio
	16.04 Prisão preventiva
	16.05 Armas apreendidas
	16.06 Encarceramento
	16.07 Criminalidade
	16.08 Índice de liberdade de imprensa
	16.09 Ausência de corrupção
	16.10 Acesso ao sistema judicial
	16.11 Pontualidade dos processos administrativos

⁹² ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.

⁹³ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

16.01 PERCEÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA

DESCRIÇÃO	Perceção da independência do sistema de justiça. Avalia a perceção da independência dos tribunais e juízes num determinado país.
UNIDADE	Escala entre 0 e 1
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a perceção da independência do sistema de justiça cresça até 1,0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1,0
VALOR	0,7
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Dois conjuntos de entrevistas <i>online</i> dirigidas à população em geral e a peritos locais. Os tópicos das perguntas são codificados em valores numéricos para posterior normalização dos valores.
DESEMPENHO BRUTO	73
DESEMPENHO GLOBAL	73

PERCEÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA desempenho global: **73**



FONTES	Indicador: <i>perceived independence of the justice system</i> (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Limiares de referência: Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? <i>Ecological Economics</i>, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373. Valor: WJP – World Justice Project (2022). <i>Rule of law index 2022</i>. https://worldjusticeproject.org. Fórmula de cálculo: WJP – World Justice Project (2022). <i>Rule of law index 2022</i>. https://worldjusticeproject.org.
--------	--

16.02 CONFIANÇA NA UNIÃO EUROPEIA

DESCRIÇÃO	População com confiança nas instituições da União Europeia (EU). Mede a confiança dos cidadãos nas principais instituições da UE: Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Banco Central Europeu.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a população com confiança nas instituições da União Europeia cresça até 100 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	35 ⁹⁴		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	100		
VALOR	64		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional		
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ⁹⁵		
DESEMPENHO BRUTO	45		
DESEMPENHO GLOBAL	45		
GRÁFICO	CONFIANÇA NA UNIÃO EUROPEIA desempenho global: 45		

⁹⁴ Por falta de informação direta, o limiar de referência A foi obtido através do cálculo do percentil 2,5 do conjunto dos Estados-membros da União Europeia, de acordo com a metodologia definida em SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

⁹⁵ Inquérito amostral realizado por Eurostat.

FONTES

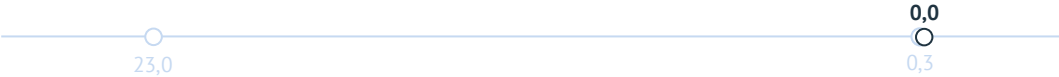
Indicador: *population with confidence in EU institutions* (nome original). Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>.

Limiares de referência: Eurostat (2024). *Population with confidence in EU institutions by institution*. <https://ec.europa.eu/eurostat>; Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: how to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? *Ecological Economics*, 164, pp. 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373>; Eurostat (2024). *Population with confidence in EU institutions by institution*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Valor: Eurostat (2024). *Population with confidence in EU institutions by institution*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

Fórmula de cálculo: Eurostat (2024). *Population with confidence in EU institutions by institution*. <https://ec.europa.eu/eurostat>.

16.03 HOMICÍDIO

DESCRIÇÃO	Taxa padronizada de mortalidade por homicídio.
UNIDADE	n.º / 100 000 hab.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a taxa padronizada de mortalidade por homicídio decresça até 0,3 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	23,0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,3
VALOR	0,0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (óbitos por homicídio / população residente) x 100 000
DESEMPENHO BRUTO	101
DESEMPENHO GLOBAL	100
GRÁFICO	HOMICÍDIO desempenho global: 100 
FONTES	Indicador: <i>death rate due to homicide</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). <i>Óbitos por causas de morte</i>. http://www.ine.pt. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

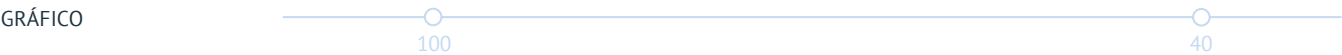
16.04 PRISÃO PREVENTIVA

DESCRIÇÃO	Proporção de reclusos em prisão preventiva na totalidade de reclusos.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a proporção de reclusos em prisão preventiva na totalidade de reclusos decresça até 7 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	75
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	7
VALOR	11
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (reclusos em prisão preventiva / reclusos) x 100
DESEMPENHO BRUTO	94
DESEMPENHO GLOBAL	94
GRÁFICO	PRISÃO PREVENTIVA desempenho global: 94 
FONTES	Indicador: <i>unsentenced detainees</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: Comarca de Beja (2023). Dados cedidos por consulta à Comarca de Beja em 25-09-2023; DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2023). Dados cedidos por consulta à DGRSP em 06-10-2023. Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org.

16.05 ARMAS APREENDIDAS

DESCRIÇÃO	Volume das principais armas convencionais exportadas. Mede um valor de tendência, baseado no custo unitário de produção conhecido de um conjunto básico de armas e não reflete o valor financeiro das exportações.
UNIDADE	1 000 000 \$ / 100 000 hab. a preços de 1990.
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que o volume das principais armas convencionais exportadas decresça até 0 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	3,4
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-

ARMAS APREENDIDAS
desempenho global: -



FONTES

Indicador: *exports of major conventional weapons* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

16.06 ENCARCERAMENTO

DESCRIÇÃO Taxa de encarceramento. Mede a taxa de encarceramento por 100 000 pessoas entre os 15 e 64 anos.

UNIDADE n.º / 100 000 hab.

TENDÊNCIA PRETENDIDA Decrescente. Pretende-se que a taxa de encarceramento decresça até 25 (limiar de referência B).

LIMIAR DE REFERÊNCIA A 475

LIMIAR DE REFERÊNCIA B 25

VALOR 25

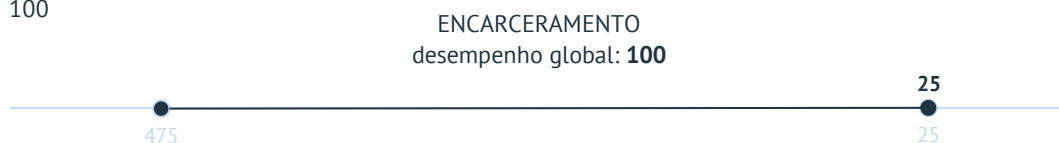
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR Municipal

CÁLCULO DO VALOR Valor = (reclusos / população residente entre 15 e 64 anos) x 100 000

DESEMPENHO BRUTO 100

DESEMPENHO GLOBAL 100

GRÁFICO



FONTES Indicador: *prison and jail incarceration rate per 100,000 aged 15 to 64* (nome original). SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

Limiares de referência: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

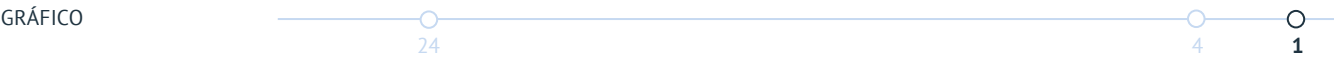
Valor: DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2023). Dados cedidos por consulta à DGRSP em 06-10-2023.

Fórmula de cálculo: SDSN USA – SDSN USA (2019). *2019 US cities sustainable development report*. <https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex>.

16.07 CRIMINALIDADE

DESCRIÇÃO	População que reporta ocorrências de crime, violência e vandalismo na área de residência.
UNIDADE	%
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a população que reporta ocorrências de crime, violência e vandalismo na área de residência decresça até 4 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	24
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	4
VALOR	1
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal
CÁLCULO DO VALOR	Valor = (população que reporta ocorrências de crime, violência e vandalismo na área de residência / população residente) x 100
DESEMPENHO BRUTO	114
DESEMPENHO GLOBAL	100

CRIMINALIDADE
desempenho global: **100**



FONTES

Indicador: *population reporting crime in their area* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: GNR – Guarda Nacional Republicana (2023). *E-mail n.º E107126*. Dados cedidos por consulta à GNR em 09-10-2023.

Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

16.08 ÍNDICE DE LIBERDADE DE IMPRENSA

DESCRIÇÃO	Índice de liberdade de imprensa. Mede o grau de liberdade disponível para jornalistas em 180 países e regiões, determinado pelo agrupamento das respostas de especialistas a um questionário elaborado por Reporters Without Borders (RSF).
UNIDADE	Escala entre 0 e 100
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o índice de liberdade de imprensa cresça até 90 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	20
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	90
VALOR	85
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ⁹⁶
DESEMPENHO BRUTO	92
DESEMPENHO GLOBAL	92

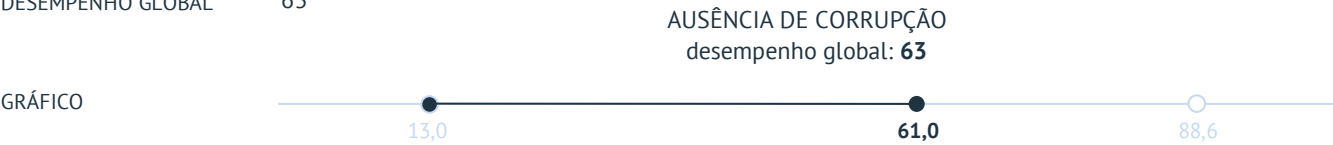


FONTES	Indicador: <i>press freedom index</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: RSF – Reporters Without Borders (2024). <i>Press Freedom Index</i>. https://rsf.org. Fórmula de cálculo: RSF – Reporters Without Borders (2024). <i>Press Freedom Index</i>. https://rsf.org.
--------	---

⁹⁶ Inquérito amostral realizado por RSF – Reporters Without Borders.

16.09 AUSÊNCIA DE CORRUPÇÃO

DESCRIÇÃO	Índice de perceção de corrupção. Níveis percebidos de corrupção no setor público, numa Escala de 0 (nível mais alto de corrupção percebida) a 100 (nível mais baixo de corrupção percebida). Agrega dados de diversas fontes, que fornecem perceções de empresários e especialistas do país.
UNIDADE	Escala entre 0 e 100
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o índice de perceção de corrupção cresça até 88,6 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	13,0
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	88,6
VALOR	61,0
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ⁹⁷
DESEMPENHO BRUTO	63
DESEMPENHO GLOBAL	63



FONTES	Indicador: <i>corruption perceptions index</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: TI – Transparency International (2023). <i>Corruption perceptions index</i>. https://www.transparency.org. Fórmula de cálculo: TI – Transparency International (2023). <i>Corruption perceptions index</i>. https://www.transparency.org.
--------	--

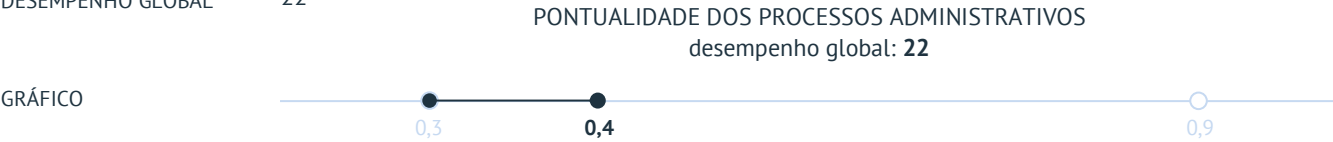
⁹⁷ Inquérito amostral realizado por TI – Transparency International.

16.10 ACESSO AO SISTEMA JUDICIAL

DESCRIÇÃO	Acesso ao sistema judicial. Mede a possibilidade de acesso ao sistema de justiça civil.		
UNIDADE	Escala entre 0 e 1		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que o acesso ao sistema judicial cresça até 0,8 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,1		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,8		
VALOR	0,7		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional		
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral		
DESEMPENHO BRUTO	81		
DESEMPENHO GLOBAL	81		
GRÁFICO	ACESSO AO SISTEMA JUDICIAL desempenho global: 81 		
FONTES	Indicador: <i>access to justice</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: WJP – World Justice Project (2022). <i>Rule of law index 2022</i>. https://worldjusticeproject.org. Fórmula de cálculo: WJP – World Justice Project (2022). <i>Rule of law index 2022</i>. https://worldjusticeproject.org.		

16.11 PONTUALIDADE DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

DESCRIÇÃO	Pontualidade dos processos administrativos. Mede a eficácia e o prazo de execução das decisões e sentenças da justiça civil.
UNIDADE	Escala entre 0 e 1
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a pontualidade dos processos administrativos cresça até 0,9 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,3
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	0,9
VALOR	0,4
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Nacional
CÁLCULO DO VALOR	Inquérito amostral ⁹⁸
DESEMPENHO BRUTO	22
DESEMPENHO GLOBAL	22



FONTES	Indicador: <i>timeliness of administrative proceedings</i> (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals</i>. https://eu-dashboards.sdgindex.org. Valor: WJP – World Justice Project (2022). <i>Rule of law index 2022</i>. https://worldjusticeproject.org. Fórmula de cálculo: WJP – World Justice Project (2022). <i>Rule of law index 2022</i>. https://worldjusticeproject.org.
--------	--

⁹⁸ Inquérito amostral realizado por WJP – World Justice Project.

ODS 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

O objetivo de desenvolvimento sustentável 17 visa “reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”.⁹⁹

Pretende, assim, “Revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Apoiar a criação de fortes parcerias ODS para atingir as metas ambiciosas da Agenda 2030. Reunir os governos nacionais, a comunidade internacional, a sociedade civil, o setor privado e outros atores”.¹⁰⁰

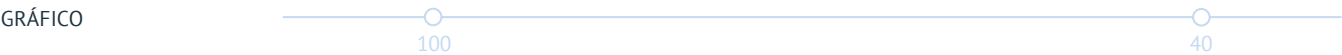
INDICADORES	17.01 Paraísos fiscais
	17.02 Ajuda pública ao desenvolvimento

⁹⁹ ONU – Organização das Nações Unidas (2024). *The 17 Goals*. <https://sdgs.un.org>.
¹⁰⁰ BCSD Portugal – Business Council for Sustainable Development Portugal (2024). *Agenda 2030 – objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. <https://ods.pt>.

17.01 PARAÍÇOS FISCAIS

DESCRIÇÃO	Permissividade do sistema fiscal em relação a paraísos fiscais. Mede o potencial de determinada jurisdição se apropriar da base tributária de terceiros, conforme consagrado nas suas leis, regulamentos e práticas administrativas documentadas.
UNIDADE	Escala entre 0 e 100
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Decrescente. Pretende-se que a permissividade do sistema fiscal em relação a paraísos fiscais decresça até 40 (limiar de referência B).
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	100
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	40
VALOR	Sem dados
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	-
CÁLCULO DO VALOR	-
DESEMPENHO BRUTO	-
DESEMPENHO GLOBAL	-

PARAÍÇOS FISCAIS
desempenho global: -



FONTES

Indicador: *corporate tax haven score* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

17.02 AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

DESCRIÇÃO	Ajuda pública ao desenvolvimento. Consiste na ajuda governamental, em proporção do produto interno bruto (PIB), destinada a promover o desenvolvimento económico e o bem-estar dos países em desenvolvimento. A ajuda pode ser fornecida bilateralmente, do doador ao destinatário, ou canalizada através de uma agência multilateral de desenvolvimento, como as Nações Unidas ou o Banco Mundial.		
UNIDADE	%		
TENDÊNCIA PRETENDIDA	Crescente. Pretende-se que a ajuda pública ao desenvolvimento cresça até 1,0 (limiar de referência B).		
LIMIAR DE REFERÊNCIA A	0,1		
LIMIAR DE REFERÊNCIA B	1,0		
VALOR	0,0		
ESCALA GEOGRÁFICA DO VALOR	Municipal		
CÁLCULO DO VALOR	Valor = ajuda pública ao desenvolvimento / produto interno bruto		
DESEMPENHO BRUTO	-11		
DESEMPENHO GLOBAL	0		
AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO desempenho global: 0			



FONTES

Indicador: *official development assistance* (nome original). SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Limiares de referência: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

Valor: CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023). *Orçamento do Município 2023*. <https://www.cm-odemira.pt>.

Fórmula de cálculo: SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). *Europe sustainable development report 2023/24 – European elections, Europe’s future and the sustainable development goals*. <https://eu-dashboards.sdgindex.org>.

ANEXO 2.2
TABELA DE DADOS

Tabela 1 – Tabela de dados

INDICADORES						DESEMPENHO AIAHM					FONTES DE INFORMAÇÃO					
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	ESCALA	DATA	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	INDICADOR	LIMIARES DE REFERÊNCIA	CÁLCULO DO LIMIAR REF. A	CÁLCULO DO LIMIAR REF. B	VALOR AIAHM	CÁLCULO DO VALOR AIAHM
ODS 1 ERRADICAR A POBREZA																
1.01	Risco de pobreza	%	Descendente	25,6	0,0	14,9	Regional	2023	42	42	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
1.02	Intensidade da pobreza	%	Descendente	21,0	0,0	0,6	Nacional	2023	97	97	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	Banco Mundial
1.03	Privação material e social	%	Descendente	31,4	0,0	3,2	Regional	2023	90	90	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
1.04	Desemprego familiar	%	Descendente	10,3	5,3	-	-	-	-	-	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
1.05	Pobreza infantil	%	Descendente	14,3	0,0	-	-	-	-	-	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	-	-
ODS 2 ERRADICAR A FOME																
2.01	Insegurança alimentar	%	Descendente	17,8	0,0	-	-	-	-	-	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	-	-
2.02	Culturas cerealíferas	%	Crescente	28,0	80,0	3,3	AHM	2022	-47	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	ABM	SDSN Europe
2.03	Nível trófico humano	2-3	Descendente	2,5	2,0	2,4	Nacional	2017	7	7	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	Bonhommeau et al.
2.04	Produtividade agrícola	%	Crescente	3,0	70,0	-10,0	Municipal	2019	-19	0	Miola & Schiltz	Miola & Schiltz	Cons. Europeu	Cons. Europeu	INE	Miola & Schiltz
2.05	Obesidade	%	Descendente	35,1	3,0	19,0	Regional	2020	50	50	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
2.06	Agricultura biológica	%	Crescente	1,3	25,0	0,0	Municipal	2019	-5	0	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	Eurostat
2.07	I&D na agricultura	€/ capita	Crescente	0,6	18,5	0,7	Municipal	2021	1	1	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	GPP	Eurostat
2.08	Emissões de amoníaco pela agricultura	kg / ha	Descendente	60,0	8,0	13,1	Nacional	2021	90	90	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe
ODS 3 SAÚDE DE QUALIDADE																
3.01	Esperança de vida	anos	Crescente	54,0	83,0	79,9	Sub-regional	2020	89	89	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
3.02	Mortalidade evitável	n.º / 100 000 hab. > 75 anos	Descendente	1 000,0	150,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
3.03	Perceção da saúde	%	Crescente	25,0	80,0	49,5	Nacional	2023	45	45	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	PORDATA	PORDATA
3.04	Tuberculose	n.º / 100 000 hab.	Descendente	561,0	3,6	23,0	Sub-regional	2019	97	97	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	ARS Alentejo	ARS Alentejo
3.05	Suicídio	n.º / 100 000 hab.	Descendente	30,0	4,0	27,1	Municipal	2023	11	11	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
3.06	Disparidade na saúde	pp	Descendente	60,0	0,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
3.07	Mortalidade abaixo dos 5 anos	n.º / 1 000 nados vivos	Descendente	130,0	2,6	4,1	Municipal	2023	99	99	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
3.08	Mortalidade devido a poluição atmosférica	%	Descendente	369,0	0,0	11,0	Municipal	2023	97	97	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
3.09	Insatisfação com cuidados médicos	pp	Descendente	20,0	0,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-

INDICADORES						DESEMPENHO AIAHM					FONTES DE INFORMAÇÃO					
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	ESCALA	DATA	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	INDICADOR	LIMIARES DE REFERÊNCIA	CÁLCULO DO LIMIAR REF. A	CÁLCULO DO LIMIAR REF. B	VALOR AIAHM	CÁLCULO DO VALOR AIAHM
3.10	Mortalidade rodoviária	n.º / 100 000 hab.	Descendente	34,0	3,0	14,0	Municipal	2023	65	65	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
3.11	Consumo de álcool	%	Descendente	20,0	0,4	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
3.12	Cobertura vacinal	%	Crescente	41,0	100,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
3.13	Tabagismo	%	Descendente	50,0	12,0	19,1	Regional	2019	81	81	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
3.14	Cobertura de seguro de saúde	%	Crescente	50,0	100,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
3.15	Marcação online de consultas	%	Crescente	0,0	50,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
3.16	Sobrecarga das despesas em saúde	%	Descendente	66,0	10,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
3.17	Bem-estar subjetivo	escala de 0 a 10	Crescente	3,3	7,6	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE																
4.01	Avaliação do 3.º ciclo	escala de 0 a 600	Crescente	350,0	525,6	463,0	Sub-regional	2018	64	64	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	IAVE	SDSN Europe
4.02	Aprendizagem ao longo da vida	%	Crescente	0	28	0	Municipal	2022	0	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
4.03	Formação superior	%	Crescente	0,0	52,0	16,4	Municipal	2021	32	32	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
4.04	Emprego de recém-formados	%	Crescente	59,3	89,7	55,6	Regional	2023	-12	-	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
4.05	Abandono escolar	% pop. 18-24 anos	Descendente	31,0	4,0	53,5	Municipal	2021	-83	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
4.06	Insucesso em ciências	%	Descendente	53,0	12,0	3,0	Municipal	2023	122	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	DGEEC	DGEEC
4.07	Variação no desempenho em ciências	%	Descendente	21,4	8,3	15,0	Sub-regional	2018	49	49	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	IAVE	OECD
4.08	Sucesso no ensino secundário	%	Crescente	76,3	91,4	71,0	Municipal	2023	-35	0	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	DGEEC	DGEEC
4.09	Disparidade escolar	pp	Descendente	48,8	0,0	2,0	Municipal	2023	96	96	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	DGEEC	DGEEC
4.10	Ensino pré-escolar	%	Crescente	35,0	100,0	108,7	Municipal	2022	113	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
ODS 5 IGUALDADE DE GÉNERO																
5.01	Mulheres especialistas em TIC	%	Crescente	0,0	50,0	20,4	Nacional	2023	41	41	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	Eurostat	Eurostat
5.02	Mulheres em cargos governamentais	%	Crescente	14,0	50,0	0,2	Municipal	2023	-38	0	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	CMO	SDSN USA
5.03	Violência no namoro	%	Descendente	11,0	0,0	0,6	Municipal	2023	95	95	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	Miola & Schiltz	GNR	Eurostat
5.04	Mulheres em quadros superiores	%	Crescente	0,0	50,0	33,3	Nacional	2023	67	67	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	Eurostat	Eurostat
5.05	Disparidade no emprego entre géneros	pp	Descendente	41,0	0,0	11,0	Municipal	2021	73	73	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
5.06	Disparidade salarial entre géneros	%	Crescente	40,0	0,0	1,8	Municipal	2023	96	96	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	Eurostat

INDICADORES						DESEMPENHO AIAHM					FONTES DE INFORMAÇÃO					
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	ESCALA	DATA	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	INDICADOR	LIMIARES DE REFERÊNCIA	CÁLCULO DO LIMIAR REF. A	CÁLCULO DO LIMIAR REF. B	VALOR AIAHM	CÁLCULO DO VALOR AIAHM
5.07	Empresas pertencentes a mulheres	%	Crescente	34,4	50,0	0,0	Municipal	2021	-220	0	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	PORDATA	SDSN USA
5.08	Mulheres inativas	%	Descendente	66,0	6,0	27,4	Nacional	2021	64	64	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	PORDATA	PORDATA
5.09	Mulheres em assentos parlamentares	%	Crescente	12,0	50,0	41,0	Municipal	2023	76	76	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	CMO	SDSN Europe
ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO																
6.01	Fosfato nos rios	mg / l	Descendente	0,2	0,0	0,0	Municipal	2021	100	100	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	Eurostat
6.02	Captação de água doce	%	Descendente	80,0	1,0	0,0	Municipal	2022	101	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
6.03	Tratamento de águas residuais	%	Crescente	20,0	100,0	65,0	Municipal	2022	56	56	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
6.04	Água potável	%	Crescente	10,5	100,0	73,0	Municipal	2022	70	70	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
6.05	Serviços de saneamento seguros	%	Crescente	14,1	100,0	65,0	Municipal	2022	59	59	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
6.06	Consumo doméstico de água	l / hab. / dia	Descendente	700,2	154,1	184,0	Municipal	2023	95	95	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	CMO	SDSN USA
6.07	Escassez de água	%	Descendente	20,0	10,0	33,0	Municipal	2023	-130	0	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	APA
6.08	Cuidados de higiene	%	Descendente	30,0	10,0	0,4	Nacional	2023	148	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
ODS 7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS																
7.01	Emissões da produção elétrica	MtCO2 / TWh	Descendente	5,9	0,0	0,0	Municipal	2019	100	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	SDSN Europe
7.02	Consumo de energia	tep / capita	Descendente	4,7	1,2	1,6	Nacional	2022	89	89	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	Eurostat	Eurostat
7.03	Consumo de energia final das famílias	kgep / capita	Descendente	274,0	185,0	103,9	Municipal	2023	191	100	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	Eurostat	Eurostat
7.04	Consumo de energia primária	toe / capita	Descendente	5,6	1,9	2,0	Nacional	2023	97	97	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	Eurostat	Eurostat
7.05	Pobreza energética	%	Descendente	35,0	0,0	37,0	Municipal	2021	-6	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
7.06	Energias renováveis	%	Crescente	3,0	50,0	3,7	Municipal	2023	1	1	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	DGEG	SDSN Europe
ODS 8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO																
8.01	Direitos laborais	escala de 0 a 1	Crescente	0,2	0,9	0,7	Nacional	2022	68	68	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	WJP	WJP
8.02	Mortalidade laboral	n.º / 100 000 empregados	Descendente	5,0	0,0	0,0	Municipal	2021	100	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	GEP	SDSN Europe
8.03	Escravidão	n.º / 100 000 hab.	Descendente	280,0	0,0	0,0	Municipal	2023	100	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	Comarca	SDSN Europe
8.04	Desocupação jovem	%	Descendente	27,0	8,0	10,0	Regional	2022	89	89	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	Eurostat
8.05	Desemprego	%	Descendente	18,0	3,0	5,1	Municipal	2021	86	86	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
8.06	Salários	%	Descendente	18,6	3,3	10,5	Regional	2023	53	53	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE

INDICADORES						DESEMPENHO AIAHM					FONTES DE INFORMAÇÃO					
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	ESCALA	DATA	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	INDICADOR	LIMIARES DE REFERÊNCIA	CÁLCULO DO LIMIAR REF. A	CÁLCULO DO LIMIAR REF. B	VALOR AIAHM	CÁLCULO DO VALOR AIAHM
8.07	Rendimentos	€	Crescente	5 000,0	30 000,0	8 547,0	Municipal	2021	14	14	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
8.08	Investimento	%	Crescente	15,6	27,0	27,0	Regional	2021	100	100	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS																
9.01	Literacia digital	%	Crescente	20,0	80,0	55,3	Nacional	2023	59	59	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	Eurostat	Eurostat
9.02	I&D	%	Crescente	0,4	3,3	0,8	Municipal	2021	14	14	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	DGEEC	Eurostat
9.03	Investigadores	%	Crescente	0,3	2,0	0,1	Municipal	2023	-12	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
9.04	Pedidos de patente	n.º / 1 000 000 hab.	Crescente	3,0	240,0	0,0	Municipal	2023	-1	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INPI	Eurostat
9.05	Infraestruturas de comércio e transportes	1-5	Crescente	2,0	3,0	3,4	Nacional	2023	140	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	Banco Mundial	Banco Mundial
9.06	Banda larga	%	Crescente	60,0	96,0	38,0	Municipal	2022	-61	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	ANACOM	Eurostat
9.07	Inovação tecnológica	%	Crescente	35,0	57,0	-	-	-	-	-	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
9.08	Transportes coletivos	%	Crescente	13,7	20,7	20,0	Municipal	2021	90	90	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
9.09	Produção científica	n.º / 1 000 hab.	Crescente	0,0	1,2	0,4	Sub-regional	2023	32	32	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	DGEEC	DGEEC
9.10	Disparidade no acesso à internet	%	Descendente	26,0	0,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
9.11	Mercadorias transportadas por ferrovia	%	Crescente	2,0	51,7	0,0	Municipal	2023	-4	0	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN USA	SDSN USA	IP	Eurostat
ODS 10 REDUZIR AS DESIGUALDADES																
10.01	Segregação residencial	escala de 0 a 100	Descendente	69,2	35,5	-	-	-	-	-	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	-	-
10.02	Pedidos de asilo	n.º / 1 000 000 hab.	Crescente	66,5	63 055,5	202,0	Nacional	2024	0	0	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	Eurostat	Eurostat
10.03	Mobilidade social	%	Crescente	36,1	46,6	-	-	-	-	-	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	-	-
10.04	Desigualdade	%	Descendente	63,0	27,5	36,3	Municipal	2021	75	75	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	Eurostat
10.05	Disparidade de rendimentos	n.º	Descendente	2,5	0,9	1,2	Nacional	2021	84	84	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS																
11.01	Reciclagem	%	Crescente	0,0	62,0	8,4	Municipal	2023	14	14	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	AMBILITAL	SDSN Europe
11.02	Concentração de partículas atmosféricas	µg/m³	Descendente	20,0	5,0	0,1	Municipal	2021	133	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	APA
11.03	Mobilidade sustentável	%	Crescente	10,1	50,0	20,3	Municipal	2021	26	26	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	INE	INE
11.04	Sobrecarga com habitação	%	Descendente	30,0	2,5	4,9	Regional	2023	91	91	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
11.05	Edifícios com necessidade de reparações	%	Descendente	30,0	6,0	26,2	Municipal	2021	16	16	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE

INDICADORES						DESEMPENHO AIAHM					FONTES DE INFORMAÇÃO					
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	ESCALA	DATA	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	INDICADOR	LIMIARES DE REFERÊNCIA	CÁLCULO DO LIMIAR REF. A	CÁLCULO DO LIMIAR REF. B	VALOR AIAHM	CÁLCULO DO VALOR AIAHM
11.06	Sobrelotação	%	Descendente	65,0	6,0	11,4	Municipal	2021	91	91	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	INE
ODS 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS																
12.01	Emissões de dióxido de enxofre	kg / capita	Descendente	525,0	0,0	0,3	Municipal	2019	100	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	APA
12.02	Emissões de azoto	kg / capita	Descendente	30,0	2,0	28,0	Municipal	2019	7	7	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	Rocha & Cardoso
12.03	Nível de ozono diário	ppm	Descendente	0,1	0,0	0,1	Municipal	2022	55	55	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	APA	EPA
12.04	Resíduos perigosos	kg / capita	Descendente	359,7	0,8	9,1	Municipal	2021	98	98	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	APA	SDSN USA
12.05	Resíduos urbanos	kg / capita	Descendente	4 533,8	1 031,6	527,0	Municipal	2021	114	100	Miola & Schiltz	<u>Eurostat</u>	SDSN USA	SDSN USA	APA	Eurostat
12.06	Emissões automóveis	kg / km	Descendente	139,6	83,7	34,2	Municipal	2019	188	100	Miola & Schiltz	<u>Eurostat</u>	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	Eurostat
12.07	Poluição atmosférica	%	Descendente	9,9	-18,7	-7,0	Municipal	2019	59	59	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	APA	Eurostat
12.08	Consumo interno de materiais	1 000 ton.	Crescente	11 222,0	743 207,0	164 500,0	Nacional	2023	21	21	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	Eurostat	Eurostat
12.09	Economia circular	t / ano	Crescente	1,0	19,0	3,0	Municipal	2021	11	11	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	PORDATA
12.10	Rendimento de serviços ambientais	%	Crescente	1,0	5,5	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
ODS 13 AÇÃO CLIMÁTICA																
13.01	CO ₂ de combustíveis fósseis	tCO ₂ / capita	Descendente	20,0	0,0	0,8	Municipal	2019	96	96	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	SDSN Europe
13.02	Gases com efeito de estufa	ton / capita	Descendente	20,0	1,7	0,3	Municipal	2019	108	100	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	APA	Eurostat
13.03	Emissões líquidas de gases com efeito de estufa	ton / capita	Descendente	15,0	3,7	2,4	Municipal	2019	112	100	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	Eurostat
13.04	Gases com efeito de estufa de consumo de energia	índice ano 2000 = 100	Descendente	105,0	66,0	-	-	-	-	-	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
13.05	Temperatura à superfície	°C	Descendente	1,5	0,0	1,7	Municipal	2022	-13	0	Miola & Schiltz	EEA	EEA	EEA	INE; IPMA	EEA
13.06	Perdas económicas relacionadas com o clima	€ / capita	Descendente	243,3	0,0	108,9	Municipal	2016	55	55	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	CMO	Eurostat
13.07	Contribuição para compromissos da ONU	€ / capita	Crescente	0,0	3 940,0	0,0	Municipal	2023	0	0	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	CMO	Eurostat
13.08	Pacto de autarcas para o clima e energia	%	Crescente	0,0	100,0	0,0	Municipal	2023	0	0	Miola & Schiltz	Eurostat	Eurostat	Eurostat	CMO	Eurostat
ODS 14 PROTEGER A VIDA MARINHA																
14.01	Praias com água excelente	%	Crescente	25,0	100,0	100,0	Municipal	2021	100	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	SDSN Europe
14.02	Áreas marinhas protegidas	%	Crescente	0,0	100,0	100,0	Municipal	2023	100	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	SDSN Europe
14.03	Pesca por arrasto	%	Descendente	90,0	0,0	18,0	Regional	2023	80	80	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	DGRM	SDSN Europe
14.04	Acidez média do oceano	pH	Descendente	8,1	8,1	8,1	Municipal	2023	0	0	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	IPMA	Eurostat

INDICADORES						DESEMPENHO AIAHM					FONTES DE INFORMAÇÃO					
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	ESCALA	DATA	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	INDICADOR	LIMIARES DE REFERÊNCIA	CÁLCULO DO LIMIAR REF. A	CÁLCULO DO LIMIAR REF. B	VALOR AIAHM	CÁLCULO DO VALOR AIAHM
14.05	Pesca sustentável	%	Descendente	90,7	0,0	68,9	Nacional	2018	24	24	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	EPI
ODS 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE																
15.01	Qualidade dos rios	mg / l	Descendente	10,0	1,0	3,0	Municipal	2021	78	78	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	Eurostat
15.02	Qualidade dos aquíferos	mg / l	Descendente	60,0	10,0	2,0	Municipal	2021	116	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	Eurostat
15.03	Sítios importantes para a biodiversidade	%	Crescente	4,6	90,0	100,0	Municipal	2023	112	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	SDSN Europe
15.04	Erosão dos solos	%	Descendente	21,1	0,0	55,1	Municipal	1996	-162	0	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	DGT	Eurostat
15.05	Áreas protegidas terrestres	%	Crescente	4,6	100,0	100,0	Municipal	2023	100	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	APA	SDSN Europe
15.06	Espécies ameaçadas	escala de 0 a 1	Crescente	0,6	1,0	0,9	AHM	2023	71	71	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	ICNF	IUCN
15.07	Solos degradados	%	Descendente	13 215,9	-2,0	66,0	Municipal	2020	99	99	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	ICNF	Roxo & Machado
15.08	Florestas	%	Crescente	10,7	63,1	7,2	Municipal	2018	-7	0	Miola & Schiltz	Eurostat	SDSN Europe	SDSN Europe	DGT	Eurostat
15.09	Impermeabilização dos solos	%	Descendente	11,0	0,6	1,5	Municipal	2018	91	91	Miola & Schiltz	OECD	SDSN Europe	SDSN Europe	DGT	Miola & Schiltz
15.10	Índice de borboletas dos prados	índice ano 1991 = 100	Crescente	-	100,0	-	Municipal	-	0%	-	Miola & Schiltz	EEA	SDSN Europe	SDSN Europe	TAGIS	-
15.11	Índice de aves comuns	índice ano 1990 = 100	Crescente	-	100,0	-	-	-	-	-	Miola & Schiltz	EEA	SDSN USA	SDSN USA	INE	-
ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES																
16.01	Perceção da independência do sistema de justiça	escala de 0 a 1	Crescente	0,0	1,0	0,7	Nacional	2023	73	73	Miola & Schiltz	Miola & Schiltz	Miola & Schiltz	Miola & Schiltz	WJP	WJP
16.02	Confiança na União Europeia	%	Crescente	35,0	100,0	64,0	Nacional	2024	45	45	Miola & Schiltz	Miola & Schiltz	SDSN Europe	Miola & Schiltz	Eurostat	Eurostat
16.03	Homicídio	n.º / 100 000 hab.	Descendente	23,0	0,3	0,0	Municipal	2023	101	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	SDSN Europe
16.04	Prisão preventiva	%	Descendente	75,0	7,0	10,9	Municipal	2023	94	94	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	Comarca	SDSN Europe
16.05	Armas apreendidas	1 000 000 \$ / 100 000 hab. ¹	Descendente	3,4	0,0	4,0	Municipal	-	-18	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	INE	-
16.06	Encarceramento	n.º / 100 000 hab.	Descendente	475,0	25,0	25,1	Municipal	2023	100	100	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	SDSN USA	DGRSP	SDSN USA
16.07	Criminalidade	%	Descendente	24,0	4,0	1,3	Municipal	2023	114	100	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	GNR	SDSN Europe
16.08	Índice de liberdade de imprensa	escala de 0 a 100	Crescente	20,0	90,0	84,6	Nacional	2024	92	92	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	RSF	RSF
16.09	Ausência de corrupção	escala de 0 a 100	Crescente	13,0	88,6	61,0	Nacional	2023	63	63	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	TI	TI
16.10	Acesso ao sistema judicial	escala de 0 a 1	Crescente	0,1	0,8	0,7	Nacional	2022	81	81	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	WJP	WJP
16.11	Pontualidade dos processos administrativos	escala de 0 a 1	Crescente	0,3	0,9	0,4	Nacional	2022	22	22	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	WJP	WJP

¹ A preços de 1990

INDICADORES						DESEMPENHO AIAHM					FONTES DE INFORMAÇÃO					
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	ESCALA	DATA	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	INDICADOR	LIMIARES DE REFERÊNCIA	CÁLCULO DO LIMIAR REF. A	CÁLCULO DO LIMIAR REF. B	VALOR AIAHM	CÁLCULO DO VALOR AIAHM
ODS 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS																
17.01	Paraísos fiscais	escala de 0 a 100	Descendente	100,0	40,0	-	-	-	-	-	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	-	-
17.02	Ajuda pública ao desenvolvimento	%	Crescente	0,1	1,0	0,0	Municipal	2023	-11	0	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	SDSN Europe	CMO	SDSN Europe

ANEXO 2.3

COMPARAÇÃO COM O PANORAMA NACIONAL

Tabela 1 – Comparação com o panorama nacional

INDICADOR						AIAHM			PORTUGAL			DIFERENÇA ENTRE A AIAHM E PORTUGAL			FONTES	
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO BRUTO COMUM	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
ODS 1 ERRADICAR A POBREZA																
1.01	Risco de pobreza	%	Descendente	25,6	0,0	14,9	42	42	18,4	28	28	14	42	-14	INE	SDSN Europe
1.02	Intensidade da pobreza	%	Descendente	21,0	0,0	0,6	97	97	1,1	95	95	2	97	-2	SDSN Europe	SDSN Europe
1.03	Privação material e social	%	Descendente	31,4	0,0	3,2	90	90	4,6	85	85	4	90	-4	INE	SDSN Europe
1.04	Desemprego familiar	%	Descendente	10,3	5,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.05	Pobreza infantil	%	Descendente	14,3	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ODS 2 ERRADICAR A FOME																
2.01	Insegurança alimentar	%	Descendente	17,8	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.02	Culturas cerealíferas	%	Crescente	28,0	80,0	3,3	-47	0	6,0	-42	0	-5	-47	0	ABM	INE
2.03	Nível trófico humano	2-3	Descendente	2,5	2,0	2,4	7	7	2,4	7	7	0	7	0	SDSN Europe	SDSN Europe
2.04	Produtividade agrícola	%	Crescente	3,0	70,0	-10,0	-19	0	70,0	100	100	-119	-19	100	INE	INE
2.05	Obesidade	%	Descendente	35,1	3,0	19,0	50	50	17,7	54	54	-4	50	4	INE	SDSN Europe
2.06	Agricultura biológica	%	Crescente	1,3	25,0	0,0	-5	0	5,3	17	17	-22	-5	17	INE	INE
2.07	I&D na agricultura	€/ capita	Crescente	0,6	18,5	0,7	1	1	2,0	8	8	-7	1	7	GPP	Eurostat
2.08	Emissões de amoníaco pela agricultura	kg / ha	Descendente	60,0	8,0	13,1	90	90	13,1	90	90	0	90	0	SDSN Europe	SDSN Europe
ODS 3 SAÚDE DE QUALIDADE																
3.01	Esperança de vida	anos	Crescente	54,0	83,0	79,9	89	89	81,2	94	94	-4	89	4	INE	INE
3.02	Mortalidade evitável	n.º / 100 000 hab. > 75 anos	Descendente	1 000,0	150,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.03	Perceção da saúde	%	Crescente	25,0	80,0	49,5	45	45	49,5	45	45	0	45	0	PORDATA	PORDATA
3.04	Tuberculose	n.º / 100 000 hab.	Descendente	561,0	3,6	23,0	97	97	16,0	98	98	-1	97	1	ARS Alentejo	SDSN Europe
3.05	Suicídio	n.º / 100 000 hab.	Descendente	30,0	4,0	27,1	11	11	9,0	81	81	-70	11	70	INE	SDSN Europe
3.06	Disparidade na saúde	pp	Descendente	60,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.07	Mortalidade abaixo dos 5 anos	n.º / 1 000 nados vivos	Descendente	130,0	2,6	4,1	99	99	3,1	100	100	-1	99	1	INE	SDSN Europe
3.08	Mortalidade devido a poluição atmosférica	%	Descendente	369,0	0,0	11,0	97	97	10,0	97	97	0	97	0	INE	SDSN Europe
3.09	Insatisfação com cuidados médicos	pp	Descendente	20,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.10	Mortalidade rodoviária	n.º / 100 000 hab.	Descendente	34,0	3,0	14,0	65	65	5,4	92	92	-28	65	28	INE	SDSN Europe

INDICADOR						AIAHM			PORTUGAL			DIFERENÇA ENTRE A AIAHM E PORTUGAL			FONTES	
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO BRUTO COMUM	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
3.11	Consumo de álcool	%	Descendente	20,0	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.12	Cobertura vacinal	%	Crescente	41,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.13	Tabagismo	%	Descendente	50,0	12,0	19,1	81	81	17,0	87	87	-6	81	6	INE	INE
3.14	Cobertura de seguro de saúde	%	Crescente	50,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.15	Marcação online de consultas	%	Crescente	0,0	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.16	Sobrecarga das despesas em saúde	%	Descendente	66,0	10,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.17	Bem-estar subjetivo	escala de 0 a 10	Crescente	3,3	7,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.18	Mortalidade por doenças não transmissíveis	n.º / 100 000 hab.	Descendente	526,3	250,7	226,8	109	100	201,2	118	100	-9	109	0	INE	INE
3.19	Baixa saúde mental	dias	Descendente	4,5	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.20	Mortalidade por drogas	n.º / 100 000 hab.	Descendente	34,3	7,5	0,0	128	100	0,2	127	100	1	128	0	INE	INE
3.21	Mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite	n.º / 100 000 hab.	Descendente	6,2	0,5	6,8	-9	0	4,0	38	38	-48	-9	38	INE	INE
ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE																
4.01	Avaliação do 3.º ciclo	escala de 0 a 600	Crescente	350,0	525,6	463,0	64	64	477,6	73	73	-8	64	8	IAVE	SDSN Europe
4.02	Aprendizagem ao longo da vida	%	Crescente	0	28	0	0	0	13,8	49	49	-49	0	49	INE	SDSN Europe
4.03	Formação superior	%	Crescente	0,0	52,0	16,4	32	32	44,4	85	85	-54	32	54	INE	SDSN Europe
4.04	Emprego de recém-formados	%	Crescente	59,3	89,7	55,6	-12	-	76,1	-	-	-	-	-	INE	Eurostat
4.05	Abandono escolar	% pop. 18-24 anos	Descendente	31,0	4,0	53,5	-83	0	6,0	93	93	-176	-83	93	INE	SDSN Europe
4.06	Insucesso em ciências	%	Descendente	53,0	12,0	3,0	122	100	29,7	57	57	65	122	-43	DGEEC	SDSN Europe
4.07	Variação no desempenho em ciências	%	Descendente	21,4	8,3	15,0	49	49	18,2	24	24	24	49	-24	IAVE	SDSN Europe
4.08	Sucesso no ensino secundário	%	Crescente	76,3	91,4	71,0	-35	0	77,0	5	5	-40	-35	5	DGEEC	DGEEC
4.09	Disparidade escolar	pp	Descendente	48,8	0,0	2,0	96	96	0,7	99	99	-3	96	3	DGEEC	DGEEC
4.10	Ensino pré-escolar	%	Crescente	35,0	100,0	108,7	113	100	90,5	85	85	28	113	-15	INE	SDSN Europe
ODS 5 IGUALDADE DE GÉNERO																
5.01	Mulheres especialistas em TIC	%	Crescente	0,0	50,0	20,4	41	41	20,4	41	41	0	41	0	Eurostat	SDSN Europe
5.02	Mulheres em cargos governamentais	%	Crescente	14,0	50,0	0,2	-38	0	40,9	75	75	-113	-38	75	CMO	Ass. Rep.
5.03	Violência no namoro	%	Descendente	11,0	0,0	0,6	95	95	6,0	45	45	49	95	-49	GNR	Eurostat
5.04	Mulheres em quadros superiores	%	Crescente	0,0	50,0	33,3	67	67	33,3	67	67	0	67	0	Eurostat	SDSN Europe

INDICADOR		AIAHM							PORTUGAL			DIFERENÇA ENTRE A AIAHM E PORTUGAL			FONTES	
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO BRUTO COMUM	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
5.05	Disparidade no emprego entre géneros	pp	Descendente	41,0	0,0	11,0	73	73	5,6	86	86	-13	73	13	INE	SDSN Europe
5.06	Disparidade salarial entre géneros	%	Crescente	40,0	0,0	1,8	96	96	11,9	70	70	25	96	-25	INE	SDSN Europe
5.07	Empresas pertencentes a mulheres	%	Crescente	34,4	50,0	0,0	-220	0	4,0	-195	0	-25	-220	0	PORDATA	PORDATA
5.08	Mulheres inativas	%	Descendente	66,0	6,0	27,4	64	64	0,8	109	100	-44	64	36	PORDATA	SDSN Europe
5.09	Mulheres em assentos parlamentares	%	Crescente	12,0	50,0	41,0	76	76	35,7	62	62	14	76	-14	CMO	SDSN Europe
ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO																
6.01	Fosfato nos rios	mg / l	Descendente	0,2	0,0	0,0	100	100	-	-	-	-	-	-	APA	-
6.02	Captação de água doce	%	Descendente	80,0	1,0	0,0	101	100	11,4	87	87	14	101	-13	INE	SDSN Europe
6.03	Tratamento de águas residuais	%	Crescente	20,0	100,0	65,0	56	56	55,8	45	45	12	56	-12	INE	SDSN Europe
6.04	Água potável	%	Crescente	10,5	100,0	73,0	70	70	95,2	95	95	-25	70	25	INE	SDSN Europe
6.05	Serviços de saneamento seguros	%	Crescente	14,1	100,0	65,0	59	59	92,8	92	92	-32	59	32	INE	SDSN Europe
6.06	Consumo doméstico de água	l / hab. / dia	Descendente	700,2	154,1	184,0	95	95	-	-	-	-	-	-	CMO	-
6.07	Escassez de água	%	Descendente	20,0	10,0	33,0	-130	0	11,4	86	86	-216	-130	86	APA	Eurostat
6.08	Cuidados de higiene	%	Descendente	30,0	10,0	0,4	148	100	0,4	148	100	0	148	0	INE	SDSN Europe
ODS 7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS																
7.01	Emissões da produção elétrica	MtCO2 / TWh	Descendente	5,9	0,0	0,0	100	100	0,9	85	85	15	100	-15	APA	SDSN Europe
7.02	Consumo de energia	tep / capita	Descendente	4,7	1,2	1,6	89	89	1,6	89	89	0	89	0	Eurostat	Eurostat
7.03	Consumo de energia final das famílias	kgep / capita	Descendente	274,0	185,0	103,9	191	100	285,0	-12	0	203	191	-100	Eurostat	Eurostat
7.04	Consumo de energia primária	toe / capita	Descendente	5,6	1,9	2,0	97	97	2,0	97	97	0	97	0	Eurostat	Eurostat
7.05	Pobreza energética	%	Descendente	35,0	0,0	37,0	-6	0	17,5	50	50	-56	-6	50	INE	SDSN Europe
7.06	Energias renováveis	%	Crescente	3,0	50,0	3,7	1	1	34,0	66	66	-64	1	64	DGEG	SDSN Europe
ODS 8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO																
8.01	Direitos laborais	escala de 0 a 1	Crescente	0,2	0,9	0,7	68	68	0,7	73	73	-5	68	5	WJP	SDSN Europe
8.02	Mortalidade laboral	n.º / 100 000 empregados	Descendente	5,0	0,0	0,0	100	100	1,9	62	62	38	100	-38	GEP	SDSN Europe
8.03	Escravidão	n.º / 100 000 hab.	Descendente	280,0	0,0	0,0	100	100	49,8	82	82	18	100	-18	Comarca	SDSN Europe
8.04	Desocupação jovem	%	Descendente	27,0	8,0	10,0	89	89	8,4	98	98	-8	89	8	INE	SDSN Europe
8.05	Desemprego	%	Descendente	18,0	3,0	5,1	86	86	6,9	74	74	12	86	-12	INE	SDSN Europe

INDICADOR						AIAHM			PORTUGAL			DIFERENÇA ENTRE A AIAHM E PORTUGAL			FONTES	
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO BRUTO COMUM	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
8.06	Salários	%	Descendente	18,6	3,3	10,5	53	53	10,3	54	54	-1	53	1	INE	SDSN Europe
8.07	Rendimentos	€	Crescente	5 000,0	30 000,0	8 547,0	14	14	20 809,0	63	63	-49	14	49	INE	SDSN Europe
8.08	Investimento	%	Crescente	15,6	27,0	27,0	100	100	20,1	40	40	61	100	-60	INE	Eurostat
ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS																
9.01	Literacia digital	%	Crescente	20,0	80,0	55,3	59	59	55,2	59	59	0	59	0	Eurostat	Eurostat
9.02	I&D	%	Crescente	0,4	3,3	0,8	14	14	1,7	45	45	-31	14	31	DGEEC	SDSN Europe
9.03	Investigadores	%	Crescente	0,3	2,0	0,1	-12	0	1,4	65	65	-76	-12	65	INE	SDSN Europe
9.04	Pedidos de patente	n.º / 1 000 000 hab.	Crescente	3,0	240,0	0,0	-1	0	30,1	11	11	-13	-1	11	INPI	SDSN Europe
9.05	Infraestruturas de comércio e transportes	1-5	Crescente	2,0	3,0	3,4	140	100	3,2	120	100	20	140	0	Banco Mundial	Banco Mundial
9.06	Banda larga	%	Crescente	60,0	96,0	38,0	-61	0	88,2	78	78	-139	-61	78	ANACOM	SDSN Europe
9.07	Inovação tecnológica	%	Crescente	35,0	57,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.08	Transportes coletivos	%	Crescente	13,7	20,7	20,0	90	90	8,7	-71	0	-	-	-	INE	Eurostat
9.09	Produção científica	n.º / 1 000 hab.	Crescente	0,0	1,2	0,4	32	32	3,2	267	100	-235	32	68	DGEEC	SDSN Europe
9.10	Disparidade no acesso à internet	%	Descendente	26,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.11	Mercadorias transportadas por ferrovia	%	Crescente	2,0	51,7	0,0	-4	0	10,7	18	18	-22	-4	18	IP	Eurostat
ODS 10 REDUZIR AS DESIGUALDADES																
10.01	Segregação residencial	escala de 0 a 100	Descendente	69,2	35,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.02	Pedidos de asilo	n.º / 1 000 000 hab.	Crescente	66,5	63 055,5	202,0	0	0	202,0	0	0	0	0	0	Eurostat	Eurostat
10.03	Mobilidade social	%	Crescente	36,1	46,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.04	Desigualdade	%	Descendente	63,0	27,5	36,3	75	75	32,0	87	87	-12	75	12	INE	SDSN Europe
10.05	Disparidade de rendimentos	n.º	Descendente	2,5	0,9	1,2	84	84	1,2	84	84	0	84	0	INE	INE
ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS																
11.01	Reciclagem	%	Crescente	0,0	62,0	8,4	14	14	30,4	49	49	-35	14	35	AMBILITAL	SDSN Europe
11.02	Concentração de partículas atmosféricas	µg/m³	Descendente	20,0	5,0	0,1	133	100	9,1	73	73	60	133	-27	APA	SDSN Europe
11.03	Mobilidade sustentável	%	Crescente	10,1	50,0	20,3	26	26	67,7	144	100	-119	26	74	INE	INE
11.04	Sobrecarga com habitação	%	Descendente	30,0	2,5	4,9	91	91	5,0	91	91	0	91	0	INE	SDSN Europe
11.05	Edifícios com necessidade de reparações	%	Descendente	30,0	6,0	26,2	16	16	25,2	20	20	-4	16	4	INE	SDSN Europe

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA RELATÓRIO FINAL																
INDICADOR						AIAHM			PORTUGAL			DIFERENÇA ENTRE A AIAHM E PORTUGAL			FONTES	
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO BRUTO COMUM	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
11.06	Sobrelotação	%	Descendente	65,0	6,0	11,4	91	91	20,5	75	75	15	91	-15	INE	SDSN Europe
ODS 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS																
12.01	Emissões de dióxido de enxofre	kg / capita	Descendente	525,0	0,0	0,3	100	100	8,3	98	98	2	100	-2	APA	SDSN Europe
12.02	Emissões de azoto	kg / capita	Descendente	30,0	2,0	28,0	7	7	30,0	0	0	7	7	-7	APA	SDSN Europe
12.03	Nível de ozono diário	ppm	Descendente	0,1	0,0	0,1	55	55	-	-	-	-	-	-	APA	-
12.04	Resíduos perigosos	kg / capita	Descendente	359,7	0,8	9,1	98	98	-	-	-	-	-	-	APA	-
12.05	Resíduos urbanos	kg / capita	Descendente	4 533,8	1 031,6	527,0	114	100	1 328,0	92	92	23	114	-8	APA	Eurostat
12.06	Emissões automóveis	kg / km	Descendente	139,6	83,7	34,2	188	100	103,1	65	65	123	188	-35	APA	Eurostat
12.07	Poluição atmosférica	%	Descendente	9,9	-18,7	-7,0	59	59	-	-	-	-	-	-	APA	-
12.08	Consumo interno de materiais	1 000 ton.	Crescente	11 222,0	743 207,0	164 500,0	21	21	164 499,9	21	21	-	-	-	Eurostat	Eurostat
12.09	Economia circular	t / ano	Crescente	1,0	19,0	3,0	11	11	2,3	7	7	4	11	-4	APA	SDSN Europe
12.10	Rendimento de serviços ambientais	%	Crescente	1,0	5,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ODS 13 AÇÃO CLIMÁTICA																
13.01	CO ₂ de combustíveis fósseis	tCO ₂ / capita	Descendente	20,0	0,0	0,8	96	96	4,1	80	80	16	96	-16	APA	SDSN Europe
13.02	Gases com efeito de estufa	ton / capita	Descendente	20,0	1,7	0,3	108	100	-	-	-	-	-	-	APA	-
13.03	Emissões líquidas de gases com efeito de estufa	ton / capita	Descendente	15,0	3,7	2,4	112	100	5,1	88	88	24	112	-12	APA	Eurostat
13.04	Gases com efeito de estufa de consumo de energia	índice ano 2000 = 100	Descendente	105,0	66,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13.05	Temperatura à superfície	°C	Descendente	1,5	0,0	1,7	-13	0	1,4	7	7	-20	-13	7	INE; IPMA	INE
13.06	Perdas económicas relacionadas com o clima	€ / capita	Descendente	243,3	0,0	108,9	55	55	73,4	70	70	-15	55	15	CMO	Eurostat
13.07	Contribuição para compromissos da ONU	€ / capita	Crescente	0,0	3 940,0	0,0	0	0	4,3	0	0	0	0	0	CMO	Eurostat
13.08	Pacto de autarcas para o clima e energia	%	Crescente	0,0	100,0	0,0	0	0	-	-	-	-	-	-	CMO	Eurostat
ODS 14 PROTEGER A VIDA MARINHA																
14.01	Praias com água excelente	%	Crescente	25,0	100,0	100,0	100	100	84,8	80	80	20	100	-20	APA	SDSN Europe
14.02	Áreas marinhas protegidas	%	Crescente	0,0	100,0	100,0	100	100	70,8	71	71	29	100	-29	APA	SDSN Europe
14.03	Pesca por arrasto	%	Descendente	90,0	0,0	18,0	80	80	13,0	86	86	-6	80	6	DGRM	SDSN Europe
14.04	Acidez média do oceano	pH	Descendente	8,1	8,1	8,1	0	0	8,0	-9	0	9	0	0	IPMA	Eurostat
14.05	Pesca sustentável	%	Descendente	90,7	0,0	68,9	24	24	68,9	24	24	0	24	0	SDSN Europe	SDSN Europe

		INDICADOR				AIAHM			PORTUGAL			DIFERENÇA ENTRE A AIAHM E PORTUGAL			FONTES	
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO BRUTO COMUM	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
ODS 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE																
15.01	Qualidade dos rios	mg / l	Descendente	10,0	1,0	3,0	78	78	-	-	-	-	-	-	APA	SDSN Europe
15.02	Qualidade dos aquíferos	mg / l	Descendente	60,0	10,0	2,0	116	100	21,9	76	76	40	116	-24	APA	SDSN Europe
15.03	Sítios importantes para a biodiversidade	%	Crescente	4,6	90,0	100,0	112	100	68,6	75	75	37	112	-25	APA	SDSN Europe
15.04	Erosão dos solos	%	Descendente	21,1	0,0	55,1	-162	0	4,1	81	81	-242	-162	81	DGT	Eurostat
15.05	Áreas protegidas terrestres	%	Crescente	4,6	100,0	100,0	100	100	77,3	76	76	24	100	-24	APA	SDSN Europe
15.06	Espécies ameaçadas	escala de 0 a 1	Crescente	0,6	1,0	0,9	71	71	0,9	65	65	6	71	-6	ICNF	SDSN Europe
15.07	Solos degradados	%	Descendente	13 215,9	-2,0	66,0	99	99	-	-	1	-	-	-	ICNF	-
15.08	Florestas	%	Crescente	10,7	63,1	7,2	-7	0	49,9	75	75	-81	-7	75	DGT	Eurostat
15.09	Impermeabilização dos solos	%	Descendente	11,0	0,6	1,5	91	91	3,1	76	76	15	91	-15	DGT	Eurostat
15.10	Índice de borboletas dos prados	índice ano 1991 = 100	Crescente	-	100,0	-	0%	-	75,9	-	-	-	-	-	TAGIS	Eurostat
15.11	Índice de aves comuns	índice ano 1990 = 100	Crescente	-	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	INE	-
ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES																
16.01	Perceção da independência do sistema de justiça	escala de 0 a 1	Crescente	0,0	1,0	0,7	73	73	0,8	80	80	-7	73	7	WJP	WJP
16.02	Confiança na União Europeia	%	Crescente	35,0	100,0	64,0	45	45	64,0	45	45	0	45	0	Eurostat	Eurostat
16.03	Homicídio	n.º / 100 000 hab.	Descendente	23,0	0,3	0,0	101	100	0,8	98	98	4	101	-2	INE	SDSN Europe
16.04	Prisão preventiva	%	Descendente	75,0	7,0	10,9	94	94	17,5	85	85	10	94	-10	Comarca	SDSN Europe
16.05	Armas apreendidas	1 000 000 \$ / 100 000 hab. a preços de 1990	Descendente	3,4	0,0	4,0	-18	0	-	-	0	-	-	-	INE	SDSN Europe
16.06	Encarceramento	n.º / 100 000 hab.	Descendente	475,0	25,0	25,1	100	100	-	-	-	-	-	-	DGRSP	-
16.07	Criminalidade	%	Descendente	24,0	4,0	1,3	114	100	6,6	87	87	27	114	-13	GNR	ESDR
16.08	Índice de liberdade de imprensa	escala de 0 a 100	Crescente	20,0	90,0	84,6	92	92	85,0	93	93	-1	92	1	RSF	WJP
16.09	Ausência de corrupção	escala de 0 a 100	Crescente	13,0	88,6	61,0	63	63	0,7	-16	0	80	63	-63	TI	WJP
16.10	Acesso ao sistema judicial	escala de 0 a 1	Crescente	0,1	0,8	0,7	81	81	0,7	81	81	0	81	0	WJP	WJP
16.11	Pontualidade dos processos administrativos	escala de 0 a 1	Crescente	0,3	0,9	0,4	22	22	0,4	22	22	0	22	0	WJP	WJP
ODS 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS																
17.01	Paraísos fiscais	escala de 0 a 100	Descendente	100,0	40,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

		INDICADOR				AIAHM			PORTUGAL			DIFERENÇA ENTRE A AIAHM E PORTUGAL			FONTES	
CÓDIGO	NOME	UNIDADE	TENDÊNCIA PRETENDIDA	LIMIAR REF. A	LIMIAR REF. B	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO GLOBAL	DESEMPENHO BRUTO	DESEMPENHO BRUTO COMUM	DESEMPENHO GLOBAL	VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
17.02	Ajuda pública ao desenvolvimento	%	Crescente	0,1	1,0	0,0	-11	0	0,2	14	14	-26	-11	14	CMO	SDSN Europe

ANEXO 2.4

FONTES DE INFORMAÇÃO

Tabela 1 – Fontes de informação

FONTES DE INFORMAÇÃO	INDICADOR	LIMJAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
ABM – Associação de Beneficiários do Mira ABM – Associação de Beneficiários do Mira (2023). <i>Relatórios & Contas 2022</i> . https://abm.pt .					•		
AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M. AMBILITAL (2023). E-mail ref. ^a n.º 22159. Dados cedidos por consulta à AMBILITAL em 25-10-2023.					•		
ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações (2022). Anexo Estatístico do Sector das Comunicações. Dados cedidos por consulta à ANACOM em 18-10-2023.					•		
APA – Agência Portuguesa do Ambiente APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). E-mail ref. S046166-202307-ARHALT.DPI. Dados cedidos por consulta à APA em 20-07-2023.					•		
APA – Agência Portuguesa do Ambiente APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). Emissões de poluentes atmosféricos por concelho. https://www.apambiente.pt .					•		
APA – Agência Portuguesa do Ambiente APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2021). Mapa integrado de registo de resíduos (MIRR). Dados cedidos por consulta à APA em 14-08-2023.					•		
APA – Agência Portuguesa do Ambiente APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2022). Plano de Gestão de Região Hidrográfica – 3.º ciclo, 2022-2027 – Sado e Mira (RH6) – Parte 2, Caracterização e Diagnóstico, Volume B. https://apambiente.pt .		•			•	•	

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

	INDICADOR	LIMAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
FONTES DE INFORMAÇÃO							
APA – Agência Portuguesa do Ambiente APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2022). QUALAR – informação sobre qualidade do ar. https://apambiente.pt .					•		
APA – Agência Portuguesa do Ambiente APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2023). Relatório do Estado do Ambiente – REA 2022/2023. https://www.apambiente.pt .					•		
ARS Alentejo – Administração Regional de Saúde do Alentejo ARS Alentejo – Administração Regional de Saúde do Alentejo (2019). Perfil Regional de Saúde – Região Alentejo. http://www.arsalentejo.min-saude.pt .					•	•	
Ass. Rep. – Assembleia da República Ass. Rep. – Assembleia da República (2022). Participação feminina na vida política em Portugal e na Europa. Folha informativa – AR/DIC/DILP/33							•
Banco Mundial Banco Mundial (2022). Poverty gap at \$6.85 a day. https://data.worldbank.org/Indicador/SI.POV.UMIC.GP						•	
Banco Mundial Banco Mundial (2023). Logistics Performance Index (LPI). https://lpi.worldbank.org/international/global .					•	•	•
Bonhommeau, S. et al. Bonhommeau, S., Dubroca, L., Le Pape, O. & Nieblas, A. (2013). Eating up the world's food web and the human trophic level. Proceedings of the National Academy of Sciences. https://doi.org/10.1073/pnas.1305827110 .						•	
CMO – Câmara Municipal de Odemira CMO – Câmara Municipal de Odemira (2016). Estratégia de sustentabilidade municipal de adaptação às alterações climáticas de Odemira. https://www.cm-odemira.pt .					•		

	INDICADOR	LIMAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
FONTES DE INFORMAÇÃO							
CMO – Câmara Municipal de Odemira							
CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023). Orçamento do Município 2023. https://www.cm-odemira.pt .					•		
CMO – Câmara Municipal de Odemira							
CMO – Câmara Municipal de Odemira (2023). Ofício n.º GDDP-26050. Dados cedidos por consulta à CMO em 28-08-2023.					•		
Comarca de Beja							
Comarca de Beja (2023). Dados cedidos por consulta à Comarca de Beja em 25-09-2023.					•		
Conselho Europeu							
Conselho Europeu (2019). Proposal for a Regulation on CAP Strategic Plans – Draft list of context and impact Indicators for the Performance Monitoring and Evaluation Framework – Working paper. https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-02/pmef-context-impact-indicators_en.pdf .			•	•			
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência							
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2021). Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2021. Dados cedidos por consulta à DGEEC em 30-06-2023					•		
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência							
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). Portal Infoescolas. http://infoescolas.medu.pt .					•	•	•
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência							
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2023). Publicações científicas indexadas na Web of Science. Dados cedidos por consulta à DGEEC em 30-06-2023.					•	•	
DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia							
DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia (2023). Dados cedidos por consulta à DGEG em 05-07-2023					•		

	INDICADOR	LIMAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
FONTES DE INFORMAÇÃO							
DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos							
DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (2023). Recursos da Pesca. https://www.dgrm.pt .					•		
DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais							
DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2023). Dados cedidos por consulta à DGRSP em 06-10-2023.					•		
DGT – Direção-Geral do Território							
DGT – Direção-Geral do Território (1996). Carta da Reserva Ecológica Nacional - Odemira. https://snig.dgterritorio.gov.pt .					•		
DGT – Direção-Geral do Território							
DGT – Direção-Geral do Território (2022). Carta de uso e ocupação do solo de Portugal continental para 2018. https://www.dgterritorio.gov.pt .					•		
EEA – European Environment Agency							
EEA – European Environmental Agency (2023). Grassland butterfly index in Europe. https://www.eea.europa.eu .		•	•	•		•	
EEA – European Environment Agency							
EEA – European Environmental Agency (2023). Common bird index in Europe. https://www.eea.europa.eu .		•		•			
EPA – Environmental Protection Agency							
EPA – United States Environmental Protection Agency (2024). Eight-Hour Average Ozone Concentrations. https://www3.epa.gov/region1/airquality/avg8hr.html .						•	
EPI – Environmental Performance Index							
EPI – Environmental Performance index. (2022). 2022 Environmental Performance Index. Yale Center for Environmental Law & Policy. https://epi.yale.edu .						•	

FONTES DE INFORMAÇÃO	INDICADOR	LIMIAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
Eurostat – European statistics Eurostat (2022; 2023; 2024). Data browser. https://ec.europa.eu/eurostat .		•	•	•	•	•	•
GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2021). Acidentes de trabalho. Dados cedidos por consulta em 5 de julho de 2023					•		
GNR – Guarda Nacional Republicana GNR – Guarda Nacional Republicana (2023). E-mail n.º E107126. Dados cedidos por consulta à GNR em 09-10-2023.					•		
GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2021). Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. Dados cedidos por consulta ao GPP em 29-06-2023.					•		
IAVE – Instituto de Avaliação Educativa IAVE – Instituto de Avaliação Educativa (2018). Resultados PISA. Dados cedidos por consulta ao IAVE em 10-08-2023.					•		
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2020). Índice de Degradação de Terras (LDI). https://sig.icnf.pt .					•		
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ICNF (2022). Lista Vermelha das Aves de Portugal Continental. https://www.listavermelhadasaves.pt .					•		
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2023). Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental. https://livrovermelhodosmamiferos.pt .					•		

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

	INDICADOR	LIMAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
FONTES DE INFORMAÇÃO							
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2020). Tábuas completas de mortalidade. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). Contas económicas regionais. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). Recenseamento agrícola - 2019. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2021). Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). Inquérito ao emprego. http://www.ine.pt .					•	•	•
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). Temperatura média do ar. http://www.ine.pt					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. http://www.ine.pt .					•	•	

	INDICADOR	LIMAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
FONTES DE INFORMAÇÃO							
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). Óbitos por causas de morte. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). Estatísticas do carvão, petróleo, energia eléctrica e gás natural. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). Inquérito às condições de vida e rendimento. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). Sistema de contas integradas das empresas. http://www.ine.pt .					•	•	
INE – Instituto Nacional de Estatística							
INE – Instituto Nacional de Estatística (2023). Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas). http://www.ine.pt .					•	•	
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial							
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2023). Dados cedidos por consulta ao INPI em 12-07-2023.					•		
IP – Infraestruturas de Portugal							
IP – Infraestruturas de Portugal (2023). Ofício ref.ª n.º 0004140360. Dados cedidos por consulta à IP em 27-09-2023.					•		
IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera							
IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2015). Temperatura média – Período 1971-2000. http://portaldoclima.pt .					•		

	INDICADOR	LIMAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
FONTES DE INFORMAÇÃO							
IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2023). Dados cedidos por consulta ao IPMA em 22-12-2023.					•		
IUCN – International Union for Conservation of Nature IUCN – International Union for Conservation of Nature (2023). The IUCN Red List of Threatened Species. https://www.iucnredlist.org .						•	
Miola, A. & Schiltz, F. Miola, A. & Schiltz, F. (2019). Measuring sustainable development goals performance: How to monitor policy action in the 2030 Agenda implementation? Ecological Economics, 164, pp. 1-10. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106373 .	•	•	•	•		•	
OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2019). Land cover in countries and regions. https://www.oecd-ilibrary.org .		•					
OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2019). Students' socio-economic status and performance. https://www.oecd-ilibrary.org .						•	
PORDATA PORDATA (2021; 2023). Estatísticas nacionais. http://www.pordata.pt .					•	•	•
Rocha, C. & Cardoso, A.						•	

FONTES DE INFORMAÇÃO							INDICADOR	LIMIAR REF.	CÁLCULO LRA	CÁLCULO LRB	VALOR AIAHM	CÁLC. VALOR AIAHM	VALOR PORTUGAL
Roxo, M., & Machado, C. Rocha, C. & Cardoso, A. (2020). Gases de nitrogênio reativo como precursores do aerossol atmosférico: reações de formação, processos de crescimento e implicações ambientais. Quim. Nova, 44 (4). https://quimicanova.sbq.org.br/pdf/RV2020-0381 .												•	
RSF – Reporters Without Borders RSF – Reporters Without Borders (2024). Press Freedom Index. https://rsf.org .											•	•	
SDSN Europe SDSN Europe – Sustainable Development Solutions Network Europe (2024). <i>Europe Sustainable Development Report 2023/24 – European Elections, Europe’s Future and the Sustainable Development Goals</i> . https://eu-dashboards.sdgindex.org .							•	•	•	•		•	•
SSDN USA – Sustainable Development Solutions Network United States of America SDSN USA – SDSN USA (2019). 2019 US Cities Sustainable Development Report. https://github.com/sdsna/2019USCitiesIndex .							•	•	•	•		•	
TI – Transparency International TI – Transparency International (2023). Corruption perceptions index. https://www.transparency.org .											•	•	
WJP – World Justice Project WJP – World Justice Project (2022). Rule of Law Index 2022. https://worldjusticeproject.org .											•	•	•

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO FINAL

No âmbito da obtenção de valores dos indicadores para avaliar o desempenho na AIAHM, foram ainda consultadas outras 30 entidades, a seguir listadas. Contudo, por repetição de informação entretanto recolhida, grau de desagregação inadequado ou ausência de resposta, não foi possível a utilização da informação no âmbito do diagnóstico prospetivo de potencial de desenvolvimento.

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AG PEPAC – Autoridade de Gestão do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
API – Associação Portuguesa de Imprensa
AT – Autoridade Tributária e Aduaneira
CE – Representação da Comissão Europeia em Portugal
CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CMA – Câmara Municipal de Aljezur
DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGE – Direção-Geral da Educação
DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGS – Direção-Geral da Saúde
DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza
ERSAR – Entidade Reguladora dos serviços de Águas e Resíduos
IEFP – Centro de Emprego e Formação Profissional do Alentejo Litoral
IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
ISS – Instituto da Segurança Social
MAI – Ministério da Administração Interna
RA – Rodoviária do Alentejo
RNE – Rede Nacional de Expressos
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
TAGIS – Centro de Conservação das Borboletas de Portugal
TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado
TI – Transparência e Integridade, Associação Cívica

ANEXO 3

PRINCÍPIOS BASE

ANEXO 3.1

ATORES TERRITORIAIS

Tabela 1 – Registo de participação dos atores territoriais envolvidos no programa de ação

- Legenda:
- Atores territoriais consultados que propuseram, manifestaram interesse e/ou enviaram contributos para a ação
 - Atores territoriais consultados que participaram na conceção do programa de ação
 - Atores territoriais consultados que não participaram na conceção do programa de ação

AÇÕES	AGRICULTURA							CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO							ECONOMIA E EMPREEND.							ENSINO							INFRAESTRUTURAS		NATUREZA E FLORESTAS		RECURSOS HÍDRICOS		SAÚDE		SEGURANÇA		TERRITÓRIO					TURISMO				TOTAL			
	ABM	AHSA	Apepac	Arbutus	DGADR	GPP	Lusomorango	AIMA	ACT	CPCJA	CPCJO	GEP	ISS	TAIPA	NERAL/AE	AE Colos	AE Odemira	AE Sabóia	AE São Teotónio	AE V.N. Milfontes	C Graça	DGESTE Alentejo	DGESTE Algarve	EPO	IP	GAIA	ICNF	Rewilding SW	ARH Alentejo	ARS Alentejo Lit.	ARS Barlavento	GNR	ADL	ADMIRA	CCDRA	CCDRAL	CMA	CMO	Juntos pelo SW	Casas Brancas	ERT Alentejo	ERT Algarve	Rota Vicentina								
T1 GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA																																																			
A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM	•	•			•		•																						•								•	•										8			
A1.2 Redelimitação da área do AHM	•	•	◦	•	•	•	•																				•	•	•						•	•	•	•	•									14			
T2 INTRODUÇÃO DE REQUISITOS E CONDICIONALIDADES À ATIVIDADE AGRÍCOLA																																																			
A2.1 Requisitos obrigatórios	•	•			•		•		•																			•								•	•	•	•	•									12		
A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios	•	•	◦		•	•	•	◦	•					•	◦													•	•	•						•	•	•	•	•		•	•	•	•				19		
T3 COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE																																																			
A3.1 Licenciamento da atividade agrícola	•	•			•	•	•	◦	•					•	◦										•			•		•	•	•	•			•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•				22
A3.2 Saúde pública	•	•	◦	•	•	•	•		•																			•		•	•	•	•	◦			•	•	•	•	•									17	
A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM	•	•		•	•	•	•	◦	•	•	•		◦	•														•	•	•	•	•	•	◦	•		•	•	•	•	•		•	•						24	
A3.4 Fundo de responsabilidade		•		•	•		•	◦	•	•	•			•	◦	•	•	•	•	•	•	•	•	•				•	•		•	•	•	◦	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•				32
T4 MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE AMBIENTAL DA ATIVIDADE AGRÍCOLA																																																			
A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos	•	•					•																					•	•	•								•	•	•	•	•									13
A4.2 Medidas de integração paisagística	•	•			•	•	•																					•								•	•	•	•	•										13	
T5 REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMEGRÁFICAS																																																			
A5.1 Minimização da pressão demográfica		•					•				•			•		•	•		•	•													•					•			•	•								12	
A5.2 Reforço da capacidade dos serviços públicos																																						•												1	
A5.2 Mobilidade sustentável		•					•		•		•			•	◦	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•								•				•		•		•								20	
A5.3 Otimização de infraestruturas rodoviárias															◦		•	•						•	•								•					•				•								7	
A5.4 Promoção do transporte de passageiros por ferrovia															◦										•											•						•								4	
T6 AÇÕES COMPLEMENTARES																																																			
A6.1 Gabinete do agricultor	•	•	◦	•	•	•	•	◦	•				◦	•	◦									•				•		•	•	•	•	◦			•	•	•			•	•								20
A6.2 Marketing territorial																											•									•	•	•	•			•	•	•	•					9	
A6.3 Promoção do mosaico agrícola	•	•	◦	•	•	•	•	◦	•					•														•	•		•	•	•				•	•	•												19
A6.4 Definição de corredores rodoviários para viaturas e maquinaria agrícola																																						•												1	
A6.5 Estrutura de missão																																						•												1	
TOTAL	11	14	0	6	11	8	14	0	9	2	4	0	0	8	0	3	4	3	3	3	2	2	2	4	4	0	12	6	9	6	6	8	0	2		12	10	13	20	10	7	13	10	7						268	

**PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA**

RELATÓRIO FINAL
MARÇO DE 2025

ELABORADO POR
ECOSATIVA – CONSULTORIA AMBIENTAL, LDA.

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

PARCEIRO ESTRATÉGICO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

FINANCIAMENTO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2020
OPERAÇÃO 20.4 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA RRN
ÁREA 4 – OBSERVAÇÃO DA AGRICULTURA E DOS TERRITÓRIOS RURAIS